



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



EDCARLOS MENDES DA SILVA

**DESTERRITORIALIZAÇÃO SOB AS ÁGUAS DE SOBRADINHO:
GANHOS E DESENGANOS**

Salvador-BA
2010

EDCARLOS MENDES DA SILVA

**DESTERRITORIALIZAÇÃO SOB AS ÁGUAS DE
SOBRADINHO:
GANHOS E DESENGANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia como requisito obrigatório para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Guiomar Inez Germani

Salvador-BA
2010

S586 Silva, Edcarlos Mendes da
Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e
desenganos / Edcarlos Mendes da Silva. - Salvador, 2010.
320f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Guiomar Inez Germani.
Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em
Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências,
2010.

1. Territorialidade humana - Remanso. 2. Sobradinho,
Barragem de (BA). 3. Assentamento Remanso (BA). 4. Geografia
humana (BA). I. Germani, Guiomar Inez. II. Universidade
Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.37 (813.8)

Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências da UFBA.

TERMO DE APROVAÇÃO

**DESTERRITORIALIZAÇÃO SOB AS ÁGUAS DE SOBRADINHO:
GANHOS E DESENGANOS**

EDCARLOS MENDES DA SILVA

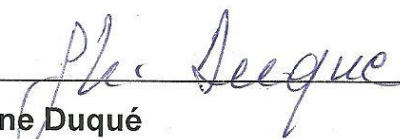
BANCA EXAMINADORA



Dr^a. Guiomar Inez Germani

Doutora em Geografia

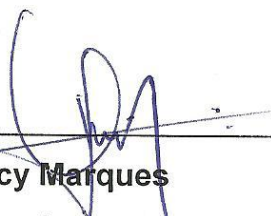
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.



Dr^a. Ghislane Duqué

Doutorado em Sociologia

Departamento de Sociologia, UFPCG, Brasil.



Dr. Juracy Marques

Doutor em Cultura e Sociedade

Departamento de Cultura e Sociedade, UNEB, Brasil.

Dissertação defendida e aprovada: **29/10/2010.**

Dedico este trabalho a todos aqueles que perderam, de alguma forma, partes da sua vida em consequência das barragens, e àqueles cuja vida se confunde com a busca da superação desta desigualdades.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, que, mantenedor do universo, olha por nós.

À minha família, para as quais foi pesado o fardo, mas a vitória também pertence.

Léia e Isabela, recebam minha gratidão, eterna, incomensurável e incondicional.

Aos meus pais, cujo exemplo de vida é um prumo e uma meta.

Meus muitos e brilhantes mestres. Roque, amigo e mentor, desde a infância. Vavá Costa, que me ensinou a escrever, Severino Ferreira dos Santos (*in memoriam*) que me ensinou a ler a amar nossa terra. Mariza Muniz, que me ensinou a cuidar da História, com o amor que se dá a uma planta. Manoel Bomfim Ribeiro, com idéias brilhantes, textos incríveis e uma vida invejável. José Filho Montefusco, pastor espiritual e amigo honrado.

A Vânia Sanches, que assumiu o risco de me adotar intelectualmente. Mentora e amiga de todos os passos. E Janaína, que me mostrou o caminho da Geografia, me apresentando uma nova e brilhante ideia.

À professora Guiomar Germani, pela inusitada adesão em uma empreitada tão desafiadora, cujas ideias trouxeram luz a um caminho dúbio, e, se não há hoje todas as respostas, pelo menos os rumos estão claros.

À minha Igreja, cuja comunhão e presença espiritual manteve a chama acesa.

Aos amigos de todas as horas, que me deram a compreensão e o estímulo.

Aos professores do IGEO, verdadeiros sacerdotes no exercício de uma Geografia digna, transformadora e humanista.

Aos queridos colegas da ludosfera, nossa turma no Mestrado em Geografia, pessoas excepcionais cujos feitos extraordinários não serão esquecidos.

Aos colegas dos colégios C.E. Cel. Olimpio Campinho e C.M. Ruy Barbosa, cujo apoio e incentivo foram da maior valia.

Aos irmãos da Residência Estudantil de Xique-Xique (AXXE), em Salvador, por lições tão valiosas, momentos tão especiais em uma fase difícil.

Às famílias Ribeiro, Coêlho e Rosal, pela consideração e apoio.

A Lygia Sigaud e Ely Estrela, que partiram do nosso mundo ao longo deste trabalho, e parte importante dele, vidas dedicadas ao mesmo ideal, e vivas sempre conosco.

Aos caatingueiros, beradeiros e povo das águas que são os grandes protagonistas dessa história, pelas suas vidas, minha reverência.

Metal Contra Nuvens

Legião Urbana

Composição: Dado Villa-Lobos/ Renato Russo/ Marcelo Bonfá

Não sou escravo de ninguém
Ninguém senhor do meu domínio
Sei o que devo defender
E, por valor eu tenho
E temo o que agora se desfaz.
Viajamos sete léguas
Por entre abismos e florestas
Por Deus nunca me vi tão só
É a própria fé o que destrói
Estes são dias desleais.
Eu sou metal, raio, relâmpago e trovão
Eu sou metal, eu sou o ouro em seu brasão
Eu sou metal, me sabe o sopro do dragão.
Reconheço meu pesar
Quando tudo é traição,
O que venho encontrar
É a virtude em outras mãos.
Minha terra é a terra que é minha
E sempre será
Minha terra tem a lua, tem estrelas
E sempre terá.

Quase acreditei na sua promessa
E o que vejo é fome e destruição
Perdi a minha sela e a minha espada
Perdi o meu castelo e minha princesa.
Quase acreditei, quase acreditei
E, por honra, se existir verdade
Existem os tolos e existe o ladrão
E há quem se alimente do que é roubo
Mas vou guardar o meu tesouro
Caso você esteja mentindo.
Olha o sopro do dragão...

É a verdade o que assombra
O descaso que condena,
A estupidez, o que destrói

Eu vejo tudo que se foi
E o que não existe mais
Tenho os sentidos já dormentes,
O corpo quer, a alma entende.
Esta é a terra-de-ninguém
Sei que devo resistir
Eu quero a espada em minhas mãos.
Eu sou metal, raio, relâmpago e trovão
Eu sou metal, eu sou o ouro em seu brasão
Eu sou metal, me sabe o sopro do dragão.
Não me entrego sem lutar
Tenho, ainda, coração
Não aprendi a me render
Que caia o inimigo então.

- Tudo passa, tudo passará...
E nossa história não estará pelo avesso
Assim, sem final feliz.
Teremos coisas bonitas pra contar.
E até lá, vamos viver
Temos muito ainda por fazer
Não olhe pra trás
Apenas começamos.
O mundo começa agora
Apenas começamos.

RESUMO

O presente trabalho discute as consequências espaciais da construção da Barragem de Sobradinho para as populações deslocadas da área, mais especificamente no município de Remanso-BA, parte reassentada na nova sede, construída pela CHESF, parte alocada em lotes em áreas de Caatinga, e ainda um terceiro grupo, que deixou a área, em direção ao PEC da Serra do Ramalho ou para outras regiões. A história local, a memória dos atingidos e a experiência dos planejadores constituem as principais fontes do trabalho. A análise geográfica é empreendida a partir da desterritorialização das comunidades, a propósito do projeto de desenvolvimento do Estado, que demonstrou por discurso e por ações a concepção das comunidades locais como “cidadãos de segunda classe”, ou obstáculo a ser superado, ao tempo que apresentou as novas moradias, especialmente a nova cidade, planejada, materializando um discurso modernizante, nos moldes geopolíticos da época, e oportunizado por grupos sociais locais.

Palavras-chave: 1. Remanso. 2. Barragem de Sobradinho. 3. Desterritorialização. 4. Reassentamento.

ABSTRACT

This paper discusses the spatial consequences of building the Sobradinho Dam for displaced populations in the area, more specifically in the municipality of Remanso-BA, part resettled in the new headquarters, built by CHESF, part allocated in batches in areas of Caatinga and still a third group, who left the area toward the PEC of Serra do Ramalho, or to other regions. Local history, the memory of suffering and experience of the planners are the main sources of work. Geographic analysis is undertaken from the dispossession of communities, concerning the development project of the state, who demonstrated by speech and actions the design of local communities as "second class citizens", or obstacle to be overcome, while it presented the new housing, especially the new town, planned, materializing a discourse of modernization, along the lines of geopolitical era, and nurtured by social class locations.

Keywords: 1. Remanso. 2. Sobradinho Dam. 3. Deterritorialization. 4. Resettlement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Capela semi-inundada	33
Figura 2	Quadro com resumo de trabalhos acadêmicos identificados sobre a construção da Barragem de Sobradinho	46
Figura 3	Ilustração hipotética de Área de LMEO	49
Figura 4	Divisão territorial e administrativa – 1827	64
Figura 5	Detalhe do Atlas Halfeld, 1853	65
Figura 6	Igreja Matriz da Velha Remanso, 1975	66
Figura 7	Divisão territorial e administrativa – 1889	67
Figura 8	Cronologia de criação dos municípios de Pilão Arcado, Casa Nova, Remanso e Campo Alegre de Lourdes	69
Figura 9	Caravana do PRP de Remanso	85
Figura 10	Barca São Francisco	86
Figura 11	Sociedade Filarmônica 15 de Novembro	89
Figura 12	Rua do Mercado Velho	91
Figura 13	Divisão territorial e administrativa – 1940	92
Figura 14	Cais da Velha Remanso, 1974	94
Figura 15	Divisão territorial e administrativa – 1974	96
Figura 16	Vista do centro, porto e Mercado, 1970	97
Figura 17	Vista do centro (praça), 1970	97
Figura 18	Croqui da Velha Remanso	98
Figura 19	Vista do Capão de Cima, Década de 1970	99
Figura 20	Vista do Capão do Meio, Década de 1970	100
Figura 21	Vista do Capão de Baixo, Década de 1970	100
Figura 22	Igreja Cristã Evangélica na Velha Remanso	101
Figura 23	Periferia do Capão de Baixo	104
Figura 24	Residência da Família Ribeiro	105
Figura 25	Prefeitura Municipal da Velha Remanso	106
Figura 26	Mercado Municipal da Velha Remanso	107

Figura 27	Fundação Nacional de Serviços de Saúde Pública (FSESP), antes da enchente	107
Figura 28	Colégio Municipal Ruy Barbosa	109
Figura 29	Vista da Igreja Matriz, Primeira Usina de eletricidade e Cadeia, às margens do Rio, Década de 1970	110
Figura 30	Segunda Usina de Força, no Capão, Década de 1970	111
Figura 31	Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), Década de 1970 ..	112
Figura 32	Rua do Comércio, Década de 1970	113
Figura 33	Rua do Comércio, Década de 1970	113
Figura 34	Localização do município de Remanso	120
Figura 35	Composição do solo do município de Remanso	122
Figura 36	Quadro de modalidades de apropriação da terra	126
Figura 37	Calendário Agrícola	131
Figura 38	Barca (Carranca)	142
Figura 39	Paquete ou Traquete	143
Figura 40	Quadro de informações sobre a CHESF	155
Figura 41	Integração eletroenergética brasileira	156
Figura 42	Evolução da capacidade instalada e dívida externa nacional, 1945-1964	159
Figura 43	Evolução da capacidade instalada e dívida externa nacional, 1964-1974	159
Figura 44	Organograma da CHESF	162
Figura 45	Reunião da CHESF em Remanso	173
Figura 46	Quadro com discriminação de recursos para a Barragem de Sobradinho e Melhoria Regional.....	176
Figura 47	Momento da demolição da Prefeitura de Remanso	188
Figura 48	Rua do Centro, semi-destruída	189
Figura 49	Centro da cidade, sendo alagado	189
Figura 50	Igreja Matriz, sendo alagada	190
Figura 51	Inundação	191
Figura 52	Rua de casas “Tipo I”	194
Figura 53	Rua de casas “Tipo II”	195

Figura 54	Rua de casas “Tipo III”	195
Figura 55	Rua de casas “Tipo IV”	196
Figura 56	Avenida Principal da Nova Cidade	197
Figura 57	Praça central	198
Figura 58	Inundação na nova cidade	199
Figura 59	Rua do Comércio	201
Figura 60	Croqui do Projeto inicial das quadras da nova cidade	207
Figura 61	Croqui do Projeto inicial da nova cidade	209
Figura 62	Mapa viário de Remanso	212
Figura 63	Igreja Matriz da Velha Remanso	214
Figura 64	Vista da Nova Remanso, recém construída	216
Figura 65	Vista da nova cidade	218
Figura 66	Zoneamento urbano na Nova Remanso	219
Figura 67	Centro da Nova Remanso	220
Figura 68	Aspecto da vida na Agrovila	230
Figura 69	Barracão na Agrovila	233
Figura 70	Interior de uma residência na Nova Remanso	246
Figura 71	Casa de Alcides Modesto	254
Figura 72	Gráfico dos Estabelecimentos Rurais (...), 1920	242
Figura 73	Gráfico dos Estabelecimentos Rurais (...), 1975	243
Figura 74	Gráfico dos Estabelecimentos Rurais (...), 1980	244
Figura 75	Gráfico dos Estabelecimentos Rurais (...), 2006	245
Figura 76	Gráfico do deplecionamento do Reservatório de Sobradinho	249
Figura 77	Igreja Matriz da Nova Remanso	269

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População Total por município na Área de Sobradinho.....	62
Tabela 2	Imóveis em Remanso segundo a utilização	102
Tabela 3	Distribuição de imóveis em Remanso pela tipologia do IURAM.....	104
Tabela 4	Evolução da Potência instalada no Rio São Francisco.....	158
Tabela 5	Distribuição da população da área do reservatório	241
Tabela 6	Evolução da Estrutura agrária em Remanso	244
Tabela 7	Alterações na Produtividade	246
Tabela 8	Evolução da população residente em Juazeiro e Petrolina	252
Tabela 9	Taxa geométrica de crescimento no Nordeste, Bahia e municípios da área do entorno de Sobradinho	253
Tabela 10	Estabelecimentos rurais com energia elétrica.....	256
Tabela 11	Estabelecimentos rurais com uso de irrigação	256

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCARBA	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Bahia
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento
CAN	Correio Aéreo Nacional
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CMBEU	Comissão Mista Brasil – Estados Unidos
CNAEE	Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola
FRANAVE	Companhia de Navegação do São Francisco
FSESP	Fundação de Serviços Especiais de Saúde Pública
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GeografAR	A Geografia dos Assentamentos na Área Rural
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBAMA	Instituto Brasileiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOLD	International Commission for Large Dams
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IURAM	Instituto de Urbanismo e Administração Municipal
LMEO	Linha Média de Enchentes Ordinárias

MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PDRS	Projeto de Desenvolvimento do Reservatório de Sobradinho
PEC	Projeto Especial de Colonização
PGE	Projetos em Grande Escala
PROURB	Projetos e Urbanização Ltda.
PROVALE	Programa Especial para o Vale do São Francisco
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLANTEC	Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia
SESP	Serviços Especiais de Saúde Pública
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE	Superintendência do Vale do São Francisco
WCD	World Comission of Dams

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 PERCURSO DA PESQUISA.....	19
1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	21
1.3 SOBRE A METODOLOGIA	23
1.4 DA RESISTÊNCIA	24
1.5 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL.....	26
1.5.1 Estabelecendo parâmetros: conceitos basilares.....	26
1.5.2 Lugar.....	33
1.5.3 Identidade.....	35
1.5.4 Poder	39
1.5.5 P.G.E. e realocações Compulsórias de populações.....	41
1.5.5 Outras abordagens.....	44
1.5.6 A berada e o LMEO	48
2 PERCURSO HISTÓRICO: UM REMANSO NO TEMPO.....	51
2.1 NO PRINCÍPIO.....	54
2.2 FAZENDAS, CURRAIS E DOMÍNIOS: CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE REMANSO	60
2.2.1 Remansos: Forma e sentido.....	63
2.3 ATIVIDADES PRODUTIVAS: IDAS E VOLTAS.....	69
2.4 CORONELISMO: UM NÓ NO REMANSO.....	75
2.5 ONDAS NO REMANSO: A TERCEIRA.....	84
2.6 QUANDO PAROU O REMANSO.....	96
3 GENTE, TERRA E ÁGUA.....	115
3.1 O HOMEM DA TERRA: IMAGEM E REALIDADE.....	101
3.2 REMANSO: TERRA RICA E DIVERSA.....	120
3.3 O USO DA TERRA E TERRITORIALIDADES.....	125
3.4 MÚLTIPLAS CAATINGAS.....	134
3.5 NA BÊRADA E NA VAZANTE.....	138
3.6 EM MOVIMENTO.....	141
3.7 COMERCIANTES, BODEGUEIROS E TROPEIROS.....	147

3.8 AINDA SOBRE A TERRA.....	151
4 A CHESF.....	154
4.1 VISÃO GERAL.....	154
4.2 HISTÓRIA.....	157
4.3 FILOSOFIA.....	163
5 DIÁRIO ESCATOLÓGICO.....	172
5.1 DA NOTÍCIA AO CONVENCIMENTO.....	172
5.2 MAR DE ÁGUA, ONDAS DE GENTE.....	185
5.3 O FIM-DO-MUNDO ESTAVA NO COMEÇO	193
6 A CIDADE: MAIS UM REMANSO.....	200
6.1 CIDADE E DISCURSO.....	202
6.2 A PROPOSTA DA CHESF.....	204
6.3 A MORFOLOGIA COMO ARGUMENTO.....	213
6.4 NOVAS ÁGUAS, NOVOS REMANSOS.....	218
7 PEC/RAMALHO: A SOLUÇÃO QUE VIROU PROBLEMA.....	222
7.1 “NÃO VAMOS”.....	227
7.2 LÁ: O CATIVEIRO.....	229
7.3 VOLTAS.....	235
7.4 PRÓLOGO: EMPOBRECIMENTO E TRISTE LEMBRANÇA.....	237
8 PERDAS E DESENGANOS.....	239
8.1 DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS: UMA APROXIMAÇÃO.....	239
8.1.1 Esquematizando Respostas.....	244
8.2 QUESTÕES LEGAIS.....	247
8.3 ASPECTOS AMBIENTAIS.....	250
8.4 ATIVIDADE PRODUTIVA: AGRICULTURA.....	251
8.4.1 Alterações na Estrutura Fundiária.....	253
8.4.2 Irrigação.....	246
8.5 ATIVIDADE PRODUTIVA: PESCA.....	250
8.6 DESENVOLVIMENTO REGIONAL? NÃO PARA TODOS.....	252
9 VISÕES DA ÁGUA.....	260
9.1 O OLHAR DE QUEM FEZ.....	261
9.2 NOS OLHOS DE UM DESTERRADO.....	266

10 PONDERAÇÕES FINAIS.....	271
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	279
ANEXOS.....	290

CAPITULO 1 INTRODUÇÃO

1.1 PERCURSO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi concebida inicialmente na seara da História. Deveria ter sido uma narrativa sobre a mudança que se operou ao longo do tempo com as realocações decorrentes de Sobradinho. Ainda na graduação em História, pensava-se na melhor maneira de resgatar esse período tão rico e tão ignorado por boa parte da comunidade local. O curso dos acontecimentos cuidou para que se chegasse, a partir do Encontro de Ciências Sociais e Barragens de 2007, em Salvador, à abordagem espacial da problemática das barragens, e em especial, aos conceitos de território que nortearam as reflexões.

O ingresso no Mestrado propiciou o contato com o universo geográfico, tendo como anfitriões professores notáveis, somado a uma relação profícua como Projeto GeografAR, um minifúndio altamente produtivo que também é quilombo, baluarte e observatório de várias causas nobres e urgentes. O mar de informações e os ventos das doutrinas geográficas já colocavam a jornada em risco quando a professora Guiomar Germani adotou o projeto e trouxe seus mapas, bússolas e luzeiros para a viagem.

A análise geográfica passou a ser enriquecida pela noção dialética do processo, onde o conflito passou a ser um ponto de interesse, a partir do qual se descortinaram muitas outras informações. O diálogo com os movimentos sociais e o apoio deles, pelo acesso a suas informações, e pelo acompanhamento de suas ações, permitiu um aprofundamento maior das questões que realmente importam, as condições de vida que foram alteradas com a construção da barragem. Por outro lado, a proximidade com os movimentos sociais é um elemento indispensável para o enquadramento das demandas locais em contextos maiores do conhecimento, das explorações e das lutas. O diálogo com os sindicatos e especialmente com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) possibilitou uma troca profícua, com a possibilidade da implantação de um núcleo do mesmo em Remanso. Também foi muito produtiva a relação com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Salvador e Juazeiro, e a Comissão Pastoral da Pesca (CPP).

O diálogo com a obra e as reflexões atuais dos professores da banca examinadora, Ghislane Duque e Juracy Marques, permitiram um alargamento do horizonte das inquietações, e da busca por suas respostas. Da primeira, emergiram memórias valiosíssimas da época em que atuou nas equipes sociais, no diálogo direto com as populações durante a mudança, e as percepções dos vários atores da época. Do Professor Juracy Marques vieram profundas reflexões sobre os conceitos que foram utilizados, como território, mudança, atingido e uma visão mais ampla do ser humano envolvido no processo, foco e razão do estudo.

Ao longo do percurso, delineou-se o objetivo do trabalho: analisar as mudanças e permanências na dimensão espacial e as repercussões simbólicas associadas ao processo de desterritorialização-reterritorialização. Este produto final apresenta um resgate da formação espacial da região, e especificamente de Remanso, para o delineamento do território – espaço apropriado e usado – na mentalidade dos moradores da região. Esta ideia abriga a hipótese de uma explicação do processo multifacetado de resistência ou absorção à mudança, a partir da territorialidade dos atingidos.

Apresentam-se aqui alguns diferenciais em relação a outras propostas, que são a apresentação simultânea das transformações no mundo rural, compreendido em várias áreas, ou múltiplas Caatingas, inclusive aquelas que foram atingidas, mesmo não sendo inundadas, e o deslocamento da cidade, que não era urbana anteriormente e foi reconfigurada neste molde, dito “moderno”. A outra ideia norteadora é a distinção entre a dimensão do território concreto, cuja desterritorialização afeta o ser humano de um modo, marcado pela ruptura física, e a correlação simbólica do espaço apropriado, cuja memória é o vínculo entre dois territórios que dialogam, num fluxo marcado pela continuidade.

Uma dimensão crucial, o olhar sobre as ideias daqueles que projetaram, executaram e participaram de diversas formas e intensidades do Projeto e Obra, além do que foi publicado ou dito à população, em nome da CHESF, os prefeitos da época, que mesmo excluídos do processo decisório, mediaram a mudança, e os arquitetos que tiveram parte nas equipes técnicas, eventualmente com posturas críticas, reforçam a compreensão do ideário predominante naquele período, e as movimentações de contestação e críticas dentro da máquina planejadora.

É preciso ter em mente que ao referir-se à CHESF, deve ser subentendida a diversidade de personalidades, interesses, formações, ideais e atitudes que compunham um gigantesco corpo jurídico, administrativo, burocrático e executivo. Tenta-se explicitar essa composição multifacetada nas menções, ressaltando-se que o próprio deslocado compreendia a enorme diferença no trato com um engenheiro, assistente social ou Eunápio Peltier.

A análise dos documentos imagéticos é outra dimensão relevante nesta pesquisa. Os retratos da época trazem consigo todo o peso dos sentimentos da perda, da transformação compulsória, da desorientação. Testemunham também, de modo irrefutável, a riqueza de tudo o que se perdeu, que é eventualmente posta em questão, e não foi devidamente respeitada pelos planejadores.

Sem ter, em momento algum, a pretensão de dar conta da infinidade de questões que o assunto compreende, e mesmo vislumbrando a limitação da análise de alguns temas, empreende-se aqui um esforço por uma leitura geográfica ampla e dinâmica das transformações ocorridas em Remanso e no entorno do Lago de Sobradinho.

1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

Compreendendo que a formação histórica do espaço e do povo que o territorializou é um eixo fundamental da pesquisa, iniciamos a análise das transformações a partir do passado, pelo percurso cronológico que o município teve. O segundo capítulo pretende demonstrar como a história operou para produzir as configurações socioespaciais dos anos 1970, quando os *outsiders* trouxeram os projetos da mudança, e de modo especial, a razão dos principais posicionamentos da época. Se evidencia assim como o latifúndio, o coronelismo, o isolamento geográfico são determinantes para o desenrolar dos acontecimentos.

O Capítulo 3 caracteriza a gente do lugar, que em suas atividades predominantes, escapam aos estereótipos, inclusive utilizados no discurso do planejador, manifestando modos de vida muito ricos e interessantes. Também é apresentada uma terra diversa e rica, colorida, pulsante, que nem de longe lembra a imagem construída da Caatinga e suas variações.

No quarto Capítulo é apresentada a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), em suas dimensões históricas e espaciais, que excede o papel de empresa pública e muitas vezes se arroga à tarefa de promotora do desenvolvimento, do progresso, do futuro. Algumas ideias que sublinham as ações da empresa também são expostas, principalmente na defesa apaixonada que seus funcionários fazem da necessidade das intervenções para o bem maior.

O quinto Capítulo se propõe a narrar, em ordem temporal, alguns eventos que pontuaram o processo histórico da implantação da barragem e deslocamento das populações. Os diferentes pontos de vista em relação aos acontecimentos enriquecem a cronologia. No capítulo seguinte, é feita uma alegoria urbanística com a construção da cidade e seu uso com uma função metafórica, representando naquele momento a materialização do progresso, do futuro, uma mudança para melhor que não ultrapassou o limite do discurso.

O Capítulo 7 conta algumas tristes histórias de empobrecimento e decepção relacionadas ao empreendimento do PEC da Serra do Ramalho, aspecto inquestionável da resistência às mudanças. Muitos caatingueiros, diante de todo o cenário de insegurança, pressão institucional e propaganda, escolheram não ir para as Agrovilas. Outros chegaram a tentar, mas houve um regresso em massa.

O oitavo Capítulo avalia alguns desdobramentos das mudanças, que efetivamente trouxeram desenvolvimento, mas não para toda a região, limitando-se ao pólo irrigado de Juazeiro(BA) e Petrolina(PE). Vários indicadores permitem questionar veementemente a melhoria das condições de vida após a construção da Barragem de Sobradinho.

A seguir, mais algumas impressões de deslocados e planejadores complementam a visão do processo da mudança e seu significado.

No último capítulo, se faz uma análise ampla das transformações, destacando os aspectos que são mais relevantes para esta pesquisa.

Apresenta-se nos anexos um conjunto das principais disposições legais sobre a construção da barragem de Sobradinho e deliberações relacionadas, que refletem o posicionamento do Estado diante da obra e seu entorno, especialmente durante o período ditatorial.

1.3 SOBRE A METODOLOGIA

A proximidade do autor com o recorte e objeto, tida como potencialmente comprometedora, mostrou-se no decorrer da pesquisa, um importante recurso metodológico. Esta proximidade, contraposta ao olhar do *outsider*, colhido nas viagens e diálogos físicos ou não, permitiu contrapor as percepções e estratégias, produzindo um pensamento próprio, mediador, que primou por não perder de vista as balizas científicas indispensáveis. A intimidade com as questões mais locais, mais cotidianas, possibilita um entendimento que prioriza a vivência humana. A primazia da abordagem geográfica ganha mais vigor quando se nasce no lugar, conhecendo desde cedo os desdobramentos físicos e culturais do posicionamento em relação aos circuitos, redes e centros de decisão.

A adoção do corte temporal como meio de percepção dos fenômenos da mudança territorial como resultado e não como origem de algo, baseou-se na percepção dinâmica da realidade, *constructo* material que depende das estruturas sociais e simbólicas. Concebe-se a necessidade de distinção entre a mudança material, a partir da base física, e a simbólica, associada às noções territoriais, como se explicitará adiante.

A escolha de terminologias buscou respeitar a compreensão que o próprio ser humano faz de si mesmo, que geralmente estão associadas ao meio físico (caatingueiro, brejeiro, morador do capão, beradeiro...) e resumem com eficiência todo um tipo, um modo de vida e um agrupamento social. Outras classificações, das visões científicas, são evitadas, por achar que estes grupos, já por demais violentados, não merecem que se lhes diga o que são a partir de outras visões de mundo. Parte dessas cosmologias, caducas ou cientificamente questionadas, não dão conta das complexidades e principalmente da dinâmica social das regionalidades.

Evidentemente estas definições, assim como as explicações de mundo, se interpenetram, variam com o tempo e nem sempre possuem clareza em sua aceção. Entretanto, mostram-se mais honestas que elaborações teóricas que possam ser elaboradas em relação a sujeitos que não foram ouvidos.

As oscilações entre a subjetividade das memórias e os cenários é uma constante. Este trabalho é um exercício de diálogo entre a concretude e a dimensão simbólica. Espera-se conseguir distinguir o que é objetivo como significativo das representações. O senso comum é uma fonte recorrente. As muitas narrativas, anedotas, estórias e relatos de muitos remansenses perpassam o texto, numa modalidade de fonte que não poderia ser ignorada, dada sua força, onipresença, e fiabilidade numa cultura em que a oralidade sempre foi um valor fundamental.

O isolamento geográfico de Remanso e conseqüentemente do autor, foi amenizado pela visita a vários órgãos e bibliotecas em Salvador (BA), durante a creditação do mestrado, freqüência a eventos acadêmicos, onde se pôde dialogar com expoentes científicos, e especialmente, pelo uso da rede de computadores, que permitiu acesso a importantes centros de informações, publicações raras, cartografia, e contato com pesquisadores de várias partes do mundo.

O conjunto de entrevistas, com as mais variadas pessoas, forneceu um panorama mais amplo da realidade. A contribuição dos técnicos, com as impressões profissionais e pessoais da época, foi uma valiosa soma, por sua objetividade e detalhamento dos bastidores do processo. Isto não minimiza em nada as narrativas de vida colhidas ao longo do trabalho, que compuseram um retrato daquele momento, sofrido em diferentes modos e intensidades.

1.4 DA RESISTÊNCIA

Já se sabia que os caminhos deste trabalho são precedidos pelos percursos de muitas vidas. Com humildade agrega-se aqui elementos de vivências de muitas pessoas, que perderam ou que acharam algo, num mesmo espaço e tempo, ou ainda daquelas que perderam-se de algum modo, para as quais a memória perpetua o valor e a honra. A expectativa de que esse registro humano esteja evidente em cada linha é um motivador central do trabalho. Não é possível afogar a memória, não obstante o deslocamento, mudança ou expropriação. Trata-se de um jogo sutil entre as coisas que deverão ser lembradas ou esquecidas pelas águas de Sobradinho. Existe em Remanso uma dor de não poder explicar, de não ter a

compreensão do que aconteceu. Existe um arrependimento por parte de alguns, por não ter reagido, resistido. Existe uma angústia em relação aos mortos, perdidos nas águas. Há um questionamento, de porque Deus permitiu que um povo tão devoto passasse por isso. Trata-se de um assunto “pesado”, que não pode ser conversado entre os atingidos sem marejar os olhos, sem embargar a voz, sem ferir-se com a memória. Por isso tanta gente fala em esquecer, deixar repousar aquilo que passou, adormecido sob as águas. Respeitar esta dor é em alguns casos a opção tomada.

Enquanto no plano concreto, a inundação física dos territórios efetivamente os relegou à memória, e impossibilitou a continuidade de várias atividades produtivas, ocasionando também injustiças em relação à recomposição dos territórios, simbolicamente, a mudança operada por Sobradinho transforma de modo abrupto e radical o *continuum* têmporo-cultural da vida de milhares de pessoas. Mas transformar não é terminar.

Pensava-se a princípio em uma ruptura total de um modo de vida para o surgimento de outro. Leituras e reflexões conduziram a análise para a dimensão de uma dinâmica em que a transformação, mesmo que violenta, para um novo momento, que se reveste de sentido e significado pela referência ao anterior.

Vislumbra-se então todo um universo de significados e significantes. De ideias e ações. O que não se sabia era da amplitude das resistências e conflitos ocorridos, muitas vezes em silêncio, mas reais e decisivos, e cada pequeno incidente, se não mudou o curso dos eventos, certamente guarda um elevado valor simbólico.

Reserva-se então um especial registro para aqueles que levantaram o rosto, a voz, o olhar. Muitos resistiram, sim, e de vários modos. Isso que não era claro no início do percurso, tornou-se um estímulo do meio ao fim. Reservara o destino uma incrível ironia. Rodolfo Rodrigues era dono de uma propriedade nas imediações do rio, antes da construção de Sobradinho, e, baseado na sua experiência com o rio, a mesma dos ancestrais, não aceitava a ideia de que as águas pudessem subir tanto ao ponto de submergir as campinas do Juá Velho, as árvores, as casas... Negando a possibilidade, e as propostas da CHESF, seu Rodolfo foi ficando. Ofereceram caminhões para a mudança. Ofereceram dinheiro, terra. Mas ele não pretendia sair. Já no período do alagamento, as equipes chegaram a visitá-lo de helicóptero, na tentativa de convencimento, e encontraram o homem com um dique de areia, feito

com enxadas e pás, com o qual pensava poder resistir àquela enchente, como havia resistido a outras. Mas as águas continuaram a subir, como nunca antes, e só então Rodolfo capitulou, retirando-se às pressas, com a família e bens, perdendo nisso, metade do gado e objetos.

A história é real, mas é também uma parábola. Principalmente porque quis o destino que fosse descoberta recentemente, no curso da pesquisa, e sendo Rodolfo avô paterno do autor. A pesquisa é assim, repleta de explicações, tanto quanto de mistérios.

Isso marca uma importante divisão, entre o que há para ser lembrado e o que pode ser esquecido. O resultado desta pesquisa é uma parte do que deve ser lembrado. Os mortos e as perdas não são iguais. Para alguns, a lembrança, para outros, descanso.

1.5 REFERENCIAL TEÓRICO CONCEITUAL

1.5.1 Estabelecendo parâmetros: conceitos basilares

O cerne das questões que perpassam este estudo é a compreensão do espaço, tornado em território, sua expropriação, e algumas ideias subjacentes, uma vez que a construção teórica em desenvolvimento é uma superposição de conceitos, aplicáveis à dimensão simbólica ou material, que evidenciarão a singularidade objetiva, um fato novo a ser assim explicitado.

A relação do morador com seu espaço antes apropriado, agora tirado, a propósito do exercício de poder e estratégia de desenvolvimento, exige um aprofundamento teórico. Remover uma pessoa do seu *habitat* é, conseqüentemente, tomar-lhe as bases da reprodução da vida. Agir assim a pretexto do progresso carrega um discurso a ser analisado, notadamente se visto em perspectiva trinta anos depois. Um olhar panorâmico sobre diversas linhas teóricas e paradigmáticas permite distinguir elementos e aspectos desta dinâmica própria, caracterizando-a melhor, compreendendo-a com mais riqueza.

As primitivas concepções de território se perdem nos silêncios e limitações dos antigos registros históricos da antiguidade, mas a partir das civilizações

helênicas e romanas, é possível delinear aspectos interessantes daquelas visões de território, em especial na obra reflexiva da filosofia clássica grega, culminada em Platão, e no acervo jurídico romano que passa a normatizar a vivência coletiva em relação aos lugares, estabelecendo marcos interessantes sobre a urbanidade em consolidação.

Os períodos históricos posteriores refinam o pensamento geográfico – ainda não explicitado como tal – como na Idade Média e período renascentista, em que vários estudiosos se debruçam sobre as questões de ocupação, domínio, tomada e vivência nos territórios. Uma obra representativa do pensamento da época é o conhecido O Príncipe, de Maquiavel (1996), tratado em que o poder é o centro das ações do governo e a expressão incontestável deste poder é o domínio de territórios. As problemáticas nacionais ficam claras nesta obra, em que as tensões europeias se representam, e a política caminha para a identidade nacional, com as consequências que se impõem. A partir daí é possível contextualizar tais concepções num cenário em que o Estado está a se afirmar como agente social e centro de poder na nascente geopolítica ocidental

A exploração do chamado Novo Mundo desperta grande discussão sobre ocupação e exploração de novos territórios, que paralelo ao crescente capitalismo mercantilista, coincide com tensões e conflitos entre as nações mais poderosas, cuja necessidade de legitimar suas ações gerou boa produção literária.

A formação dos Estados Nacionais, o colonialismo e o imperialismo são dimensões de um momento em que o território é compreendido como objeto de dominação, conquista, exercício de controle em relações de diferentes escalas.

O momento histórico posterior marca a transformação das relações sociais, com o desenvolvimento de novos mecanismos de dominação – inclusive territorial – e surgimento de revoltas e revoluções, entre as quais a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, de grandes repercussões nas produções subsequentes.

Neste momento, um movimento rumo ao global toma forma. A partir do século XVIII percebe-se o avanço da nova ordem, mais ampla, que não elimina o território nem o Estado, mas reveste-os de novos significados, com as inovações, invenções, descobertas, dando-lhes fluidez e complementaridade.

Em meio a isto, os escritos geográficos mostram-se ligados à burguesia e aos Estados, numa preocupação com a superfície, o solo terrestre e seus potenciais, como preexistentes em relação ao Estado e à exploração, ignorando a noção de um território constituído (DEMATTEIS, 1985:68).

Exemplar em relação a tal visão é a nascente ciência social germânica, compromissada com a visão expansionista de seu Estado em consolidação, com o progresso, com o futuro. Destarte, Friedrich Ratzel desponta com uma interpretação geopolítica de território que absorve conceitos biológicos, e implementa-os na compreensão dos espaços. Ratzel fará um percurso teórico etológico, associando o território às características naturais, e as possíveis interferências do homem, individualmente ou como grupo, às vezes étnico, em cuja relação se encontra uma possível origem – naturalista – para o Estado. Assim,

a sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com este objetivo, ela se transforma em Estado (RATZEL, 1990:76).

Neste sentido, o Estado se desenvolve na sociedade para efetivar a apropriação dos recursos naturais, o que condiciona o território à apropriação e dominação nele exercida. Enquanto pensador positivista, e de acordo com o momento científico, Ratzel minimiza o conflito e acaba por naturalizar a relação povo-território-nação, inclusive na proposição de metodologia, inclinada às ciências naturais.

Por estas inclinações, somadas à ascendência epistemológica burguesa e institucional, Ratzel não avança muito na direção da abordagem de elementos culturais ou econômicos, mesmo quando o tenta, em “As Leis do crescimento espacial dos Estados” (RATZEL,1990:175-192). Nesta obra, como em “Antropogeografia” (1990), fica latente o interesse do Estado alemão em sua visão expansionista, para o qual as interpretações convergem. Em síntese, o território é minimizado a uma parcela de espaço, independente da ação dos grupos sociais, Estado, ou mesmo sua presença e domínio.

Estas posturas são interessantes por apresentarem semelhança com o discurso oficial em estudo e por oferecerem um interessante contraponto às abordagens mais modernas para o conceito.

Posto assim, fica patente a necessidade de avançar para uma perspectiva mais abrangente, evidente que fica a limitação na compreensão do território até este ponto.

Buscando um eixo para as reflexões deste trabalho, despontam duas ideias, empregadas aqui complementarmente: a proposta de Léfèbvre, ao delinear o território como espaço produzido. A primeira refere-se ao espaço social que é um produto social (1992:26), em relações concretas e simbólicas, em diálogo com as forças político-econômicas, via de regra potencializando símbolos e representações sociais em favor do controle e da acumulação (1992:41). Léfèbvre também desnuda as relações de poder e a ação do trabalho como modificadores do território, associada à reprodução das relações produtivas, numa ligação com a teoria marxista (RAFFESTIN, 1993:152). Deste modo, estarão presentes ao longo do texto as noções, baseadas nas ideias de Léfèbvre, de que: a) o espaço não é algo dado, mas é produzido pelo homem na transformação da natureza pelo seu trabalho; b) as relações sociais são constituintes do espaço e é a partir delas que o homem altera a natureza; c) as relações sociais de produção, consumo e reprodução (social) são determinantes na produção do espaço; d) o espaço deve ser estudado a partir das formas, funções e estruturas, e e) novas relações podem dar funções diferentes para formas preexistentes, pois o espaço não desaparece, ele possui elementos de diferentes tempos.

É também importante mencionar a contribuição de Léfèbvre (1992:27) ao distinguir elementos ou dimensões da produção do espaço: 1) prática social (espaço percebido pelos indivíduos), 2) representações do espaço (espaço concebido por cientistas, engenheiros, planejadores etc.) e 3) espaço representacional (espaço diretamente vivido pelos indivíduos). Considerando esta abordagem, dedica-se tanto, nesta pesquisa à explicação histórica da formação do espaço, que torna-se território, até por fim ser transformado, em suas formas, estruturas e funções, num processo amplo e profundo.

A complementaridade do pensamento mais recente de Milton Santos reside, neste caso, na ideia bidimensional de um território – apropriação do espaço – que é físico, concreto, base de produção da vida, e que possui simbolismos que lhe dão sentido. Como ele mesmo explicitou:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002:10).

Neste sentido, ao mencionar as mudanças, transformações, realocações e outras metamorfoses decorrentes da inundação da área de Sobradinho, sempre há uma dupla referência, mesmo que eventualmente a semântica não dê conta de explicitar. Há um universo simbólico, subjetivo, que não termina com a submersão, porque é uma identidade em movimento, e mantém, nos novos locais de moradia – sejam onde forem – a vinculação entre passado e presente. O outro aspecto, a base espacial concreta, sofre uma ruptura clara, por afogamento, e afeta de modo próprio as dimensões a ela associada. Mediando as dimensões, a territorialidade apresenta-se como ideia híbrida, uma vez que sintetiza a apropriação ou uso, que são práticas sociais mas também são noções, e o espaço, que é feito mas também refaz o indivíduo.

Pretende-se compor assim, a partir de Henri Léfèbvre e Milton Santos um núcleo conceitual de exercício geográfico de diálogo onde se possa empreender a análise dos eventos que são territoriais mas se manifestam na dimensão temporal.

Há também influência de Santos (1997:72) quando aponta-se a relação da paisagem com a formação do território, na associação entre sociedade e paisagem, dinâmica que se processa no plano histórico, cuja compreensão é essencial ao entendimento de seu funcionamento. Como se pode ver no caso de Remanso, há a ressignificação, refuncionalização, reconversão de territórios, e principalmente a reconfiguração de referimentos simbólicos do espaço vivido. A paisagem é a materialização da mudança. A mudança da paisagem é a mudança da mudança.

Em outro momento, Santos (2001) trabalha o conceito de território usado, no plano econômico-material, num entendimento de espaço geográfico socialmente organizado, com origem na técnica. Tanto objetos como ações estão no território. Esses acréscimos humanos aos sistemas naturais compõem o território.

Também nesse sentido, Raffestin eleger a antropização, notadamente a econômica e política, como fator da composição, decomposição e recomposição

contínua do território, chegando a um modelo de territorialização que compreende: atores, trabalho, mediadores, programa/objetivos, e nas relações entre os atores e o ambiente. Surge um território resultante da ação dos indivíduos sobre a natureza, de modo processual e relacional, material e imaterial (SAQUET, 2007:143).

Além disso, como fica demonstrado do trabalho de PROST (2003), a ascensão dos militares ao poder no Brasil, em 1964, ocasiona a proeminência de todo um ideário gestado há longo tempo, de um Estado forte, orientado ao desenvolvimento por linhas geopolíticas definidas, posto em marcha pelos militares, auto-proclamados classe salvadora da nação. De orientação positivista, as mentes que então dirigiam as forças armadas brasileiras tinham formação técnica mais elaborada, corpo doutrinário bem estabelecido e motivação para interferir na política nacional. O conceito de Segurança Nacional, por exemplo, foi apropriado para resguardar a execução dos projetos do governo militar, sem objeções ou críticas. Quando foi criada a Área de Segurança no entorno do reservatório, ficou clara a seriedade do projeto, e que não seria tolerado aquilo que os militares chamavam de subversão ou desordem. A figura de um Estado forte interferindo da realidade do São Francisco é vista já na concepção das barragens em 1945, no governo de Getúlio Vargas, na dotação orçamentária da Constituição de 1946, e imediata constituição da Comissão do Vale do São Francisco, até à Barragem de Sobradinho, onde se revela a ação direta do poder federal, distanciada e insensível ao povo cuja vida iria transformar. Mas agora a intervenção ocupa e modifica espaços. A visão ditatorial do território é militarizada, pragmática e concreta, ignorando aspectos culturais ou sociais no processo de remoção das pessoas da área. Até que ponto esta abordagem norteou alguns setores da CHESF é uma questão posta.

Em outro sentido, Haesbaert (2002), na obra “Territórios Alternativos” articula a dimensão política e cultural numa sociedade que define seu território, e é por ele definida. O território de um grupo, seu chão, é sua identidade. Esta identidade territorial é desenvolvida pelos grupos sociais, mas a apropriação e ordenação do espaço são formas de domínio e disciplinação dos indivíduos.

Por isso ele enfatiza o caráter dinâmico do processo de desterritorialização (vinculada à dimensão econômica e política) e reterritorialização (territorialização associada às dimensões política e cultural). As redes associadas com a circulação

do capital seriam essencialmente desterritorializadoras, até por terem interesses de desestruturação política.

A ideologia, aliás, pertence ao universo do estudo proposto, pois é um importante motor nas ações, condiciona regras socioculturais e sofre modificações em movimentos históricos específicos. Esta ideologia é tomada aqui na acepção marxista, de falsa consciência, originária das divisões sociais, em que as ideias são apresentadas como camuflagem para a realidade, na prática da dominação social. O poder flerta com a ideologia em diferentes graus de descrição. A ideologia é visível no poder em diferentes contextos. Até onde esta relação é honesta, e como a contra-ideologia se comporta no território é uma questão a ser deslindada.

Refletindo as questões que envolvem o poder, Claude Raffestin, avançando com as proposições de Foucault, apresenta variantes do poder, visíveis em outras escalas além da estatal. Estreita-se o campo do poder. Para Raffestin, cada relação é poder. (RAFFESTIN, 1983:65).

Os trunfos do poder permitem a dominação. Homens exercem controle sobre outros através do Estado, mas também por meios mais sutis, e os objetivos do domínio já não são hoje aqueles simplórios recursos naturais de outrora. Há atualmente riquezas e práticas de poder diversos.

Léfèbvre aprofunda o raciocínio, distinguindo “apropriação” de “propriedade”, de modo que esta aponta uma construção, o “espaço-tempo-vivido”, em processos dinâmicos de grande variedade de manifestações, dada a multiplicidade de agentes e sujeitos envolvidos (LÉFÈBVRE, 1974:411-412).

A apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso da energia e da informação, são aspectos da dominação e controle social. Comparando com Ratzel, é uma concepção bem distinta, representativa que é de um outro mundo, em que outras premissas estão postas, e as metodologias desvelam muitas informações novas. A própria ação humana, das sociedades, agora vista como determinante, é um elemento consolidador de poder, especialmente o trabalho e as relações.

A desterritorialização resulta então na perda do lugar de reprodução social, a partir da fonte de recursos, quando os indivíduos tornam-se não apenas sujeitos marginais aos processos que os impuseram a tais condições, mas sujeitos desterritorializados. Nesse sentido, a desterritorialização se enquadra “como perda

de referenciais espaciais, concretos sob o domínio das relações imateriais” (HAESBAERT, 2002:56).

Assumindo que o espaço é tempo acumulado, notamos também sua temporalidade. Desterritorializar implica em romper a ligação temporal do homem com o chão, mas também impingir um novo ritmo de vida. Não é possível repetir as condições historicamente formadas com o território em um novo sitio. Como recompor as experiências? Como reconstruir a vinculação com o simbólico? Experiências como a religiosidade, tão arraigadas ao seu templo — espaço sagrado — como na **Figura 1**, não podem ser refeitas. O homem é o tempo que ele vive. O tempo está no espaço.



Figura 1: Capela semi-inundada

Fonte: . Foto de Luciano Andrade. Revista Veja, 4 de abril de 1979, p. 50

1.5.2 Lugar

O encadeamento das partes conceituais encontra no lugar sua ideia mais fluída. Como dimensão simbólica ou como lastro de vivência objetiva, o conceito fundamenta a própria postura do indivíduo em relação ao seu meio, e, na sua elementaridade universal, é comum a todas as pessoas. A delimitação espacial, de

modo tão maleável como é o lugar nas mentalidades em geral, torna-o também agregador.

A desterritorialização é um processo complexo, ligado à reterritorialização, que envolve o conceito específico de fronteiras, tanto políticas, como simbólicas e a hibridização cultural que pode ocorrer (HAESBAERT, 2004:35). O lugar então é o ponto do recorte territorial por cujo intermédio a pluralidade total dos elementos encontra sua síntese. Deste modo o objeto ganha significação (deixa de ser coisa, dado natural, e vira objeto, dado da história humana), o lugar se une a outros lugares e vê no seu conteúdo e interior definir-se o processo da produção técnica do espaço. A técnica exprime-se tanto primariamente como meio técnico, como também em uma dimensão econômica, e ainda tornando-se um meio técnico-científico. Nas abordagens mais recentes sobre o tema, várias propostas tem sido apresentadas, superando visões matemático-estatísticas, naturalistas, percebendo-se a complexidade, a singularidade dos processos. Um olhar sobre determinantes imateriais enriquece a Geografia com novos significados para o território, novas metodologias, que conduzem a algumas opções de explicações e muitas perguntas outras.

Um discernimento funcional para o lugar é a compreensão do lugar requer acesso a uma realidade tanto objetiva quanto subjetiva, uma construção humana bidimensional. Portanto, são as complexas interações entre o simbólico e o material que compõem o lugar.

Nisto é interessante como o discurso oficial atuou reiteradamente no sentido de enfraquecer a ideia de lugar. Nas falas de alguns setores técnicos da CHESF, como se verifica no depoimento de Roberto Cortizo¹, argumenta-se a decadência da navegação, que era a principal atividade da cidade, e conseqüentemente daquele modo de vida, depreciando o lugar, para levar a crer que, havendo determinadas condições – aquelas que ela oferecia – qualquer lugar seria melhor. A força do cotidiano que só estaria no lugar original cede em função do lugar vazio, onde um novo cotidiano seria construído.

A este propósito, há uma interessante discussão que envolve a mobilidade do lugar, bem sintetizada por Silva (2004:43-52). Prosseguindo a discussão, a visão de

¹ Página 198

Relph (1990) assume a localização comum do lugar, mas não como condição necessária e suficiente. Este debate é relevante porque, expõe Silva, “se o lugar fosse considerado como estático, as pessoas atingidas pelos grandes projetos não poderiam jamais reconstruir seu lugar.” (p.46). À medida que o morador desloca seu *habitat*, constrói novas relações com lugares, novas apropriações e usos, mantendo sempre o elo do seu mundo simbólico. Mas o rompimento físico contrapõe-se à continuidade do território em sua dimensão simbólica, que é a resignificação da vida, cuja violência da mudança é a razão de ser. A “Nova” Remanso só existe porque há a “Velha” Remanso.

Nesse sentido, surgiu um dito popular, logo após a mudança, “aqui é melhor, mas eu preferia lá”. O simbólico persiste, relacional e dinâmico em relação ao anterior, mas o concreto está sob as águas.

Retomando a ideia de lugar de Edward Relph, identidade e experiência delimitam a existência de duas categorias de agentes: o *outsider* e o *insider*. “Estar dentro de um lugar é pertencer a ele e identificar-se com ele; quão mais profundamente se estiver dentro, maior será a identificação com o lugar”². (RELPH, 1990:49).

A compreensão desta dicotomia é muito importante para perceber a dinâmica das ideias e ações do processo, e é uma percepção forte na cultura local, existente ainda hoje. Havia e há uma forte distinção na cidade em relação aos “de fora”, para quem se reserva a desconfiança, a cordialidade é diferente, as palavras são outras, e em especial, os preços são mais altos, porque, no imaginário geral, quem chega traz dinheiro.

1.5.3 Identidade

Em meio à intensa discussão sobre a territorialidade, é necessário recorrer a outros vieses teóricos, que tornarão estreita a vinculação entre os aspectos materiais e imateriais da apropriação do espaço. A noção de identidade é fundamental para consolidar um entendimento do território, afinal, é o mais

² “To be inside a place is to belong to it and to identify with it, and the more profoundly inside you are the stronger is this identify with the place”

consciente e visível dos aspectos do pertencimento. A identidade é percebida, vivida, e sua ausência, sofrida. É pela identidade que se travam as grandes lutas. O modo de vida humano – sua cultura – é ainda o mais eficiente elemento de agregação social. Apesar da imensa discussão sobre o tema, as reflexões de Stuart Hall em relação à diáspora africana e às suas significações culturais, possuem tanta semelhança com o caso em estudo, e trazem uma elaboração tão pertinente, que oferecem uma direção interessante para o raciocínio:

Essencialmente, presume-se que a identidade cultural seja fixada no nascimento, seja parte da natureza, impressa através do parentesco e da linhagem dos genes, seja constitutiva de nosso eu mais interior. E impermeável a algo tão "mundano", secular e superficial quanto uma mudança temporária de nosso local de residência. A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades — os legados do Império em toda parte — podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento — a dispersão. Mas cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor (HALL, 2003:28).

O autor explica que essa mesma identidade cultural, que é múltipla e ao mesmo tempo unificante, traz o paradoxo de, embora sonhada e almejada, não poder ser alcançada, porque simplesmente alcançou condição de metáfora. A identidade cultural é histórica, – “uma 'produção' que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação³” (1990:222) – e fadada à fragmentação.

Parece estranho, mas o afogamento operado por Sobradinho tem aspectos comuns com fenômenos de desintegração identitária posteriores. É provável ser esse um processo universal, decorrente da modernidade, com ponto máximo no fenômeno mais recente da globalização, que assim como a submersão, provoca o apagamento pelo enturvamento, homogeneização e desterritorialização.

Como outros processos globalizantes, a globalização cultural e desterritorializante tem seus efeitos. Suas compressões espaço-temporais, impulsionadas pelas novas tecnologias, afrouxam os laços entre a cultura e o "lugar". Disjunturas patentes de tempo e espaço são abruptamente convocadas, sem obliterar seus ritmos e tempos diferenciais. As culturas, é claro, tem seus "locais". Porém, não é mais tão fácil dizer de onde elas se originam (HALL, 2003:36).

³ “We should think, instead, of identity as a 'production', which is never complete, always in process, and always constituted within, not outside, representation.”

Canclini, ao analisar as características do hibridismo cultural, destaca dois fenômenos em sua origem: o descolecionamento e a desterritorialização. O primeiro refere-se ao desordenamento e mistura de elementos culturais, e o segundo diz respeito ao desligamento da base de vida de uma comunidade, tomada aqui em um sentido bem mais amplo:

Por isso, a análise das vantagens ou inconvenientes da desterritorialização não deve ser reduzida aos movimentos de ideias ou códigos culturais, como é freqüente na bibliografia sobre pós-modernidade.

Seu sentido se constrói também em conexão com as práticas sociais e econômicas, nas disputas pelo poder local, na competição para aproveitar as alianças com poderes externos.

As buscas mais radicais sobre o que significa estar entrando e saindo da modernidade são as dos que assumem ás tensões entre desterritorialização e reterritorialização. Com isso refiro-me a dois processos: a perda da relação "natural" da cultura com os territórios geográficos e sociais e, ao mesmo tempo, certas realocações territoriais relativas, parciais, das velhas e novas produções simbólicas (CANCLINI, 1997:8).

Deste modo, a ideia da desterritorialização está profundamente ligada a todas as instâncias da vida. Trata-se do universo simbólico como um todo, cuja transformação é precedida pela alteração do *modus vivendi*, amparado este em base material. Canclini também vislumbrou o poder necessário para tamanha operação. Não se trata apenas do poder imediato de quem dá as ordens, mas de toda uma conjuntura de transformação que hibridaria a cultura local, como de fato ocorreu em outras localidades, mas no caso, potencializada ao máximo pela modo radical e abrupto que ocorreu:

O incremento de processos de hibridação torna evidente que captamos muito pouco do poder se só registramos os confrontos e as ações verticais. O poder não funcionaria se fosse exercido unicamente por burgueses sobre proletários, por brancos sobre indígenas, por pais sobre filhos, pela mídia sobre os receptores. Porque todas essas relações se entrelaçam umas com as outras, cada uma consegue uma eficácia que sozinha nunca alcançaria. Mas não se trata simplesmente de que, ao se superpor umas formas de dominação sobre as outras, elas se potenciem. O que lhes dá sua eficácia é a obliquidade que se estabelece na trama. Como discernir onde acaba o poder étnico e onde começa o familiar ou as fronteiras entre o poder político e o econômico? Às vezes é possível, mas o que mais conta é a astúcia com que os fios se mesclam, com que se passam ordens secretas e são respondidas afirmativamente (CANCLINI, 1997:29).

A dinâmica da cultura e seus rebatimentos no presente são vislumbres importantes no contexto de culturas em reconstrução, remodelamento, ou mesmo busca de uma identidade, como postula Stuart Hall:

O que esses exemplos sugerem é que a cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma "arqueologia". A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu "trabalho produtivo". Depende de um conhecimento da tradição enquanto "o mesmo em mutação" e de um conjunto efetivo de genealogias.

Mas o que esse "desvio através de seus passados" faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nos mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nos fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar (HALL, 2003:44).

Em outro trabalho, Hall retomará, de forma ainda mais clara, o tema, demonstrando a imanência do passado:

O passado continua a nos falar. Mas já não se dirige a nós como um simples "fato passado", já que nossa relação com ele, como a relação da criança com a mãe, é sempre já "depois do intervalo". É sempre construída através da memória, fantasia, narrativa e mito. As identidades culturais são os pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou de sutura, que são feitos, nos discursos da história e da cultura. Não é uma essência, mas um posicionamento⁴ (HALL, 1990:394).

Tudo isto aponta para a ideia de que a desterritorialização como a da morte, não deve ser tomada no seu sentido clínico, de fim da vida, da existência, mas na acepção transcendental, de passagem, transmutação. Assim como Hall aponta a impossibilidade de retornar àquela África "imaginada", não se poderia retomar a identidade cultural das antigas comunidades anteriores ao lago.

A questão que pulsa, no entanto, é que a identidade cultural foi objeto de forte intervenção exógena diretamente na base material daquelas comunidades. Não é possível descolar a violência desse processo. E somente o exercício do poder poderia possibilitá-la.

⁴ "The past continues to speak to us. But it no longer addresses us as a simple, factual "past", since our relation to it, like the child's relation to the mother, is always-already "after the break". It is always constructed through memory, fantasy, narrative and myth. Cultural identities are the points of identification, the unstable points of identification or suture, which are made, within the discourses of history and culture. Not an essence but a positioning."

1.5.4 Poder

No intento de compreender os eventos da expropriação, desterritorialização e reterritorialização compulsórias que se processaram em Remanso, e a forma como isso se processou, de forma aparentemente incontestável, em ritmo acelerado, é preciso voltar-se para as estruturas de poder que então atuavam, e à própria natureza do poder, como elemento constitutivo deste fenômeno.

Uma contribuição importante encontra-se na produção de Michel Foucault, propondo o poder como perspectiva no olhar sobre o território. Para ele, o poder não é uma instituição, mas uma conjuntura de elementos. Este é um poder efetivo, prático, relacional. O poder e sua ação sobre o território passam a ter caráter dialético.

Com poder, não quero dizer 'o Poder', como conjunto de instituições e aparatos que garantem a submissão dos cidadãos em um determinado Estado. (...) Com o termo poder me parece que se deve entender a multiplicidade de relações de forças inerentes ao campo no qual se exercitam (...); o jogo que, através de lutas incessantes, transforma-o, reforça-o, inverte-o; o apoio que estas relações de forças encontram umas nas outras [...] (FOUCAULT, 1978:82).

A intencionalidade nas ações denota processos específicos, singulares, extrapolando a esfera do Estado e sendo percebida também em processos cotidianos, em que se pode detectar a orientação nas dinâmicas de poder e ideologia.

O Estado autoritário brasileiro, instituído a partir do golpe militar de 1964, havia restringido acentuadamente as liberdades políticas e individuais, e, dentro de uma lógica desenvolvimentista própria, empregava os recursos do capital internacional para promover obras de grande porte, visando, segundo se dizia, estruturar o país. Naquele contexto, em que não havia liberdade de expressão, o temor da repressão rondava a todos. O poder que os militares adquiriram, e ostentavam na região intimidava a maior parte das manifestações críticas.

Aquele poder exercido pela ditadura passou a definir o território. Claude Raffestin, na obra “Por uma geografia do poder”, expõe sua perspectiva do conceito de território. Em suas palavras, o território “é um espaço onde se projetou um

trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993:144).

O exercício do poder, em esferas diversas das atividades humanas são perscrutadas por Michel Foucault, que formulando raciocínios a partir da política, delineou bons parâmetros para a percepção do poder à nossa volta.

O que interessava para Foucault não era a construção de um novo conceito, mas sim a análise do poder como prática social, historicamente constituída, e as múltiplas formas de exercício do mesmo na sociedade. Assim, mais do que responder a pergunta “o que é o poder?”, para o autor, é mais importante indagar:

[...] quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, os diversos mecanismos de poder que se exercem a níveis diferentes da sociedade, em domínios e com extensões tão variados? [...] a análise do poder ou dos poderes pode ser, de uma maneira ou de outra, deduzida da economia? (FOUCAULT, 1985:174)

O território é uma complexa rede de relações sócio espaciais. É nesse sentido que aqui se aborda o território, numa tentativa de articulação entre as forças sociais que o compõem, nos exercícios do poder, com a multiescalaridade, e o caráter subjetivo que se associa às problemáticas concretas.

O poder do Estado é manifesto no tema deste projeto como perfeita aplicação do conceito de Raffestin, aplicando o trabalho como seu fundamento. Mas não poderia se resumir a isto. A potência do poder estatal em transformar a natureza pelo saber condiz também com tais proposições. O governo ditatorial brasileiro, num contexto de poder centralizado e inquestionável, chega à região como um estranho, mas apresenta seu modelo de desenvolvimento para aquelas comunidades, às quais pouco resta senão duvidar em silêncio. A “energia” do capital também estava envolvida no processo, oferecendo grandes possibilidades de transformação. Comprar e mudar. Quantas instituições não almejariam o poder que à Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF) foi outorgado? O poder foi demonstrado pelo portentoso aparelho logístico posto em campo através da executora, que frequentemente oferecia aos caatingueiros um monólogo em que restava ao interlocutor a escolha de aceitar seus termos de imediato, ou aceitar posteriormente, com maior prejuízo. Embora as equipes sociais tenham feito um trabalho de acompanhamento e mesmo intervenção junto aos atingidos, onde os

mesmos puderam ser ouvidos, no que diz respeito à maior parte dos prepostos da CHESF, notadamente o setor jurídico, eram dizeres comuns, reportados por D. José Rodrigues: “ou aceita essa indenização ou perde tudo debaixo d’água” e também “Se vocês não saírem, virá o exército”; ou ainda “virão os tratores da CHESF” (SIQUEIRA, 2007:34).

É importante lembrar que, inserido num governo militar ditatorial, nem os organismos sociais civis nem o aparato legal disponível naquele momento poderiam oferecer proteção jurídica ao cidadão em detrimento do interesse do projeto, aqui posto como interesse nacional, de prioridade absoluta em sua consecução. O engenheiro chefe, Eunápio Peltier de Queiroz, dizia que os ataques à estatal eram impatrióticos, pois a mesma era identificada com o próprio projeto de progresso do Estado brasileiro. Em outras palavras, quem poderia atentar contra os dizeres da bandeira nacional? O processo de decisão foi vertical e autoritário com seu centro bem distante, e a contra-parte – o povo – figura predominantemente no projeto como empecilho a ser removido, num procedimento que, efetivamente, é citado na documentação oficial como “de limpeza”.

1.5.5 Projetos de Grande Escala e realocações compulsórias de populações

Concebe-se aqui as grandes obras públicas como resultado de uma forma de produção denominada Projetos de Grande Escala (PGE), como sugerido por Lins Ribeiro (1985). A análise destes projetos e semelhanças estruturais entre obras tão diferentes levam a um conceito, que segue um modelo de planejamento repetido em diferentes contextos históricos e geográficos. Estes processos apresentam uma lógica em três dimensões: **a) Gigantismo:** grande movimento de capital e mão-de-obra; **b) Isolamento:** é comum que estas iniciativas ocorram em lugares distantes, desvinculados dos sistemas econômicos mais amplos; e **c) Temporalidade:** o PGE se inicia pelo planejamento, sustentado na racionalidade técnico-científica e legitimado por discursos ideológicos baseados em progresso e desenvolvimento.

Conceituar as barragens como PGE é importante para analisar a participação dos setores atingidos, pois permite contrapor a centralização do planejamento aos processos de legitimação e organização das populações afetadas.

Efetivamente, o impacto das mudanças e a força com que elas chegam às pessoas atingidas por barragens acarreta grande revolvimento social, e dá urgência ao seu entendimento, cujos estudos e preocupações atendem à demanda de um fenômeno global.

A Comissão Mundial de Barragens (*World Commission On Dams-WCD*), ligada à Organização das Nações Unidas, em relatório divulgado em 2000, estimou que entre 40 e 80 milhões de pessoas foram deslocadas compulsoriamente, em consequência da construção de grandes barragens. Dois terços destas obras (na época, apontava-se a existência de mais de 45 mil grandes barragens) foram realizadas em países do chamado terceiro mundo. A energia hidrelétrica é responsável por mais de 90% da produção total de eletricidade em 24 países, dentre eles o Brasil (WCD, 2000:14).

As expulsões de populações de suas casas e terras, vinculadas à realização de grandes empreendimentos hidrelétricos fazem parte das denominadas realocações para "desenvolvimento". María Rosa Catullo apresenta em "*Ciudades Relocalizadas*" (2006:29-34) outras informações, onde se percebe que o número de pessoas expropriadas por este tipo de realocação é muito alto, na Ásia e África chega a quase dois milhões. Este número triplica-se ao somarmos os atingidos pelas barragens ainda em construção, de *Sardar Sarovar* (Índia), com quase um milhão de afetados, e Três Gargantas, no rio *Yangtze* (China) que já expulsou quase dois milhões de pessoas. Na América Latina, a construção de represas nacionais já movimentou cerca de quatrocentas mil pessoas, e os empreendimentos binacionais – como Itaipú, *Yacyretá* e Salto Grande – tem deslocado mais de cem mil pessoas.

No Brasil, mais de um milhão de pessoas – cerca de 300 mil famílias – foram expulsas de suas habitações em consequência de construções de grandes barragens, ainda segundo o relatório da Comissão Mundial de Barragens.

Ao apontar o percurso de parte das investigações sobre o tema na América Latina, Catullo demonstra que desde as primeiras empreitadas deste tipo até hoje tem sido crescente o envolvimento das populações nas iniciativas de crítica, diálogo, e mesmo resistência aos executores de deslocamentos, que não raro se excedem em suas atribuições e praticam arbitrariedades.

Uma primeira evidência em relação a isto é que cada deslocamento compulsório é único, e as estratégias de resistência parecem variáveis em quantidade e qualidade. Duqué (1980) ao analisar as estratégias de resistência dos atingidos em Casa Nova-BA, em contexto idêntico, aponta traços de semelhança com o trabalho de Germani (2003) mostrando o posicionamento ativo e organizado dos colonos em Itaipu. Os trabalhos mais recentes, inclusive os vários estudos nesta temática apresentados no Encontro de Ciências Sociais e Barragens realizado em Salvador, em 2007, apontam para o aumento de envolvimento e resistência aos projetos de deslocamento populacional nos últimos trinta anos. Os deslocamentos populacionais massivos devem ser compreendidos como processos, ou seja, uma série de eventos que se sucedem no tempo e cuja duração excede o cronograma delimitado no cronograma de planejamento.

A esse propósito, é fundamental expor o conceito que embasa a noção de atingido. Assume-se aqui a discussão de Vainer sobre a evolução a acepções da ideia de atingido, empregando uma abordagem ampla que visa uma reparação em relação às injustiças do processo:

a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se, legitimação de direitos e de seus detentores. [...] estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e em alguns casos como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação...” (ROTHAMAN, 2008:40).

No desenvolvimento de seu argumento, Vainer apresenta duas concepções para o atingido: Primeiramente, uma Concepção Territorial-Patrimonialista, onde o atingido é somente proprietário de terra. Há o dono da terra de quem o empreendedor comprará, conforme o direito brasileiro, que concede o direito de desapropriação ao empreendedor com base no reconhecimento da utilidade pública do empreendimento. Desse modo, as empresas do setor elétrico se limitavam a indenizar somente os proprietários de terras alagadas. Nesta perspectiva, em que as dimensões ambientais ou jurídicas não eram consideradas, priorizava-se o aspecto patrimonial-fundiário, em detrimento de quaisquer outros prejuízos, principalmente para as populações, obstáculo a ser removido. A segunda concepção, Hídrica, capta o atingido enquanto ser inundado, não somente o proprietário, mas os posseiros, meeiros, ocupantes e todos que são submetidos a um deslocamento compulsório, ampliando os custos do empreendimento.

A ideia de deslocamento econômico, proposta pelo *Resettlement Handbook* da *International Financial Corporation* – IFC (2001), é interessante por ampliar o escopo do conceito para aqueles que estão vinculados a atividades produtivas interrompidas ou modificadas pelo empreendimento. Deste modo, a proposta de organismos internacionais, como o IFC e o WCD é que os projetos que envolvem deslocamento compulsório sejam utilizados como oportunidade para promover o desenvolvimento, recolocando os atingidos em condições melhores que as anteriores.

No caso em lide, além da desestruturação territorial, que fez um contingente de atingidos diretos, houve a desarticulação de redes de relações sociais e fluxos comerciais, entre a berada do rio e as várias Caatingas, invertendo alguns mercados e fazendo desaparecer outros. A transferência do sistema de transportes fluvial para o rodoviarismo atingiu a toda a população, em diferentes escalas, modificando o modo de movimentação e aporte de informações e produtos.

Como o deslocamento populacional extrapola os limites dos que foram expulsos fisicamente, considera-se aqui atingido todos aqueles que estavam integrados à rede de economia e cultura, porque o território enquanto construção social, ou enquanto espaço usado, não pode ser desmantelado em uma parte sem atingir o todo. A reconfiguração de um terreno reconfigura caminhos, saberes e fazeres com repercussões multiescalares.

Este processo coincide também com o desenvolvimento do capitalismo e seus princípios nos locais de implantação, tidos como “atrasados” pelos planejadores. Um exemplo disso em Remanso é a substituição da noção de valor de uso do espaço pelo valor de troca, evidente na modificação do mercado imobiliário, visível até na denominação que se passa a dar às casas construídas na nova cidade, “casa de troca”, algo desconhecido na comunidade anterior. Este processo evidencia como as populações foram afetadas pelas decisões ao longo do processo, sem participar delas, mas deixado com as perdas, com possíveis rebatimentos na atual realidade.

1.5.6 Outras Abordagens

Nas últimas décadas, muito se produziu sobre a problemática das barragens, mas a Barragem de Sobradinho guarda a peculiaridade de seu pioneirismo, o que dá um caráter especial aos primeiros estudos, um tom de estupefação diante de um

objeto novo, mas de enormes proporções. O contexto dos anos 1970, da tensão entre o idealismo e o autoritarismo políticos, reforçam o engajamento dos primeiros textos sobre a questão.

Seguem nesse tom as várias reportagens especiais do Jornal A TARDE de Salvador(BA), que ao longo da construção da Barragem enviou vários repórteres e exerceu papel de denunciador de abusos, chegando a promover debates que expuseram o conflito para o resto do Estado⁵ e País.

Embora hoje se saiba que a chamada grande imprensa brasileira possui engajamentos suspeitos, e freqüentemente posicione-se contra interesses populares, também é notório seu papel de crítica e denúncia na época da ditadura militar. Neste trabalho constam alguns textos publicitários da CHESF, publicados naquela época, que apresentam o discurso em favor de Sobradinho. São igualmente interessantes as imagens de publicações da época, que captam a realidade irretocável daquele momento. Por fim, são muito reveladoras as matérias publicadas na Revista Veja⁶, que além do texto crítico, expuseram com riqueza de imagens o drama dos expropriados para todo o país. A análise dos discursos e a cautela em relação a essas fontes são cuidados constantes, que justificam a aquisição de importantes registros.

No que se poderia chamar de *front* do conflito, pelo lado dos atingidos, a única fonte regular de informações conhecida é o informativo da Diocese de Juazeiro, "Caminhando Juntos", que em seus textos assumia a posição de contestação e crítica, em defesa das comunidades da região. O papel de resistência era capitaneado pelo Bispo de Juazeiro, Dom José Rodrigues, que em várias ações e escritos, tornou-se figura expoente naquele contexto, chegando a depor na CPI das Enchentes, em setembro de 1977, na Câmara Federal, com grande repercussão nacional. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), em seus primeiros passos também se mostrou importante da divulgação dos abusos e organização de movimentos.

⁵ Em especial a série de debates publicada em março de 1980, por ocasião das enchentes posteriores ao enchimento da reservatório, que não estavam previstas, e provocaram grandes perdas e deflagrou a primeira grande onda nacional de questionamento ao empreendimento, culminando com um CPI das Enchentes na Câmara Federal.

⁶ Notadamente as reportagens "O ciclo das águas", de 11 de outubro de 1978, pág. 70, "Enchente Inevitável?", de 04 de abril de 1979, pág. 50, e "Água a rodo", de 19 de novembro de 1980, pág. 134.

Passando à esfera acadêmica, são conhecidos trabalhos de alguns pesquisadores, sobre o assunto, de modo mais específico, sob enfoques distintos, como demonstra a **Figura 2**:

Autor	Título / Instituição / Área de Estudo/ Ano	Objeto / Enfoque
Ghislaine Duqué	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Casa Nova: interventions du pouvoir et strategies paysannes; un municipe du sertao bahiano, a l'heure de la modernisation.</i> - Tese de Doutorado em Sociologia Rural, <i>Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales</i>, Paris, 1980 	<ul style="list-style-type: none"> - Município de Casa Nova - BA - Resistência campesina / poder estatal
Lygia Sigaud	<ul style="list-style-type: none"> - Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. - Comunicação do programa de pós-graduação em antropologia social do Museu Nacional, v. 9, UFRJ, 1986. 	<ul style="list-style-type: none"> - Barragem de Sobradinho - Consequências de Sobradinho
Rosa Maria V. Pereira	<ul style="list-style-type: none"> - O papel da Igreja na resistência camponesa de Sobradinho - Tese de Mestrado, UFBA, 1987 	<ul style="list-style-type: none"> - Resistência Camponesa - Atuação da Igreja Católica - Sociologia
Emma Siliprandi	<ul style="list-style-type: none"> - Os sindicatos dos trabalhadores rurais face as intervenções do estado na área de Sobradinho 1971/1987: o caso de Remanso e Pilão Arcado. - Tese de Mestrado em Sociologia Rural, UFPB, 1988 	<ul style="list-style-type: none"> - Sindicatos do Vale do São Francisco - O papel da resistência dos sindicatos diante dos problemas da região.
Teresa Lúcia Muricy de Abreu	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Etude des facteurs determinants de la depletion des eaux du Lac de Sobradinho et les effets au niveau</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Barragem de Sobradinho - Efeitos da construção da barragem - Engenharia ambiental

	<p><i>des usagers.</i></p> <p>- Tese de Doutorado em Engenharia Ambiental, <i>Université de Savoie</i>, 1990.</p>	
Ruben Siqueira	<p>- Do que as águas não cobriram – um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho.</p> <p>- Tese de Mestrado em Ciências Sociais, UFPB, 1992</p>	<p>- Camponeses atingidos por Sobradinho</p> <p>- Cultura e Tradição das comunidades atingidas</p>
Ely Estrela	<p>Três felicidades e um desengano: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-Bahia.</p> <p>- <i>Tese de Doutorado em História, PUC/SP, 2004.</i></p>	<p>- Os atingidos transferidos para o Projeto de Colonização Serra do Ramalho.</p> <p>- Trajetória dos atingidos no PEC Serra do Ramalho.</p>
Juracy Marques	<p>Cultura material e etnicidade dos povos indígenas do São Francisco afetados por barragens: Um estudo de caso dos Tuxá de Rodelas, Bahia, Brasil.</p> <p>- Tese de Doutorado em Cultura e Sociedade, UFBA, 2008.</p>	<p>- Análise da forma como os povos indígenas do São Francisco, particularmente o Povo Tuxá de Rodelas, pensam a cultura material levantada em salvamentos arqueológicos e a incorporam nos seus processos identitários contemporâneos.</p>

Figura 2: Quadro-resumo de trabalhos acadêmicos identificados, sobre a construção da Barragem de Sobradinho. Elaboração do autor

O trabalho de Duqué (1980) capta os conflitos campesinos na borda do Lago, e especificamente na cidade de Casa Nova, desde os primeiros meses do deslocamento dos habitantes, e descreve as estratégias de resistência e contestação empregadas pelos mesmos na tentativa de, pelo estabelecimento de diálogo com as equipes sociais, ao menos minimizar as perdas diante do deslocamento compulsório.

Em sentido semelhante, Rosa Maria Pereira (1987) e Emma Siliprandi (1988) também ressaltam a resistência de segmentos sociais durante a construção da Barragem de Sobradinho. Pereira se apoiou na boa documentação mantida pelas

paróquias e dioceses da região e recuperou as diversas ações que a Igreja Católica liderou, para esclarecimento, crítica, informação e protesto, assumindo posição de destaque na luta. Siliprandi buscou em seu texto a definição do papel dos sindicatos do Vale do São Francisco, em sua trajetória de formação, configuração e atuação na defesa dos atingidos, notadamente os caatingueiros.

Rubens Siqueira (1992) empreendeu em sua tese um resgate da cultura dos habitantes da região atingida por Sobradinho, notadamente por incursões ao campo, onde percebeu o falar, o agir, o pensar, e sobretudo a angústia dos caatingueiros, com o futuro incerto, oprimidos por forças que lhes escapavam à compreensão, mas, pior que isso, sendo espoliados em suas propriedades e benfeitorias. Lygia Sigaud também questiona em seu trabalho as consequências da construção da barragem, buscando padrões com outras obras, e especificamente comparando com a Barragem de Machadinho, entre os municípios de Piratuba(SC) e Maximiliano de Almeida(SC), ambos projetos ligados a interesses nacionais que não consideram o fator social dos atingidos. Abreu se utilizará de uma análise técnica dos fatores de depleção do Lago, numa abordagem que parte da engenharia ambiental para perceber como a questão social é premente neste caso. Por fim, Marques resgatou a percepção de povos indígenas da região a partir do contato com sua cultura material antiga, contextualizado com o processo histórico de Sobradinho.

Cada pesquisa evidencia seu contexto e viés próprio, e em cada especificidade contribuem para o debate, mas ainda é preciso discutir a territorialidade e a luta pelos espaços que se processaram na região e se desdobram ainda hoje.

1.5.7 A berada e o LMEO

A análise das territorialidades envolve diferentes compreensões que as pessoas fazem da terra. Para os moradores da bôra-do-rio, a faixa de terra que compreende a margem, a área de vazante e lagoas que eventualmente se anexam ao curso d'água são reservas naturais de onde se extraía sustento. Da mesma forma que a exploração da terra em comunidades de fundo de pasto ainda é uma categoria não devidamente reconhecida pelas leis e instituições, as apropriações tradicionalmente praticadas por beradeiros não eram contempladas pela legislação.

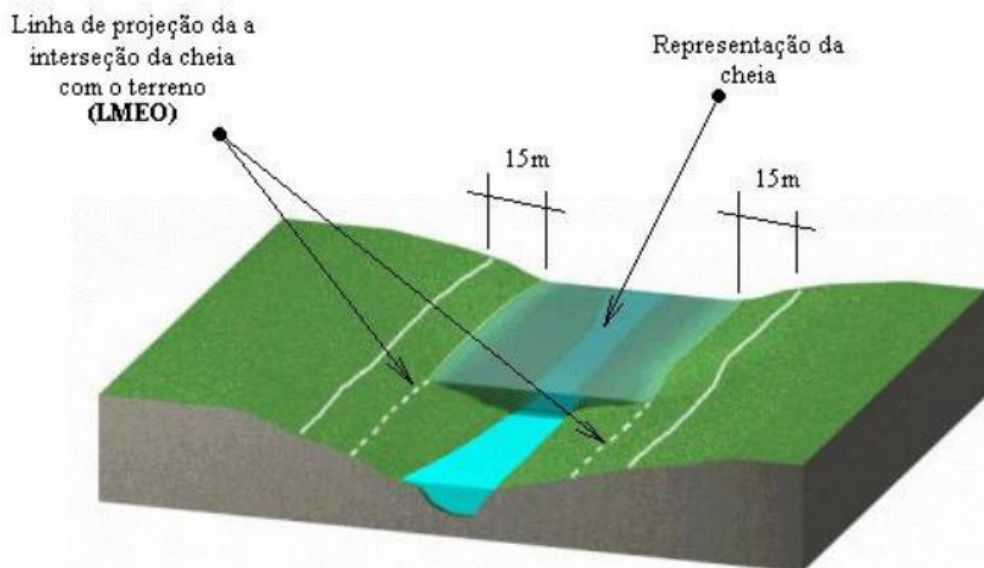
Para o Estado, o que rege a margem dos rios considerados federais é figura da LMEO. A Linha Média das Enchentes Ordinárias (LMEO) demarca uma faixa de terra de 15 metros medidos horizontalmente para a terra, em cada margem de rios considerados federais, como disposto no Decreto-lei n.º 9.760, de 05 de setembro de 1946:

Art. 1º Incluem-se entre os bens imóveis da União:

- a)
- b) os terrenos marginais dos rios navegáveis, em Territórios Federais, se, por qualquer título legítimo, não pertencerem a particulares;
- c) os terrenos marginais de rios e as ilhas nestes situadas, na faixa de fronteira do território nacional e nas zonas onde se faça sentir a influência das marés;

Art. 4º São terrenos marginais os que banhados pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés, vão até a distância de 15 (quinze) metros, medidos horizontalmente para a parte da terra, contados desde a linha média das enchentes ordinárias.

Esta definição, originária da Lei n.º 1.507, de 26 de setembro de 1867, foi incorporada à atual Constituição brasileira, que no seu Artigo 20 estipula como bens da União “os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio [...] bem como os terrenos marginais e as praias fluviais” (BRASIL, 1988: 13)



Trecho hipotético de um rio federal qualquer

Figura 3: Ilustração hipotética de área de LMEO.

Como se ilustra na **Figura 3**, a faixa de terra da LMEO, que é patrimônio da Marinha, situa-se entre a linha tracejada, considerada o ponto médio de enchentes do rio, e a linha branca, em ambas as margens.

Pelo fato de pertencerem à União, as áreas marginais ao Rio sempre tiveram seu uso variando entre o controle municipal e a anarquia. As terras das ilhas eram administradas pelas prefeituras municipais, e as terras do continente, fossem caatinga, sequeiro, lagoa ou beirada, eram ocupadas por quem o conseguisse fazer. O município cobrava uma taxa anual aos moradores das ilhas, um tipo de foro, que, pelas narrativas, não chegava a ser uma quantia alta. Os fiscais da prefeitura verificavam a produção da ilha e, com base nisso, arbitravam o valor.

Um bom relacionamento – que às vezes significava troca de favores ou subserviência – com os chefes políticos locais definia a possibilidade de conseguir e manter a posse de uma área marginal nos tempos anteriores à Barragem de Sobradinho. Atualmente a vazante é ocupada sempre que o rio baixa, por centenas de pequenos plantadores, que aproveitam a fertilidade da terra, e sem nenhuma regulamentação a ocupam por alguns meses. Estas áreas mais privilegiadas atraem a cobiça de muitos que acorrem para o “bera-do-rio” em época de baixa, causando freqüentes conflitos fundiários.

CAPÍTULO 2 PERCURSO HISTÓRICO – UM REMANSO NO TEMPO

A territorialidade, como exposto, está ligada à formação espacial. Somente uma compreensão mais acurada dos processos históricos permite um aprofundamento das identidades e das transformações. O desenvolvimento da configuração sócio-espacial da região do Baixo-Médio do São Francisco, e em Remanso de modo especial, como se sabe, é relacionado à ocupação e povoamento, processos históricos que possibilitaram o surgimento e papel dos vários atores, e se conjugam com as peculiaridades locais, de modo a produzir uma singularidade, que é a conjuntura da realidade. Por isso, é tão importante expor o contexto do fenômeno, numa abordagem temporal, como propôs Thompsom:

(...) a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e

funções velhas podem achar sua expressão em novas formas (THOMPSON, 2001:243).

Os processos que influenciam as ações na área de estudo repercutem o contexto histórico em maior escala. Evidentemente, as periodizações oferecem seu risco, mas tomadas como distinção das rupturas e continuidades históricas, na busca das transformações – a diferença – assumindo a descontinuidade como sua reveladora. Embora não seja o viés metodológico adotado neste trabalho, o discernimento de Michel Foucault sobre este tema específico é pertinente:

E, assim, o grande problema que se vai colocar - que se coloca - a tais análises históricas não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer; de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único; que modo de ação e que suporte implica o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos e das repetições; como a origem pode estender seu reinado bem além de si própria e atingir aquele desfecho que jamais se deu - o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos (FOUCAULT, 2008:6).

A busca pelos processos transformadores da história conduz à descoberta dos termos essenciais da sua dinâmica, a constância dialética que move os acontecimentos, com os avanços e retrocessos que os grupos sociais produzem, e mais profundamente, os conflitos que precedem a própria consciência de classe:

As formações de classe e a descoberta da consciência de classe se desenvolvem a partir do processo de luta, à medida que as pessoas “vivem” e “trabalham” suas situações de classe. É nesse sentido que a luta de classes precede a classe. Dizer que a exploração é “vívida nas formas de classe e só então gera formações de classe” é dizer exatamente que as condições de exploração, as relações de produção existem objetivamente para serem vividas? (WOOD, 2003:76)

Essa experiência peculiar do ser humano, que se organiza, evolui, transforma o seu entorno, e estrutura sua obra mais complexa – a sociedade – pode receber vários nomes, mas, assumindo que trata-se da sua própria vida, não há melhor caminho para a história do que a análise objetiva do que aquilo que um grupo é capaz de realizar.

Se determos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observamos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, está é sua única definição (THOMPSON, 1987:11-12).

Porque a transformação histórica não está condicionada aos gabinetes, aos documentos, aos grandes atos. Está no cotidiano do trabalho, do sofrimento, da submissão ou da resistência.

Em momentos diversos da história, as mudanças chegam em ritmos e intensidades variadas, pois rupturas e permanências são ciclos dialéticos melhor definidos em escala local. O controle do modo de produção está no centro da questão. E é o tempo que conduz suas tramas, afinal “os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada” (SANTOS, M., 1979:14). O que se propõe é a possibilidade de associar as distintas temporalidades gerais como componentes e influenciadores objetivos dos eventos no Baixo-Médio do São Francisco.

A proposta é categorizar três momentos históricos nesta região que apresentam ciclos e padrões relativamente homogêneos, decisivos para a formação da realidade dos anos 1970, quando se processaram as grandes transformações associadas à construção de Sobradinho. Dogmatismos e apriorismos são evitados. O estudo das abordagens positivistas, como intentou Euclides da Cunha, para entender o semi-árido, demonstra que a compreensão de um fenômeno está além da explicação enciclopedista:

O historiador sabe que não pode reduzir as ações humanas a regras naturais, porque assim não veremos a vida real, o drama da História. Os fatos reconstruídos, percebem-no todos que exercitam a história, não se enquadram nas causas amplas e gerais com que o positivismo quis explicar o curso da humanidade (RODRIGUES: 1957:39-40).

Postos estes marcos, o primeiro momento histórico proposto abrange a civilização que precedeu a chegada do europeu, com toda a sua riqueza ancestral que influenciou profundamente a formação dos povos que os sucederam, o encontro das culturas e seus choques, e a consolidação dos modos produtivos e das relações

sociais, no final do Século XIX, quando as estruturas de dominação tornam-se mais complexas, não necessariamente ligadas à terra e à atividade agropecuária, mas gradativamente incrementadas pela política, que, nas características daquela época, torna-se o mecanismo de controle, moeda de troca, motor social, e, evidentemente, a nova convergência do poder regional.

Neste contexto é que se distingue o segundo período, pelo despontar dos novos senhores do Vale do São Francisco, com raízes no latifúndio agropecuário, mas com o olhar firmemente posto em instrumentos mais sofisticados de mando. O fortalecimento das instituições, especialmente jurídicas, coincide com o aparelhamento estatal, no início da República, iniciando uma época onde terras e gado não bastariam para o exercício do poder. Intensifica-se o contato dos chefes regionais com a capital, e assim com os circuitos do poder político, que passa a afirmar-se como meio eficiente para obtenção de seus objetivos. A exclusividade de outorga de poder pelo Estado, por regras definidas, e a desconfiança para com os primeiros governos, militares, exige que os líderes regionais estejam inseridos nestes circuitos, para, entre outras coisas, evitar surpresas, notadamente aquelas que atentassem à propriedade.

De modo que parte das características do coronelismo começaram a tomar forma bem antes da sua instituição formal. A era dos coronéis, a mais agitada, somente terminou com o cerceamento de seus poderes, num processo lento e heterogêneo, iniciado com a Revolução de 1930, e ainda por vários anos até o enfraquecimento visível do poder coronelista, possivelmente nos anos 1950. O declínio do coronelismo em Remanso é um fenômeno difuso, marcado pela saída dos representantes das famílias historicamente associadas a essa modalidade de prática política, e emergência de novos líderes. A partir dessa transição, contudo, registram-se práticas semelhantes às do coronelismo, cada vez mais esparsas, e não mais como parte de uma estrutura social.

A partir dos anos 1950, percebe-se de modo geral que um novo momento se desenha, no ritmo das grandes transformações mundiais. No Brasil, durante o mandato de Getúlio Vargas, e com maior intensidade na eleição de Juscelino Kubitschek, em 1955, e o entusiasmo que a segue, na grande expectativa de mudanças que de fato atingiram a todos. É neste ponto – o terceiro momento

histórico – que se opera no Vale do São Francisco uma intensa ocupação dos espaços de poder e mediação social, por parte do Estado brasileiro, e também das instituições baianas, que aos poucos, reivindicam o controle sobre a área. Quando os funcionários do Governo e da CHESF chegam à região, no início dos anos 1970, já encontram um relativo avanço de várias instituições e serviços, não obstante o estado de pobreza e domínio por parte das oligarquias, bem enraizadas nos períodos anteriores.

Assim é que, para iniciar este percurso, ainda que de modo abreviado, talvez até reticente, se toma como ponto de partida o contexto dos primeiros encontros entre civilizações na região, analisando sua evolução, para uma compreensão mais apurada das origens deste povo e suas ações.

2.1 NO PRINCIPIO

As narrativas, descrições, interpretações e especulações sobre a chegada do europeu aos chamados “sertões de dentro” compõem um imenso e heterogêneo conjunto de informações, que não obstante as lacunas e divergências, permitem consenso em alguns pontos que aqui interessam.

Um dos mais assentados consensos é de que a história de todos os povos ribeirinhos passa inevitavelmente pela história do Rio São Francisco. A formação, evolução e configuração de tais culturas é, indubitavelmente, vinculada às relações do homem com o meio natural, mediado pelo rio.

Donald Pierson (1972:223) lembra a assertiva de Vicente Cardoso, sobre o Rio São Francisco, de que seria inicialmente um “rio sem história” dada a rarefação de registros, inclusive entre as comunidades nativas, o que ocasionou, durante muito tempo, o domínio da chamada “história dos vencedores”, no caso o branco invasor. E mesmo nas crônicas do conquistador, é iminente a dúvida, em relação à exatidão e fiabilidade das informações.

Pierson aponta, por antigos registros, a existência de uma diversidade de povos às margens do Rio São Francisco, além dos Jês e Tapuias frequentemente citados: Amoipira, entre a Barra e o tributário Salitre; Tupiná, entre o Jacaré e o Salitre; Ocren e Sacragrinha, nas imediações do Salitre e Tupinambá, à esquerda

inferior ao Salitre (PIERSON, 1974:229). Considerando as condições climáticas, decisivas para a alimentação e sobrevivência, os invasores se esforçaram em firmar que a população indígena não era muito grande no Vale do São Francisco, o que tem um sentido no ponto de vista da justificação do genocídio, e do apagamento histórico do outro, mas é contestado de modo veemente pelas pesquisas recentes, notadamente o trabalho de Juracy Marques (2008). Não obstante, mesmo trabalhos como o de Pierson reconhecem a grande diversidade e riqueza étnica dos primeiros habitantes da região. Os muitos relatos de achados de inscrições parietais rupestres dão conta de uma grande capacidade expressiva e uma cultura elaborada. Estes povos eram nômades e tinham sobrevivência instável em razão das migrações à procura de alimento e, posteriormente, acuados pela presença ameaçadora do invasor.

O sistema das capitanias hereditárias, que deveria provocar a ocupação de toda a Colônia terminou por levar a atividade econômica portuguesa a pequena parte do litoral, onde se instalaram os engenhos, focos de produtividade nos padrões europeus, e voltado para o mercado ultramarino. Somente com o tempo, surgem as primeiras empreitadas de brancos em direção ao interior, onde os indígenas ainda detinham a posse da terra, em seu modo de vida ancestral.

Como lembra Celso Furtado (1961:56), Portugal corria sério risco de perder as novas terras se não as ocupasse, e, na ausência de recursos suficientes para tamanho empreendimento, tornou-se urgente a concessão das terras à pequena nobreza lusitana. Isto foi feito com vantagens extraordinárias, o que acabou mostrando-se eficiente, senão na implantação de um modelo produtivo e uma nação moderna, ao menos proporcionou a ocupação e até expansão das fronteiras, às custas do capital privado, embora com desproporção nos termos contratuais, que levavam ao usufruto desmedido da terra, sem controle ou limitação, estabelecendo uma nova geração de senhores de terras no momento em que a Europa experimentava o mercantilismo, no processo de transição para o capitalismo.

É possível que o poderio quase ilimitado que os latifundiários brasileiros experimentaram, na maior parte da história, tenha embasamento na instituição das capitanias hereditárias, jurisprudência para a exploração perpetrada por sucessivos grupos de dominadores, que se apresentaram sob diferentes títulos ao longo da

história: capitão, sesmeiro, donatário, fazendeiro, coronel, político. O Estado, em diferentes épocas e modos, autorizou a entrada e ocupação destes grupos, servindo o aparato legal sempre ao invasor, ao qual era outorgado o poder jurídico de representá-lo.

[O Rei D. João III] ordenou que se povoasse esta província, repartindo as terras por pessoas que se lhe ofereceram para as povoarem e conquistarem à custa da sua fazenda, e dando a cada um cinquenta léguas por costa com todo o seu sertão, para que eles fossem não só senhores, mas capitães delas pelo que se chamam e distinguem por capitánias.

Deu-lhes jurisdição no crime de baração e pregão, açoutes e morte, sendo o criminoso peão, e sendo nobre até dez anos de degredo [...] E ainda que os donatários são sesmeiros das suas terras e as repartem pelos moradores como querem [...] Pertencem-lhes também a vintena de todo o pescado que se pesca nos limites de suas capitánias, e todas as águas com que se moem os engenhos de açúcar, pelos quais lhes pagam a cada cem arrobas duas ou três, ou conforme se concertam os senhores dos engenhos com eles ou com seus procuradores (SALVADOR, 1624:23).

A política lusitana de concessão de gigantescas porções de terra, de modo arbitrário e sem mecanismos de controle, passa à história como uma das práticas geradoras da desigualdade no acesso à terra no Brasil, e outras desigualdades dela resultantes, objeto de análise de Germani (2006:142), concluindo que

[...] as condições históricas sociais que regularam a ocupação do espaço agrário brasileiro tornaram, pouco a pouco, as terras livres – onde se desfrutava de “paz e sossego” – em terras aprisionadas nas mãos de poucos onde se convive com manifestações constantes de violência sem igual. Uma história de ocupação que gerou e consolidou uma estrutura de propriedade das mais concentradas do mundo e, o pior, uma imensidão de terras sem uso algum. Como consequência, uma legião de agricultores sem trabalho e sem terras.

Naquela época, a iniciativa do ordenamento territorial pertencia ao poder público, único outorgante legítimo das terras que possuía sem ocupar, e sem ter condições para tal. É grande a discussão historiográfica em torno da dinâmica de articulações entre as atividades econômicas do interior e do litoral, que influenciariam os movimentos de entrada para ocupação das hinterlândias. Articula-se de modo mais visível as políticas de incentivo ao plantio da cana-de-açúcar, com vistas à exportação do açúcar, tendo sua propagação a partir do litoral pernambucano, empurrando a atividade pecuária para os interiores, seguindo o curso natural dos rios.

Seguindo para o interior, o confronto com os primeiros habitantes da terra é inevitável, dada a concepção vigente, que opunha e antagonizava europeus e indígenas, agravada pela impossibilidade de diálogo que, posta desde o início, conduziu à guerra. Toda a diversidade cultural, etnicamente produzida, passa a ser dizimada.

Por esta margem do São Francisco existiam numerosas tribos indígenas, a maioria pertencente ao tronco cariri, algumas caribas como os Pimenteiras, e até tupis como os Amoipiras. Com elas houve guerras, ou por não quererem ceder pacificamente as suas terras, ou por pretenderem desfrutar os gados contra a vontade dos donos. Estes conflitos foram menos sanguinolentos que os antigos: a criação de gado não precisava de tantos braços como a lavoura, nem reclamava o mesmo esforço, nem provocava a mesma repugnância; além disso abundavam terras devolutas para onde os índios podiam emigrar.

Entretanto, muitos foram escravizados, refugiaram-se outros em aldeias dirigidas por missionários, acostaram-se outros à sombra de homens poderosos, cujas lutas esposaram e cujos ódios serviram (ABREU, 2002:72).

Entre as muitas empreitadas, certamente não documentadas, destacam-se aquelas que souberam produzir registros. Uma das mais conhecidas é a aventura de Gabriel Soares de Souza, que, ainda no final do Séc. XVI, parte do Rio Jaguaripe, passa pelo Rio Paraguaçu e alcança o Jacuípe, seguindo então o Itapicurú na direção de Jacobina, encontrando o Salitre e por fim o Rio São Francisco. Em sentido oeste, Belchior Dias teve maior penetração, pois partiu do Rio Real, contando o vale dos Rios Itapicuru, Verde, chegando a Açuruá e retornando pelo vale do Rio Salitre até Sergipe. E ainda há menções a diversas expedições que, seguindo o sentido sul-norte teriam acompanhado a margem direita do São Francisco e atravessado-o no remanso, para ter acesso ao Piauí ou Pernambuco.

Coube à historiografia portuguesa perpetuar a memória destes “desbravadores” como heróis, arautos que levaram a luz da civilização, simbolizada pela cruz da Igreja e a Coroa Lusitana, aos bárbaros, nos confins do mundo. Soube-se depois relativizar sua bravura pelo genocídio indígena e pela ambição aurífera.

É aceito que os centros propagadores dos movimentos de exploração e povoamento europeu no Nordeste brasileiro são as chamadas Casas Coloniais. Considerando os obstáculos naturais, as grandes distâncias e a resistência dos povos indígenas, o Vale do São Francisco chega ao Séc. XVI praticamente

inexplorado economicamente pela metrópole lusitana. Tarefa que passaria dos primeiros desbravadores para os grandes empresários do Reino, neste caso a família Garcia D'Ávila, que, a partir da chamada Casa da Torre, passam a financiar entradas e bandeiras, concedendo terras e ordenando missões religiosas. Capistrano de Abreu confirma: “Na margem pernambucana do rio S. Francisco possuía duzentas e sessenta léguas de testada a casa da Torre, fundada por Garcia d'Ávilla, protegido de Tomé de Sousa” (2002:72). Garcia D'Ávila estabeleceu um posto de abastecimento na localidade conhecida por Santo Antônio de Pilão Arcado, onde deixou vários currais e a exploração salina. Por volta de 1830, era a região de Pilão Arcado uma sesmaria, chamada “Gado Bravo”, onde haviam mais de mil condôminos.

Duas modalidades de empresa para exploração das terras de dentro se destacam naquela época: as entradas, patrocinadas pelo Estado para expansão de fronteiras, e as bandeiras, mais comuns neste caso, com investimento particular, visando retorno, na forma de riquezas minerais, captura de índios, pecuária ou outra atividade que produzisse lucro.

A interiorização da presença branca é mais intensa desde que a expansão canavieira no litoral obriga os pecuaristas a buscarem novas terras, para sua atividade, de caráter extensivo. O interior, mesmo com todas as dificuldades, mostra-se o caminho natural, seguindo a trilha da estrada velha do rio⁷. Estabelecida a trilha, cria-se uma ligação entre o interior e os centros de poder, num circuito que atravessaria os séculos.

Assim é que, através do tempo o Rio São Francisco a tudo leva e traz, conduzindo as pessoas e a história. A percepção da importância deste rio, e do surgimento de grande atividade em seu eixo, crucial para o desenvolvimento do interior, é destacada por Camelo Filho (2005:84):

O rio São Francisco serviu de via para transporte de alimento (milho, feijão, carne seca, rapadura, farinha) destinado ao suprimento das minas de ouro; por ele seguiam escravos e garimpeiros vindos de outras regiões. Serviu também para evasão (saída) de ouro que chegava até Salvador. Graças a este particular, o controle da navegação pelo rio tornou-se mais incisivo por parte da Coroa portuguesa que chegou a proibir o tráfego de mercadorias, o ouro em

⁷ Essa mesma trilha foi usada no Séc. XIX como base para a ferrovia Bahia-São Francisco, com ponto final em Alagoinhas-BA, alcunhada desde cedo "A entrada do São Francisco".

particular, sendo permitido apenas o transporte de alimentos destinados ao abastecimento das minas.

No período da mineração tivemos uma forte expansão da pecuária no Vale e um significativo aumento da população, tornando-se a região a mais povoada da colônia depois das áreas produtoras de açúcar. Com isso, formaram-se vários núcleos de povoados que deram origem a cidades espalhadas em toda a extensão do rio São Francisco e de seus afluentes.

Enquanto estas trilhas da pecuária se estendiam, formando povoações e currais ao longo do curso dos rios, lenta e constantemente, as trilhas do ouro eram produzidas em ritmo mais acelerado, deixando menos rastro, em sentido recôncavo-sudeste. Os caminhos da exploração aurífera seguiam procurando os rios. Chegaram ao Tocantins e, em outro sentido, ao Parnaíba, cujo percurso articulava Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova com São Raimundo Nonato, no Piauí. Embora fosse uma via mais longa, em relação às trilhas paulistas e fluminenses, oferecia melhores condições, principalmente pela facilidade de reabastecimento.

2.2 FAZENDAS, CURRAIS E DOMÍNIOS: CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE REMANSO

É importante distinguir que no Século XVI, a pecuária como bem móvel exercia a importante função de legitimação da posse da terra, possibilitando a ocupação do espaço por europeus, o que de fato culmina no Vale do São Francisco, no Século XVIII, quando se torna o eixo mais povoado do país (THERY *apud* PIERSON, 1972:93).

Já não era, naquele momento, um rio sem história, mas ainda não se fazia outra senão a dos invasores. Neste ponto da história brasileira, já estavam bem adiantadas as relações entre as civilizações cuja mistura formaria o povo brasileiro. O mesmo se repete na região do São Francisco, em proporções diferentes. O negro já era presente entre as expedições, com utilização de sua mão-de-obra nas fazendas, embora em menor escala que nos garimpos e canaviais, e o índio, ocupante das terras e recursos naturais, e elemento de resistência aos brancos

europeus que chegavam sucessivamente. A cada nova leva com maior intensidade de ocupação, e menos espaço, os nativos eram empurrados para os locais mais inacessíveis e, portanto, com a sobrevivência gradualmente complicada.

Não é conhecido registro de grande utilização de mão-de-obra indígena nas fazendas de gado do Baixo-Médio do São Francisco, assim como não se sabe de instalação de missões religiosas de maior porte e longevidade entre Casa Nova e Pilão Arcado, que pudessem funcionar como agregadoras de índios, convertendo-os ao cristianismo e à civilização europeia. Por outro lado, a tradição oral da região dá conta de preação esporádica de índios, até o início do Século XX, por parte de fazendeiros, que passavam a aculturar os cativos, e mesmo alguns casos de índias que foram tomadas por esposa de pequenos colonos solitários.

Por volta de 1710, a Coroa Portuguesa proíbe o comércio do ouro pelo Caminho do São Francisco, considerando as dificuldades de fiscalização da sua circulação, restando apenas o Caminho do Rio de Janeiro. Esta decisão provocará um refluxo no processo de ocupação e na dinâmica dos deslocamentos populacionais e funcionamento das instalações já presentes. Some-se a isso a descoberta de jazidas auríferas na região de Jacobina, por volta de 1725, que tornou-se centro de atenções do garimpo nordestino, fazendo convergir as empreitadas do São Francisco para o novo sítio. A transferência da capital para o Rio de Janeiro, em 1763, fará com que muitos sesmeiros se desloquem para a região sudeste, em busca de proximidade com o centro de poder, a sede administrativa da Colônia.

As atividades exploratórias no Vale ficariam então a cargo dos prepostos – sesmeiros e agregados – a serviço dos senhores de terras nos centros de poder, notadamente a Casa da Torre e a Casa da Ponte. Este absenteísmo foi decisivo para o modelo de uso da terra predominante na região, até tempos recentes, em que a propriedade condominial acaba por redistribuir a posse de parcelas de terra.

A atividade pecuária se desenvolveu, fundamentalmente, segundo Furtado (1972:67) para satisfazer a demanda de carne, de animais de tração e carga, criada tanto por empresas agromercantis quanto pela exportação mineira.

O início do Século XIX foi favorável aos pecuaristas sanfranciscanos, que puderam expandir suas atividades para o fornecimento de carne aos garimpos da

região da Bacia do Rio das Velhas (MG) e na Chapada Diamantina, na Bahia, para onde também atravessavam outras mercadorias vindas do litoral, formando agora uma geração de mercadores, hábeis estradeiros, que conduziam verdadeiras caravanas de mulas com mercadorias pelos mesmos caminhos do gado. Alguns escritores, como Thery (*apud* PIERSON, 1972:134) atribuem esta atividade como geradora da elite dos grandes proprietários rurais da região.

Deste modo, é possível perceber, já nesta época, a configuração dos fundamentos que posteriormente caracterizariam a sociedade do Vale do São Francisco. Uma sociedade de vaqueiros, ou ainda, “pastores-guerreiros” como tipificou Wilson Lins (1952), com um dinamismo próprio, atividades produtivas e relações sócio-econômicas específicas, além daquele modo de propriedade mencionado, que, tomados em conjunto, contribuem para as peculiaridades decisivas aos rumos que a história tomou na região.

Militão Plácido de França Antunes foi o primeiro grande proprietário de terras de que se tem registro. Chegou à região em 1820 e exerceu o poder na região até 1860, quando faleceu. Suas posses de terra, que eram também as áreas de domínio, compreendiam, aproximadamente, o perímetro hoje ocupado pelos municípios de Pilão Arcado, Remanso e Campo Alegre. Seu imenso poder econômico se confunde com o poder político que exerceu, como única autoridade no Baixo-Médio, posição consolidada por uma milícia numerosa e bem armada. No vazio institucional, Militão era o estado.

Estas primeiras ocupações, baseadas no modo de produção agropastoril, apresentavam baixa densidade demográfica. Mello refere-se ao levantamento realizado por José Botelho Benjamin⁸ sobre a população da região, que permite a montagem da evolução da população por município, na área, no Séclo XIX, sintetizado na **Tabela 1**:

Tabela 1 – População total por município na área de Sobradinho

	1854	1872	1892
Pilão Arcado	9.000	17.971	24.180

⁸ Benjamim, José Botelho. Breve notícia sobre o Estado da Bahia; sua geografia physica, política, riquezas naturaes, leis principais, esboço histórico etc. Bahia, Typ. e encadernação do Diário da Bahia, 1894.

Remanso	4.400	5.327	7.152
Sento Sé	5.000	6.684	8.967
Casa Nova	--	3.829	5.136

Fonte: Mello, 1999
Elaboração do autor

Considera-se que os processos econômicos estavam atrelados ao curso desta organização e evolução social. Deste modo, a fazenda estabelece-se como centro da economia e da sociedade local, agregador das múltiplas relações, e centro convergente de poder das famílias que ditariam os caminhos dos subjugados pelas próximas gerações. Embasando a tudo está o latifúndio, sob a outorga de poder por parte do Estado, que na região somente no Século XX demonstraria presença efetiva, e pela iniciativa privada, que por muito tempo manifestou-se também predominantemente ausenteísta, as relações sociais baseadas no status do sobrenome, da nobreza herdada ou comprada, uma agricultura incipiente que apenas supria as demandas de consumo local, e o lucro fácil da atividade pecuária, semovente, e com pouco uso de mão-de-obra.

2.2.1 Remansos: forma e sentido

O remanso cedo foi descoberto e aproveitado. A função daquele ponto do rio, possibilitada pela característica geográfica que emprestaria a alcunha – um ponto de menor profundidade, estreito e com calmaria – para funcionar como entreposto ligando as bandas do rio e suas regiões. O topônimo originou o primeiro nome de fazenda, “Nossa Senhora do Remanso”, que futuramente passou a arraial, vila e cidade com o nome reduzido, que persiste até hoje, Remanso.

As origens mais remotas da antiga Remanso estão na Fazenda Nossa Senhora do Remanso, arrematada ao preço de quatro contos de réis por Joaquim José Gonçalves, medindo duas léguas de margem por quatro léguas de fundo. Posteriormente, as lutas armadas em Pilão Arcado favoreceram o crescimento do Arraial, posto que muitas famílias, confrontadas pelo poder do chefe regional -- Militão de França Antunes -- terminaram escorraçadas, vindo se abrigar em Remanso. A fertilidade do solo e a abundância de água também foram atrativas para

novos moradores, que acorriam de várias partes do nordeste em busca de melhoria de vida. Chamou-se inicialmente Arraial de Nossa Senhora de Remanso.

Tornou-se em seguida Distrito de Nossa Senhora do Remanso, ligado a Juazeiro, e em 15 de janeiro de 1810, pelo Alvará Régio de 15/01/1810, foi criado o município de Pilão Arcado, ao qual Remanso passou a ser subordinado.

É importante destacar que o município de Pilão Arcado, na margem esquerda do rio, pertencia originalmente à Comarca do Sertão de Pernambuco, que a perdeu em 1820, pela criação da comarca do Rio São Francisco (Alvará Régio de 3/06/1820). Em 1824, esta comarca foi desligada da Província do Pernambuco e incorporada à Província de Minas Gerais (Alvará Imperial de 07/06/1824). Três anos depois, transfere-se a comarca para a Bahia (Resolução da Assembleia Legislativa do Império de 31/07/1827), sancionada pela Resolução Imperial de 15/10/1827 (SANTOS, S. 2005, p.21). Em 1827, só havia Pilão Arcado como divisão política, como mostra a **Figura 4**:

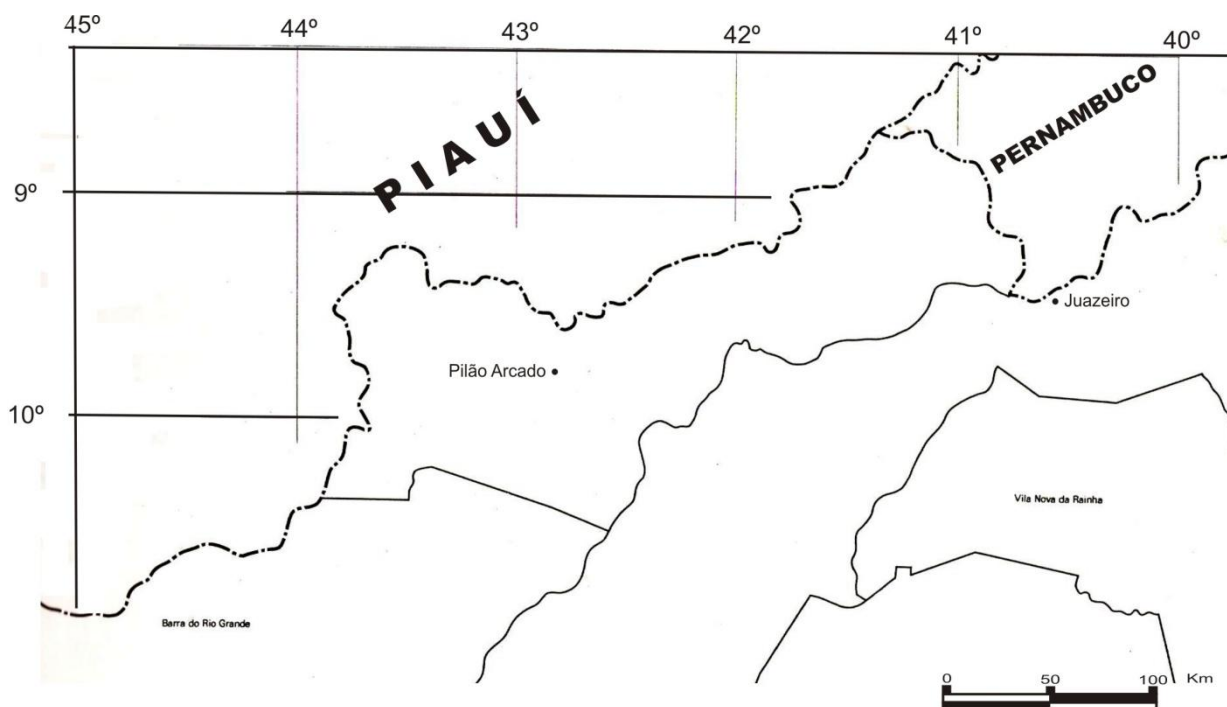


Figura 4: Divisão Territorial e Administrativa - 1827.
Fonte: SEPLANTEC, 1978. Adaptado pelo autor.

A perda dos territórios pernambucanos ocorre no contexto das rebeliões que Pernambuco liderou contra a monarquia, sendo parte do processo de retaliação do

governo central. A instabilidade política desta época não repercutia diretamente na vida econômica e social das pequenas cidades da região, mas causava nos moradores uma estranha sensação de despertencimento, ou de desmerecimento – contam os mais velhos – ao serem usados como moeda de troca nas instâncias superiores.

Este despertencimento se refere a uma percepção de que, estando ligados somente ao seu chão – aqui designado território – não há outra relação de vinculação, porque o Estado não chegava, e quando haviam intervenções que ostentavam as bandeiras, siglas e títulos de algo distante a que se convencionou chamar de Bahia ou Brasil, nada diziam ao caatingueiro, não lhe tocavam a alma, não lhe impressionavam, porque eram aproximações unilaterais, artificiais. Território nacional ou estadual eram conceitos desnecessários. Aquele despertencimento, sentimento antigo ainda alojado no entendimento de muitos caatingueiros, desaparece gradativamente, combatido pelas informações, pela propaganda, pelo rompimento do isolamento geográfico, que insiste em pregar que esta terra é parte de outra, a que se deve amar.

Mas naquela época, em que não haviam estradas, comunicações instantâneas, e tudo ia e vinha pelo rio, Brasil e Bahia eram abstrações. O pertencimento real – território real – estava na água e na terra, de onde emanava a vida.

É este o cenário encontrado pelo engenheiro Henrique Halfeld, em expedição científica pela região, entre 1852 e 1854, produzindo uma minuciosa descrição do Rio São Francisco, de Pirapora até a foz. Halfeld produziu um interessante Atlas do Rio São Francisco, onde se pode notar a interface da região naquela época, como demonstra a **Figura 5**:

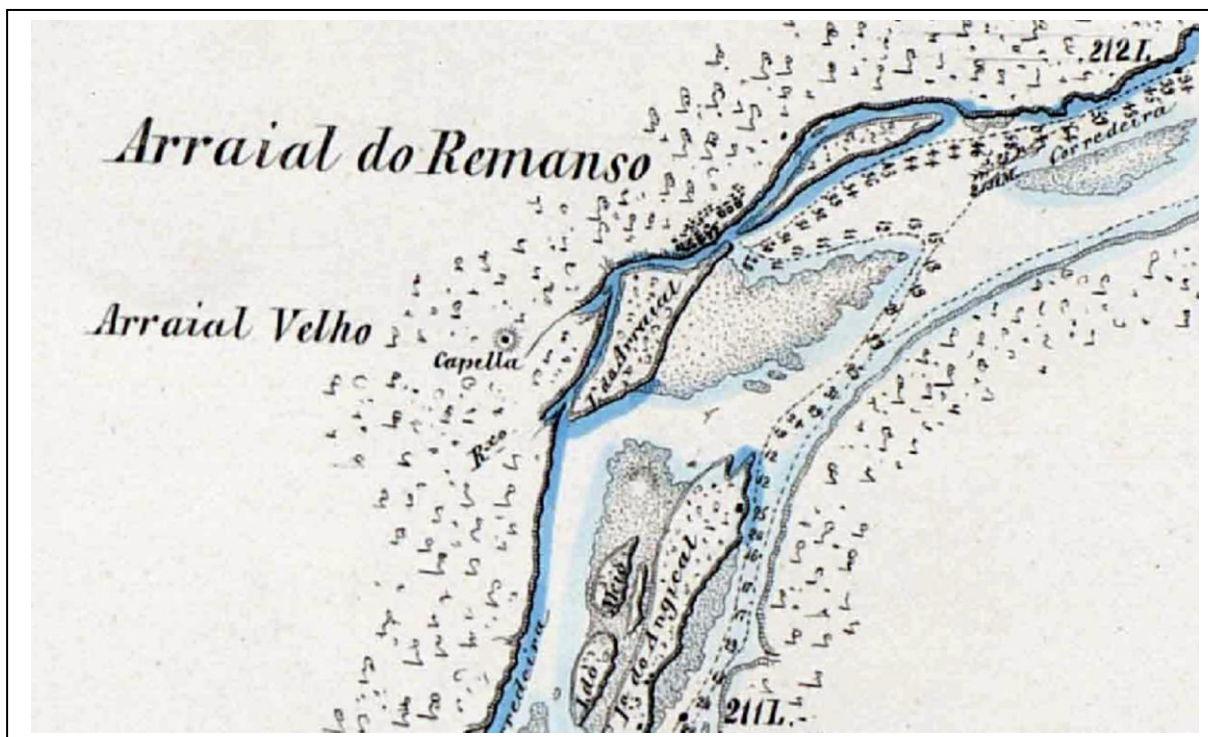


Figura 5: Detalhe do Atlas Halfeld, 1853, p. 17

O Relatório Halfeld descreveu o Arraial de Remanso da seguinte forma:

O Arraial de Remanso, que tornou-se vila em 1857, é bastante animado, e o mais significativo (...) Remanso possuía, nesta época, 227 casas com 4.400 habitantes no arraial. Além da criação de gado vacum e culturas de mandioca, arroz, feijão e abóbora, praticava-se a caça e a pesca. Mas a animação de Remanso advém principalmente do comércio, cujos produtos principais eram o sal e a rapadura. Assim como em Sento Sé, a atividade comercial em Remanso justificava a condição de barqueiros, pilotos e remeiros de boa parte de sua população. (HALFELD, 1860:29)

As condições favoráveis trouxeram desenvolvimento para Remanso, que em 14 de dezembro de 1857 é elevado à categoria de município, e Pilão Arcado retorna à condição de Distrito anexado a Remanso.

Em 1872, é feita a transferência da sede da freguesia religiosa para Remanso (Resolução Provincial nº 1197, de 27/04/1857), elevando sua capela a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, com designação do primeiro padre, Bernardino Nunes de Almeida. Em 1882, inicia-se a construção na nova Igreja Matriz, que seria inaugurada em 1894. A arquitetura do templo – vista na **Figura 6** – e sua beleza interior trazem grande orgulho para a cidade, que torna-se referencia do catolicismo, rivalizando apenas com cidades maiores, como Juazeiro e Bom Jesus da Lapa.



Figura 6: Igreja Matriz da Velha Remanso, 1975. Autoria desconhecida.

A Igreja de Remanso tornou-se um dos maiores patrimônios locais, e parte importante da história da população, sendo impensável naquela época que sua destruição pudesse ocorrer pelas próprias águas do São Francisco. Deste modo, no final do Séc. XIX, Remanso passa a agregar maiores poderes seculares e religiosos, tornando-se o centro de decisões da micro-região.

Verifica-se, numa análise histórica do Século XIX, que, embora as unidades territoriais tenham sido desmembradas de Pilão Arcado, não alcançou este a proeminência entre os novos municípios. É possível que isto resulte do isolamento geográfico de Pilão Arcado, que, mal articulado aos circuitos comerciais, e com tradição beligerante, não se adequou às novas configurações políticas e sociais a tempo de obter inserção junto ao pólo de Juazeiro. De modo geral, contudo, é enorme a influência econômica que a pecuária exerce na região, seguida pela extração e comércio de sal, e mais algumas atividades acessórias. A liberalidade comercial favoreceu alguns vaqueiros que ascenderam à condição de proprietários, fazendeiros e comerciantes com acesso aos meios produtivos e domínio sobre os demais, que oferecem somente a mão-de-obra, num arranjo econômico estendido à política, configuração que persistiu até meados do Século XX.

O crescimento econômico ocasionou desenvolvimento para as cidades portuárias, especialmente aquelas que polarizavam o comércio, seguido dos serviços, como é o caso de Remanso, e Juazeiro, para onde convergiam as entradas e saídas de produtos e divisas do Vale do São Francisco. Em 1889, a configuração regional era a que se representa na **Figura 7**:

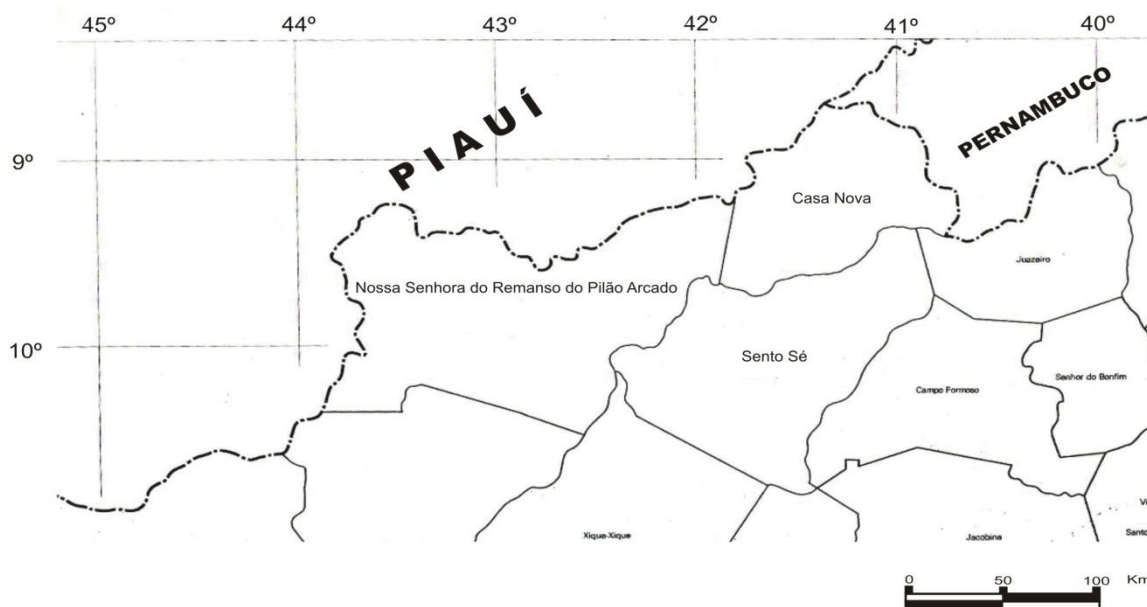


Figura 7: Divisão Territorial e Administrativa - 1889.

Fonte: SEPLANTEC, 1978. Adaptado pelo autor.

Em 1890, foi restaurado o município de Pilão Arcado, desmembrando-se parte da área de Remanso. A Lei Estadual nº 369, de 09/08/1900 eleva Remanso à condição de cidade, instalada solenemente no ano seguinte. A primeira Prefeitura de Remanso foi construída a apenas 100 metros do rio, onde Tibúrcio Guanaes Pereira tomou posse como primeiro Intendente municipal, em 1º de janeiro de 1901.

Naquela época, uma considerável mudança a partir do fortalecimento das vias de comunicação, em boa parte do país materializou-se na região com a ideia da expansão da Ferrovia Bahia-São Francisco até a cidade de Juazeiro. No início dos anos 1850, foi intenso o debate sobre o traçado da linha de ferro que iria de Alagoinhas ao São Francisco, sendo cogitada a possibilidade de ter seu ponto final na cidade de Sento Sé, ou na localidade de Sobrado, o que chegou a ter viabilidade apontada em pareceres técnicos, considerando a dificuldade de navegação no trecho de Sobradinho, anterior a Juazeiro. Mas a influência política de Fernandes da Cunha, de Juazeiro, suplantou o obstáculo, fazendo de Juazeiro a praça regional e

reduzindo as demais cidades a satélites comerciais, passando Remanso a entreposto, que consolidava a ligação com o Piauí e o Maranhão. É possível especular que, tivesse chegado a ferrovia a Sento Sé, formar-se-ia uma polarização dividida com a cidade de Remanso, à qual se deveria ligar, por ponte, modificando profundamente os fluxos comerciais e econômicos, as atividades políticas, e conseqüentemente toda a história da região.

Com efeito, em 1896, após muitas discussões que incluíam, de modo destacado, a viabilidade econômica, a via férrea chega a Juazeiro, conduzindo muito mais do que os artigos comercializados, informação, articulação política, e de modo inédito, integração com os centros. Embora esta integração tenha sido sempre relativa, de modo diferenciado de outros “interiores”, a efetividade de um canal de comunicação entre as estruturas locais e os polos de poder contribui para diminuir o isolamento que durante muito tempo caracterizou a região. Isto condiz com os interesses políticos do Estado Republicano, que integrava o país, oferecendo coesão e controle, ao tempo em que estas ligações favoreciam a produtividade e comércio, e, conseqüentemente, agraciavam os interesses de nações estrangeiras com investimentos no Brasil.

Assim, a conjuntura histórica garantiu a proeminência de Juazeiro entre as cidades da região, superando logo a economia do gado, a cultura da grande fazenda, da monocultura, pelo florescimento de atividades produtivas variadas, e fortalecendo o comércio de forma impressionante, no nascente circuito que integrava a atividade dos caminhos do rio à estrada de ferro, conexão para o porto litorâneo e a capital do Estado. A evolução espacial dos municípios de Pilão Arcado, Casa Nova, Remanso, e Campo Alegre de Lourdes pode ser sintetizada cronologicamente como segue na **Figura 8**:

1810 PILÃO ARCADE	1857 N. S. DO REMANSO DO PILÃO ARCADE	1890 PILÃO ARCADE	
		1890 REMANSO	1962 C. A. LOURDES
		1879 SÃO JOSÉ DA CASA NOVA	

Figura 8: Cronologia de criação dos Municípios de Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova e Campo Alegre de Lourdes

O processo de formação dos municípios a partir da fragmentação do município de Pilão Arcado coincide com a diminuição do seu papel político e econômico na região.

2.3 ATIVIDADES PRODUTIVAS: IDAS E VOLTAS

O que se observa, desde os anos 1890, é o incremento da atividade produtiva, com a valorização de produtos nativos, que passam a escoar pelas novas vias: fibra de caroá; cera de carnaúba; borracha de maniçoba e da mangabeira; couros e peles; peixe salgado, e, a partir dos anos 1920, o algodão. Cria-se uma economia de coleta, em que se desenvolvem novos processos sociais. Novos atores se inserem no meio produtivo e novas relações se estabelecem. As técnicas artesanais de coleta e beneficiamento de produtos, antes limitadas ao sal e rapadura, agora diversificam a geração de renda, oferecendo oportunidades de investimento, geralmente na pecuária, que acabaram por gerar novos ricos, com ascensão social e política. Multiplicam-se os estabelecimentos comerciais, com movimentações cada vez maiores, capitalizando poder para um novo grupo – os mercadores – que se estabelecia no conjunto das forças locais.

Os mais antigos referem-se à atividade de coleta como “catado”, em que se guardavam couros e peles de animais silvestres, que eram vendidos em lotes aos barqueiros e comerciantes locais. Estes couros e peles de jacarés, onças, lagartos, e uma diversidade de animais eram curtidos com casca de angico e seguiam para exportação, na maioria das vezes. Já os couros bovinos, caprinos e ovinos eram utilizados para embalar produtos de exportação, notadamente o fumo, e eram moeda de troca comum na região, entre pequenos comerciantes e, chegando a Juazeiro, seguiam para Salvador pela ferrovia. (MELLO, 1999:49)

A economia da maniçoba é um capítulo à parte nesta história, e ainda que um triste capítulo, não pode ser esquecido, revelador que é dos caminhos do São Francisco. Embora utilizado desde muito cedo na colonização, em menor quantidade, somente com a I Guerra Mundial houve grande demanda da borracha derivada de Maniçoba, para produção industrial em larga escala. O “leite”, após engrossar, era enrolado, formando bolas, que eram negociadas por peso, com os

fazendeiros e comerciantes, que a atravessavam aos barqueiros, negociantes, e por fim, aos exportadores.

Não bastasse a desvantagem que o catador sofria em sua posição na cadeia comercial, ainda era explorado pelos donos de terras, chegando até a escravizar colonos nos maniçobais, com o uso dos jagunços para controle das turmas, que viviam em condições desumanas. Também era comum a disputa entre fazendeiros, por áreas de maniçoba, que resultaram pequenas guerrilhas na região. A cobiça pelo comércio do látex era tão grande que os comerciantes do ramo eram frequentemente alvos de assaltos, durante o transporte das cargas, sendo necessário por isso a manutenção de verdadeiras milícias armadas para a proteção da renda.

O caroá era outra mercadoria apreciada naquela época. De utilização original indígena na feitura de redes de pesca, começou a ser beneficiado em escala industrial por ocasião da alta do preço do algodão, por volta de 1917. Dos terrenos arenosos, era possível colher caroá durante todo o ano, chegando-se à colheita de até 800 quilos de folha por dia.

A carnaúba, por sua vez, era largamente comercializada pelos chamados generalistas⁹, em cera obtida a partir da fusão do pó obtido nas palhas da árvore. Os carnaubais eram nativos e concentravam-se na área dos municípios de Pilão Arcado, Sento Sé, e Remanso, onde era um verdadeiro símbolo da terra. Constituíam-se em verdadeira moeda de troca, e chegou a dar nome a um dos romances de Demóstenes Guanaes Pereira – “O Carnaubal” –, que narrava a vida no Vale no início do Século XX, especialmente os entreveros entre coronéis de Remanso e Pilão Arcado, muitos deles em disputa pelas áreas de coleta de carnaúba (PEREIRA, 1949).

Embora a função econômica do catado não tivesse a primazia na região, os processos e relações a ela vinculados são parte importante da formação e, principalmente, das transformações nas beiradas do rio. A beira do rio, geradora de um modo de vida próprio, era o um eixo por onde passavam as comunicações, o trabalho, o transporte, o comércio, e concomitantemente, para onde convergiam os anseios, a temporalidade, a religiosidade, as emoções. Esta relação material e

⁹ Comerciantes que misturavam uma variedade de produtos locais, que eram trocados pelos industrializados vindos de outras regiões.

simbólica do beradeiro com seu mantenedor, era também a matriz das estruturas sócio-econômicas da região.

Ilustra-se a ideia pelo fato de que as primeiras famílias brancas se envolveram na pecuária, que lhes agregava *status* pelo domínio das terras e, conseqüentemente, das pessoas. A estabilidade econômica da atividade se refletia na manutenção dessa posição, complementada por atividades comerciais diversas, que permitiram a ampliação do patrimônio e articulação com outros comerciantes, criando circuitos e fluxos específicos. As relações de todos os tipos eram limitadas por laços de parentesco, compadrio e amizade, que limitavam o ingresso de novos partícipes.

O ritmo do trabalho na região era ditado, em grande parte, pela sazonalidade das alterações no rio, mas em sua constância, variava ao longo de estações próprias. A agricultura alternava-se entre a vazante, com o rio em cheia, eventualmente, as ilhas, nos períodos intermediários, e a área de caatinga, nos tempos de chuva. A pecuária, praticada em modo extensivo, por sua mobilidade e não demarcação de áreas, possuía uma dinâmica própria, tanto na ocupação dos espaços, como no ritmo de sua produção. A pesca, em menor escala, estava diretamente ligada às características do rio, adaptando-se conforme a sua peculiaridade. As demais atividades, se não dependentes diretamente do rio, dele necessitavam para o transporte e comercialização.

Com o passar do tempo, os grandes fazendeiros tornam-se mais absolutos em seus poderes, passando a controlar não somente suas propriedades, mas, a partir delas, as vidas das comunidades agregadas.

Neste ponto, um olhar mais atencioso à figura do vaqueiro torna-se necessário. O vaqueiro é o preposto do fazendeiro, representante de seu poderio, mesmo enquanto contraparte na exploração do trabalho. Toda a execução das atividades econômicas centraliza-se na mão-de-obra da “vaqueirama”¹⁰, em parte pela natureza absenteísta da pecuária no interior brasileiro, e em parte pela crença, herdada dos portugueses e visível até hoje entre as famílias antigas, de que os mais “nobres” não se envolvem em trabalhos braçais, considerados indignos.

¹⁰ Coletivo de vaqueiros, usado coloquialmente.

Os vaqueiros – geralmente um ou dois por fazenda – eram responsáveis pela manutenção e multiplicação do rebanho, o que era motivado pelo sistema de remuneração por “sorte”, ou “quarta”. Neste arranjo, a cada quatro novas cabeças de gado, o vaqueiro teria direito a uma. Na prática, há relatos de que alguns vaqueiros conseguiam subtrair parte do rebanho, constituindo rebanho próprio em outro local, tornando-se depois independentes. Como também alguns fazendeiros, apoiados no vácuo legal que havia na região e no absolutismo que isto ocasionava, eventualmente negavam a parte do empregado, ou ainda, mais frequentemente, destinavam ao vaqueiro somente as reses de pior qualidade. Era acerto tácito que o gado de raça pura não estava incluído na distribuição da “parte” do vaqueiro.

Em alguns casos, quando não restava animal inferior para “tirar” para o vaqueiro, o fazendeiro, para não entregar animais de raça, comprava-lhe os bezerros da “sorte”, a um preço interessante, mantendo seu rebanho e limitando o plantel do empregado. É importante ressaltar que tais práticas infringiam o acordo praticado de modo geral, e pré-estabelecido pelas partes, ou seja, tudo era válido para que o patrão sempre tivesse a vantagem.

Numa condição de ausência do Estado como mediador das relações, tornou-se comum este tipo de relacionamento, carregado de tensão, quando o mais forte se utilizava de sua posição econômica para explorar de várias formas o fraco, que se valia de subterfúgios e estratégias rocambolescas para se defender e mesmo constituir pequena posse, caminho para a liberdade.

Outra atividade que os vaqueiros desempenhavam era a condução de gado, para comercialização em outras localidades. Os três principais circuitos de transporte de gado da região eram, seguindo no sentido de Pilão Arcado para Sento Sé, fazendo a travessia do rio, e de lá para o polo de Jacobina, e no sentido oposto, de Casa Nova para Remanso, e dali para o Piauí e Maranhão. Também era comum a saída de rebanho da região de Casa Nova e Sento Sé através de Juazeiro, com destino ao Pernambuco. A duração da empreitada – geralmente entre um e seis meses – dependia do tamanho da boiada e das condições do percurso.

Evidentemente, numa empresa deste tipo, o vaqueiro agregava grande variedade de funções, sendo responsável também por administrar as terras, cedendo-as a terceiros, pelo que se cobrava a renda, representando os interesses

políticos do proprietário, especialmente na manutenção da ordem estabelecida e defesa das bandeiras partidárias em época eleitoral. Ao vaqueiro se dispensava o pagamento da renda da terra, e, em alguns casos, eram concedidos pequenos favores e regalias, que personalizavam a relação de trabalho, permitindo o estabelecimento de parâmetros específicos em cada caso.

A pesca era praticada genericamente pelos beradeiros, embora raramente de modo exclusivo. A atividade não parecia despertar interesse dos fazendeiros, que consideravam a carne bovina superior, e a atividade braçal da pesca indigna, o que dava autonomia para as empreitadas neste ramo. Duas modalidades de pescaria são identificadas nas narrativas, a pesca de anzol, utilizando-se de uma canoa, no rio, cujo produto se destinava ao consumo e pequeno comércio do excedente, e a pesca de arrasto, praticada nas lagoas formadas pela baixa sazonal do rio.

As preocupações com origem e pureza racial estavam presentes entre as oligarquias da ribeira e expressam-se na literatura de ficção. Wilson Lins escreveu em seu romance “Remanso da valentia”:

Descendente de velhos sesmeiros reinóis, que se tinham deixado transformar em vaqueiros, nos primórdios da colonização, o velho Ormuth guardava o porte de um grão-senhor, orgulhoso de sua progênie, pelo que evitava o quanto possível entreter conversação com pessoas que não considerasse do seu nível.

[...] Fumando pacatamente o seu cigarro de palha, não estivera alheio de todo à troca de palavras havida entre o seu primo e os dois correligionários, embora se tivesse mantido ausente por não lhe agradar que um Castelo Branco de muitas posses, como o major Oscar, estivesse perlengando com Fidelino e Antônio Borja, boas pessoas, é certo, mas, na sua opinião, dois mestiços sem tradição de família. (1967:24)

Do fazendeiro emanavam as regras do jogo, baseado na reserva de capital, num processo de entesouramento que não parecia cunhado para a geração do lucro. As articulações regionais e locais aparentemente priorizavam a manutenção do *status quo*, e em paralelo, o impedimento à ascensão social, perigosa para a estrutura. Na base da tal estrutura, a exploração da mão de obra do índio, do negro e do mestiço:

O colonizador português do Brasil foi o primeiro dentre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a de criação local de riqueza. Ainda que riqueza – a criada por eles sob a pressão das

circunstâncias americanas – à custa do trabalho escravo: tocada, portanto, daquela perversão de instinto econômico que cedo desviou o português da atividade de produzir valores para a de explorá-los, transportá-los ou adquiri-los (FREYRE, 1998:17).

Assim se mantinha o tênue equilíbrio social, pela coerção do poder latifundiário, pela força da articulação política com os governos e aparelhos de repressão, legitimada pela tradição e pela igreja, tendo no centro o vaqueiro, figura politicamente ambígua, condicionado ao grupo dos explorados, mas participante dos mecanismos de opressão, flertando com o grupo mandante numa relação de sentimentos velados pela dependência.

Num cenário de quase inexistência de vias eficientes de transporte e comunicação, os centros econômicos, evidentemente estavam associados aos portos, cuja importância determinava o tipo de cidade que se desenvolveria, notadamente a partir das condições geográficas do local. Deste modo é que a Vila de Remanso cresceu, privilegiada pela posição em relação ao rio, e pela proximidade com o Piauí e Pernambuco, tornando-se um porto relevante para a entrada e saída de produtos, pessoas e informações.

Verifica-se que quando o ciclo econômico da mineração chegou ao fim, e com ele a grande demanda pecuária, o domínio colonial português também alcançaria seu termo, e as estruturas sócio-econômicas se alterariam, enquanto o rio subsistia como via de grande fluxo e vitalização para o interior, sem que isso representasse maior transformação no cotidiano da população, ainda sob o domínio da pecuária extensiva e da agricultura de subsistência (FILHO, 2005:84)

Em razão da grande quantidade de terras não exploradas na região, até metade no Século XX não há grandes problemas em obter acesso à pequena propriedade, evidentemente indissociável do latifúndio, e dele dependente. As abastadas famílias que detinham o direito de herança das imensas áreas geralmente optavam pelo conforto das capitais, evitando envolvimento com a lide agropecuária. Deste modo, aqueles que tivessem disposição para trabalhar e aceitar a necessária subserviência ao fazendeiro, poderiam encontrar abrigo e proteção em troca de produção, lealdade e disponibilidade ampla, inclusive na “jagunça”, em tempos de guerra.

Era aceito que as benfeitorias realizadas na terra durante o contrato – barreiros, barragens, canais, currais, casas, roças – pertenciam à fazenda, e, rompido o acordo, saía o agregado com aquilo que atinasse o proprietário em oferecer, e sendo uma rescisão contenciosa, sob alegação de furto, por exemplo, não seria espantoso sair o vaqueiro expulso, sem absolutamente nada, e ainda sob risco de vida.

Assim é que durante os primeiros tempos da ocupação do Baixo Médio São Francisco, a área da grande propriedade era a base material da coerção social, delimitando a clientela do latifundiário, por relações de dependência direta. Em momento posterior, o coronelismo expandiria essa área de influência, com laços políticos para além da porteira da fazenda, domínio mais duradouro, estável e legitimado.

2.4 CORONELISMO: UM NÓ NO REMANSO

O coronelismo, fenômeno social nordestino, destaca-se entre os elementos determinantes para a formação sócio-econômica da região, e para os rumos dos acontecimentos mais recentes. A análise das consequências do coronelismo como parte do cenário regional, com desdobramentos até os anos 1970, é imprescindível, pois tanto os encaminhamentos políticos como as reações ou omissões aos mesmos passam pelas condições sociais, quase contratuais, estabelecidas ao longo de décadas.

A origem incontestável do coronelismo remonta ao Brasil regencial, e aos coronéis – verdadeiros ou falsos – da Guarda Nacional, criada em 1831, a partir da concepção do Padre Diogo Antônio Feijó. Esta força paramilitar durou quase um século, instituindo em cada município brasileiro um regimento cujo comando pertencia ao chefe político da cidade, aqueles que pelo comércio, fazendas ou

herança pudessem exercer autoridade, legitimada pelo Estado com o posto e patente de coronel.

É interessante ressaltar que o coronelismo é um fenômeno intrinsecamente geográfico. Primeiro, porque está vinculado ao latifúndio e à grande propriedade, sendo a desigualdade no acesso à terra um favorecedor à sua existência. Em segundo lugar, porque diz respeito à expansão territorial de um Estado que não teve interesse em ocupar os espaços mais remotos do país, terceirizando o exercício da mediação social. Terceiro, porque o coronelismo foi beneficiado pela situação de isolamento dos núcleos onde surgiu, e seu declínio coincide justamente com o incremento de informação, transporte, economia e educação. Por fim, a dinâmica dos domínios dos coronéis era ditada por disputas geopolíticas por controle de áreas de influência, onde se travaram verdadeiras guerras por cidades, fazendas, rios, entre outros territórios políticos e sociais.

A República buscará suas vestes civis e organizará seu sistema financeiro, para dar amplitude e florescência ao liberalismo econômico, contraditoriamente experimentado. Na base, a "política dos governadores" apoiada no aliciamento eleitoral do "coronelismo" dará estabilidade ao sistema. Recobrando, recobrando mais do que ordenando normativamente, a Carta de 1891 legitimará a ordem, conservadoramente imutável (FAORO:556).

A questão é até que ponto este cenário pertence ao Brasil Imperial somente, e não ao período colonial ou republicano. Porque o controle geopolítico do território nacional passa por diferentes políticas, mas não se percebe grande variação nos seus mecanismos. Carone (1971:87) já havia assegurado que

os barões e coronéis representam simples continuidade do sistema anterior, havendo, no entanto, maior amplitude de representação legal. É que a partir da Independência e, principalmente do federalismo da Primeira República, acentuam-se os predomínios locais, uma vez que são os representantes das oligarquias latifundiárias que dominam o legislativo e executivo.

Por isso, embora os descendentes daqueles mandatários ostentem ainda hoje o orgulho do seu passado, a estrutura política que sustentava a instituição já começara a se decompor em algum ponto dos anos 1940 e gradativamente enfraquece até desaparecer. Como prática esparsa, há atos coronelistas até os dias

atuais, praticados não necessariamente por oligarquias ou herdeiros, mas por políticos que, como em qualquer lugar do mundo, desviam da regra legal.

Na farta literatura ficcional encontram-se os elementos que caracterizam este fenômeno, e mesmo descartados os exageros e caricaturas, a figura do coronel e o sistema político-social que gravitava em seu redor são relativamente conhecidos. Na própria região sanfranciscana houveram romancistas que empreenderam a publicação de muitas narrativas dos feitos coronelistas. Demosthenes Guanaes Pereira, escritor regionalista reconhecido nacionalmente, deixou vários trabalhos em que apresentava a vida no Vale nos anos 1930, e especificamente em Remanso, sob o domínio dos senhores da época. Também Wilson Lins se dedicou em registrar em suas obras as batalhas entre as dinastias das antigas fazendas da região, especialmente em “Remanso da Valentia” (1967) onde se fortalece o mito da bravura dos cabras daquele tempo, nos entreveros entre Francisco Leobas, de Pilão Arcado, e os Castelo Branco, de Remanso. Há ainda um variado repertório descritivo sobre o coronelismo em geral, e boa quantidade de relatos de viagem que reportam a vida das cidades portuárias.

Contudo, considerando os parâmetros pretendidos neste trabalho, destaca-se a abordagem de Victor Nunes Leal, em “Coronelismo, Enxada e Voto”, como marco apropriado para o conceito em lide. Leal toma o coronelismo por “sistema político dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido” (1997:276). Isto enquadra-se no contexto da jovem República brasileira em consolidação, no início do Século XX, forte o suficiente para manter-se, mas prudente na medida em que busca o contrato com as lideranças interioranas, para manter-se num modelo representativo às avessas.

Para os expoentes políticos regionais, a possibilidade de articulação com outras instâncias do poder representava uma oportunidade interessante, embora exigisse a apropriação de novos mecanismos de coerção dos trabalhadores.

Se já não havia a instituição do trabalho escravo, seria preciso fortalecer os contratos sociais que na prática significavam dependência do pobre em relação ao rico, geralmente associadas ao uso da terra. Diante do avanço do sufrágio, criavam-se táticas que não permitissem mudanças no jogo, a coerção, as fraudes e o controle das regras.

O patriarcalismo, em fase de superação em outras regiões, torna-se marca do coronelismo regional, expectativa de perpetuação do poder familiar na nova ordem política, em que gado e terras já não garantiam o poder. Leal explicita mais:

Conquanto suas consequências se projetem sobre toda a vida política do país, o “coronelismo” atua no reduzido cenário do governo local. Seu *habitat* são os municípios do interior, o que equivale a dizer os municípios rurais, ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. Consequentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno.

Significando o isolamento ausência ou rarefação do poder público, apresenta-se o “coronelismo”, desde logo, como certa forma de incursão do poder privado no domínio público (*op. cit.*, p. 275).

Postos estes referenciais, evidencia-se a coincidência dos elementos gerais do coronelismo com as características locais, a intensidade com que esse fenômeno incide sobre a sociedade, e, pior, sua abrangência temporal. Delineia-se então uma dificuldade metodológica. Considerando a conceituação de coronelismo aceita, verifica-se que sua estrutura básica, o latifúndio, a exploração da mão-de-obra e a convergência do poder político ao econômico em detrimento da criação de instituições mediadoras estatais, está presente e vigorosa, no pecuarismo, e não cessa com a superação da Velha República, seu momento clássico, resistindo traços de poder coronelista nesta região até mesmo nos anos 1960. Ao coronel pertenciam os empregos públicos, a ordem religiosa, o controle de impostos e taxas, o funcionamento eleitoral, e todo o aparato administrativo local, a serviço da conveniência para agradar amigos ou punir desafetos.

Por volta de 1918, o coronel Franklin Lins e a família Correa de Queiroz, ambos de Pilão Arcado, estavam em meio a disputas por terras onde haviam carnaubais, quando o primeiro, detentor dos contatos comerciais e políticos externos ao Vale, começa a adquirir armas em quantidade cada vez maior, despertando a desconfiança dos demais chefes da região. Na iminência de um conflito maior, o coronel Francisco Leobas, de Remanso, junta-se aos Correias, num aparente equilíbrio de forças, uma vez que os demais coronéis permaneceram na neutralidade. As violentas refregas não tardaram a explodir. Num episódio sangrento, as forças de Remanso – os Leobas – e dos Correia fizeram cerco de quase cinco dias em Pilão Arcado, com desfecho na casa de Franklin, que não

chegou a ser tomada, verdadeira fortaleza que era. A vendeta do coronel não tardou. Recuperadas as forças, o comandante deflagrou uma verdadeira caça à família Correa, que dada a desproporção de recursos, terminou expulsa da região, uma vez que, encaminhando pedido de socorro ao governo estadual, este decidiu por não intervir, evitando uma indisposição contra o poder de Franklin. (MELLO, 1999:62).

Este acontecimento é importante por redefinir o jogo de forças no Vale, afirmar a rivalidade entre Remanso e Pilão Arcado, que se perpetuaria, e o cerco de quarenta dias que se impôs a Remanso, anos depois, que deixou maior parte da cidade destruída, vitimou quase todos os homens, e consumou a vingança de Franklin Lins (PEREIRA, 1949:73). A partir de então, é constante a tensão entre a rede comercial e produtiva de Pilão Arcado, onde se concentravam os maniçobais e carnaubais de Franklin, e Remanso, onde estava o porto e entreposto comercial. A habilidade comercial e o poder da milícia garantiriam a Franklin Lins a preponderância no Vale durante décadas. Com o tempo, o poder do coronel ganharia fama nacionalmente, culminado com a perseguição que empreendeu à coluna Prestes, expulsando-a para a Bolívia, em 1927. A morte de Lins, em 1947, marcou também o fim de uma era para Pilão Arcado e, finalmente, a possibilidade de ascensão política de Remanso.

O poder exercido sobre o território é tão forte que, por exemplo, permitia aos coronéis negociar o controle de imensas áreas, com as forças políticas do Estado, exemplificado pelo episódio da revolta sertaneja, diretamente com poder federal.

Em 1920, em meio a um quadro de acirrada divisão política na esfera estadual, sob as fortes lideranças de Ruy Barbosa, Luis Vianna, Severino Vieira, J. J. Seabra, entre outros, em alianças e desafetos que se guiavam por relações pessoais de grupos oligárquicos, ocorreu a “revolta sertaneja”. Naquele ano, a eleição de J. J. Seabra para o segundo mandato como Governador da Bahia despertou a ira do adversário Ruy Barbosa, que vendo derrotado seu candidato, Paulo Fontes, passou a questionar a validade do pleito, alegando fraudes e opondo-se à posse do novo governo. O impasse incendiou os interiores, despertando rivalidades dos chefetes regionais, ligados a grupos políticos distintos, que passaram a mobilizar seus contingentes de jagunços, a serviço dos coronéis, de modo mais

acirrado na região das Lavras (atualmente Chapada Diamantina) onde reinava Horácio de Matos, e o Vale do São Francisco, sob comando de Anfilóbio Castelo Branco, de Remanso. A chamada “Guerra do interior contra a Capital” pretendia causar um estado de desordem que demandasse uma intervenção federal, e conseqüentemente, a anulação do resultado do pleito. No desenrolar dos conflitos, Horácio de Matos chegou a conquistar a cidade de Lençóis, uma das mais importantes da Bahia, no intuito de, a partir de lá, ocupar a capital. Decretada a Intervenção Federal, em fevereiro de 1920, o General Cardoso de Aguiar teve êxito em obter a conciliação, pelo acerto com as principais lideranças do levante, Horácio de Matos e Anfilóbio Castelo Branco, que subentendia as lideranças subordinadas, como se fosse um armistício entre nações belicosas. Consignou-se este ato no documento chamado “O Acordo de Remanso”, cujos termos condensam ricamente o potestado político-jurídico que foi o coronelismo:

- 1o. – O coronel Horácio de Matos não entregará as suas armas e munições;
- 2o. – Conservará a posse dos doze municípios, que ocupou, reconhecendo o governo as autoridades, por ele, Horácio, nomeadas;
- 3o. – Serão conservadas, em qualquer hipótese, uma vaga de deputado estadual e outra de federal para o coronel Horácio eleger os seus candidatos (SANTOS, S. 2005:152).

Os chefes insurgentes se obrigavam a “paralisar completamente o movimento revolucionário na zona do São Francisco”; e firmavam o compromisso com o Estado Republicano, prometendo “acatar e respeitar o futuro governo da Bahia, vendo nele a pessoa do Presidente da República, representada pelo General Cardoso de Aguiar, muito digno interventor federal no Estado da Bahia” (BARBOSA, 1975:358-368).

É notável que o acerto não representava enfraquecimento do poder dos coronéis, pelo contrário, a aparente capitulação de 1920 permitia a manutenção do *status quo* nos interiores, agora reconhecida e legitimada pelo Governo Federal. E, sobretudo, permanecia o poderio bélico das milícias, que somente na Revolução de 1930 seria desarticulada, quando Getúlio Vargas operacionalizou um surpreendente recolhimento de armas:

O desarmamento levado a cabo na década de 1930 foi bem profícuo na Bahia, sendo apreendidos nas fazendas e cidades da região da Chapada Diamantina (as famosas “lavras”) segundo consta cerca de

30.500 fuzis!!!, 376 kg de munição, 236.000 cartuchos, 2 fuzis-metralhadores e 2 máquinas de recarga de munição (COSTA, 2010).

Os números ilustram o poder de fogo destas forças de combate, e explicam a razão de tanto temor até por parte do Governo Federal, haja vista que os acontecimentos de Canudos ainda estavam recentes na memória de todos. No entanto, mesmo tamanha potência encontraria suas contestações.

Desde a tragédia de Canudos, cuja localização é próxima ao Vale do São Francisco, multiplicaram-se os pregadores, que na sua empreitada de fé contra a República, a corrupção dos costumes, e na defesa da religião pura, de um reino milenar, intentariam na fundação de comunidades religiosas nos interiores nordestinos.

Um episódio interessante ocorreu em Remanso, no final dos anos 1920, que demonstra a relação da prática religiosa fora do catolicismo com o poder secular. O relato de Wilson Lins, em “Remanso da Valentia” (1967:55), dá conta de um beato que, chegando à cidade de Remanso, começou a congregar fiéis em uma localidade do interior, realizando rezas e pregações nos moldes do messianismo anti-republicano. Aumentando o grupo, incomodaram-se as autoridades da cidade – coronéis, padre e juiz – e mandam capturar o religioso, dar-lhe uma surra, e em seguida desterrá-lo, advertido que, se retornasse à região, seria morto. Executadas as ordens, ao sair da cidade, teria o beato bíblicamente sacudido a poeira do calçado e proferido sua maldição: aquela igreja que era o orgulho da cidade de Remanso, iria se tornar morada de peixes.

Mesmo considerando as cheias sazonais do rio, e as maiores enchentes que já se tinha visto, 80 anos atrás, era completamente absurda a ideia de que a Matriz viesse a ser inundada. O acontecido é mencionado na música “Sobradinho”, de Sá e Guarabira.

O São Francisco lá pra cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar
E passo a passo vai cumprindo a profecia
Do beato que dizia que o sertão ia alagar

O sertão vai virar mar, dá no coração
o medo que algum dia o mar também vire sertão (SÁ & GUARABIRA, 2005)

Alguns anos depois, deu-se no Baixo-Médio sanfranciscano um conflito de razoáveis proporções, que pôs em xeque o poderio dos coronéis, o governo

estadual e a própria ordem republicana. O movimento do Pau-de-Colher, também conhecido como movimento dos “caceteiros”, ocorreu no município de Casa Nova, na localidade de Caldeirão, próximo da divisa com o Estado do Piauí e com o município de Remanso. O ano era 1938. Ainda fazia efeito a pregação dos beatos itinerantes, que misturava o messianismo, o combate ao governo como encarnação do mal, a escatologia popularesca e em especial, a promessa de uma vida melhor, associada à eternidade, mas de cunho terreno.

Uma comunidade religiosa, liderada por “Senhorinho”, remanescente de Caldeirão, que havia sido desfeita pouco tempo antes, e “Quinzeiro”, arrebanharam naquela localidade uma quantidade crescente de pessoas, chegando a formar uma vila com mais de quatro mil pessoas. As atividades dos seguidores começam a despertar desconfiança dos fazendeiros e autoridades da região, até que começam os conflitos. A alcunha de “caceteiros” que o grupo recebeu se deu ao uso que faziam de um porrete, que trazia uma cruz entalhada. Posteriormente, com o aumento de assassinatos, são enviadas forças militares das cidades próximas, e até mesmo destacamentos de Estados vizinhos, e dois batalhões enviados pelo Governo Federal.

O confronto foi intenso, e muitos fiéis debandaram, iniciando uma longa perseguição pelos sertões. Na vila, as forças militares promoveram um massacre de aproximadamente 400 pessoas, incluindo mulheres e crianças. Os soldados deixaram passar algumas crianças e mulheres, dentre elas o “Quinzeiro”, travestido em disfarce feminino. As crianças órfãs foram enviadas para instituições de caridade em Salvador. A grande mortandade, cujo número exato é controverso, e a violência do confronto tiveram repercussão nacional, servindo de exemplo para quem desafiasse o poder federal.

O episódio até hoje é parte da memória popular, com caricaturas e distorções próprias da tradição oral, mas também está narrada e documentada de modo mais objetivo em vários estudos e documentos. Duqué, que entrevistou alguns personagens relacionados ao episódio, chega a uma importante conclusão: “Seja qual for o significado específico do evento, Pau-de-colher ainda tem repercussões em Casa Nova. Ele ergueu um muro de desconfiança entre a população e as

autoridades¹¹”(1980:385). Este muro foi percebido pelos planejadores de Sobradinho, e temia-se que outro incidente pudesse atrapalhar o projeto, motivo pelo qual muitos cuidados foram tomados, simultaneamente tentando um contato, ainda que insipiente, e tomando medidas legais e militares preventivas.

O muro tinha origens remotas. E estava edificado sobre a desigualdade e a injustiça historicamente operadas na região. O caráter de insurreição social dos movimentos que abalam a ordem é patente, condicionados àquela explicação:

Esses homens não podiam ter a mesma ideologia dos grandes proprietários, dos que lhes arrebatam a terra e a cujo serviço enviavam-se tropas para dizimar populações que nela mourejavam. Muito menos no Nordeste, onde o contraste entre o trabalhador rural e o dono da terra era muito mais flagrante. Em todos os casos aqui focalizados – Canudos, Contestado, Caldeirão – parece ser uma tendência natural das massas rurais espoliadas, em determinadas condições, criar uma religião própria, que lhes sirva de instrumento em sua luta pela libertação social, como o cristianismo foi, em seus primórdios, religião de escravos e proletários da época (FACÓ, 1963: 50, grifo nosso).

E era justamente essa capacidade de mobilização que começava a despontar, que atemorizava os exploradores, afinal, não se poderia permitir a formação de uma classe que tivesse consciência e posicionamento histórico

(...) as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 2001:274).

O olhar de um observador externo rapidamente percebia a situação extrema de pobreza e desigualdade da cidade, como registrou Carlos Lacerda, em passagem pela região em 1933:

São 18.000 habitantes, em Remanso; entre os desastres que mais afetam a região, apontam-se ali, como principais, “a ação de bandoleiros no interior do município.” Essa desgraça caiu várias vezes sobre a cidade; as mais notórias investidas foram as de 1919 e

¹¹ “Quelle que soit la signification propre de l'événement, Pau de Colher a aujourd'hui encore des répercussions à Casa Nova. Il a élevé un mur de méfiance entre la population et les autorités.”

de 1928-30. As crianças ali trabalham na lavoura desde 10 anos. “Esses trabalhos, dizem as autoridades locais, prejudicam-lhes a saúde e elas não frequentam a escola.” Mas, que fazer ? É a rotina. Seus quatro receptores de rádio, suas sete escolas primárias, seus três médicos, seu dentista, seu advogado, não puderam ainda apagar a influência do mandonismo, que pesa sobre Remanso (...). Depois da inundação de há dez anos, as casas ainda não foram reconstruídas, por falta de dinheiro. E apesar de tudo, como se por pura teimosia insistissem em viver, aquelas populações trabalham. Remanso está a 202 km de Juazeiro e Juazeiro fica ligada à capital da Bahia pela estrada de ferro. Será este o mesmo Brasil do litoral? (LACERDA, 1964:93)

Mas se houberam solavancos, que acabaram modificando os modos de ação dos chefes políticos da região, é certo que a manutenção das bases sobre as quais a estrutura social se mantinha possibilitou a permanência da ordem secular. A desigualdade no acesso à terra e aos meios produtivos replicava numa desproporção entre o poder dos senhores de terras e o estado de abandono e impotência dos pobres. Mostra-se acertado o vaticínio de Victor Leal: “Parece evidente que a decomposição do “coronelismo” só será completa, quando se tiver operado uma alteração fundamental em nossa estrutura agrária” (1997:285).

2.5 ONDAS NO REMANSO: A TERCEIRA

Considerando a efervescência das primeiras três décadas do século XX, podemos afirmar que os períodos seguintes foram muito calmos. Cessadas as hostilidades levadas a termo por balas e facas, aos poucos torna-se a política uma nova modalidade de disputas de poder, embora a prepotência dos descendentes dos antigos senhores não os deixe confundir entre os cidadãos comuns. A ascendência das famílias ditas tradicionais é mantida pelos canais de acesso ao poder nas instâncias superiores, afinal, todos tinham seus representantes infiltrados na política soteropolitana ou mesmo na capital federal. Interessante exemplo é a família Vianna, de Casa Nova, que, segundo consta, além da grande força política na Bahia, contavam com um familiar trabalhando no Gabinete da Presidência da República, cuja intercessão lhes valia com frequência. A **Figura 9** mostra uma Caravana política que percorria a região, em busca de articulações entre as novas forças do poder:



Figura 9: Caravana do PRP de Remanso, 1946. Autoria desconhecida.

Num momento em que a atividade comercial destacava-se como motor econômico da região, possuir bons contatos era determinante, e neste quesito, as famílias tradicionais levavam ampla vantagem, uma vez que tinham uma excelente rede, tanto entre os fornecedores na região de influência, como de compradores nos centros comerciais. Deste modo, as famílias mais abastadas ocupavam o topo da estratificação comercial, ficando, por certo, com a maior parte dos lucros e desvinculando-se aos poucos da pecuária como atividade única.

Gilberto Freyre encontra nos primórdios da ocupação brasileira, onde está a base econômica da riqueza e do trabalho escravo, a raiz de “[...]uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou” (FREYRE, 1998:23).

A partir dos anos 1930, com o aperfeiçoamento tecnológico das embarcações, cresce a utilização dos transportes fluviais na região. Excetuando-se o gado, os circuitos comerciais dependiam do rio, por onde iam e vinham grande quantidade e variedade de embarcações. A imponência das barcas a vapor, como a que se vê na **Figura 10**, e as atividades a elas relacionadas, é parte indissociável da história e cultura sanfranciscana.



Figura 10: Barca São Francisco. Data e autoria desconhecidos.

Enquanto circulavam, os pequenos intermediários criavam uma extensa cadeia de comércio, que baseava-se na amizade e confiança, e chegava a prescindir o uso da moeda, tamanho o uso da troca como recurso comercial. O comércio de maior volume estava ligado, por um lado, a um grande comerciante nas cidades portuárias, e na outra extremidade, às casas exportadoras, que remetiam os produtos diretamente para o exterior. O coronel, e depois seus sucessores comerciantes, detinham o monopólio do trato com estas casas exportadoras, e ainda acumulavam a função de representantes dos principais bancos da praça de Salvador, como o Banco da Bahia (MELLO, 1999:72).

Toda esta atividade econômica transformou a cidade de Juazeiro em grande centro comercial, contando com seis casas exportadoras figurando entre as maiores do Estado, que também beneficiavam os produtos e faziam operações financeiras, a partir da captação das mercadorias que chegavam pelo rio. O estabelecimento desse circuito secundarizava qualquer atividade realizada em Remanso, cuja função passa a ser a subpolarização comercial, integrada a Juazeiro. Como explica Mello:

A circulação de mercadorias através do rio funcionava em dois circuitos: o primeiro, extrativo exportador, onde circulavam os couros e as peles, a cera da carnaúba, a borracha da maniçoba, o peixe e também o algodão, descendo o rio; e querosene, fósforos, tecidos, sal e produtos industrializados em geral, subindo o rio. O segundo,

agro-abastecedor onde circulavam a rapadura, o aguardente, a farinha de mandioca e produtos agrícolas em geral. Tais circuitos eram delimitados basicamente pelo destino e finalidade das mercadorias e numa outra instância pelos seus respectivos agentes e transportes, embora com relativa flexibilidade (MELLO, 1999:72).

Esta movimentação não passava despercebida dos governos. A preocupação estratégica dos Governos brasileiros com o Rio São Francisco, que sempre foi evidente, aumenta no decorrer da Segunda Guerra Mundial, tornando-se geopolítica, quando a navegação passa a ser encarada como via estratégica para assegurar transporte e abastecimento em caso de desembarque de tropas estrangeiras na costa.

As atividades desenvolvidas no Rio São Francisco sempre estiveram próximas da esfera pública, e o discurso da sua importância, assim como os mais diversos projetos, nunca saíram da agenda governamental. No entanto, a materialização de esforços públicos para o desenvolvimento regional a partir do Rio ocorre em 1945, com a criação da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), e posteriormente da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF). Esta foi substituída pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), em 1967, e terminou por originar a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) em 1974, cuja atuação foi decisiva para a implantação da agricultura irrigada no entorno do bipolo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). As mais diversas iniciativas institucionais buscavam uma compreensão totalizante e funcional do Vale do São Francisco, para, segundo o discurso oficial, promover o desenvolvimento regional, integrado aos circuitos nacionais. Somente com o tempo se percebeu o quanto é difícil intervir numa região tão diversa, em todos os aspectos, com características e demandas altamente variáveis, não raro contraditórias.

De fato, as empreitadas estatais não poderiam facilmente dar conta da imensidão que é o Velho Chico, em tamanho e diversidade. A própria população beradeira ainda não se conhece bem, e, desde os primórdios, é acirrada a disputa entre as cidades portuárias, aumentada com os incrementos navegacionais, que funcionaram como meios de circulação de informações no curso do rio, como se nota da “toada do Velho Chico”, popular entre os barqueiros:

Juazeiro da lordeza
Petrolina dos missais
Santana dos Cascais
Casa Nova da carestia
Sento Sé da nobreza
Remanso da valentia
Pilão Arcado da desgraça
Xiquexique dos Bundão
Icatu cachaça podre
Barra só dá ladrão
Morporá casa de palha
Bom Jardim da rica flor
Urubu da Santa Cruz
Triste do povo da Lapa
Se não fosse o bom Jesus
Carinhanha é bonitinha
Malhada também é
Passa Manga e Morrinho
Paga imposto em Jacaré
Januária carreira grande
Corrente meia carreira
Bate o prego em Santa Rita
Pra cagar mole em Barreira
São Francisco da Arrelia
São Romão das feiticeiras
Extrema dos Cabeludo
Pirapora é da poeira

Os versos não possuem origem e autoria conhecida, e apresentam-se em versões variadas, sendo aceito, no entanto, que é anterior aos anos 1950. Essa diversidade e eventual animosidade reflete disputas em diferentes escalas e intensidades. Tanto haviam rivalidades entre cidades como numa mesma comunidade, grupos se enfrentavam por poder.

Era portanto bem demarcada a divisão política, entre os grupos dominantes, que disputavam posições de mando, território e privilégios junto ao poder Estadual. Na antiga Remanso, esta divisão política era acirrada, e contava com duas facções, que abrigavam as mais importantes famílias do lugar. De um lado, os “Cascudos”, e do outro, os “Borboletas”, que se alternavam no controle da intendência, entre 1896 e 1920, mas indiretamente mantiveram a rivalidade por décadas. Contudo, mesmo nas guerras há ironias. Quando as tensões não se materializavam nos desaforos, facas ou balas, as bandas de música eram o expediente das disputas. Cada grupo possuía uma sinfônica, a “15 de novembro”, registrada na **Figura 11**, e a “União”, respectivamente, que competiam pelo posto de orquestra oficial, para tocar nos

festejos da cidade. A relação entre a banda e as lideranças políticas era intensa e explícita, como se nota pela presença do patrono da mesma entre os músicos. O escritor Demosthenes Guanaes Pereira (1976) dedicou uma de suas obras – “Casquados e Borboletas” – à crônica desta rivalidade política e seus desdobramentos, dos quais ninguém na cidade poderia escapar.



Figura 11: Sociedade Filarmônica 15 de Novembro. 1910. Autoria desconhecida.

Os “Casquados” eram integrados por famílias de grande influência política e econômica na cidade: Os Pinto, os Pereira, os Guanaes, os Branco. Do lado dos “Borboletas” estavam os Leite, os Lino, os Teixeira, os Rodrigues, os Nolasco, os Carmelo, os Antunes, clãs de menor projeção e “poder de fogo”.

Os “Casquados” sempre tiveram maior proeminência, destacando-se duas famílias que chegaram ao mando político por mais tempo e com maior intensidade, sendo a primeira, a família Guanaes, com três representantes ocupando a intendência no período: Tibúrcio Guanaes (1901), seu filho Landulfo Guanaes e em seguida, Eurico Guanaes, em 1933. Com o tempo, a família Guanaes passou a ter projeção no Estado, mas os descendentes não tiveram interesse pela política em Remanso. A segunda família – os Branco, posteriormente Castelo Branco –

souberam manter-se no centro decisório por um período longo, tanto associada aos cargos políticos locais, como na dinastia coronelista que comandou a região até os anos 1930.

Foi o mais proeminente dos Castelo Branco que pôs fim à disputa, no estilo da época: “Essa divisão entre Cascudos e Borboletas só terminaria em 1919, quando o Cel. Anfilóbio Castelo Branco toma o poder político e expulsa os Borboletas de Remanso” (SANTOS, S.,2005:27).

Manoel Bomfim Ribeiro (1996), ao narrar a trajetória da sua família, descreve a cidade de Remanso e seu entorno, na década de 1940, quando os Ribeiro lá se estabeleceram com a firma comercial de seu pai. Chegaram em 1941, já dispendo de um caminhão, melhor meio de transporte da época, apesar de raro. O autor passa a relembrar as cenas que seus olhos infantis perceberam:

O dia amanheceu e a nossa primeira curiosidade foi sondar o novo ambiente. Vida nova, beira de rio, vapores do São Francisco apitando e atracando. As barcas com suas carrancas exóticas e os toldos em palha, velas enfunadas em leque, o mercado abarrotado de peixes sob o comando do grande pescador José Maria. Uma sociedade receptiva, acolhedora e prestativa foi o que encontramos em Remanso. A Casa Santo Antônio já estava em pleno funcionamento. Loja grande, tecidos variados com belas padronagens e uma grande movimentação de vendas (RIBEIRO, 1996:56).

A cidade consolidava sua vocação para o comércio. Várias lojas cresciam em volume de vendas e variedade de produtos, alternando a função de recolhedoras de artigos catados ou beneficiados localmente, e distribuidora de itens industrializados, vindos de Juazeiro. Não raro, acontecia troca de uns pelos outros, substituindo o uso da moeda. A **Figura 12** apresenta uma razoável movimentação na Rua do Mercado Velho, nos anos 1940.



Figura 12: Rua do Mercado Velho. Década de 1940. Autoria desconhecida.

Todas as narrativas concordam no fato de que o porto era o centro econômico e social da cidade, que, contíguo ao Mercado Municipal, movimentava a tudo e a todos.

Uma das atividades mais visíveis nos portos ribeirinhos era a *salga* de peixe, que era muito apreciada pelos caatingueiros pobres e negociada em grandes quantidades para localidades mais distantes. A preparação e comércio do peixe salgado foi uma das práticas antigas que desapareceu com a construção da Barragem de Sobradinho.

Em 1940, a divisão político-administrativa da região – representada na **Figura 13** – mostra a dimensão dos municípios de Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova e Sento Sé, imensas unidades territoriais cobiçadas pelas forças políticas como espaços de mando e fonte de riquezas.

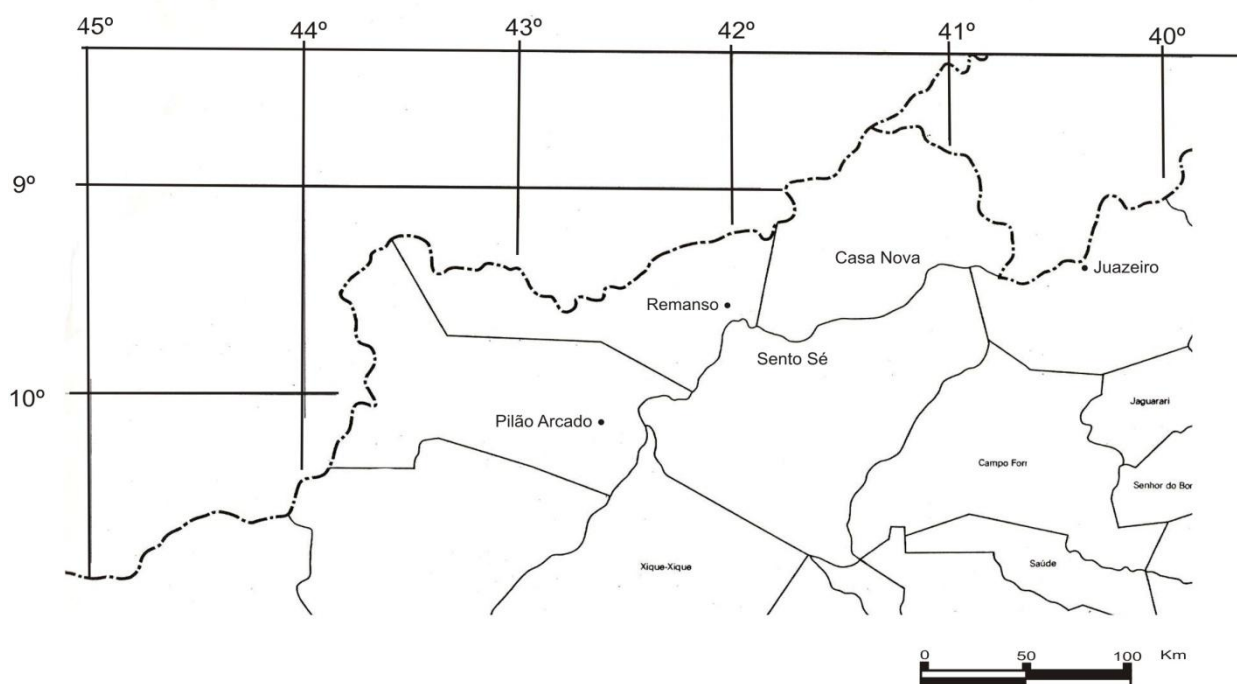


Figura 13: Divisão Territorial e Administrativa: Situação em 1940.
 Fonte: SEPLANTEC, 1978. Adaptado pelo autor.

Os anos 1940 ficaram na memória de quem os viveu no Baixo-Médio São Francisco, porque entre 1943 e 1949 ocorreram grandes enchentes, que provocaram enormes prejuízos a quem tinha a vida às margens do rio. Contam os ribeirinhos que a água invadiu léguas de terra, tomando veredas e caatingas, como nunca tinha visto aquela geração. Se por um lado, o fenômeno provocou muitos prejuízos, de lavouras perdidas, também foi um momento muito rico para a pesca, quando se observou uma quantidade de pescado também inédita. Tendo a água tomado parte da cidade, em alguns pontos, o transporte era feito de canoa, quando os seresteiros também as utilizavam para suas serenatas, formando quadro idêntico àquele visto nas gôndolas venezianas. A população passa a conviver com a ideia das enchentes, embora tenha ficado no imaginário popular que aquele fosse o maior avanço possível das águas.

A década de 1940 marca, também, um aporte de investimento público na saúde local, o que representa, pela primeira vez, a presença do Estado como ator em relação à atenção ao cidadão. Isto se deu por ocasião de grande surto de malária, que vitimou grande número de pessoas, notadamente os mais pobres, e demandou a presença do Serviço Nacional de Malária, em 1947, que, pela aplicação

de inseticida DDT, teve êxito no combate ao mosquito vetor da doença, e reduziu drasticamente sua incidência. Durante a campanha, alteraram-se os medicamentos utilizados no tratamento da doença: ao invés da quinina e azul de metileno, o *aralen*, para a febre que caracterizava a enfermidade, aumentando a eficácia, em conjunto com outras metodologias.

Os anos 1950 marcam a instalação da energia elétrica na velha cidade, através de gerador, substituindo o sistema de lampiões a querosene que eram acendidos manualmente ao escurecer, e apagados às 22 horas, um a um, pelo acendedor de lampiões, conhecido por João Canela. O fim da sua atividade é retratado por um poeta da cidade:

João Canela, João Canela
Como vai se defender
Os candinheiros apagou
Como ele vai viver
Quando a noite vem chegando
Ele vai se danando
E rezando o credo-em-cruz
Recebeu, recebeu
Da madame Prefeitura
Hoje a sua demissão
Pois não tem mais lampião
Hoje tem na cidade
Eletricidade, não precisa dele não.
(SANTOS, S., 2005:115)

Este aporte de tecnologia prossegue com a instalação de um posto dos Serviços Especiais de Saúde Pública (SESP), vinculado ao Ministério da Saúde, que posteriormente tornou-se um hospital de grande serventia na região, com boa capacidade e tecnologia.

Naquela década de 1950, quando a navegação fluvial estava ainda em bom momento, um visitante ilustre, o escritor e pintor paulista Expedito Camargo Freire, deixou um testemunho de sua passagem por Remanso, que ilustra as condições das viagens da época:

Partindo de Pilão Arcado, fizemos parada no porto de lenha e chegamos em Remanso no pôr do sol. Remanso é terra de lindas moças, pelo menos o cais estava repleto delas. Embarcou muita gente, inclusive o escritor Demóstenes Guanais, que escreveu o livro "Carnaubal", obra que li a bordo. Logo que saímos de Remanso foi servido o jantar, que foi o pior da viagem. O vapor ficou abarrotado, redes foram estendidas pelos passadiços e as senhoritas foram metidas três em cada camarote (GOUVEA, 2008).

De fato, a tradição oral da cidade aponta que o porto de Remanso era o segundo mais importante do Baixo Médio Sanfranciscano, secundarizado apenas pelo porto de Juazeiro. Remanso possuía um cais aberto e de grande movimentação, pois centralizava boa parte da produção de couros e peles, cera de carnaúba, peixe salgado, bovinos de Sento Sé e em menor escala, de Pilão Arcado.

Para o resgate do modo de vida a partir dos anos 1950, já se pode contar com a memória de pessoas que viveram na região e compartilham suas impressões sobre a vida naquela época. Os relatos falam de uma Remanso em que o mundo rural fluía tranquilamente pelas ruas da cidade, nos modos, na temporalidade, nas relações.

Conforme relatos de moradores da velha cidade, havia uma enorme integração entre a vida rural e a cidade, pela constante troca de produtos, relações, e laços afetivos mais estreitos, de modo que pouco separava os dois universos. A feira, o comércio, a pesca e demais atividades econômicas funcionavam como elo entre o pequeno produtor rural e o mercado consumidor na cidade, em pequenos volumes, mas em constância sazonal. Este modo de relacionamento coincide com um padrão de influência do mundo rural sobre a formação do espaço urbano, nas suas formas pré-existentes, vias de circulação, cultura, atividades econômicas, entre outras.



Figura 14: Cais da Velha Remanso, 1974. Autoria desconhecida.

A relação com o porto sempre foi intensa -- como se nota na **Figura 14** -- e dele provém as novidades “materiais ou orais” que de algum modo relacionavam a cidade com o mundo. O banho de rio, no cais, era algo natural na velha cidade, mais como prática recreativa do que como higiene, e fazia parte do cotidiano, com características bem ligadas ao modo de vida simples de pescadores e camponeses que têm na aguada uma extensão de sua vida privada.

O coronelismo já havia passado enquanto instituição legitimada, mas os atos dos senhores de posses, dos grandes comerciantes, dos filhos dos coronéis, frequentemente sugeriam que os donos da terra ainda pretendiam o domínio das pessoas. A debilidade das representações do Estado permitia todos os tipos de exploração dos mais fracos. Somente o incremento gradual de serviços públicos básicos, especialmente saúde e educação, lembravam que existe um ordenamento da vida, um conhecimento externo, um remédio para o sofrimento.

A configuração territorial do município foi alterada ainda duas vezes: em 1963, quando o distrito de Catita é desmembrado de Remanso, passando a constituir o atual município de Campo Alegre de Lourdes, e por ocasião da submersão de parte do seu território, nos anos 1970, com a construção de Sobradinho. A **Figura 15**, de 1974, mostra um momento intermediário, quando ainda coexistiam as velhas sedes municipais e os canteiros de obras das novas cidades:

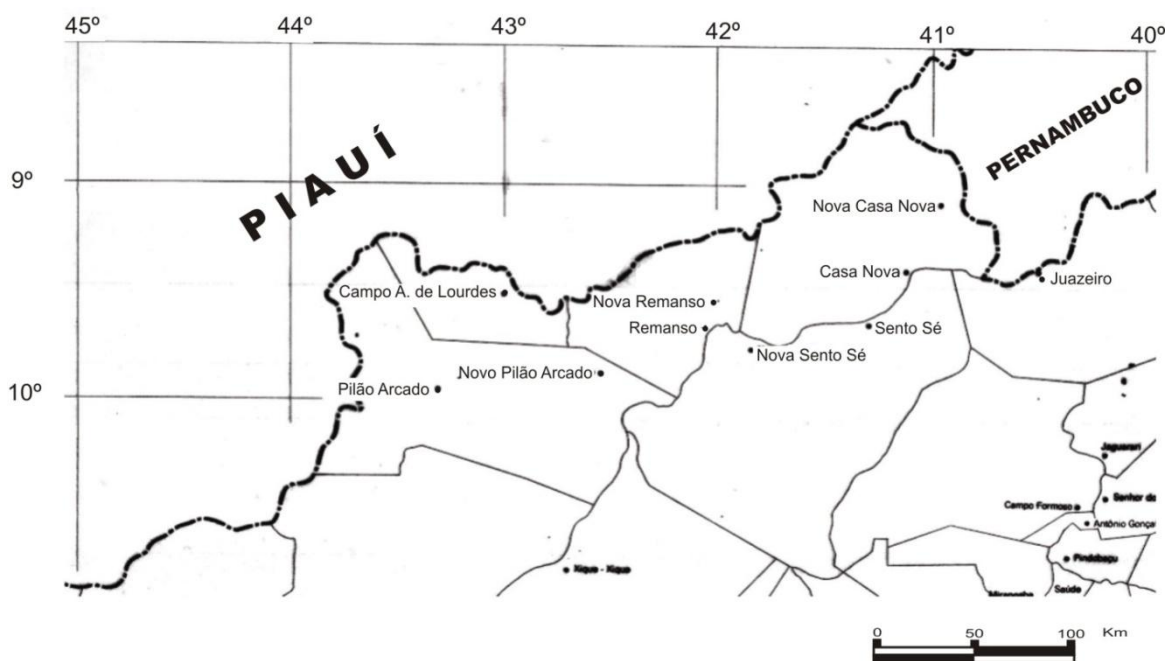


Figura 15: Divisão Territorial e Administrativa - 1974.
 Fonte: SEPLANTEC, 1978. Adaptado pelo autor.

Esta representação aponta para o momento de transição, em que se percebe que as territorialidades em suas formas antigas iriam deixar de existir fisicamente, e as novas localizações se tornariam de fato um espaço a ser apropriado.

2.6 QUANDO PAROU O REMANSO

Desde 1940, a interface dos bairros da antiga cidade já estava definida na forma como seria até a sua submersão. O Decreto Municipal nº 21, de 4/06/1939, definia a área urbana e a área suburbana da cidade. Na área urbana, – denominada Remanso – estavam as edificações mais próximas do rio, nas ruas que seguiam em paralelo ao cais, onde estavam a Prefeitura, repartições públicas, comércio, Igreja e serviços, formando o centro da cidade, visto nas **Figuras 16 e 17**. Lá também residiam as famílias mais antigas, e consideradas tradicionais. Contava com 756 edificações, sendo 597 residências e 77 de uso comercial, 16 mistas e 66 de usos diversos.

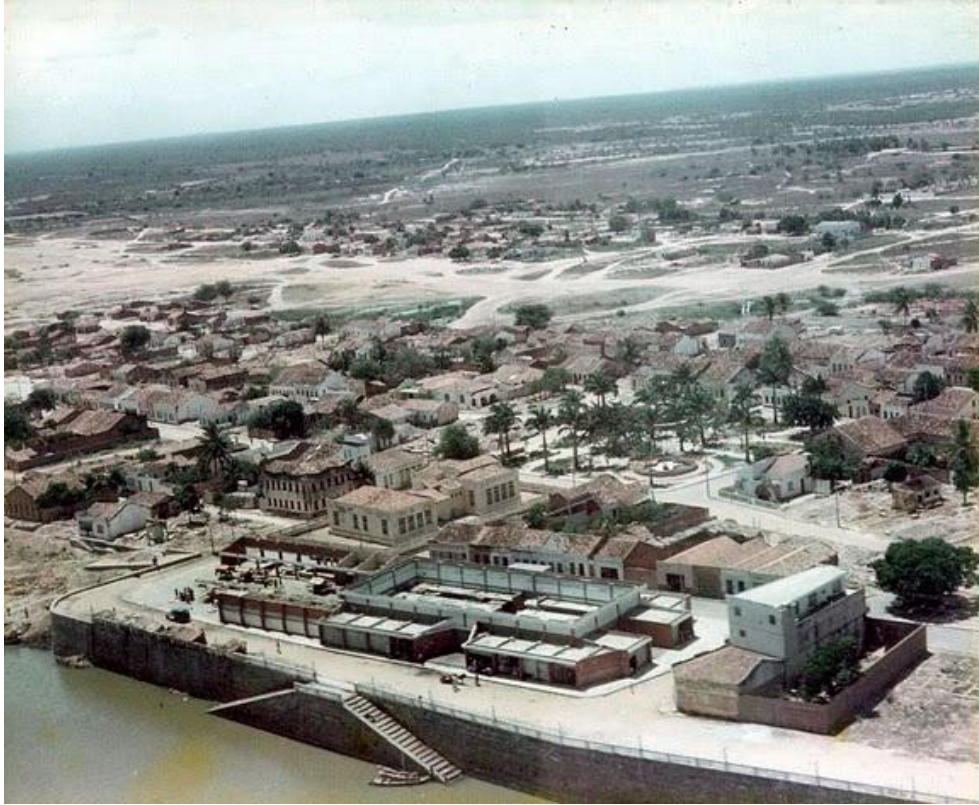


Figura 16: Vista do Centro, Porto e Mercado, 1970. Autoria desconhecida.

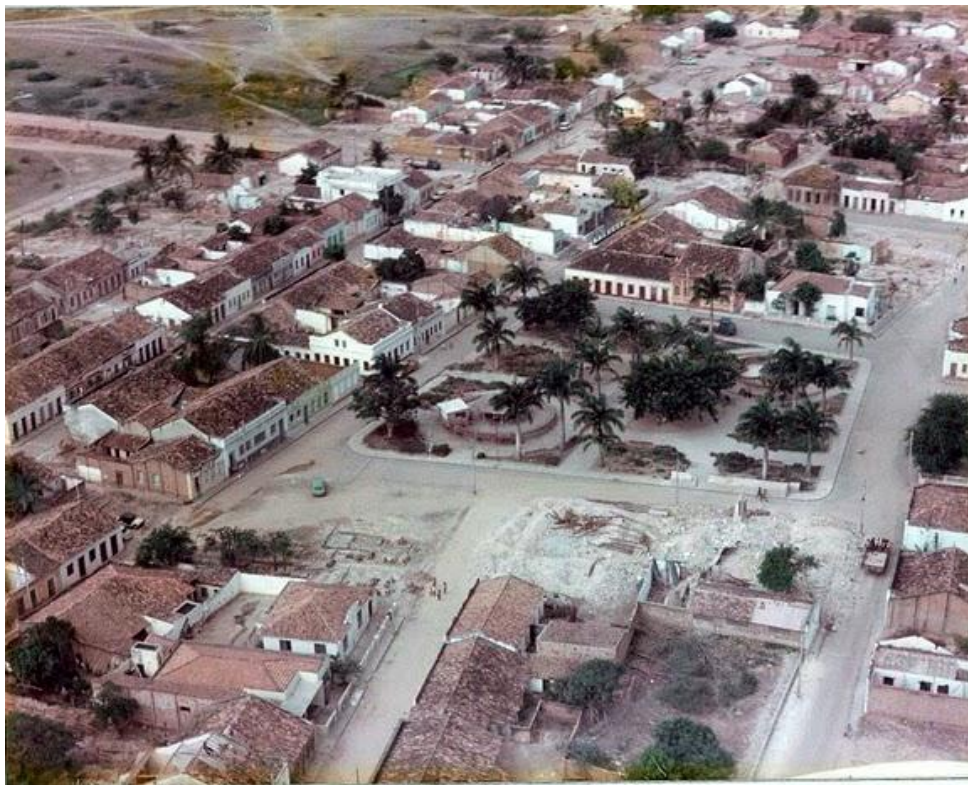


Figura 17: Vista do Centro (praça), 1970. Autoria desconhecida.

A disposição espacial da cidade estava bem integrada com a topografia, distribuída em dois altiplanos, separados por uma várzea inundável. A área suburbana compreendia os bairros denominados “Capão de Baixo”, e “Capão de Cima”, situados a 200 metros da zona urbana, separados por um terreno baldio chamado “Várzea”. O Croqui apresentado na **Figura 18** representa esta espacialização:

Durante gerações construiu-se um ideário acerca do viver no bairro “Capão de Cima” ou no “Centro”, ou ainda no “Capão de Baixo”, aos quais a população atribuía distintamente qualidades e defeitos. Capão é um toponímico típico da caatinga, algo que fala às pessoas do lugar, dá-lhes um sentido, ao tempo que territorializa sua experiência enquanto morador da cidade. “Piseiro” e “Gameleira” são termos associados à lama. Paulatinamente, são incorporados na cidade os melhoramentos da vida moderna, no ritmo acelerado dos anos 1950, oferecendo segurança, conforto e melhor qualidade de vida

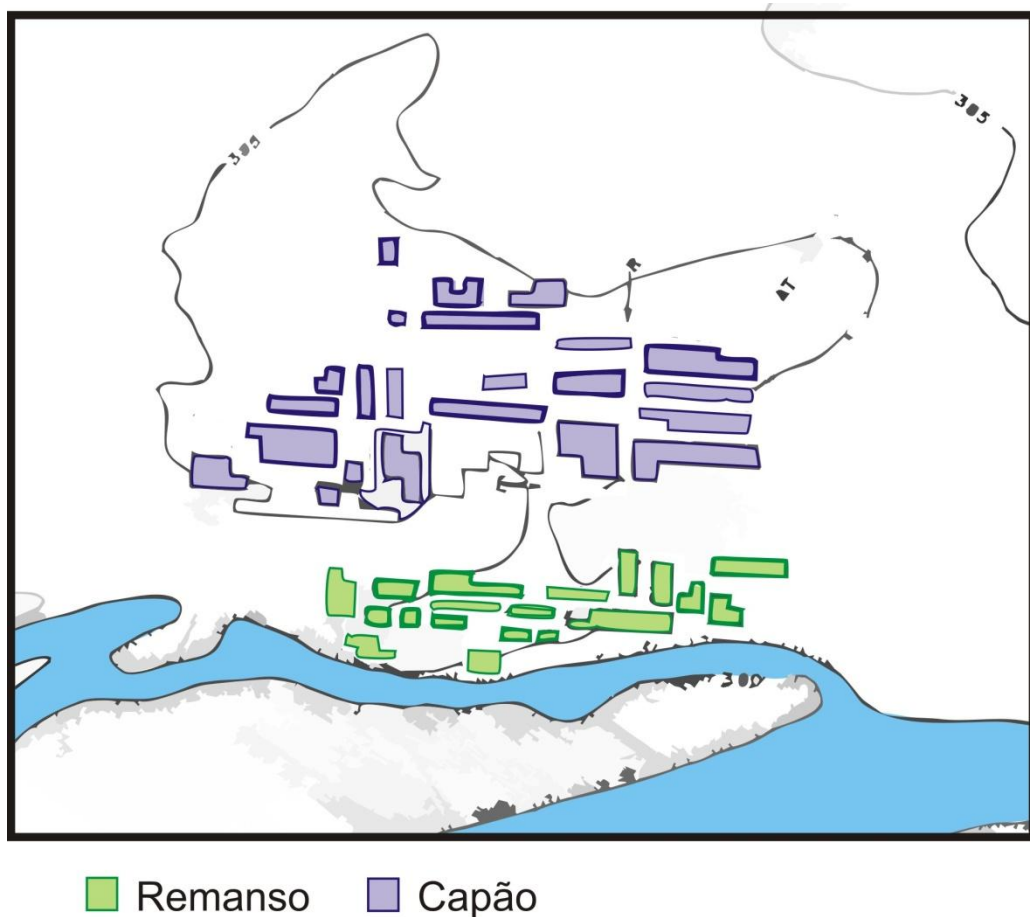


Figura 18: Croqui da Velha Remanso. Fonte: PROURB, 1974. Adaptação do autor.

O Cemitério Municipal dividia os dois bairros. Com o tempo, desenvolveu-se uma nova aglomeração de casas, num setor intermediário, que passou a ser chamado “Capão do meio”. Surgiram ainda dois bairros periféricos, onde morava a população de menos posses: o “Piseiro”, e a “Gameleira”, cujas condições de moradias e estrutura eram da maior precariedade.

. A água tratada e encanada, o serviço de esgoto, disponíveis apenas no centro, davam ares de modernidade para aqueles que podiam pagar. Os automóveis se multiplicam. O Estado se faz representar em mais repartições. Torna-se comum a presença de aviões, que transportavam pessoas e encomendas, chegando a existir representações de várias empresas aéreas: VARIG, Nacional e Real, e ainda o Correio Aéreo Nacional (CAN), com passagem regular por Remanso.

No segundo altiplano estava o bairro do Capão, subdividido em três setores: O Capão de Cima, Capão do Meio e Capão de Baixo, representados nas **Figuras 19, 20 e 21**, respectivamente, que seguiam o sentido de descida do rio.



Figura 19: Vista do Capão de Cima, Década de 1970. Autoria desconhecida.



Figura 20: Vista do Capão do Meio, Década de 1970. Autoria desconhecida.



Figura 21: Vista do Capão de Baixo, Década de 1970. Autoria desconhecida.

A água tratada ou encanada e gás liquefeito ainda eram desconhecidos na época, mesmo na cidade.

Cada residência tinha sua aguadeira, a botadeira de água que, em latas de querosene ou potes de barro, passava o dia levando água do rio ou da fonte para a casa. O melhor para o transporte de água

era o jegue aparelhado com cangalha e 4 carotes (barris de umburana ou cedro) com capacidade para 20 litros cada. O fogão com chapa de ferro fundido era abastecido a lenha. Os lenhadores tiravam madeira do mato, a machado, arrumavam a carga no jumento equipado com cangalha e cambitos (forquilha de madeira) e vendiam a lenha na cidade, rua acima, rua abaixo. (RIBEIRO, 1996:222)

Nos anos 1950, são inauguradas várias escolas, e o primeiro serviço de saúde particular, de um médico da cidade – Carlos Dias Ribeiro – que depois criaria um hospital de boa qualidade, atendendo a toda a região. Com a mudança para a nova cidade, o serviço de saúde público viria ser limitado a atendimento ambulatorial, em um posto de saúde, ficando os atendimentos de maior complexidade a cargo de dois hospitais privados, através do Sistema Único de Saúde (SUS).

Na mesma década, iniciam-se trabalhos regulares de missionários protestantes na cidade, a Igreja Cristã Evangélica, cujo Templo se pode ver na **Figura 22**, que aos poucos vai aumentando seu rebanho, com outros grupos protestantes. Inicialmente, com muita resistência da congregação católica, aos poucos, passaram a ganhar confiança e respeito, especialmente pelo serviço de saúde e educação oferecido pelo casal de suíços Decla e Max Ott. Seu trabalho estabeleceu na cidade, além da Igreja, a farmácia, que oferecia muitos serviços básicos, como curativos e injeções, itens quase de luxo na época, e ainda a escola evangélica, que, por muito tempo, foi referência de qualidade no ensino local.



Figura 22: Igreja Cristã Evangélica na Velha Remanso, Década de 1970.

O ano de 1958 é marcado por uma das maiores secas de que se tem registro na região. Ribeiro narra um episódio que ilustra o terror da seca:

Jaime Martins, nas suas andanças pelo sul do Piauí, conta que naquele ano, assistiu a uma cena que até hoje não lhe sai da retina. Viu um pobre jumento, magro, acabado, pêlo arrepiado, comendo uma grande cabaça. A cabaça amarga demais e o jegue, morto de fome, enfrentava a comida mas as lágrimas caíam copiosamente dos seus olhos. Diz o Jaime que foi a primeira e última vez que viu um jegue chorar (RIBEIRO, 1996:230).

O “Jaime” citado foi um dos primeiros motoristas de caminhão da região. Na época, começava a ficar habitual a presença de automóveis nas vias do sertão, predominantemente caminhões, que também se ocupam de trazer mercadorias e pessoas do Piauí, diversificando os fluxos na região. A estrada entre Remanso e São Raimundo Nonato foi aberta nos anos 1940. Nos anos 1950 haviam dois caminhões “fazendo linha” entre o circuito Piauí-Maranhão e Remanso, em viagens que chegavam a durar dois meses, de acordo com as chuvas e as frequentes quebras mecânicas. Esses veículos propiciaram a diversificação da atividade econômica na cidade e foram de certa forma precursores do “progresso” numa região marcada pelo isolamento.

A partir de 1964, em consequência do golpe militar, a Presidência do Brasil passou a ser ocupada sucessivamente por militares, que por sucessivos dispositivos legais revogaram as liberdades civis e os direitos legais, culminando com o fechamento do Congresso Nacional e patrulhamento das mídias e movimentações sociais. Indiretamente, Remanso é atingida, inicialmente como todo o país, mas com a posterior criação da Área de Segurança Nacional na área da futura represa, a presença dos militares se tornou mais intensa, e o controle social, mais efetivo.

No início dos anos 1970, uma empresa privada, a Projetos e Urbanização Ltda. (PROURB) foi contratada pela CHESF para realizar um estudo técnico da cidade de Remanso, com vistas ao diagnóstico e elaboração do Plano Diretor para a nova sede municipal. O relatório foi produzido em 1973 e divulgado em 1974. O documento, de caráter estritamente físico-estatístico, apresenta uma descrição da antiga cidade, embora sem apresentar fotografias, permite uma boa compreensão do que foi a Velha Remanso. Lá haviam 1115 imóveis, sendo 940 residências, 111 comércios, 33 mistos e 31 de uso diverso (PROURB, 1974:75). A **Tabela 2** demonstra a distribuição total dos imóveis da cidade:

Tabela 2 – Imóveis em Remanso segundo a sua utilização (1973)

Utilização	OCUPADOS		DESOCUPADOS		Total	%
	N°	%	N°	%		
Residencial	1066	69,4	471	30,6	1.537	100,00
Mista	31	63,3	18	36,7	49	100,00
Comercial	185	98,5	3	1,5	188	100,00
Administração Pública	17	89,5	2	10,5	19	100,00
Outros	48	61,5	30	38,5	78	100,00
Totais	1347		524		1.871	100,00

Fonte: PROURB. Relatório Preliminar de Remanso, 1974
Elaboração do autor

É interessante notar a quantidade de edificações desocupadas naquele ano – 524, ou 27,9% – provavelmente em decorrência de emigração. Percebe-se ainda a enorme incidência de desocupação sobre imóveis residenciais, ou seja, quase 31% das casas foram abandonadas por seus moradores. Dados como esses foram usados para apontar a decadência econômica da região, e a salvação que a chegada dos empreendimentos estatais representaria.

O aspecto qualitativo das edificações também foi investigado naquela mesma pesquisa, cuja metodologia distinguia quatro padrões de classificação para as residências. Observa-se que o padrão das residências variava muito, desde humildes choupanas de taipa, cobertas de palha, como vistas no Capão – **Figura 23** -- a pequenos prédios de dois andares, com acabamento de padrão mais elevado, como a residência do prefeito Carlos Dias Ribeiro, em 1977, vista na **Figura 24**.



Figura 23: Periferia do Capão de Baixo. Autoria e data desconhecidas¹².

¹² Embora exista uma tarja nesta imagem, e em algumas que seguem, registrando “set.79”, sabe-se que em setembro de 1979 a cidade estava inundada, portanto supõe-se tratar de uma nova “revelação” fotográfica, devendo as imagens serem anteriores a 1977.



Figura 24: Residência da Família Ribeiro. 1977. Autoria desconhecida.

Tendo em vistas a cotação para indenização, o estudo afirma que “a sensibilidade foi a principal indicadora no julgamento, pois apenas uma das condições isoladas não caracteriza o imóvel e sim a junção destas” (PROURB, 1974:27). Foi alegado que o posicionamento dos bairros em áreas de alagadiço tornava-as instáveis, e portanto, depreciava seu valor. As casas do centro, em local mais alto, além do valor intrínseco da construção, agregavam a segurança de não serem inundáveis. A **Tabela 3** apresenta a distribuição dos imóveis seguindo essa tipologia, demonstrando a desigualdade das edificações na velha cidade.

Tabela 3: Distribuição dos imóveis em Remanso(BA), segundo a tipologia do IURAM

Tipologia	Quantidade	%
Tipo I - Precária	941	53
Tipo II - Baixo	484	27,3
Tipo III - Regular	269	15,2
Tipo IV - Bom	80	4,5
TOTAL	1774	100

Fonte: PROURB, 1974
Elaboração do autor

A cidade possuía 63 ruas, sendo 29 no Capão e 34 no Remanso. Considerava-se como rua todo aglomerado de edificações em sentido linear. Não era raro que ruas dessem continuidade a outras, com nomes diferentes. Apenas 24% das vias eram pavimentadas, com paralelepípedos. Esta precariedade não representava empecilho para a circulação da frota de veículos, que em 1970 somava 104 automóveis registrados.

As áreas verdes praticamente não existiam, embora houvesse razoável arborização no Bairro do Capão, constituindo fonte de complemento alimentar e sombra amenizando a vivência no calor intenso do semi-árido. Também haviam árvores esparsas nos campos abertos, e ainda uma praça, no centro, que possuía arborização. Grandes áreas abertas – várzeas e áreas não ocupadas – eram utilizadas pelas crianças e jovens como espaço para recreação e jogos de futebol.

A administração pública era concentrada na esfera municipal e tinha sua sede no térreo do prédio da Prefeitura Municipal, como se vê na **Figura 25**, sendo o pavimento superior reservado ao Fórum e Cartórios Crime, Civil e Eleitoral. Anexo ao prédio funcionavam a Junta Militar e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além destes, funcionavam na cidade: uma agência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Coletoria Estadual, um escritório da Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE), e a Companhia Telefônica de Remanso.



Figura 25: Prefeitura Municipal da Velha Remanso.

O abastecimento de gêneros alimentícios era feito principalmente no Mercado Municipal -- visto na **Figura 26** -- um dos equipamentos mais modernos e eficientes da cidade, situado à beira-rio. Praticamente todos os itens da alimentação local poderiam ser encontrados lá: feijão, farinha de mandioca, arroz, carne, peixe, massas e algumas frutas e legumes, que variavam em preço e oferta conforme a safra ou a disponibilidade, dependente do aporte de mercadorias pelo porto, ou das precárias vias de rodagem.



Figura 26: Mercado Municipal da Velha Remanso. Autoria e data desconhecidos

Apesar da redução da navegação e do aporte de mercadorias no porto, o cais ainda era um ponto de grande movimentação de pessoas, mercadorias e animais.

Em relação a serviços de saúde, havia um posto médico da Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP)¹³, mostrado da **Figura 27**, uma casa de saúde particular e três farmácias. Estes estabelecimentos polarizavam o atendimento à população local e às cidades vizinhas: Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Sento Sé e Casa Nova. No posto do FSESP eram oferecidos atendimento médico,

¹³ Trata-se do antigo SESP, referido anteriormente, com nova designação.

com consultório e ambulatório, que oferecia pequenos procedimentos e internamento. Lá também era organizado o controle de saneamento, campanhas de higiene e campanhas de combate a doenças endêmicas ou epidêmicas. A unidade funcionava em um prédio amplo e moderno, projetado para ser um hospital, que não chegou a funcionar plenamente, sendo ocupadas apenas algumas dependências, nestes atendimentos, totalizando em média 40 pessoas por dia.



Figura 27: Fundação Nacional de Serviços de Saúde Pública (FSESP), antes da enchente.

Na Casa de Saúde, instituição privada, eram atendidas aproximadamente 30 pessoas por dia, na modalidade particular, em que o paciente pagava pelo serviço, ou através de convênios, como o FUNRURAL¹⁴, que oferecia clínica médica, cirurgia e assistência hospitalar ou pelo INPS¹⁵, apenas para assistência ambulatorial.

A oferta de educação dava-se através de quatro grupos escolares estaduais; um ginásio e uma biblioteca municipais; 51 postos do Movimento Brasileiro de

¹⁴ Criado em 1971, o Programa de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (PRORURAL), por meio da Lei Complementar 11/71 era administrado pela autarquia chamada Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), substituindo o Serviço Social Rural (SSR). O objetivo do PRORURAL era possibilitar ao trabalhador rural e seus dependentes o alcance dos benefícios de aposentadoria por velhice e invalidez, pensão, serviço de saúde, dentre outros tendentes a melhorar a qualidade de vida no campo.

¹⁵ O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) foi criado em 1966, originando-se da fusão de todos os Institutos de Aposentadoria e Pensões existentes à época.

Alfabetização (MOBRAL), e seis escolas particulares, que eram chamadas de “bancas”, que não passavam de professores contratados que ensinavam em suas próprias residências, sem contar com estrutura ou preparo adequado. A oferta de educação no ensino primário teve um incremento de 54,8% entre 1966 e 1971 (PROURB, 1974:61), atestando um interessante crescimento populacional, seguido do interesse pela instrução. No ano de 1971, por exemplo, foram registradas 3.750 matrículas iniciais no Ensino Primário, o que é representativo para uma população total de 6 mil habitantes.

Em relação ao Ensino Médio, havia apenas um estabelecimento, o Colégio Municipal Ruy Barbosa, visto na **Figura 28**, mantido pelo município, que disponibilizava os cursos Ginásial, Normal e Admissão ao Ginásio. Em 1973, a instituição contava com 600 alunos matriculados e 21 professores, funcionando nos turnos matutino e vespertino.



Figura 28: Colégio Municipal Ruy Barbosa. Autoria e data desconhecidas.

Funcionavam regularmente na Velha Remanso três associações: O Rotary Clube, o Centro Social, que pertencia à Diocese de Juazeiro, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remanso, fundado em 1971.

A Segurança Pública estava a cargo de um delegado, civil nomeado para este fim, um escrivão, um carcereiro, um sargento e quatro soldados, que representavam a força policial da cidade. As condições estruturais eram da maior precariedade, mantida pela municipalidade, que também era responsável por providenciar automóveis fretados para as diligências, em razão da inexistência de viaturas adequadas.

A ampla maioria da população era católica (98,6%) e atendia aos atos religiosos em três templos: a Igreja Matriz, no centro do Remanso, às margens do Rio São Francisco e, complementarmente, a capela que ficava no Capão. Na **Figura 29** se pode distinguir o prédio maior, da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, e ao lado direito a primeira Casa de Força e a Cadeia Pública. Havia ainda os templos protestantes da Igreja Cristã Evangélica e da Igreja Assembleia de Deus, ambos no Capão.



Figura 29: Vista da Igreja Matriz, Primeira Usina de Eletricidade e Cadeia, às margens do Rio, Década de 1970. Autoria desconhecida.

Com o aumento da demanda de energia, foi construída uma nova Usina, que gerava eletricidade a partir de dois motores movidos a diesel, com potência de 110 kva, nas voltagens de 110 e 220 v., instalados no bairro do Capão, como mostra a **Figura 30**. A Prefeitura era a concessionária do serviço, que funciona diariamente, das 18 às 23 horas. A iluminação pública era feita através de 370 postes e

funcionava precariamente, em razão da inexistência de serviço de manutenção. Apenas 28,8 % dos edifícios estavam ligados à rede elétrica.



Figura 30: Segunda Casa de Força, no Capão. Década de 1970. Autoria desconhecida.

O serviço de distribuição de água era operado pelo FSESP, em seis etapas:

1) Captação: feita diretamente do Rio São Francisco, por tubulação de 250 mm, conduzia água até o poço de sucção – um reservatório cilíndrico com 3 metros de diâmetro por 10,6 metros de altura – que era parte da elevatória de água bruta. A elevatória estava instalada sobre o poço de captação, acionada por dois conjuntos de motores a diesel, de 39 HP, com vazão de 25 litros por segundo, e funcionamento alternado. O período de bombeamento variava entre 7 e 9 horas, de acordo com a demanda.

2) Adução: A adutora possuía 1 quilômetro de extensão, e diâmetro de 200 mm, levando água do poço de sucção até a caixa de chegada, na estação de tratamento.

3) Estação de tratamento: Considerada dentro dos padrões da época, estava situada à montante da cidade, na cota 385. Era formada por um floculador, dois decantadores e dois filtros rápidos por gravidade. Contava também com um

laboratório e instalações para desinfecção por cloro gasoso. Tinha capacidade para tratamento de 36 litros por segundo.



Figura 31: Serviço Autônomo de Água e Esgoto(SAAE), Década de 1970.

4) Elevatória de água tratada: Situada no piso, recalrava a água tratada para o reservatório de distribuição, por meio de dois conjuntos elevatórios movidos a diesel. Ainda nesta instalação estava o gerador, que fornecia energia elétrica para a estação de tratamento.

5) Reservatório de distribuição: Mostrado na **Figura 31**, tinha capacidade para 300 metros cúbicos. Em concreto armado, era uma imponente estrutura de 25 metros de altura, que se destacava entre as edificações baixas da cidade.

6) Rede de distribuição: Com cerca de 14 quilômetros de tubulações de diversos diâmetros, variando entre ferro fundido, cimento amianto e pvc, que alcançavam praticamente todo o perímetro da cidade, embora apenas 42,5% das edificações existentes fossem servidas com água encanada. Havia ainda 2 chafarizes e 122 hidrômetros na cidade (PROURB, 1974, p. 95-101).

A qualidade da água variava frequentemente em função das alterações do rio, que em época de cheia apresentava alta turbidez, devido à deposição de partículas.

A rede de esgotos consistia no lançamento dos dejetos em fossas ou mesmo nas vias públicas, de onde boa parte fluía para o rio. Campanhas sanitárias do Governo Federal disseminaram o uso de latrinas com fossa, em pequenas cabines de concreto, que eram instaladas geralmente nos quintais das residências.



Figura 32: Rua do Comércio, Década de 1970. Autoria desconhecida.



Figura 33: Rua do Comércio, Década de 1970. Autoria desconhecida.

A cidade de Remanso dos anos 1970 está consolidada como importante centro comercial, com volume e diversidade de vendas, em empresas diversificadas, agrupadas principalmente na Rua Barão do Rio Branco, a “Rua do Comércio” vista nas **Figuras 32 e 33**.

Em outros sentidos, contudo, a Velha Remanso tinha muito em comum com as demais cidades ribeirinhas da região, e seu desenvolvimento seguia no ritmo que sua formação histórica e configuração geográfica permitia, sem maiores intervenções públicas ou privadas. O isolamento e a desigualdade no acesso aos meios produtivos, especialmente à terra, ao longo da história, são constantes e determinantes. Teodoro Sampaio já havia notado, no Séc. XIX, que a população “vive alheia às leis econômicas. Produz apenas o que precisa para viver. Não importa porque não produz para trocar, nem troca ou permuta porque não tem mercado onde fazê-lo” (SAMPAIO, 2002:97). E no século seguinte, Lacerda sintetiza novamente:

É necessário compreender que o problema do nordeste, especialmente o problema do S. Francisco, que é o mais imediato, o que apresenta mais completas condições de exequibilidade, não é um problema de irrigação, ou de organização da propriedade territorial, ou de saneamento, ou de produção, mas, ao mesmo tempo, uma questão de tudo isso. Como realizar tão grandes obras de saneamento e irrigação, sem povoamento? Como povoar, sem civilizar? A localização de grandes massas humanas na região do S. Francisco tem uma preliminar: a reforma do feudalismo que ainda ali se instala (LACERDA, 1964:151).

E a grande questão, posta através do olhar histórico diz respeito não às mazelas, uma vez que estão excessivamente expostas, ou suas origens, posto que os registros já demonstram, mas por quanto tempo se pode estender a condição opressiva de povos sucessivos, dominados, explorados, mortos, isolados e por fim, afogados. Ignorando-se as designações e os atores, desde quando, e até que ponto?

Este panorama histórico, embora breve, se propõe a essa reflexão – pelos elementos de formação da micro-região do Baixo-Médio do São Francisco, e especificamente da cidade de Remanso – que em suas rupturas e permanências revela o paradoxo de um desequilíbrio estabilizado por tanto tempo, tão profundo, tão abrangente.

CAPITULO 3 GENTE, TERRA E ÁGUA

3.1 O HOMEM DA TERRA: IMAGEM E REALIDADE

O estereótipo do homem e da mulher nordestinos que prevalece no ideário geral, de seres debilitados pela fome, pela pobreza, sem perspectiva, em eterno vaguear pelos ermos, é algo já bastante sedimentado na cultura brasileira. A literatura, as mídias e retratos caricaturais tiveram ação tão eficiente que mesmo no semiárido há quem acredite no exagero. Não é raro distinguir os direcionamentos ideológicos que norteiam essas acepções, como no contexto da remoção das populações da área do reservatório de Sobradinho.

A seca é uma característica tão profundamente associada ao Nordeste brasileiro, e tão presente no Vale do São Francisco, que, flagelando a maior parte da população de Remanso, não pode ser ignorada, principalmente em um estudo que se relaciona com água. E o homem que surgiu na terra está intrinsecamente ligado à condição climática que o cerca.

Desde a dramática indignação de D. Pedro II, que nada concreto produziu para minimizar os efeitos da seca, a maior parte das intervenções efetivas limitou-se à construção de barragens e açudes, a cargo da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS), criada em 1907. Aquela política barrageira, no entanto, não trazia nenhum foco social, pois os atingidos pela seca continuavam sem acesso a terra e recursos para produzir algo relevante. Em 1945, o IFOCS tornou-se Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e suas primeiras ações visavam a implantação de pequenas produções agrícolas que utilizassem a água dos açudes, mas devido à dificuldade em desapropriar terras para o cultivo, mais uma vez houve pouca transformação na região.

Na Constituição de 1946 estava prevista a destinação de 1% da receita nacional para a recuperação do Vale do São Francisco. A Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) foi criada em 1948 para dar cumprimento àquele dispositivo.

No mesmo período, o DNOCS promovia grandes obras no Nordeste, especialmente estradas, utilizando a mão-de-obra local. O acúmulo de poder e verba entre as oligarquias regionais desmantelou o programa, gerando corrupção,

clientelismo e ineficiência, concentrados num tipo político que ficou conhecido como o “industrial da seca”.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1949, também representou o Estado brasileiro operando intervenções na região e embora não tenham sido verdadeiramente planejadas, apresentaram uma intenção governamental de realizar algo na região. Posteriormente, em consequência da seca de 1958, um grande esforço teórico avançou na compreensão das problemáticas locais, a partir do trabalho de Celso Furtado, e do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), culminado no documento “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”. As principais propostas do GTDN eram a industrialização maciça do semi-árido, e a reorganização das faixas produtivas.

As maiores secas recentes do Nordeste brasileiro – 1952, 1958, 1972 e 1979 – ceifaram milhares de vidas, representando o pior aspecto da vida no semi-árido, e contribuinte para a construção de várias mitologias sobre a região. Várias destas ações chegavam ao recôndito do Vale do São Francisco, principalmente as “frentes de serviço”, que se por um lado colaboravam para mitigar a fome e a sede, por outro, submetiam o pobre à classe política local. Dois aspectos distintos, a retirada de flagelados em algumas regiões, e as “frentes de serviço”, em outros, representam o tipo de abordagem do Estado em relação às pessoas que, extremamente limitadas em sua condição de cidadãos, são também expostas ao limite da condição de seres humanos, deslocadas ou com a mão-de-obra explorada como animais, em troca de alimento.

Mas não se pode dizer que esta perspectiva distintiva em relação aos diferentes tipos de pessoas tenha sido uma novidade trazida de outros locais. No Vale do São Francisco, e em Remanso até os dias de hoje, a igualdade social ainda não é plenamente realizada.

É fato conhecido que sempre houve hierarquia social entre famílias no Vale. Embora não haja nobreza no sentido usual da palavra, a prática corrente é designar “gente melhor” as famílias mais antigas, que sempre se esforçaram por preservar sua própria estirpe, evitando casamentos com gente menos considerada. Esta elite descende dos primeiros povoadores da região, e, mesmo nos dias atuais, é possível

lhes distinguir a fisionomia semelhante ao português, de tez clara e olhos esverdeados, e cabelos nos mais variados tons de louro. A predominância étnica entre os caatingueiros distantes e brejeiros, é de um branco de cabelos avermelhados, com nariz e lábios grossos, exibindo principalmente nos cabelos a ascendência indígena.

O processo de miscigenação foi lento. A resistência da “gente melhor” a outros elementos, e o desprezo por índios e negros, tão notável na região, fizeram do encontro das raças aquilo que Euclides da Cunha chamou de “um amplexo feroz de vitoriosos e vencidos”. O isolamento geográfico se reproduz no isolamento étnico.

Desde cedo, ficou estabelecida uma segregação considerada natural, entre aqueles que nascem numa “boa família”, e os infelizes aos quais nem se associa o termo “família”. São pessoas, sim, mas não podem ser tidas como iguais àqueles pioneiros que desbravaram o Vale, que possuem seu controle, e detêm a única estirpe reconhecida.

Qualquer pessoa que, ainda hoje, chegue à região, logo se inteira daquele jogo de poder. Ou pelo menos de intenções de poder. Qualquer instituição, especialmente a serviço do capitalismo, no uso da boa estratégia rapidamente se aproximava dos grupos mandantes, seduzindo-os de acordo com a personalidade, pelo argumento ou por favor. Ao cidadão médio, restava saber a notícia das decisões e projetos, insignificante que parecia diante dos grandes empreendimentos. É desnecessário argumentar que os planejadores de Sobradinho, à sua época, sabiam disto.

Em alguns momentos, escapa em registros a real percepção que o forasteiro tinha do caatingueiro humilde da região. Um relatório técnico realizado na região pela Hidroservice, com objetivo de caracterizar a área a ser atingida pela Barragem de Sobradinho, expõe de forma constrangedora a visão do estranho sobre o habitante da região, citado por Siqueira, dispensa maiores explicações:

A relativa situação de isolamento em que vive a população, as suas precárias condições de vida e de trabalho não lhes permitem aberturas no seu mundo mental, nem tão pouco a aquisição de técnicas sociais, que a equipe convenientemente para se adaptar a novos ambientes. Falta-lhes ainda qualquer qualificação profissional que lhe possibilite o engajamento em outras áreas onde prevaleça um sistema de divisão do trabalho mais moderno e complexo (HIDROSERVICE, *apud* SIQUEIRA, 1992:3).

O Lago de Sobradinho submergiu 350 km de margens férteis do rio, além das ilhas onde também se praticava a agricultura, numa estimativa de que, da área total inundada, 40% era agriculturável, deslocando cerca de 15 mil camponeses nos quatro municípios atingidos (PEREIRA, 1987).

A construção das Usinas Hidrelétricas não é um projeto isolado, mas segue no sentido de linhas geopolíticas bem definidas naquele período.

A tônica geral, o ponto comum em todas essas obras, independentemente de onde são construídas, é que são planejadas, desenvolvidas e executadas como se tudo acontecesse em um deserto, ou melhor, onde não houvesse vida alguma para se preocupar, processo algum para interromper, história alguma para respeitar. Como se tudo começasse – o processo, a vida história – com a chegada dos executores do projeto à área. E mais importante ainda, como se o projeto fosse a melhor coisa que poderia acontecer, não cabendo, portanto, dúvida ou oposição¹⁶ (GERMANI, 1993:557).

Não há deserto ou ausência de interessantes modos de vida na maioria dos relatos. Há uma história muito rica, antiga e conduzida por atores fortes, que ao longo do tempo foram exitosos com conviver com as condições especiais que a natureza ofereceu. Wilson Lins cunhou uma expressão bastante adequada para descrever a população do Chamado Baixo Médio Sanfranciscano: “uma sociedade de pastores guerreiros”, título de livro onde está sua justificativa: “Uma raça forte, [...] uma perfeita encarnação do rijo tipo bandeirante que [...] devassou os ínvios sertões [...] repeliu os elementos alienígenas e fundou neste hemisfério uma grande nação” (LINS, 1952:26). Esta alcunha, muito popular na região, na verdade não se refere aos vaqueiros ou pastores de modo geral, posto que eram grupo relativamente pequeno e a serviço dos proprietários rurais, mas refere-se aos chefes políticos, inclusive da família de Lins, que viviam da renda do gado e sobreviviam pelas artes da guerra. Da mesma forma, “Remanso da Valentia”, do mesmo autor, que projetou o nome da cidade pelo país, não se aplica à população, em geral pacata e até mesmo submissa, mas aos belicosos líderes que a destruíram em guerras, movidos por orgulho e ambição.

¹⁶ La tónica general, el punto común em todas estas obras independiente de donde sean construídas es que son planificadas, elaboradas e ejecutadas como si todo se pasase em un desierto, a lo mejor, donde no hubiera vida ninguna para preocuparse, proceso ningún para interrumpir, historia ninguna para respetar. Como si todo empezase – el proceso, la vida, la historia – con la llegada de los ejecutores del proyecto em el área. Y más aún, como si el proyecto fuera la mejor cosa que podría ocurrir, no cabiendo por lo tanto dudas u oposiciones.

Aquela população, de caráter predominantemente rural, até aos anos 1960, mesmo nas aglomerações e pequenas cidades mantinha hábitos bastante integrados ao meio natural. A densidade demográfica foi baixa desde o início, e distribuída primariamente ao longo das margens do Rio São Francisco e afluentes, de acordo com a disponibilidade de recursos para sobrevivência e produção. Solo, vegetação, clima e oferta de água são fatores essenciais para o estabelecimento das primeiras fazendas, que tornaram-se em vilas e posteriormente cidades. É relativamente conhecida a dinâmica de migração na região, e, embora não seja conhecida apuração exata, sabe-se da grande quantidade de pessoas das mais diversas partes que chegaram à região, ao longo da história, em busca de terras e oportunidade de construir uma vida.

Enquanto foram numerosos os sertanejos do Vale que acorreram para as regiões Norte e Sudeste, principalmente no Século XX, em busca de melhores condições de vida. A relativa instabilidade populacional é parte do cotidiano desde os tempos mais remotos. Famílias chegando e saindo da região nunca causaram espanto. Talvez nisto resida um certo nomadismo na mentalidade do caatingueiro, que o faz desapegar da própria terra e aderir às aventuras que por necessidade o desconhecido oferece. Quando não é mais possível viver no lugar, juntam os pertences e seguem para outro. De modo idêntico, não há apego a uma atividade somente, mas a variedade de aptidões é um mérito, como fica clara na pesquisa de Ely Estrela:

Com exceção dos remeiros, e barqueiros – trabalhadores assalariados altamente especializados para os padrões locais – os beradeiros, como meio de garantir a sobrevivência, associavam à prática agrícola outras atividades. Geraldino, além de cultivar pequena gleba “herdada” de seus ancestrais nos limites da fazenda de fora, era e é exímio artesão. D. Inedina, além de praticar a agricultura *cativa* enquanto agregada na Fazenda de Fora, produzia utensílios domésticos em madeira e fibras. Quintiliano, além de cultivar no sequeiro e na vazante – como disse com orgulho, reafirmando sua condição de beradeiro liberto – era marceneiro, chegando, inclusive, a trabalhar na Nova Sento Sé, pouco antes da submersão total da velha cidade. O pai de Berneval, além de agricultor e pescador, explorava uma pequena barca, fazendo a travessia entre Bem-Bom e os povoados beradeiros das duas margens do rio, especialmente Sento Sé. Outros tantos somavam à condição de agricultores a de pequenos comerciantes, criadores ou barqueiros amadores. Nas chamadas comunidades tradicionais, a especialização não é fator de

valorização e todos se orgulham de “tudo saber fazer um pouco” (ESTRELA, 2004:65).

Numa realidade em que a terra era um bem de elevado valor, do qual dependia a sobrevivência, e seu acesso era restrito, desenvolver estratégias alternativas de produção era crucial. Numa condição de alternância entre fartura e escassez, potencializar aptidões para uma variedade de atividades desde a pesca, artesanato ou mesmo pequeno comércio era determinante em relação ao provimento de recursos. Por isso é da índole dos povos da região a versatilidade e a adaptabilidade, que foram qualidades necessárias durante o processo de mudança.

3.2 REMANSO: TERRA RICA E DIVERSA

A **Figura 33** localiza o município em relação ao Estado da Bahia e ao Brasil.

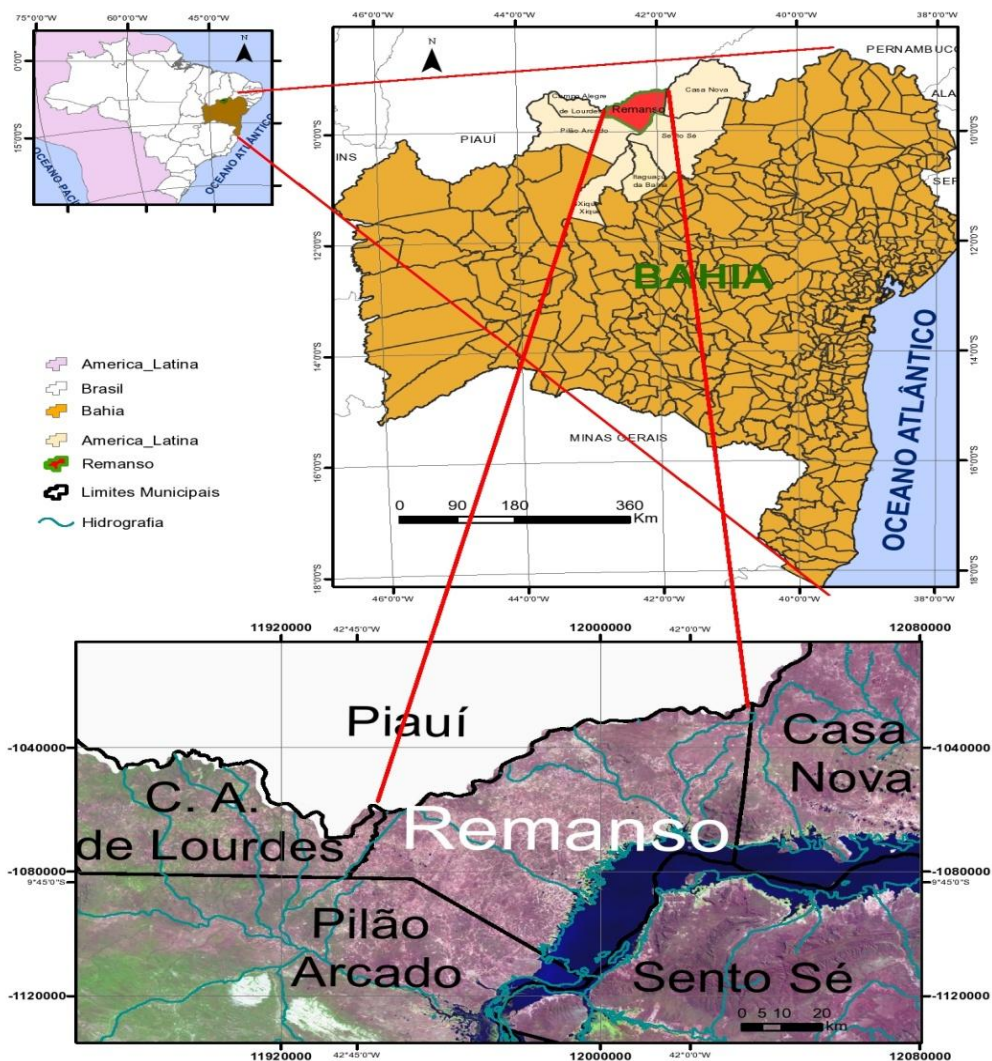


Figura 34: Localização do Município de Remanso

Remanso está inserido no recorte denominado Submédio São Francisco (de Remanso a Paulo Afonso), que inclui as sub-bacias dos rios Pajeú, Tourão, Vargem e Moxotó. A altimetria varia de 800 a 200 metros onde se destacam os vales muito abertos em razão da fácil erosão dos xistos e outras rochas de baixo grau metamórfico, desnudando formas abauladas esculpidas em rocha granítica, gnaíssica, e outras de alto metamorfismo. Ao norte, a Chapada do Araripe, e ao sul as formas tabulares do Raso da Catarina, esculpidas em sedimentos da Bacia de Tucano.

A precipitação média anual chega a 350mm, com registros máximos de 800mm. A temperatura média anual é de 27° C, com evaporação de 3.000 mm anuais, num clima tipicamente semiárido.

A **Figura 35** demonstra a composição do solo do município de Remanso, sendo predominante a existência de solo quartzoso, de difícil aplicação à agricultura, embora as áreas mais afastadas do rio apresentem melhores condições, assim como algumas zonas na antiga margem, que eram ideais para a agricultura, e hoje estão inundadas.

Esta segmentação explica a demanda por terras, desde as primeiras ocupações até hoje, uma vez que a posse de áreas próximas às margens garante o acesso à água e aos melhores solos. Explica porque os mais pobres sempre foram empurrados para os interiores mais distantes da borda, pela valorização das propriedades marginais.

As propriedades da área de Caatinga, geralmente maiores e menos produtivas, eram utilizadas predominantemente pelos mais pobres, que tinham sua produtividade prejudicada por não terem possibilidade de melhorar a terra, e nem água suficiente. Quando pertenciam a alguém mais abastado, praticava-se a pecuária, com a possibilidade de transferir o gado para as vazantes nas épocas mais secas. Integrando esse movimento, o aluguel de pastagens é uma prática antiga na região.

Deste modo, sofriam os mais pobres das mais variadas formas. Por não poderem possuir terra, por serem condicionados aos piores solos, privados da água e de técnicas de melhoria da agricultura.

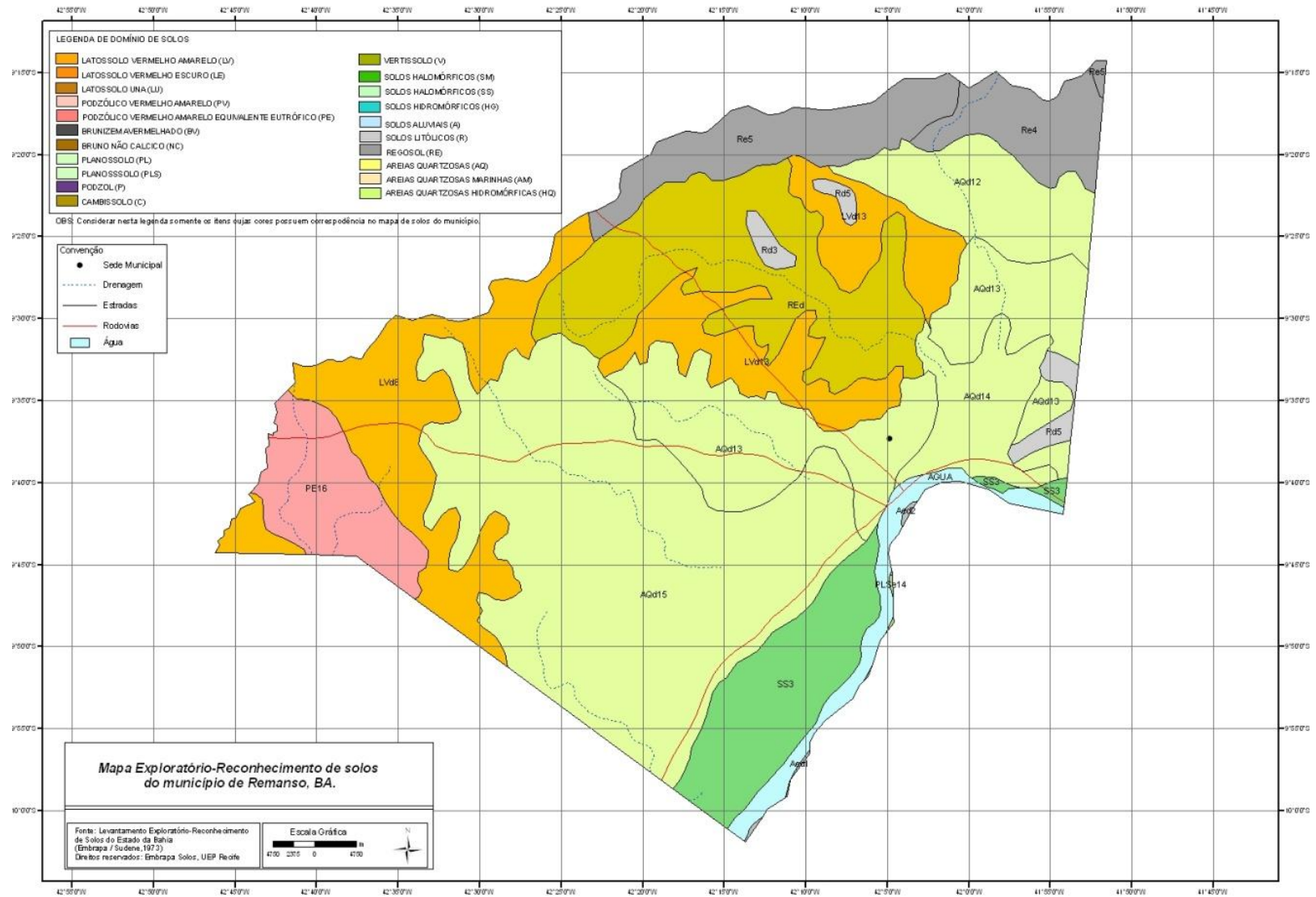


Figura 35: Composição do solo do Município de Remanso-BA.
 Fonte: Embrapa/Sudene, 1973.

A paisagem da região é pintada a partir do contraste do rio, com sua carga simbólica, sua vida em movimento, sua riqueza insondável e a caatinga, vida adormecida, com o verde despertar sazonal que traz a esperança de dias melhores, reanima e ilude. Há também os maciços rochosos que se entrecortam ao longo do rio, azuis e imponentes, pontuando a planície acinzentada.

A flora, em toda a sua diversidade, apresenta em comum a necessária adaptabilidade às condições climáticas. O ritmo da mudança sazonal na cobertura vegetal e na umidade do solo ditam os costumes em relação às atividades produtivas. Este fenômeno, de aparente morte e renascimento, que muito influencia o modo de vida, é ainda um fenômeno interessante do ponto de vista da ciência:

Na seca, a vida vegetativa entra em estagnação. O conjunto botânico da região árida foi evoluindo lentamente, adaptando-se a uma nova realidade climática, até alcançar o clímax da organização xerófila estabilizada na caatinga. É uma vegetação de baixo extrato, caules retorcidos e tortuosos, raízes possantes e profundas que absorvem a umidade sub-alveolar do solo com extraordinário poder de sucção osmótica.

O xerofilismo no Nordeste, é próprio e peculiar. É o único no mundo inteiro. Estes vegetais possuem reservas alimentícias nas raízes, nutrientes e água para manter e reconstruir o seu corpo vegetativo. (RIBEIRO, 2007:47)

Esta característica da paisagem local implica na necessidade do morador adquirir conhecimento das variações ambientais, das estratégias de sobrevivência em condições diversas, das limitações no uso dos recursos, notadamente a água, e em especial, o sentido de solidariedade em relação ao próximo e à natureza. A suposta ignorância do caatingueiro evidencia-se uma falácia. A ciência da terra é avançada o suficiente para garantir sua sobrevivência, inserido na sua própria cultura. Outras ciências foram consideradas desnecessárias na mentalidade popular. As técnicas e instrumentos mais modernos, por esse motivo, sempre foram vistos com desconfiança.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a mítica falta de água do semiárido brasileiro. Se por um lado, a carga de insolação é considerada altíssima, da ordem de 3.200 horas anuais, em incidência vertical, a pluviosidade da região não pode ser considerada baixa, atingindo 600 bilhões de metros cúbicos anuais. A dificuldade reside na distribuição das chuvas, que ocorrem no curso espaço de

quatro meses, somando no máximo 50 dias anuais de precipitações. Aliado ao grande índice de evaporação das águas, na ordem 10 mm diário por *hectare*, configura-se a problemática natural a respeito da falta de água na região (RIBEIRO, 2007:16).

Numa comparação com outras regiões do mundo, não se pode inferir nisso uma desgraça total, que possa causar tanto mal a uma população. O agravante local é que criou-se ao longo da história uma postura pública de não oferecer acesso autônomo à água, num arranjo político de dependência conhecido como “indústria da seca”.

A paisagem das margens do rio, representativas dos interiores, é apresentada por relatos de viajantes, quase não destoando ao longo dos séculos. É o caso de Gardner:

Viajamos toda a tarde e todo o dia seguinte antes de encontrarmos uma habitação. Anoitecia quando a avistamos, e não foi sem certa dificuldade, devida ao mau estado da estrada e à nossa ignorância sobre a trilha a tomar, que finalmente chegamos a uma fazenda, chamada Caisara. Fiquei muito desapontado ao verificar que essa parte da província era tão escassamente povoada, exibindo apenas poucas indicações de operosidade nativa. E muito embora muitos trechos parecessem igualmente bem adaptados para a criação de gado, como ocorre na maior parte de Goiás, raramente vimos quaisquer animais distribuídos pela sua superfície. Parecia haver abundância de excelentes pastagens e abrigo para o gado e, não obstante a parte superior das colinas apresentar-se ocasionalmente destituída de vegetação, os vales pareciam bem florestados (PIERSON, 1972:8)

Poucas gerações atrás, era grande a variedade e quantidade de animais hoje raros, a exemplo de onças e símios variados, capivaras, veados e pássaros exóticos nos recônditos do Vale. Estes eram familiares aos moradores daquelas comunidades, especialmente apreciados na alimentação, mas também chegando a constituir atividade econômica e moeda de troca. Este panorama, de subsistência equilibrada pelo aproveitamento dos recursos disponíveis, desdiz a invenção da miséria historicamente construída, homogênea e imutável, inevitável como as efemérides. A este propósito, Marques propõe a ampliação da análise das questões nordestinas, o que requer “um novo olhar sobre as interfaces da complexa constituição do sertão, pois quase sempre quando nos referimos ao semiárido somos remetidos à ideia de exclusão e pobreza” (MARQUES, 2005:81). O

rompimento das limitações, que estão no olhar e não no objeto, condiz com a libertação política, cultural e historiográfica, na busca de uma compreensão libertária, em relação a antigos interesses que oportunizaram as condições locais em benefício próprio.

3.3 USO DA TERRA E TERRITORIALIDADES

Como se pode supor, a questão fundiária é um problema antigo na região. O uso geral da terra na região sempre foi baseado na posse, dada a improbabilidade de obter a propriedade. Apesar disso, mesmo para os mais ricos, que alegavam deter a propriedade de parcelas de terra, a titulação documental não era uma regra. As próprias modalidades de uso da terra já desvelam o panorama social. Analisando as categorias de exploradores do Vale do São Francisco, Berenguer (*apud* Estrela, 2004) distingue as categorias historicamente registradas de: a) latifúndio, b) condomínios e c) foreiros, ampliadas como se vê na **Figura 36**, numa organização mais ampla:

Categorias	Aquisição	Uso	Permissão de uso
Latifundiários	Herança Concessão	Fazendas de gado (área limitada)	Concedido a trabalhadores, mediante pagamento da renda da terra ou trabalho.
Proprietários em condomínio	Desmembramento de sesmarias; Herança Compra	Fazendas de gado (limite da área desconhecido, utilizava-se ao limite da capacidade)	Cada integrante do condomínio detinha posse sobre sua parcela, administrando-a à sua conveniência.
Foreiros	Não detinha a propriedade da terra	Plantio de vazante	O foreiro pagava o foro proporcional à renda da terra.
Agregado	Não detinha a propriedade da terra	Agricultura	O proprietário permitia que utilizasse a terra, sob acerto específico.
Posseiros	Ocupação	Agricultura	Para Andrade (1973), era um ocupante com concessão do dono. Para Tallowitz <i>apud</i> Estrela (2004), é o invasor de terras devolutas. Também tem um sentido geral de quem ocupa terras sem pagar por seu uso.

Arrendatário	Contrato de locação da terra	Variado	Pagamento fixo, em espécie ou produto, pelo uso da terra.
--------------	------------------------------	---------	---

Figura 36: Quadro de modalidades de apropriação da terra.
 Fonte: ESTRELA, 2004. Elaboração do autor

É notório que as famílias mais poderosas tinham a primazia sobre a ocupação do espaço, pela condição financeira, pelo acesso às vias legais de legitimação, ou simplesmente pela possibilidade de impôr-se pela força para invadir terras de posseiros pobres.

Em geral, verifica-se que as áreas com recursos naturais de melhor qualidade, tendem a ter a terra com melhor aproveitamento produtivo, enquanto as áreas com recursos naturais de pior qualidade, necessitando com isto de maior intervenção do homem e maiores investimentos, apresentam a terra menos aproveitada produtivamente, ou aproveitada de forma extensiva, tendendo à concentração. Deve-se ressaltar que nestas áreas normalmente são necessárias, comparativamente àquelas áreas, áreas maiores de terra para conseguir-se resultados econômicos satisfatórios. No processo de colonização e ocupação do território baiano existiram os fatores históricos, como o regime das sesmarias, que contribuíram decisivamente para a concentração fundiária, uma vez que vastas extensões de terras foram distribuídas com poucas pessoas. Quanto aos fatores socioculturais, verificou-se o estabelecimento de uma cultura de deter grandes extensões de terras, e o prestígio e poder que esta situação sempre representou (SILVA e MENDES, 1998:4).

Mas este grande desnivelamento também empobrecia aos dominadores, que, fechando um mundo para si, criavam um modo de vida que bloqueava a todo tipo de progresso, num pauperismo generalizado, que Wilson Lins, descendente de importante família do Vale, não demonstrou pudores em apontar.

Quando, pelas enormes reservas de energia contidas em suas quedas d'água, pela abundância de minérios em seu subsolo, já devia estar na etapa final de uma proveitosa experiência econômica e social, com base na industrialização dos seus recursos naturais, o São Francisco é ainda um mundo primitivo, vivendo de uma pecuária rudimentar e uma sublavoura de rendimento precário. Os seus rebanhos são pequenos e de má qualidade. Os boizinhos açoreanos de Guedes de Brito e Garcia d'Ávila, atrofiados durante séculos pela falta de cruzamento com raças melhores, emprestam à majestade do cenário em que vivem uma nota que seria humorística, se já não fosse constrangedora. Para tão pequenos bois, tão vastos campos... (LINS, 1952:103).

É notável entretanto, que a base da formação deste povo – o gado – embora aparentemente tão limitado em suas características físicas, tenha participado na

formação de um ser humano tão forte. A profunda dependência daquela civilização da atividade pecuária se refletia em todos os aspectos da vida cotidiana. Basta lembrar que os artefatos domésticos da época eram todos produzidos artesanalmente, a partir de madeira, barro, ou dos elementos bovinos, couro, ossos e chifres. Diz-se até hoje, que do boi nada se perde.

A peculiar armadura que o vaqueiro usa em proteção contra espinhos e lancetas da Caatinga, o gibão, é apenas o mais visível dos artefatos de couro que integram as atividades do dia a dia, em outras épocas seguidos por camas e portas de couro, calçados e chapéus, copos e alforjes, quando em tudo participava o boi como matéria-prima. Somente em momento posterior, matérias vegetais, a palha e o sisal por exemplo, diversificaram as manufaturas, passando a ser utilizadas na confecção de cordas, esteiras, portas, chapéus. Ainda o barro de boa qualidade, presente em algumas áreas da região foi bastante utilizado na confecção de inúmeros artefatos de uma cerâmica regional, muito apreciada em seus utensílios. Estas invenções, ao tempo que realçam a pobreza da vida na região, demonstram a força criativa do homem comum, limitado em recursos, mas diligente em promover soluções próprias e simples, que frequentemente originavam expressões particulares de arte. Já se disse que a simples existência do beradeiro ou do caatingueiro do vale, no dizer deles, “como Deus quer”, realmente tende à esfera dos milagres.

As configurações espaciais seguiam o desenho natural do interesse produtivo. Aqueles que detinham o poder se apropriavam das áreas que melhor se mostrassem para exploração. Neste sentido, Andrade aponta a existência de propriedades para aproveitamento dos carnaubais, que, por apresentarem disposição linear, faziam surgir as chamadas “testadas”, que eram propriedades com poucas braças¹⁷ de largura, e grande comprimento. O autor cita o caso extremo de uma “testada” com nove braças de frente por seis quilômetros de fundo (ANDRADE, 1973:212). De modo idêntico, eram ocupados primeiramente as várzeas e tabuleiros, zonas mais férteis, partindo das margens do rio “para dentro”. Esta forma mais antiga de disposição das propriedades também tinha a peculiaridade de limitar o acesso de terceiros ao rio.

¹⁷ Uma braça correspondia a 2,20 metros.

Para o pobre, a ocupação da terra nunca é definitiva, nem sempre é pacífica, raramente é tranquila. Numa pequena roça, cedida por favor, alugada ou simplesmente ocupada até que alguém a tome, produzia-se o suficiente para muito mal escapar da fome, submetendo-se aos interesses do chefe poderoso mais próximo, para angariar um mínimo de proteção. A seca da Caatinga limita seus movimentos, e, num ano de má sorte, estorraca toda a lavoura. Será necessária uma busca acelerada por fontes de água que possam lhe salvar a família e o criame.

Parece evidente a arbitrariedade nas definições em torno da produtividade da terra, talvez calcada no desinteresse pela agricultura, sufocada pela prática da pecuária. O aporte mais recente de técnicas e instrumentos para incremento da agricultura demonstrou que, sob manejo adequado e com escolha das culturas apropriadas, a produtividade na região é altíssima, inclusive de itens não imagináveis há 50 anos, como uvas e morangos.

O trabalho de Yara Ataíde apresenta o artifício que o setor jurídico da CHESF utilizou, baseando-se no direito agrário brasileiro, para tipificar os bens fundiários na região, limitando-os a três: a) Fazendas com cadeia sucessória plena, b) Fazendas das quais existia apenas documentação referente ao direito de posse, e c) Áreas sem titularidade, que retornaram ao domínio público (ATAÍDE *apud* ESTRELA 2004:58)

A maioria dos escritores, como Wilson Lins, destaca a pobreza do Vale, a partir dos modos de vida e costumes, cada vez menos “civilizados”, a partir daquele ponto de vista. O conforto e a diversidade da vida europeia de fato não eram visíveis na região, sendo a vida nos interiores um verdadeiro exercício de espartanismo.

Largado no ermo, o homem acabou presa da mais extrema pobreza. Desde que o interesse dos colonizadores deslocou-se do Norte para o Sul, o vale ficou entregue ao seu próprio destino, tendo os seus habitantes de enfrentar sozinhos os problemas diários da subsistência. As aperturas da vida nivelaram a todos, havendo pouca diferença, no comportamento, nas vestes e na alimentação, entre os raros descendentes de nobres portugueses e os mamelucos sem nome de família. Todos eram vaqueiros (LINS, 1952:36).

Mas o isolamento provocava o esquecimento das coisas da Europa, em todos os aspectos, o que não significa esterilidade cultural. A cultura branca era limitada, o jeito europeu de ser definhava, por não fazer sentido, mas os elementos variados e ricos das outras civilizações – índios, mestiços e negros – se interpenetravam na

criação de um povo singular, forte e rico como a terra.

A produção em quantidade e a acumulação monetária não faziam sentido na maior parte da história, pois o poder e a sobrevivência estavam diretamente ligados à propriedade e ao gado, estes sim, fonte de todas as coisas. Possuir um bom rebanho e terras garantiam tudo aquilo que se pudesse necessitar.

Além disso, durante séculos não houve um sistema de transporte que pudesse escoar qualquer produção, isolando o Baixo Médio São Francisco em relação a mercados que pudessem absorver seu fluxo, tornando imponderável o cultivo e extração além das necessidades cotidianas.

Até as roupas eram anteriormente fiadas a partir do algodão produzido na fazenda. Com pouca população que dispusesse algum recurso, o dinheiro era apenas uma ideia distante, da qual algumas poucas cédulas atestavam sua existência, repousando no fundo de algum baú.

As redes de relacionamentos têm sua origem na época da Independência, quando os primeiros núcleos de povoamento começam a dialogar, e, pela ascensão dos chefes locais, desenvolvem-se as trocas comerciais, e todo o resto que as acompanham. As melhorias nas navegações, ainda no Séc. XIX, possibilitam estes contatos.

Aos pobres restava o isolamento. Com poucos contatos e circulação, estava ainda condicionado ao uso das porções de terra mais afastadas do rio e das aguadas, que aparentassem impropriedade ao cultivo, ou dificuldade no acesso, notadamente pela distância. Evidentemente, o acesso à propriedade prescindia da sua titularidade e de qualquer tipo de apoio público. Pode-se falar em ocupação, mediante pedido, ou troca do uso da terra por parte da produção, mas quanto mais recuado no tempo, maior a improbabilidade de um cidadão que não pertencesse às “famílias tradicionais” possuir efetivamente uma porção de terra. E isso num contexto em que terra era sinônimo de poder.

Possivelmente, por isso parecia perpetuar-se no Vale do São Francisco a divisão agrícola reinante no país. Por um lado, uma classe de privilegiados que possuíam – de modo definitivo, pela legislação em voga – as grandes extensões produtivas, o capital necessário para a produtividade e, ainda, a benevolência do Estado para amparar suas atividades. No outro viés, trabalhadores segregados por

nascimento, tolhidos na possibilidade de ascensão social, acumulação de recursos e aquisição de posse, e ainda ignorados pelas estruturas legais. Este segundo grupo, embora numeroso, não logrando articulação social suficiente, ocupava os espaços produtivos secundários, sob desafio de produzir para sobreviver, em condições tão adversas.

A geografia incumbiu-se de criar mais uma divisão, objetiva e determinante para a definição das forças produtivas e suas relações. As áreas de vazante e caatinga opõem-se em suas características e definem a concretude e o simbolismo da vida na região. Veja-se a este respeito o calendário agrícola elaborado a partir do trabalho de Duqué (1980), e Sigaud (1983), na **Figura 37**, onde se nota a variedade de atividades que permitiam, em algumas áreas, uma produtividade constante em todas as épocas do ano, com técnicas e instrumentos diversos.

A oferta de água e fertilidade é o diferencial que possibilita uma vida relativamente farta com produtividade durante todo o ano. Mas o acesso aos recursos naturais varia imensamente em qualidade e quantidade. Não é possível generalizar uma concepção dos modos de vida da região, repetindo as imagens antigas sobre a vida no Vale do São Francisco. O trabalho de Ely Estrela (2004) também menciona as “três felicidades” de algumas comunidades ribeirinhas: as ilhas, os lameiros e a Caatinga, que alternadamente ofereciam possibilidade de pequena produção em quantidade suficiente para sobrevivência, e eventual venda de excedente, o que na mentalidade do beradero é fartura. Por isso morar na berada era um privilégio. Quem morava na área de Caatinga não tinha tantas opções.

CALENDARIO AGRÍCOLA

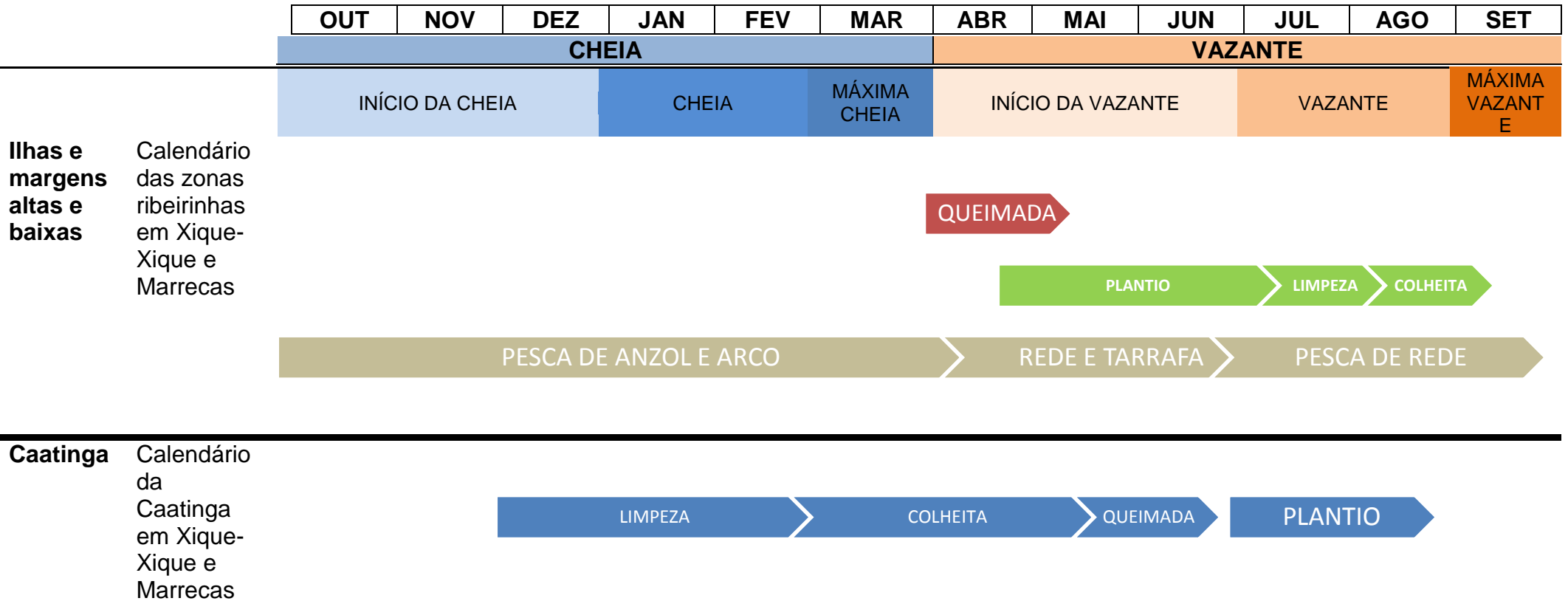


Figura 37: Calendário Agrícola. Adaptado pelo autor.
 Fonte: Sigaud, 1983, p.42

Há uma grande nostalgia por parte dos mais velhos em relação à época em que muito se ganhou dinheiro da região com a venda da cera de carnaúba. O processo de preparo da cera, organizado por fazendeiros que detinham o controle da terra e seu produto, era também uma atividade coletiva, em que muitos braços tomavam parte.

A mamona e o algodão eram ainda culturas bastante rentáveis, constituindo uma importante fonte de renda nas áreas mais secas. A mandioca era e é fundamental para a vida no semiárido, sendo a farinha e a tapioca dois ingredientes elementares da dieta sertaneja. Seria muito difícil para o pobre alimentar-se sem farofa ou bejú. A farinha também gera renda, pela comercialização do excedente.

O processo de fabricação da farinha, mais que uma atividade laborativa, era um acontecimento social. Reuniam-se as famílias da redondeza em uma casa de farinha, e num trabalho coletivo animado, se fazia a “desmancha”, que consistia em raspar, triturar e prensar a mandioca, escoando seu líquido azedo, para em seguida torrar a massa seca em fornos de pedra, produzindo assim a farinha. O trabalho duro era abastecido com garrafas de pinga que circulavam entre as rapadeiras, carregadores ou torradores, cada um tirando uma “lapada” para suportar o esforço. O engenho de trituração da mandioca era movido por uma grande roda de madeira, girada por duas manivelas, que os homens acionavam, num trabalho que, mesmo excruciante, ainda rendia cantorias e xistes, sendo um evento de interação social muito aguardado. O pagamento pelo trabalho geralmente era feito em produto, que era dividido entre as famílias participantes.

Sendo uma atividade bastante disseminada na região, havia uma diferença em relação ao seu calendário, conforme o local. Nas áreas de Caatinga, a “ranca” acontecia em período relacionado à estação das chuvas, enquanto na “vazante”, era o rio que ditava o momento da colheita, nas cheias, numa operação apressada, sob risco de perder o roçado, uma vez que o tubérculo ficasse “pubo” embaixo d'água.

Em razão da falta de técnica e ferramental, a ação do pequeno agricultor é limitada à sua capacidade física de trabalhar a terra, o que geralmente era complementada pela mão de obra familiar, e, em momentos específicos, pelos vizinhos e amigos que trocavam suporte para uma “derruba”, ou construção de cerca, por exemplo. Esta limitação fazia com que a agressão à vegetação fosse

mínima, e sem o uso de elementos químicos, pode-se assumir que havia um relativo equilíbrio entre o homem e o meio natural.

A relação do morador com a terra extrapola a simples apropriação do espaço, ou o desenvolvimento de um *modus vivendi* a partir da sua usabilidade. Certamente é isso, mas há ainda outros elementos. Trata-se de uma vinculação que realiza um modo peculiar de produção, mas também uma ligação mais profunda, de afeto, que beira o transcendental. É um modo de apropriação do espaço. Esta territorialidade possui então um caráter multidimensional, que entrelaça todos os aspectos da vida humana. A diversidade do uso da terra, embora convenientemente não valorizada, foi captada pelos planejadores:

Pesquisa realizada em 1973 pela Hidroservice, sobre os locais de cultivo da população ribeirinha dá conta de 40% dos 202 entrevistados cultivando somente as “ilhas”, nos quatro municípios, e 40,7% combinando “ilhas” e outros locais: “terra firme” e “caatinga” (5%). Dessa forma, 80,7% dos camponeses dependiam das “ilhas”. A “terra firme” era procurada por 48,6%, sendo que 14,8% dependiam somente dela, 26,3% a combinavam com as “ilhas”, 5% com as “ilhas” e com a “caatinga”, e 2,5% com a “caatinga”. Conclui-se que os locais possíveis de cultivo “de vazante” (e/ou de “chuva”, conforme as chuvas e as “cheias”) eram utilizados por 98% dos camponeses (80,7% + 14,8% + 2,5%) (SIQUEIRA, 1992:174).

Como se sabe, a pesquisa abordou um universo populacional mais próximo da margem, que potencialmente seria mais atingido pelo reservatório. Mas como apenas 10% da área de Remanso foram submersos, observa-se que a grande maioria da população estava nas áreas de Caatinga, sendo atingidas indiretamente por Sobradinho.

A forma como as territorialidades são vividas gera tipos sociais distintos, cujas relações se definem a partir de uma cultura própria. A espacialização das relações com a produção para uma compreensão dos territórios e seus desdobramentos é a abordagem que dá conta de boa parte dessas complexas redes.

Mesmo nas melhores condições, a atividade agrícola na Caatinga exige grande disciplina, esforço físico, e conhecimento das variáveis naturais da região. Para os beradeiros, a disponibilidade de água dependia anteriormente das chuvas na região das cabeceiras do Rio São Francisco e após a construção de Sobradinho, da contingências da Barragem, conforme a demanda de energia. Para o caatingueiro de antes e de hoje, é enorme a dependência do regime de chuvas, que

varia constantemente na distribuição e na quantidade. O olhar atento aos sinais naturais permite a leitura da possibilidade de chuva ou estiagem. A religiosidade é um elemento constante nesta relação, e são muitas as crendices e rituais associados à graça transcendental para o envio de precipitações.

A partir da ocupação, a religiosidade tornou-se a única referência territorial estabelecida. As paróquias, freguesias, dioceses foram, durante muito tempo as delimitações do homem comum, concretizadas nos Templos, o centro físico das mentalidades das cidades, dos municípios e mesmo das microrregiões. A prática religiosa é um elemento de integração das comunidades que convergem a esses pontos de confluência assim como os padres representam uma convergência de poder e autoridade universal para ricos e pobres.

3.4 MULTIPLAS CAATINGAS

Embora se destaque nos estudos sobre o Vale do São Francisco a Caatinga como área estritamente articulada à vida *beradeira*, geralmente essa classificação é por demais homogênea, e não abarca a multiplicidade de formas de vida caatingueira, articuladas diretamente com a relação com água. Fala-se genericamente em zona de Caatinga intermediária, um conceito bastante fluído, além do fato de que as tipologias peculiares de cada área de Caatinga são ignoradas. São muitas as Caatingas e plurais os caatingueiros.

Se a beira do rio oferece variadas possibilidades de subsistência e mesmo oportunidade de fartura, pelas diversas modalidades produtivas e pela dinâmica própria que envolve a terra e as águas, para além da chamada faixa da Caatinga intermediária, mais próxima da *berada do rio*, as modalidades produtivas se reduzem do mesmo modo que o acesso à água, tornando a vida bem mais difícil.

Considerando as duas principais variáveis da qualidade de vida na região – água e terra – pode-se notar que, à medida em que a propriedade está afastada do rio, fonte mais abundante do primeiro recurso, a oferta do segundo torna-se mais fácil, inversamente proporcional à qualidade de vida que lá se obtém. Se nas margens é grande a disputa por áreas bem posicionadas em relação a fertilidade e ao rio, na Caatinga interior há mais disponibilidade de terra, e a disputa, às vezes

por demais acirrada, é pelas aguadas e seu uso.

Na Caatinga, não há peixe ou água fáceis. A água do caatingueiro deve ser presa, da chuva, em barreiro ou aguada, ou puxada do subsolo, em poço ou cacimba. Aguadas e poços exigem mais recursos e técnicas, sendo algo menos comum até os anos 1960, quando sucessivas campanhas começam a disseminar pequenas barragens e poços artesianos na região. Os barreiros são mais acessíveis, sendo feitos e mantidos geralmente em sistema de mutirão, quando se une a vizinhança para cavar um ponto de ajuntamento de água, durante a seca mais severa, possibilitando a criação de uma reserva no “inverno”, que permite bom uso na estiagem. Já as cacimbas representam um ato de desespero em busca de água. Tratam-se de escavações, com poucas e grosseiras ferramentas, em pontos já reconhecidos de “vêa d'água”, ou descoberta de novos pontos, pelas ciências dos sábios da caatinga, que atingem os “minadores”, de onde se extrai pequena quantidade de água, suficiente apenas para saciar a sede das pessoas, e que por um código de ética não escrito, não são utilizados para outro fim, dada a dificuldade de sua obtenção. Essa água também é apreciada, por ser de boa qualidade, minada que vem do interior da terra, em lugar onde não havia contaminação do solo, já chegava naturalmente filtrada às vasilhas dos sedentos. Bem diferente da água de barreiro, que, exposta na superfície, em reservatório precário, trazia uma turvez e peso decorrentes da grande quantidade de resíduos, e geralmente precisava ser coada, e ainda decantar no pote até ser ingerida.

Sorte consistia em ter na vizinhança um “olho d'água”. Especialmente nos sopés dos montes e serrotes, surgem pequenas fontes que trazem à superfície a água dos lençóis freáticos, num fluxo constante, que durante a seca produzem belíssimos oásis verdes em meio ao cinza da vegetação. As pessoas acorriam de muito longe para o “olho d'água” em busca de escape para a sede. Assim como na cacimba, a quantidade de água determinava o uso. Se havia boa jorrância, permitia-se dar água aos pequenos rebanhos, e até lavar roupa. Se era escassa a fonte, mais uma vez a racionalidade da sobrevivência limitava o uso ao consumo humano. A gestão comunitária das fontes indicava a coesão social das comunidades. Uma fonte poderia ser um elemento agregador das famílias em volta ou um ponto de discórdia que chegava às consequências mais extremas.

Poços, barragens e barreiros geralmente eram particulares, mas a solidariedade sertaneja permitia a partilha, com mais ou menos limitações, enquanto os olhos d'água eram considerados de uso comum. Num contexto de aridez, essas fontes representavam aspecto estratégico da vida social, e seu uso era diariamente acertado entre vizinhos e familiares, fortalecendo as redes de cooperação na redondeza.

Formando uma verdadeira zona de exceção, os brejos manifestam um hibridismo das características da Caatinga e da vazante. Encravados no profundo das Caatingas, geralmente em áreas de serras, os brejos apresentavam umidade mais elevada, solo fértil e clima diferenciado, com vegetação altaneira. Em consequência, se desenvolve nos brejos uma produtividade relativamente mais alta, mais qualificada, por assim dizer. Lá se planta cana-de-açúcar, da qual se produz, em pequenas oficinas – as engenhocas – rapadura, açúcar ou mesmo cachaça. Também se cultiva nessas áreas o arroz, batatas e hortaliças, sendo possível uma diversidade maior de renda, em maior período do ano.

O problema nas áreas de Caatinga está portanto diretamente ligado à obtenção de água. O acesso hídrico é condição precípua para a existência, e determinante para qualquer tipo de produção. Não se pode estranhar portanto, que ao longo da história brasileira, o assunto tenha sido tratado estrategicamente pelas oligarquias político-econômicas, restringindo a possibilidade da autonomia hídrica como instrumento de manutenção das estruturas de mando.

A estrutura da unidade produtiva predominante – a fazenda – está ligada ao latifúndio e à exploração da mão de obra barata. Pela concessão de uso da terra da fazenda para subsistência, criam-se elos de dependência entre o pequeno produtor e o fazendeiro, que acumula o poder do recurso e o controle do território.

Durante o período das secas, o caatingueiro se vê oprimido pela dificuldade em obter algum produto da terra, e a determinação do fazendeiro em utilizar porções maiores da propriedade para pastagens, uma vez que o gado é seu principal ativo econômico. Celso Furtado analisa a debilidade da lavoura de subsistência:

O tipo da atual economia da região semi-árida é particularmente vulnerável a esse fenômeno das secas. Uma modificação na distribuição das chuvas ou uma redução no volume destas que impossibilite a agricultura de subsistência bastam para desorganizar toda a atividade econômica. A seca provoca, sobretudo, uma crise da

agricultura de subsistência. Daí, suas características de calamidade social. (FURTADO, 1967:69)

A consequência mais direta deste fenômeno é que, diante da impossibilidade de sobrevivência no seu torrão costumeiro, o caatingueiro é obrigado a peregrinar em busca de condições mínimas de vida, o que geralmente incluía as cidades mais próximas ou os grandes centros, onde eram obrigados a ocupar os empregos menos qualificados, com renda menor.

As intervenções governamentais geralmente eram direcionadas a manter a população rural em seus respectivos lugares, principalmente pela organização das famigeradas frentes de serviço. Estas ações eram interessantes do ponto de vista dos dominantes, por vários motivos. Primeiro, porque mantinham um contingente de mão-de-obra barata disponível por perto, segundo, porque a vaga numa frente de serviço era objeto de negociação com os camponeses, que ficavam “devendo favor”, e por fim, porque a monetarização ocasionada pelas obras beneficiava diretamente os comerciantes, que sempre souberam oportunizar este tipo de momento.

Passado o desenvolvimentismo dos anos 1950, no chamado pacto populista nacional, suas ações não representaram mudança substancial no cotidiano das pessoas da região. As estruturas de mando, as velhas oligarquias e a nascente burguesia industrial continuavam ditando as regras no nordeste brasileiro. Esta mesma elite dominante soube aliar-se ao ideário reformista do período pós-1964, paradoxalmente aceitando o golpe para que nada mudasse. Andrade (1994:121) registra que o projeto de irrigação pública, do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), que implicava no uso de desapropriação, foi devidamente derrotado e abandonado pelas oligarquias regionais.

Os sucessivos planos de desenvolvimento lançados pelo Estado – Planos Diretores da SUDENE, nos anos 1960, Planos Nacionais de Desenvolvimento, nos anos 1970, Projeto Sertanejo e Polonordeste, nos anos 1980 – entre outras ações atacaram problemas pontuais, embora tivessem efetividade em aspectos isolados, pelo seu caráter político e clientelismo, geralmente chegavam ao ponto final com distorções demais para que pudesse representar mudança.

3.5 NA BÊRADA E NA VAZANTE

O beradero, assim designado por habitar a “bêra do rio”, está intrinsecamente ligado à principal riqueza agrícola da região, a faixa de terra que margeia os rios, onde a baixa anual das águas deposita grande quantidade de material orgânico, umidificando e fertilizando o solo de modo natural. A simbiose entre o beradero e o Rio São Francisco é tão profunda, que, do ponto de vista do *outsider*, é alienante e limitante, caso de Eunápio Peltier de Queiroz, cuja impressão foi exposta em uma carta de 1972, dirigida à Presidência da ELETROBRÁS:

[...] é o homem altamente condicionado ao rio que tudo lhe dá. Vive isolado e auto-suficiente. Analfabeto, sem usufruir qualquer benefício das comunicações de massa, seus contatos humanos restritos ao seu próprio nível, com os vizinhos e nas feiras, sua mentalidade não pode evoluir, conservando-se primitivo, sem poder aquisitivo, sem aspirações, conformado e dominado pelo pavor do desconhecido. Assim, agarra-se ao rio, que lhe assegura a sobrevivência e às crenças, que o confortam. Além de tudo, com justa razão, profundamente sentimental para com seu rio, por afeição – O VELHO CHICO. Socialmente, é, pois, um ser desvinculado, cultural e economicamente do resto do país (CEEIVASF *apud* ESTRELA, 2004:47).

As ideias de Eunápio Peltier, emitidas *a priori*, possuem grande coerência com posturas tomadas por ele ao longo do trabalho em Sobradinho. Mas seu registro demonstra uma construção ideológica, a partir da comparação do ser social moderno idealizado por uma geração de pensadores. Aquele ser ideal, urbano, polido, socializado, integrado aos circuitos considerados modernos, é subentendido na comparação de Eunápio com o beradeiro, que o antagoniza. Uma personagem fictícia é utilizada para criar uma imagem depreciativa também imaginária de um grupo cujos saberes estavam além do interesse daqueles técnicos. Como apontou Ely Estrela, é uma construção sem suporte na realidade da vida social, construída por contraposição a partir de elementos supostamente negativos escolhidos.

Não por acaso, esta concepção, pensamento daquele que capitaneou o processo de expulsão das comunidades ribeirinhas das suas terras, revela a limitação de uma análise alienada, que resultaria no tratamento que foi dado aos cidadãos da região.

Mas haviam outros problemas. Na vazante, não havendo a seca, a enchente abrupta põe em risco a qualquer atividade. A terra é de excelente fecundidade, mas como é dito popular, não há porque plantar em grande quantidade mandioca, abóbora, cebola, pimentões e tomates, porque não haveria o que fazer com aquilo, em razão da impossibilidade de transportar a produção, acessando algum mercado que a absorvesse.

O beradero traz consigo uma displicência de quem reconhece a impotência diante das enchentes, que sistematicamente teimam em levar as colheitas. Frequentemente parece-lhe inútil o esforço na lavoura, que será levada pela água. O plantio de vazante constitui-se em jogo de azar, cujos sinais que antevêm a cheia teimam em falhar. As formigas, de quem se dizia capazes de prever as cheias, pela mudança das habitações, são também levadas na enxurrada. Era uma loteria ingrata a do rio. Se ganhasse, o lucro seria o suficiente para minorar provisoriamente a pobreza, e perdendo, restava a angústia de buscar outros meios para suprir a perda e escapar da fome.

Este segundo meio, a pesca, oferecia alimento de modo mais regular, embora nem sempre o pescado se fizesse assíduo ao anzol, mais uma vez passando à instância da sorte a aquisição do “dicumer”. Havia ainda outras possibilidades, a obtenção de caças e lenha, por exemplo, que podiam ser vendidas ou trocadas nas embarcações, possibilitando uma ligeira variação no cardápio. Entre uma coisa e outra, ou mesmo nos espaços de tempo que se permitiam durante a atividade, o ócio e a moleza podiam ser notados, num cochilo com a linha da pesca amarrada ao dedão do pé, na criação de versos e anedotas, na roda de pinga às margens do rio. Por isso o ar mais alegre, irreverente, conformista do beradeiro. Não se tratando evidentemente de regra, ficou esta imagem como anedota desta figura humana local. Com o passar do tempo, e hoje de modo irrefutável, estabeleceu-se uma percepção mais ajustada à realidade da vida dos ribeirinhos, em sua diversidade, riqueza e pujança cultural.

Não obstante, a beira do rio era também lugar de muitos perigos. Ao tempo em que oferecia a abundância da vida, pela água, as criaturas sedentas que acorriam ao barranco também poderiam facilmente encontrar a morte pelas numerosas cobras venenosas, naturalmente treinadas para atacar as presas quando

saciavam a sede displicentemente na “bêra d’água”. O perigo era aumentado pelos muitos jacarés que atacavam especialmente o gado, mas que, diante da fome, se lançavam em busca da presa que primeiro encontrasse.

Outro fator de instabilidade nas margens fluviais era a imprevisível dinâmica das cheias, que, embora obedecessem a uma certa sazonalidade, com frequência expunham o risco da perda total do trabalho do ano, açodando uma movimentação dificultosa para o gado, e impossível para a colheita. Este ir e vir do rio somente permitia a prática da pecuária com segurança nos períodos de baixa, coincidentes com a seca, e definidores do ritmo de mudanças – da Caatinga para a margem e os retornos – numa difícil escolha entre os dois flagelos, a seca e a instabilidade da margem.

Diante da violência e abrangência das enchentes ribeirinhas, o poeta Castro Alves registrou em verso: “Do São Francisco a soberana vaga / Léguas e léguas triunfante alaga!”. Contam os mais velhos que, a partir de novembro, esperava-se a “soberana vaga” que eventualmente podia, em apenas dois dias elevar o nível do rio em até quatro metros. A prudência recomendava então que se buscasse as Caatingas de dentro, pois era imprevisível se, e quando a enchente tornaria em inundação.

A pesca também é atividade historicamente consolidada em caráter de subsistência, e, dada a abundância de pescado, permitia a acumulação de pequeno excedente, que podia ser casualmente utilizado como moeda de troca. Além da pesca de anzol, artesanal e destinada apenas à garantia do alimento diário, praticava-se a pesca com redes de caroá, que eram tecidas manualmente pelas mulheres da comunidade, e a pesca nas lagoas, onde grande quantidade de peixe ficava preso na baixa do rio. Esta última era um momento de grande importância na vida social dos pescadores, por ser a mais rentável, e portanto, a que demandava maior organização. Primeiro porque era preciso obter uma autorização da Prefeitura, a quem pertencia o controle das lagoas de vazante, de onde se conseguia retirar, numa boa pescaria, entre 60 e 80 quilos de peixe. A pesca era feita por arrasto, sendo necessária uma turma de homens que pudessem manusear as pesadas “tarrafas de caroá”, mais o peso da água e do peixe. Também se utilizava a *botada de rede* nas lagoas. Um terço do que fosse apurado pertencia ao proprietário da

terra onde estava a lagoa. O restante da produção era dividido igualmente entre o grupo e o “chefe da turma”.

Após a divisão do pescado, as mulheres procediam a evisceração, a que se chamava “tratar o peixe”, e em seguida a aplicação do primeiro sal. A segunda salga, feita pelos comerciantes e atravessadores, mais a exposição do peixe ao sol, permitia que o mesmo fosse armazenado por vários dias, sendo embalado e conduzido nas barcas até Juazeiro. A dieta do beradero tinha no pescado sua base, utilizando-o sob as formas mais diversas, pela manhã, assado com beijú, em caldo com pirão para o almoço, e ainda poderia ser servido uma terceira vez, à noite, de modo variado. A complementação dos pratos era geralmente feita com farinha de mandioca, tapioca, feijão e arroz. Eventualmente se podia contar com uma diversidade de verduras e leguminosas. As frutas sempre foram apreciadas, e dada a proximidade do rio, era possível manter os pequenos pomares irrigados manualmente.

Como se depreende, as atividades produtivas, embora variadas, não apresentavam quantidade suficiente para, assegurada a sobrevivência, consistir fonte de renda que permitisse um padrão de vida estável.

3.6 EM MOVIMENTO

Havia ainda um grupo social que produzia espaços próprios no rio, numa dinâmica que tomava todo o percurso como seu circuito. Tomando-os a grosso modo, são o “povo das águas”, a variedade de gente que vivia da navegação fluvial.

A navegação no rio São Francisco foi primeiramente praticada pelos indígenas, em precárias canoas, chamadas ubás. Quando os desbravadores chegaram, tendo necessidade de deslocamento de cargas e animais, fizeram construir os ajoujos, embarcação de maior capacidade, mas de grande lentidão, principalmente por utilizar-se da correnteza para mover-se. O surgimento da navegação a vapor representou um novo momento para o rio, aumentando em muito a integração dos lugares, e possibilitando a circulação de mais pessoas e ideias das mais diferentes origens.

Aqueles trabalhadores surgiram com as primeiras barcas, na época da Independência. As atividades agregadas à navegação constituíram uma verdadeira “classe” flutuante. As distâncias entre as microrregiões, polarizadas nos portos ao longo do rio, e a ausência de outras vias de transporte eram fatores determinantes para o progresso da navegação sanfranciscana.

São, deste modo, as barcas um elemento de integração das populações ribeirinhas. Embora seja um termo de uso amplo ao longo do Rio São Francisco, a ideia mais comum de barca remete ao estilo mais peculiar desenvolvido na região, como representa a **Figura 38**, impulsionada por remadores, com cobertura de palha e Carranca na proa, que às vezes por metonímia passava a designar a embarcação.

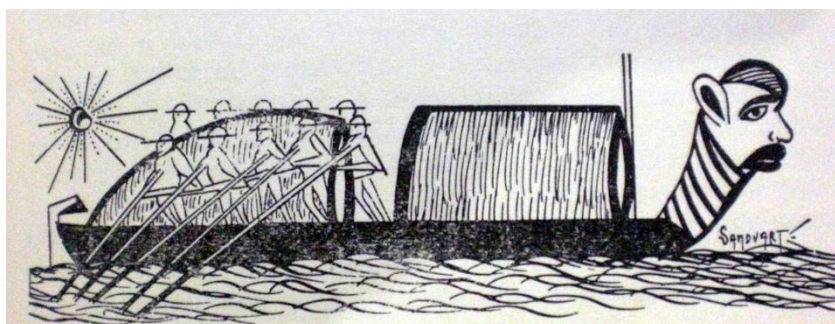


Figura 38: Barca (Carranca)
Fonte: Dourado, 1973:29

Uma variação da barca eram embarcações de estrutura semelhante, mas dotadas de velames, às vezes chamados de traquete, que também tornou-se um designativo para a embarcação. Os remos, comuns a todos os tipos de barco, eram chamados de “remos-de-voga”, e em conjunto com os varões que manualmente operavam manobras para a transposição dos frequentes obstáculos no curso d'água, permitiam mais navegabilidade, com velocidade bem maior que a dos velhos ajoujos, limitados ao sabor da correnteza, estando portanto impossibilitados de subir o curso do rio senão ao custo de dois dias para vencer uma légua.

Os paquetes, ou traquetes, eram embarcações menores, como mostrado na **Figura 39**, onde predominava o uso da vela para propulsão e um leme que a direcionava. Eram embarcações leves e rápidas, utilizados para pesca e transporte de pequenas cargas, sendo mais acessível a beradeiros mais pobres, e utilizado ainda hoje. A canoa simples, sem velas, também era utilizada, movida a remos.

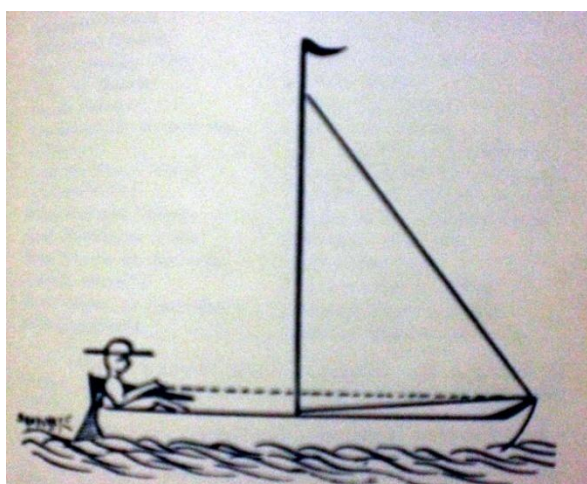


Figura 39: Paquête ou Traquete
Fonte: Dourado, 1973:29

O antigo barqueiro do Rio São Francisco ocupa a função que em outras civilizações é dada ao mercador, que cruzava as distâncias levando e trazendo a tudo que pudesse oferecer lucro. O barqueiro, de acordo com a característica do seu veículo, tinha a possibilidade de conduzir cargas maiores, animais ou pessoas, dando um ofício específico a cada embarcação. Evidentemente, quanto maior a diversidade de serviços a prestar, mais possibilidade de ganho, o que os levava a sobrecarregar as barcas, misturando as mais diversas coisas e pessoas, no intento de alcançar o próximo porto a salvo. Haviam ainda algumas poucas barcas pertencentes às famílias mais ricas, que na verdade pouco as usavam, dada a baixíssima demanda de deslocamentos na região.

A predominância da atividade náutica estava ligada ao intercâmbio comercial entre as vilas ribeirinhas, cada qual especializada na produção de algum item, que seria vendida nas demais. A farinha em Pilão Arcado, o sal em Remanso, rapadura de Corrente, e assim rio abaixo, para depois do intercâmbio no ponto final, que variava em função da atividade, subir o curso d'água com o comércio inverso, e mais os manufaturados adquiridos na cidades maiores.

O aporte das barcas era sempre um acontecimento. Para chamar a atenção dos moradores de cidades, vilas ou fazendas, os barqueiros se utilizavam de variados recursos. Era indispensável que os fregueses acorressem à nau, em busca das mercadorias, e para isso serviam as buzinas de chifre – o *buzo* – que eram tocados como sinal de aproximação. Também as famosas “caras-de-pau”, figuras

exóticas postas à proa dos barcos, serviam de atração para que os ribeirinhos se achegassem. O ritual se iniciava com a subida a bordo dos comerciantes do lugar, que disputavam as mercadorias, e, terminadas as negociações, vinham os letrados e políticos, em busca de novidades, algum livro ou jornal da capital, enfim algum sinal da vida *outsider*.

O barqueiro, que não era rico nem tinha vida fácil, geralmente morava com a família no barco, na parte posterior, em cubículos onde se cozinhava, dormia, e, numa prisão ambulante, viam a vida passar nos barrancos do rio.

Mesmo com o surgimento dos barcos a vapor, maiores e de atracação mais complicada, as barcas continuam alcançando os lugarejos menores, levando o progresso aos ermos da região. Ainda após a criação do reservatório da Barragem de Sobradinho, várias barcas a motor realizam atividade comercial entre pequenas comunidades ribeirinhas, onde as estradas são raras, distantes e de péssimas condições.

Na base da atividade barqueira primitiva, no entanto, estava o remeiro, trabalhador altamente especializado, notável por sua perícia no manejo das varas de navegação, que exigia grande esforço físico, destreza e conhecimento da geografia do rio.

Na viagem rio acima, eventualmente o vento permitia o içamento das velas, um par de panos em formato triangular. Com a raridade desta sorte, o mais comum era que a embarcação fosse praticamente empurrada pelos braços dos remeiros. O extasiamento físico da subida era compensado pelo descanso durante a descida, pouco trabalhosa e rápida. É o remeiro uma figura realmente impressionante, em sua luta contra a natureza, enfrentando o rio para conduzir o progresso à força, tornando-se um símbolo regional.

É de fato notável a resistência destes “caibras”, que sobreviviam em meio ao limite da atividade física, com os pés apodrecidos pela labuta submersa, o peito ferido pelo atrito com a vara, atenuado apenas por aplicação de sebo de carneiro ou um gole de pinga, e ainda encontrar alento para o desenvolvimento de riquíssima cultura oral, entre um e outro desafio à morte, troçando com a faina desumana.

A rotina das rodas de conversa, em noites de cantoria e toadas, permitiu a conservação de boa parte das tradições regionais do Vale, sendo muitas as

narrativas, anedotas, abecês, que oralmente sobreviveram enquanto os remeiros cruzavam o Rio, espiritualmente apelidado de “Velho Chico”. Aquilo que não foi registrado por algum escritor, certamente apagou-se com o fim da atividade remeira.

A fibra do remeiro é também sintetizada por Wilson Lins:

O remeiro do São Francisco é um tipo sem similar na geografia humana do Brasil. A sua luta, seu trabalho penoso, os seus sofrimentos diários, não encontram paridade. Ele é mais bravo que o seringueiro, mais conformado que o retirante, mais duro que o garimpeiro.

Portador de todas as qualidades encontradas no curiboca nordestino, o remeiro é excelente matéria-prima para o cangaço. Com todos os traços característicos do jagunço, é um valente não só nas lutas contra o rio e as corredeiras. Sua arma predileta é a peixeira, faca de ponta fina e lâmina.[...] Não é por fita que ele canta: “Só quero ter vida e saúde / Enquanto for respeitado” (LINS, 1952:95).

Fica estabelecido, assim, um contraponto à aparente passividade do homem simples da região, sempre subserviente aos poderosos. O que sempre se disse do remeiro é que se pode contar com ele até ao inferno, se tratado com jeito, mas que, se maltratado, “vira o cão”. É um insurreto por natureza, embora encaixado no esquema de trabalho das embarcações.

É aceito que entre os muitos barcos do tipo gaiola que trafegaram no Velho Chico, os dois principais são o “Saldanha Marinho” e o “Presidente Dantas”, que foram importantes meios de ligação entre regiões, desde os anos 1870. Mas também é verdade que sempre foi grande a instabilidade na administração das empresas que os geriam, sempre às voltas com problemas financeiros. Entre falências e naufrágios de concorrentes, sobreviveram até nossos dias o “Saldanha Marinho” que funcionou até os anos 1970 e hoje encontra-se instalado como espécie de monumento em uma praça na cidade de Juazeiro-BA e o “Benjamin Guimarães”, que ainda navega em passeios turísticos.

A inviabilidade comercial da navegação no Rio é um dos elementos que atuaram para uma decadência das atividades náuticas associadas, antes mesmo da construção de Sobradinho, como atestou Geraldo Rocha:

Houve, no encarar o problema do São Francisco, erros capitais. Em 1.500 quilômetros de navegação, cara pela diminuta profundidade do rio, projetou-se o escoamento para o mar nas duas extremidades do percurso, em Juazeiro e Pirapora. Assim, a mercadoria ficou sujeita ao longo trajeto fluvial, que poderia ser dispensável se fossem preferidos como pontos de escoamento localidades próximas à foz

do rio Grande ou do Cariranha. Se a viação da Bahia, em vez de procurar Juazeiro, se dirigisse pela Central da Bahia se encaminhasse por Montes Claros em direção às margens do São Francisco, na fronteira baiana, prestariam mais assinalados serviços à região do que desenvolvendo-se nos areais de Pirapora ou Juazeiro (ROCHA, 1940:22).

O erro estratégico, conduzido pela política, que deslocou o local de escoamento do ponto tecnicamente recomendado, próximo a Sento Sé, para a cidade de Juazeiro, foi determinante para o encarecimento da navegação e seu ocaso.

No circuito interior, onde ficava a clientela final, que simultaneamente forneciam produtos para a rede comercial, a distribuição tinha o objetivo principal de promover o abastecimento dos itens essenciais para a sobrevivência. Seu principal agente era o paqueteiro, que pela natureza do seu transporte, um pequeno barco que era abarrotado de produtos até o limite da capacidade, atingia as pequenas localidades da beira do rio. Mello apresenta o depoimento de Venceslau dos Santos, que era paqueteiro, e resume seu ofício:

Eu saio pr'aquela comerciozinho pequeno; seu fulano sai com a barca grande carregada de reboque [...] A barca grande não vai encostar pra vender um quilo de açúcar ou dois, e o paqueteiro fazia desses negócios a fim de comprar uma pele, um saco de feijão, dois sacos de milho e ia juntando. (MELLO, 1999:77)

As relações estabelecidas no comércio do pacote eram estritamente pessoais, muito mais flexíveis que as condições do comerciante da cidade. Afinal, o paqueteiro conhecia a casa do ribeirinho, suas posses, seus modos. Era comum que o paqueteiro, na viagem de ida deixasse seus produtos sem receber o pagamento, pela confiança estabelecida com a contraparte, que certamente teria algo a oferecer na viagem de volta. Se dinheiro não tivesse, haveriam galinhas, bodes ou peixe, de modo que o negócio poderia se concretizar por diversos meios. Este tipo de negociação não interessava aos comerciantes mas “fortes”, pela sua baixa lucratividade, mas sua existência acabava fortalecendo as redes comerciais e fazendo a captação de itens até a “venda” na cidade.

Por isso, os comerciantes das cidades também forneciam produtos industrializados aos paqueiros, sem o pagamento imediato, para que fosse feita a prestação de contas no retorno, com a entrega do catado obtido. A moeda era a

referência de valor, mas durante muito tempo a troca era a base das negociações.

Como é sabido, as embarcações passaram por grandes modificações estruturais, usando velas de traquete e posteriormente motores potentes, que dispensavam a atividade braçal na condução da barca. Aquele remeiro romântico foi substituído pelo tripulante, quem pouco guardou do ofício anterior.

3.7 COMERCIANTES, BODEGUEIROS E TROPEIROS

Diante da configuração dos opostos, dominadores e dominados se arranjavam como podiam, na improbabilidade de mudanças no estado das coisas. Os detentores do poder pela ocupação dos múltiplos espaços se esforçavam para nada perder do que tinham acumulado. Aqueles que somente a vida e a força de trabalho possuíam, buscavam estratégias para, se possível, se inserirem na cadeia comercial, elevando seu patamar de sobrevivência, ao se descolar da prisão que a vida de agregado representava.

Uma alternativa por muitos envidada era o comércio, pelo qual se podia alcançar relativa independência, e ampliar o círculo de relações, na aura de modernidade que o monetarismo trazia ao Vale desde o início do Século XX. Ao tornar-se paqueteiro, tropeiro, bodegueiro, ou mesmo efetuando fretes com sua produção, ou atravessando a produção de outros, abriam-se novos horizontes para o ganho e a própria vida. Mudava o *status* social do novo capitalista na cadeia de dominação, mudava o tom para com o homem que carregava dinheiro e conhecia muitas pessoas.

Com o tempo, alguns camponeses mais remediados, após acumular alguma reserva, estabeleciam, eles próprios, sua pequena atividade comercial, complementar à renda do trabalho na terra. A bodega, como era chamada a atividade, pouca ou nenhuma estrutura apresentava. Estes pequenos pontos de venda funcionavam na própria residência, onde se depositavam alguns produtos de maior necessidade, como querosene, açúcar, cachaça, e bolacha, que eram comprados do paqueteiro ou diretamente no comércio da cidade. A posse de uma boa canoa eliminava a intermediação, aumentando o lucro. Era comum que a mulher da casa ou os filhos gerenciassem as bodegas, onde a troca também era prática

comum. É notório que a bodega é um arranjo universal, que também é presente nas áreas de caatinga, onde o transporte era feito por mulas e carroça.

Na região do vale, Remanso centralizava a atividade comercial, com sua feira, mas era preferível, para quem pudesse, vender os produtos da terra diretamente em Juazeiro, onde se conseguia preços melhores.

Os chefes locais detinham, no princípio, o monopólio das relações com o resto do mundo, para todos os efeitos. Isto os levava, em alguns casos, a uma troca de favores com a população – “seu povo” – em que se perpetuava a gratidão e a figura do benfeitor, como fazia Franklin Lins:

Naqueles tempos ninguém ia a Salvador, somente ele. Então quando ele projetava uma viagem a Salvador geralmente demorava três a quatro meses indo e voltando. O Franklin um mês antes daquela viagem ia, todas as tardes, naquela Pilão Arcado velha, de casa em casa se despedindo do povo, tomando nota das encomendas: remédios, peça para máquina de costura, fosse que encomenda fosse, ninguém lhe dava dinheiro para isso não. Por isso quando era o dia dele viajar tinha aquele acampamento enorme: aquele povo todo ia levar ele no vapor. A mesma coisa acontecia quando ele chegava, porque ele tinha o cuidado de prestigiar o povo se despedindo daquela gente. Teodulo Teixeira de Medeiros, Pilão Arcado, outubro de 1986 (MELLO, 1999:113)

Em outro nível, as relações eram marcadas por formas diversas de solidariedade, inclusive no processo produtivo. Quando havia necessidade de algum produto, os vizinhos e parentes sabiam se socorrer mutuamente, na certeza de que um sempre precisaria da ajuda do outro. Em tempos idos, até mesmo o fogo era compartilhado, levado de uma casa a outra, quando este se apagava.

Como ponto de convergência de todas as atividades e como referência de lugar comum, a cidade de Remanso se destacava como ponto de ligação do Vale com o resto do mundo, como salientou Mello:

A cidade de Remanso era um mercado ininterrupto, ao contrário das cidades que tinham apenas um dia de feira por semana. Além dos produtos de exportação do próprio município (maniçoba, peixe salgado, cera de carnaúba, couros e peles, e mais tarde o algodão), confluíam, para Remanso, produtos da região sul do Piauí – São Raimundo Nonato, Caracol, São João do Piauí, Oeiras, Canto do Buriti – que eram basicamente os couros e peles, cera de carnaúba, peixe salgado e em menor escala de Pilão Arcado. (1999:76).

Os donos dos armazéns, que eventualmente possuíam barcas, ou tinham acordos vantajosos com os proprietários, formavam um primeiro circuito, que trazia

produtos industrializados de Juazeiro (sal, querosene, tecidos, farinha de trigo, fermento, café, bolachas...) como também itens de outras cidades da região, como rapadura e cachaça de Santa Maria da Vitória, fumo de Brotas de Macaúbas, e a aguardente de Januária. A bodega reunia ainda uma variedade de itens manufaturados. É como registrou Pierson:

Há alguns anos em um armazém em Paratinga, Orlando de Carvalho fez uma lista de um considerável número de artefatos que artesãos hábeis da zona haviam trazido para vender. Entre eles incluíam-se cerâmica, rendas de bilro e objetos feitos de couro, cipó ou fibra. Entre os de cipó ou fibra figuravam cestinhas de buriti e caroá, redes de buriti, caruá e tucum, e chapéus de seda de ouricuri, gozando estes de “fama universal” na região, segundo Carvalho. Entre os artigos de couro destacavam-se chapéus, alpercatas, pirais, e arreios, a fabricação dos quais Carvalho considerou “ uma próspera indústria no sertão do rio de São Francisco (PIERSON,1972:72).

Embora significativa, esta produção não era feita em grande volume, até pelo grau de complexidade de alguns artefatos, cuja fabricação podia levar dias, e pela crescente dificuldade em obter matéria prima. Em maior quantidade era notada a indústria do beneficiamento, para consumo caseiro e comercialização, especialmente a salga do peixe, fabricação de farinha de mandioca, farelo e fubá, o descascamento do feijão e arroz, a preparação da manteiga, queijo e rapadura, açúcar e aguardente. Em menor escala há registro do processamento rudimentar do buriti, caroá, ouricuri e tucum, um pouco de descaroçamento de algodão, fabricação de carvão, cal, tijolos e telhas. Pela necessária relação de dependência que o beiradeiro desenvolveu com o rio, aprendeu a retirar dali outros itens para sua sobrevivência, pelo que se via aldeias às margens do rio em que até produtos como sabão e óleo (para alimentação e uso cosmético, no cabelo) eram obtidos do peixe.

Os preços eram estipulados nos entrepostos, como Remanso, onde os comerciantes avaliavam, a partir dos preços das casas comerciais de Juazeiro, e do mercado exportador, para chegar ao preço de compra dos produtos locais, para obter seu lucro. Deste modo, quanto menos intermediários, maior o ganho. Fica claro que um comerciante de maior poder aquisitivo ou político, tinha maior possibilidade de barganha nas grandes casas comerciais e importadoras, e ainda de impor seu preço de modo mais tranquilo em sua freguesia, ganhando assim nas duas pontas do negócio.

Outro tipo de atividade comum na região, de caráter mais aventureiro, é a empreitada com tropas, que se deslocavam por toda a região, e até mesmo ao Piauí e Maranhão, conduzindo toda sorte de animais e produtos que pudessem oferecer lucro no momento. Os tropeiros aproveitavam as diferenciações de preço entre épocas e lugares, tirando vantagem das dificuldades de deslocamento de mercadoria para a maioria dos lugarejos, ou mesmo aqueles onde sequer estrada havia. Os circuitos eram muitos, e a dinâmica dos produtos variava entre os industrializados das regiões portuárias, especialmente Remanso, na ida, para o Piauí, e rebanhos bovinos para o Pernambuco, e produtos manufaturados ou catados, na volta. A atividade era extremamente cansativa, dadas as péssimas condições das vias de transporte, riscos de assaltos, doenças e prejuízos com morte no rebanho. Os tropeiros chegavam a gastar três meses em uma viagem, sob as condições mais adversas, motivo pelo qual era um ofício rejeitado pela grande maioria. Era comum que jovens recrutados para fazer uma viagem de tropa, ao retornar, emagrecidos e esvaídos, com pouco ganho, fossem impedidos pela família de continuar na atividade.

Para a distribuição dos produtos, toda uma rede de agentes menores se dispersava pela região, levando e trazendo itens, mas fica claro que, no jogo da intermediação comercial, o comércio de maior volume, praticado pelos donos das barcas, que também eram donos dos comércios da cidade, possuía lucratividade bem maior. Mas, por atuarem em modos e espaços diferentes, os circuitos maiores e os menores não se colidiam em suas atividades, pelo contrário, um era tributário do outro, numa relação de complementaridade.

A interação era assim, de uma tranquilidade superficial, porque as regras eram postas pelo comerciante maior, e não tinha como ser contestado, verdadeiro dono que era da atividade. A associação entre comércio e coronelismo acentuava esse mando, dando-lhe conotação sociopolítica. O preço dos produtos, a fidelidade, a prestação de favores, eram aspectos arbitrados unilateralmente, e, no ideário da região, ficava ainda o pequeno paqueteiro ou bodegueiro “devendo favor”.

Esta conjunção de fatores dava aos comerciantes grande proeminência naquela sociedade, de modo a constituírem-se uma importante força no jogo do poder local, disputando com as famílias “de nome” e a Igreja Católica o centro das

decisões na cidade. Com o tempo, os comerciantes adquirem respeito, e pelo ingresso na política, ou ainda por laços de casamento com famílias tradicionais, assumem seu espaço nas comunidades, diversificando as elites ribeirinhas, antes tão ligadas às antigas tradições dos pioneiros. Estes comerciantes, pelas ligações com o mundo exterior ao vale, tiveram também a visão de capacitar as gerações seguintes pelo estudo, trazendo várias levas de médicos, advogados, engenheiros e políticos para a região, que em momento posterior assumiriam o comando da região, com mais esclarecimento que seus pais.

Enquanto o mundo passava pelas grandes transformações do Século XX, o Brasil experimentou diferentes momentos políticos e econômicos, refletidos em maior ou menor escala na vida ribeirinha. Com o tempo, o perfil das oligarquias regionais se modifica, em direção à diversidade, embora resguardem-se as semelhanças na constituição, tende a diminuir a importância da pecuária, o mando do coronelismo, a opressão exacerbada e ostensiva dos mais pobres. O jagunço e as armas à mostra já não serão mais comuns. Desenvolvem-se sutilezas para o controle social. Desde que o Estado passa a ocupar seu papel de mediador naquela sociedade, as limitações e impedimentos do cidadão médio começam, muito lentamente, a serem minoradas, ao tempo que se assiste a saída ou decadência de várias famílias centenárias da região. A chegada de pessoas de outras regiões e as mudanças nas leis são fatores para mudanças nas mentalidades. Tornam-se freqüentes, já nos anos 1940, as campanhas de saúde que fazem circular técnicos, enfermeiros e médicos na região, combatente os males e indiretamente, a desinformação. As atividades produtivas se diversificam, e, já nos anos 1950, quebram vários monopólios. Uma incipiente atividade rodoviária nos anos 1960 permitiria intercâmbios com outros mercados por via terrestre. A ligação ferroviária partindo de Juazeiro para a capital também contribuiu para esta integração.

3.8 AINDA SOBRE A TERRA

Muitas são as transformações visíveis no Vale do São Francisco, ao ritmo capitalista, que, conduzindo as políticas governamentais, tem estimulado várias atividades na região. A questão é que o Estado, o mesmo que historicamente

ausentou-se dos problemas fundamentais, quando se faz presente, atua em consonância com projetos bastante específicos de interesse político:

Estas microrregiões têm apresentado mudanças nas últimas décadas, tendo papel importante a criação, no final de 1959, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; houve alteração do domínio da pecuária extensiva, com a expansão das culturas de subsistência e comercial, e a utilização de técnicas modernas de produção, como a irrigação. São microrregiões que apresentam baixa densidade demográfica. A microrregião homogênea Baixo Médio São Francisco apresentou concentração fundiária das mais elevadas no período do estudo, o que está relacionado com a baixa densidade demográfica; a qualidade dos recursos naturais que requer grandes interferências do homem; as atividades produtivas implementadas; os fatores históricos, que levaram a terra a ser usada de forma extensiva, e muitas vezes especulativamente. Deve-se ressaltar que a terra como reserva de valor é um aspecto que vem se modificando recentemente no Brasil, sendo que em muitos casos o preço da terra tem diminuído temporalmente, o que apresenta relação com o plano de estabilização econômica implantado a partir de 1994, e com o fato do preço da terra estar se ajustando às condições de mercado, uma vez que se encontrava sobrevalorizada. (SILVA e MENDES, 1998:2)

Neste sentido, aquela área que se dizia imprópria para a agricultura, a partir do aporte de investimentos e melhoria técnica, passou a apresentar excelentes resultados. Em áreas do município de Casa Nova, o aporte de investimentos propiciou o florescimento de uma agricultura eficiente, em quantidade e qualidade.

A explicação do Vale do São Francisco é sua espacialização. A disposição geográfica lhe determinou a história e a formação geral. Não se pode escapar disso. Ao longo de gerações foi cultivado um tipo de relação com a terra e as territorialidades que extravasa o aspecto social, assentando-se em todas as esferas da vida, inclusive na transcendência. A percepção que o ribeirinho criou e mantém de si mesmo, em relação ao Estado, ao mundo, ao “de fora”, pouco mudou em séculos. Victor Nunes Leal já havia exposto como a propriedade fundiária se constituiu nos interiores a base do poder, e o desmantelamento do poder municipal, mecanismo de subordinação das lideranças políticas, em especial o coronelismo, ao governo estadual, que forjaram um sistema de reciprocidade que se consubstancia principalmente nas práticas distorcidas do sistema eleitoral. Não por acaso, o autor já postulava uma “alteração fundamental em nossa estrutura agrária” como única possibilidade de transformação profunda na vida sociopolítica brasileira, em especial a extinção do mandonismo interiorano. (LEAL, 1997:245)

É um povo que, não se sentindo parte das instituições formais, também não se deixa facilmente pertencer, a um Estado, um município, uma classe. Seus enraizamentos sociais se sobrepõem às fronteiras estabelecidas, e, mesmo que só façam sentido para o homem do lugar, é assim que deve ser, por sua própria vontade, indiferente às classificações que lhe são feitas. Enraíza-se na formação o sentido de isolamento cultural, vinculado ao isolamento geográfico:

Vivendo em uma sociedade pastoril em que permaneciam bem nítidos os vestígios da sua primitiva organização feudal, os líderes rurais do vale exerciam o poder em função da grei que os cercava, visando defender os seus interesses e os dos seus amigos e parentes. Ali, no começo do século, tudo era privado, quase não havendo -- o que aliás era muito natural -- uma nítida consciência do bem público [...] a mentalidade sertaneja afasta-se dos fenômenos litorâneos, considera as capitais simplesmente para o comércio e para a nomeação de autoridade. O sertanejo está inteiramente absorvido pela ideia do município. O Estado, para ele, é uma abstração. O sentido da baianidade, tão altamente considerado pelos políticos da Capital, não tem nenhuma significação para o ribeirinho... (LINS, 1983:82).

O antigo desvinculamento e desinteresse pelas questões externas não se dissolveram com o tempo. O ribeirinho e o caatingueiro não têm pressa em mudar as coisas. Seus movimentos são metódicos, pois da imprevisibilidade na mediação das intempéries naturais, surgiu uma disciplina própria, de administrar o pouco, a tragédia, a mudança. Os fluxos devem ser conhecidos, e o desconhecido é sempre um pavor. O aparente conformismo diante da desigualdade é uma estratégia. O ribeirinho médio chamaria de “bestas” os trezentos heroicos soldados espartanos que morreram ao enfrentar o exército persa invasor com 200 mil homens melhor armados na lendária batalha das Termópilas. Isso destoa da personalidade do Vale. Mas não é covardia. É uma forma de lidar com forçar maiores, cujos mecanismos se desconhece e, posta a desproporcionalidade de poder, a indisponibilidade de armas eficazes, não se lança o Caatingueiro em um suicídio inútil contra o coronel, contra a CHESF, ou o que quer que seja.

É o jeito da gente do Vale. Preservar tradições, estando aberta a novas realidades, calar para viver, dissimular para avançar. Ao contrário dos espartanos, o sertanejo em geral aprecia mais a vida benfazeja, ainda que limitada, que uma batalha perdida. É possível criticar suas posturas, mas foi o que a história lhe ensinou, como estratégia para sobreviver.

CAPÍTULO 4 A CHESF

4.1 VISÃO GERAL

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) é uma das mais controversas empresas públicas brasileiras. Sua missão, formalmente elaborada, de **“Produzir, transmitir e comercializar energia elétrica, com qualidade e rentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do Nordeste e do Brasil”** (CHESF, 2010) não poderia mencionar os meios sobre os quais se assentam tais fins. Os custos proporcionalmente altos das grandes empreitadas, nos aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais são contrapostos ao discurso do progresso, da modernidade, da geração de empregos, argumentos de difícil contestação. Como se sabe, no entanto, aquela missão condensa em seu processo histórias, discursos, metas e outras tantas entrelinhas que, hermeticamente guardadas em seu interior, dificultam a tarefa de conhecê-la em maior profundidade.

Mas a trajetória da CHESF em relação aos empreendimentos em que tomou parte, e àqueles que de alguma maneira foram atores ou atingidos, é perceptível e acessível. Seu discursos também são públicos, e por eles se entrevê uma visão administrativa própria, que se destaca em suas origens contraditórias, inovadora e ousada, enquanto engajada em servir a antigos interesses geopolíticos e econômicos.

A CHESF não manifesta uma personalidade unívoca. Das suas ações apreendemos um amálgama de interesses em busca de metas objetivas comuns, variável conforme a época. No próprio *corpus*, verifica-se a existência de uma hierarquia que excede a burocracia, mas distingue níveis de poder e autonomia diversos ao extremo. A ingerência política, que sempre foi orgulhosamente rejeitada, é sintomática dos novos tempos neoliberais, onde se enxerga a ação de grupos internacionais fortes o suficiente para induzir políticas de estado.

É nesse jogo de grandes poderes que se insere o mercado de energia elétrica. Num universo em que as cifras se contabilizam aos milhões, a CHESF demonstra por seu patrimônio o quanto é relevante para o equilíbrio das forças econômicas, mesmo que em prejuízo das pessoas que eventualmente sejam

surpreendidas no caminho de um Projeto de Grande Escala. O sítio eletrônico da empresa apresenta sua estrutura, reproduzida na **Figura 40**:

Número de empregados	5.535
Capacidade instalada	10.618 MW (~ 10 % Brasil)
Produção de energia	41.239 Gwh
Energia contratada	50.692 Gwh
Clientes/Empresas Distribuidoras de Energia:	37
Clientes/Empresas Consumidoras Industriais de Energia:	25
Clientes/Empresas Comercializadoras de Energia:	26
Linhas de transmissão:	Mais de 18 mil km
Patrimônio líquido:	R\$ 12.479 bilhões
Receita Operacional Bruta:	R\$ 5.640 bilhões
Receita Operacional líquida:	R\$ 4.826 bilhões

Figura 40: Quadro de informações sobre a CHESF.

Fonte: CHESF, 2010. (Dados de 2008)

Proporcional a tamanho aparelho, uma estrutura organizacional técnica e variada, com hierarquia bem demarcada, atua em várias frentes simultâneas, mantendo e ampliando o patrimônio da marca, filosofia que se confunde com a própria “Ordem e Progresso” positivos da bandeira brasileira.

A CHESF é uma empresa reconhecida internacionalmente. Além da oferta de energia elétrica, várias atividades da empresa se espalham pelo território brasileiro, tornando-a um gigante na logística, que atende às várias demandas de um setor vital para o desenvolvimento. A espacialização da empresa é visível de modo concreto nas linhas de transmissão que atravessam a maior parte do país, mas é conhecido que várias outras atividades, como pesquisa, desenvolvimento, contratos e serviços que não possuem limites estabelecidos, resultando numa atuação estendida a outros países. A **Figura 41**, elaborada pela própria CHESF, representa a distribuição do sistema energético brasileiro. Como se percebe, a distribuição não é linear, uma vez que trata-se de um sistema integrado de várias companhias, mas a CHESF está bem inserida neste cenário, pela robustez do seu aparato e capacidade de transmissão em linhas longas e de várias tensões.

Também é importante perceber que são vários e relevantes os principais centros de carga abastecidos pela empresa, no Nordeste, que a tornam uma empresa estratégica do ponto de vista político, econômico e social.

Integração Eletroenergética



Figura 41: Integração Eletroenergética brasileira. Fonte: Sítio eletrônico da CHESF (www.chesf.gov.br). Acesso em 13/05/2010.

Como se observa, a distribuição das atividades da CHESF é relevante em boa parte do território nacional, em transmissão única ou integrada ao sistema, desde o eixo de geração de energia instalado ao longo do Rio São Francisco, concentrado no complexo de Paulo Afonso, seguindo caminhos de distribuição com linhas de transmissão de diferentes potências que podem, em caso de necessidade, atingir a todas as regiões.

4.2 HISTÓRIA

Para além da beleza e dos aspectos culturais, sempre causou espanto a dimensão e a potencialidade do Rio São Francisco. Em 1576, ainda no início da Colonização, o português Gandavo registrou surpresa com o grande trecho navegável e a barreira natural que se formava em suas quedas d'água, que pareciam intransponíveis.

Em tempos posteriores, o atraso na economia nordestina foi recorrentemente posto como uma tendência inerente ao seu processo histórico, acompanhado da escassez de terras aráveis, inadequada para a agricultura e dissociado do progresso. Com o tempo, usos diversos são pensados para o Rio, e o Estado assume o controle estratégico, passando a gerir a outorga da sua exploração. Vainsencher destaca a atração do interesse do capital privado, notadamente para a pioneira geração hidrelétrica de energia.

Há tempos, o aproveitamento daquele rio vinha sendo imaginado. Em 1801, o naturalista J. V. Couto chamava a atenção para a potencialidade oferecida pelo São Francisco, no sentido de beneficiar a agricultura de suas regiões ribeirinhas. E vários pedidos relativos à exploração do seu potencial hidráulico foram efetuados ao longo dos anos (VAINSENCHE, 2002:1).

No Século XX, aumenta o interesse pela geração de energia elétrica nas cachoeiras do Velho Chico. Após tentativas diversas de outorga de concessão para exploração hidrelétrica, Delmiro Gouveia inicia sua empreitada nas imediações de Paulo Afonso, onde, a partir de 1911, adquire área de terra ao lado da cachoeira, consegue autorizações do Governo Estadual, e finalmente, em 1913, instala a Usina de Angiquinhos. Nos anos seguintes, o Governo Federal passa a fazer sucessivos estudos e levantamentos na região, com vistas à exploração da capacidade de geração de energia hidrelétrica. Feitos diversos levantamentos e constatada a viabilidade de investimentos, em 4 de abril de 1944, durante o Governo de Getúlio Vargas, o Ministro da Agricultura Apolônio Sales propõe a criação da Companhia Nacional Hidrelétrica do São Francisco.

No ano seguinte, a empresa foi constituída formalmente:

Em se tratando da existência da própria CHESF, no dia 3 de outubro de 1945, Getúlio Vargas assinava três decretos-leis: 1) o de nº

8.031, autorizando a organização da empresa; 2) o de nº 8.032, abrindo um crédito especial, junto ao Ministério da Fazenda, para subscrever as suas ações ordinárias; e 3) o de nº 19.706, outorgando à empresa a concessão, por 50 anos, do aproveitamento progressivo da força hidráulica do rio São Francisco, no trecho entre Juazeiro (BA) e Piranhas (AL), com o objetivo de fornecer energia elétrica em alta-tensão aos concessionários de serviço público, na área compreendida por uma circunferência de 450 km de raio, centralizada na cachoeira de Paulo Afonso (VAINSENER, 2002:2)

A evolução da capacidade instalada nas usinas da CHESF demonstra o direcionamento da exploração hidrelétrica na região, conforme **Tabela 4**:

Tabela 4: Evolução da Potência instalada no Rio São Francisco

Usina e ano	Potência em KW
Angiquinhos (1913)	1.119
Paulo Afonso I (1954)	180.000
Paulo Afonso IIA (1961)	215.000
Paulo Afonso IIB (1967)	228.000
Paulo Afonso III (1971)	794.000
Apolonio Sales (1977)	400.000
Sobradinho (1979)	1.050.000
Paulo Afonso IV (1979)	2.462.000

Fonte: Sítio eletrônico da CHESF (www.chesf.gov.br). Elaboração do autor.

As relações geopolíticas entre os Estados Unidos e o Brasil, nos anos 1940 e 1950 encaminharam a criação da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (CMBEU), que juntamente com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), direcionavam a política de geração e distribuição de energia, no embalo da industrialização nacional, condição primeira para o tão pregado desenvolvimento.

O aporte de capital internacional e conhecimento para a realização dos empreendimentos provocou um fluxo econômico cuja contabilidade é visível no crescimento da dívida externa, em paralelo ao aumento da geração de energia, visto nas **Figuras 42 e 43**:

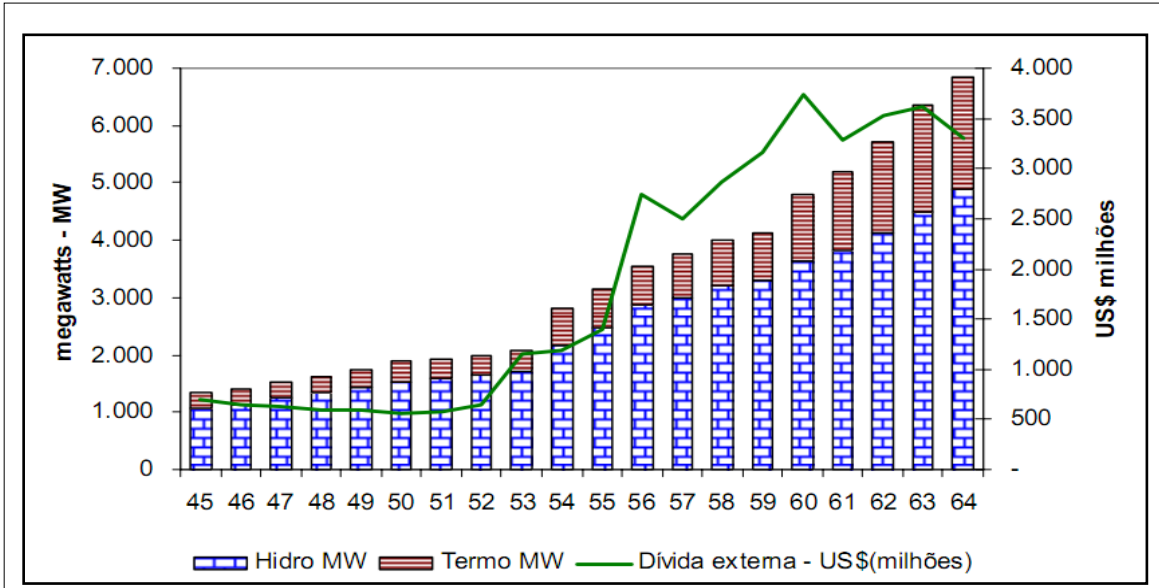


Figura 42: Evolução da Capacidade Instalada e da Dívida Externa Nacional (1945-1964).
Fonte: NAVES, 2009.

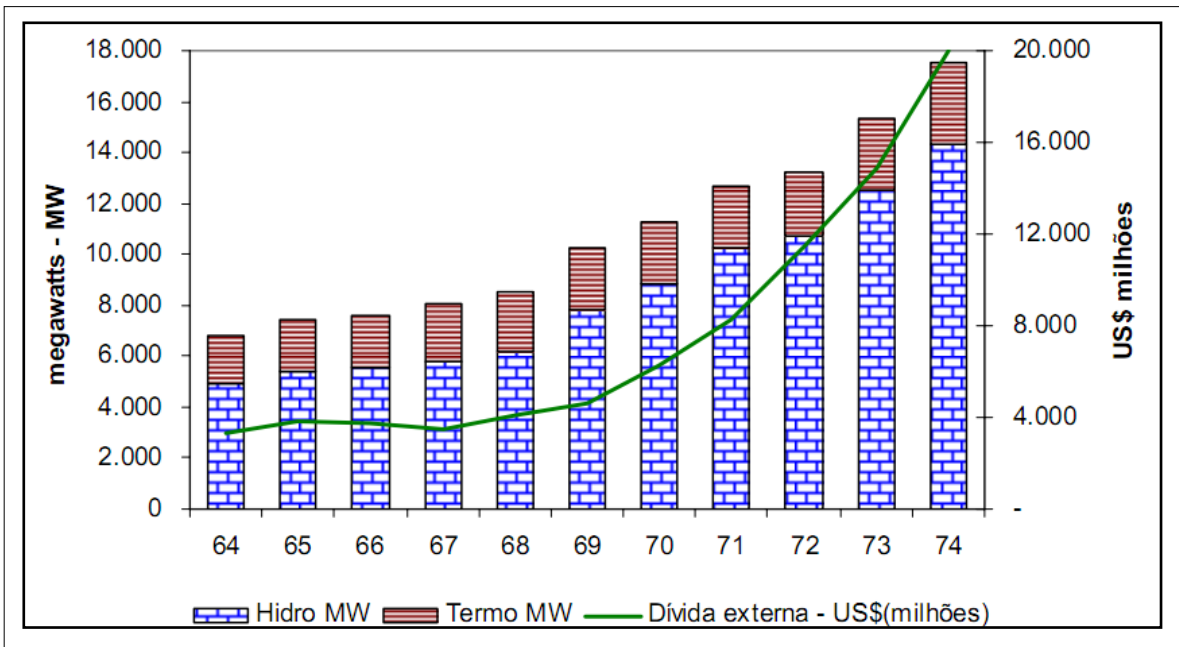


Figura 43: Evolução da Capacidade Instalada e da Dívida Externa Nacional (1964-1974).
Fonte: NAVES, 2009.

O que se nota, então, é a sincronia crescente entre as ações do Estado brasileiro e os interesses geopolíticos externos, ou do capitalismo “doméstico”, que passam a direcionar os investimentos, com um discurso que encontrou maior reverberação na criação das estatais daquele momento em específico, como ressalta Oliveira:

(...) a CHESF pode ser apontada como uma das alternativas utilizadas pelo Estado para viabilizar suas estratégias desenvolvimentistas por meio da criação de empresas estatais autônomas e orientadas para a dimensão técnica em detrimento da dimensão política, cujo resultado foi a proliferação de organizações detentoras de melhor desempenho no setor público, sobretudo se comparadas a outras de suas congêneres (OLIVEIRA, 2001:2).

A missão da CHESF não era pequena, nem simples. Deveria fornecer energia elétrica para toda a região Nordeste, um universo de 1.5000.000 km², onde se encontrava uma população de número superior a 35 milhões de habitantes.

A Assembleia Geral de Constituição da CHESF aconteceu no dia 15 de março de 1948, onde se elegeram o presidente Alves de Souza, e o diretor técnico, Otávio Ferraz. Materializando as primeiras ações da CHESF, foi dado início ao projeto de construção da Usina de Paulo Afonso, com a edificação da respectiva barragem, inaugurada em 1954, com potência instalada de 180 mil KW, divididos em dois geradores. A empresa contava então com o suporte de grandes companhias elétricas como *Westinghouse*, *Electricité de France* e *Light*. Pouco tempo depois, com a instalação de novo gerador, a capacidade de produção de energia triplica para 310 Kw.

A CHESF iniciava um percurso destinado a romper limites com obras e operações inéditas no Brasil, de porte cada vez maior, trazendo com isso uma enorme carga de simbolismo, acentuado pelo fato de localizar-se em áreas de pobreza e distanciamento dos grandes centros, angariando assim bons montantes de investimento e confiança por parte dos governos. O cenário encontrado no semiárido nordestino, salienta Castro, é ideal:

Daí em diante caberia à CHESF explorar o segundo maior potencial hidrelétrico do Brasil, que, por sua grandeza, requeria uma insuspeitada capacidade técnica, grande envergadura e complexidade. No plano nacional, o empreendimento hidrelétrico da CHESF veio a definir as características das futuras obras federais que a ele se seguiriam nesse segmento econômico: elevada potência instalada, longas linhas de transmissão, suprimento de mercados regionais, agente catalisador do sistema, em face da interligação com outras usinas, e a construção, montagem e operação de complexos sistemas elétricos. (CASTRO, *apud* OLIVEIRA, 2001:4)

Nos anos 1960, a criação da ELETROBRÁS favorece em muito a CHESF, com o aumento do capital, incorporação de logística e corpo técnico. Este

direcionamento ocorria no contexto do discurso governamental que se dizia combater ao chamado imperialismo estrangeiro, da mesma forma que a Petrobras, encaminhando-se para a autonomia energética, onde já havia a concorrência das multinacionais *Light* (Canadá) e *Bond & Share* (Estados Unidos). Duqué faz o enquadramento desta geopolítica em termos mais amplos:

Na verdade, havia menos oposição ao imperialismo do que subserviência aos interesses da burguesia industrial nacional que, sem se opor ao capitalismo internacional, queria uma divisão da redistribuição do trabalho para que se abrisse um espaço próprio (DUQUÉ, 1980:266)¹⁸

Em três décadas, a CHESF ergueu um complexo de usinas hidrelétricas de grande potência: Paulo Afonso I, II, III e IV, e Sobradinho, mais a incorporação contínua de outras barragens, numa expansão que contava com o favorecimento de financiamento público, no embalo do desenvolvimentismo que, originário dos Governos Vargas e Kubitschek, cresceria muito após a ascensão dos militares ao poder. Tal capital permitia um nível de autonomia e respeito político nunca experimentado por uma empresa de natureza pública.

Era de grande valor estratégico para os governos a utilização da CHESF como elemento de propaganda, que demonstrava a transformação de um espaço estéril em algo produtivo. Como se sabe que as estruturas locais de poder não eram incomodadas, isto também favorecia o discurso das oligarquias nordestinas, interessadas na manutenção daquela pobreza natural.

A ordem regional em que se insere o caso da CHESF mostra um espaço social, geográfico e econômico submetido a profundas e repetidas crises. Marcava o problema do Nordeste a séria disparidade de níveis de renda entre essa região e o Centro-Sul do Brasil, agravadas pelo seu ritmo de crescimento substancialmente inferior (OLIVEIRA, 2001:4).

A criação da SUDENE, de igual maneira, fortaleceu institucionalmente a CHESF, pela preciosa parceria na captação de recursos e desenvolvimento estratégico junto aos órgãos governamentais.

A distribuição dos setores da CHESF envolvidos nos trabalhos em Sobradinho, como no organograma de Duqué, visto na **Figura 44**, dimensiona o

¹⁸ En fait, il s'agissait moins de s'opposer à l'imperialisme que de servir les intérêts de la bourgeoisie industrielle nationale qui, sans s'opposer au capitalisme international, souhaitait une redistribution de la division du travail pour s'ouvrir un espace propre.

tamanho da máquina administrativa e executiva que era materializada nos canteiros de obras, e a multiplicidade de formações, interesses e ideias sobre os projetos.

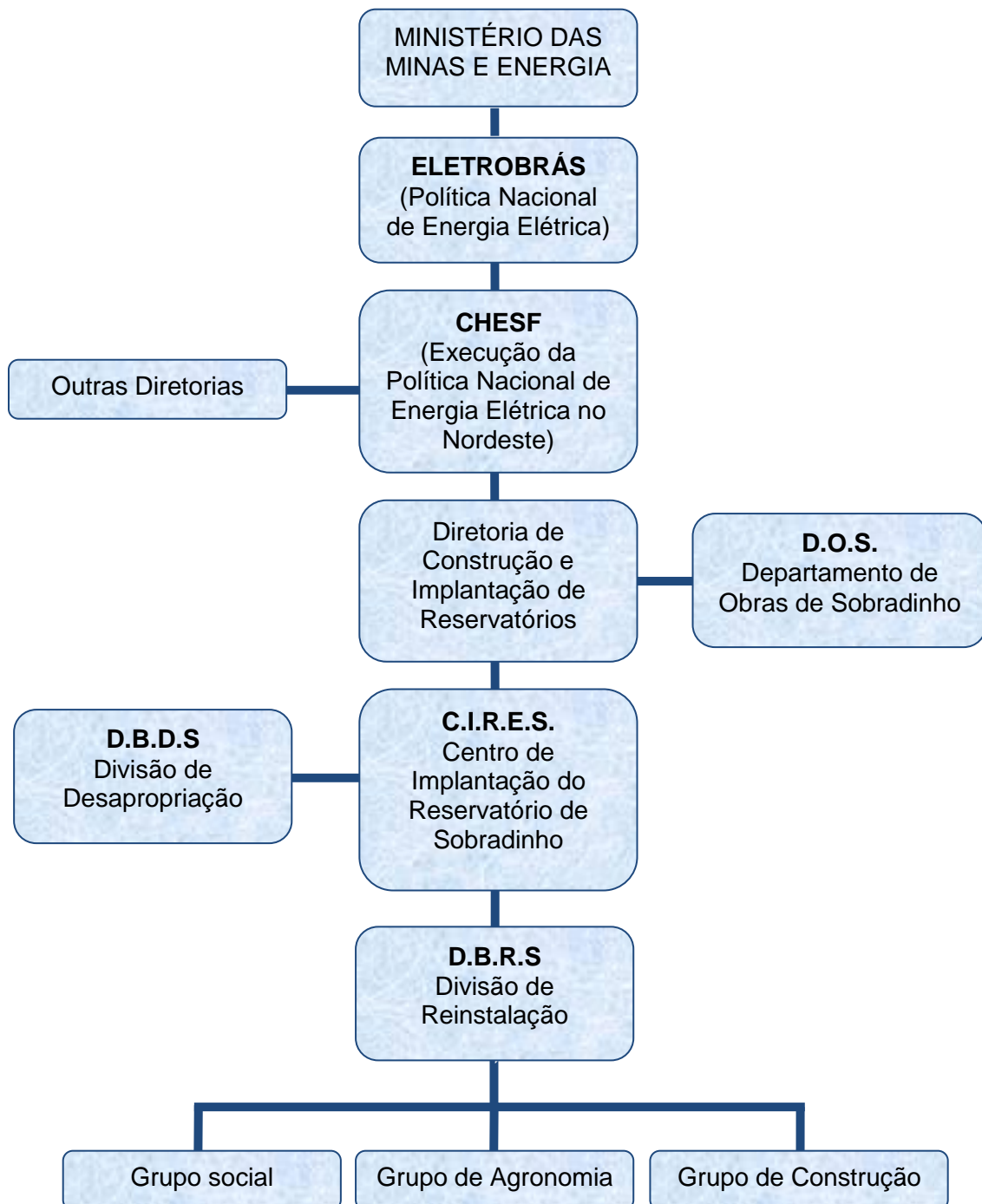


Figura 44: Organograma da CHESF.

Fonte: DUQUÉ, 1980:355. Adaptação do autor.

Ainda segundo Duqué, a Divisão de Reinstalação, dirigida por uma assistente social, contava com um efetivo de 135 empregados, somados às eventuais contratações de “extras”, incluindo técnicos e pessoal de apoio. O grupo social

contava com 15 técnicos formados em Serviço Social, Ciências Sociais e Sociologia, acompanhados por uma equipe de auxiliares. O Grupo de Agronomia era formado por 6 agrônomos, 15 técnicos agrícolas e seus auxiliares de campo. Por fim, o Grupo de Construção contava com 3 arquitetos, 3 engenheiros civis e 20 auxiliares de construção.

Também foram contratadas empresas para tarefas especializadas, como planejamento urbano, que realizavam trabalhos em modo terceirizado. Considerando a variedade do pessoal envolvido no projeto, em várias frentes, percebe-se que o nível de diálogo com as populações variou muito, como atestam os testemunhos.

4.4 FILOSOFIA

Não se pretende personificar a empresa CHESF. Nem pode a instituição ser compreendida como um organismo homogêneo em algum sentido. São muitos níveis de pessoal, com visões variadas, de acordo com a posição e os interesses. Analisando eventos passados na primeira geração de servidores da empresa, há que se considerar o percurso histórico da formação da empresa, seu poderio e sua propalada missão redentora em relação às regiões pobres em que atua, gerando uma enorme autoconfiança, lastreada também na própria ambição governamental, exposta por Oliveira:

O Estado nascido no pós-1930 é reconhecidamente intervencionista e promotor do desenvolvimento econômico, articulando-se em favor da indústria e admitindo sua coexistência com os interesses dos grupos econômicos tradicionais. Como é sabido, ao exercer a liderança desse processo e tornar-se um ator central na ordem econômica, o Estado brasileiro teve de lançar mão de todos os recursos necessários à implementação da ambicionada industrialização, a começar pelo engendramento de uma burocracia qualificada para enfrentar tal desafio (OLIVEIRA, 2001:3).

Em alguns momentos, as mudanças no modo de operação do Estado condiziam com a implementação da burocracia técnica, aparelhamento da administração pública e gestão dos recursos provenientes da crescente arrecadação pública. Tudo isso contextualizado pelo discurso da necessidade de industrialização no Nordeste. Isto condiz com linhas discursivas genericamente observadas em

construtores de hidrelétricas, como denuncia o relatório da Comissão Mundial de Barragens:

Desenvolvimento regional, criação de emprego e promoção de uma base industrial capaz exportadores são considerações adicionais mais comumente citados em favor da construção de grandes barragens (WCD, 2001:11).¹⁹

Este conjunto de fatores é especialmente relevante se considerado o momento de decadência geral da economia nordestina, que após quatro séculos ocupando o espaço central no quadro produtivo nacional, inicia um momento de retrocesso em relação à região Sudeste. Isto coloca em maior relevo a missão redentora da CHESF, fornecedora de energia elétrica para o projeto maior de modernização do Nordeste, passando pela necessária industrialização. O movimento social tem exposto o real interesse que se aloja em meio aos discursos e fazeres das barragens brasileiras:

No entanto, a forma com que as hidrelétricas vêm sendo concebidas – grandes unidades com grandes reservatórios, serve aos interesses dos grandes consumidores e dos grupos envolvidos com o processo de construção dessas usinas. (...) Com interesse na obra propriamente dita, forma apontadas as grandes empreiteiras nacionais de construção civil e as empresas multinacionais fabricantes de equipamentos elétricos pesados (CRAB-CUT, 1989:30).

O caráter administrativo da empresa, assemelhado ao das estatais da era globalizada, primava no discurso da descentralização, desnacionalização e internacionalização. O corpo dirigente e técnico, de ordem especializada, admitidos por concursos ou recrutados entre os jovens engenheiros recém-saídos das universidades, prezavam a autonomia da gestão tecnicista.

O Estado tomaria parte nos empreendimentos apenas como regulador de mercado e projetos. A própria dinâmica da oferta e procura conduziria os rumos da CHESF enquanto empresa de economia mista, uma iniciativa pioneira naquela época. Outro marco regulatório, o suporte legal, era provido principalmente pelo Código de Águas (Decreto nº 26.234, de 10/07/1934), e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), ambos de cunho nacionalista, conduzindo ao Estado a primazia da gestão dos recursos naturais.

¹⁹ “El desarrollo regional, la creación de empleo y la promoción de una base industrial con capacidad de exportar son las consideraciones adicionales que más se citan a favor de construir grandes represas”.

A capacidade da CHESF de mobilizar grandes volumes de investimento, captados junto a organismos internacionais, somados aos recursos da União, Estados e Municípios, permitia materializar obras de engenharia de porte cada vez maior. Visto o contraste com a estagnação econômica geral da década de 1950, por exemplo, fica posto o desafio da empresa em relação à responsabilidade do futuro.

A CHESF mantém na base do seu ideário o orgulho de ser uma empresa pautada por decisões técnicas, onde o conhecimento especializado tem ativa participação no delineamento de obras de interesse público, num paradigma inovador para sua época. Também elenca-se como diferencial da empresa a sua autonomia em relação ao Governo Federal, que por exigência da empresa, não pôde interferir nas decisões de contratação ou mesmo na mobilização de recursos.

Outro aspecto apresentado como inovador seria a capacidade da empresa de manter um diálogo com a realidade regional dos seus empreendimentos. Em 1952, ainda antes de iniciar as operações em Paulo Afonso, a CHESF convocou órgãos da administração pública, associações comerciais e as diversas federações de indústrias no Nordeste para diversas discussões públicas que pretendiam estabelecer planos para a região Nordeste, tendo como principal resultado a criação, em cada Estado, de uma comissão para desenvolvimento econômico.

É importante destacar que, como salientou Germani, antes da construção de Sobradinho, as propostas eram direcionadas ao desenvolvimento do Vale do São Francisco, considerando sua bacia como uma unidade, onde se processaria a valorização econômica pela fixação da população, controle das enchentes, projetos de irrigação e desenvolvimento da agricultura regional. Isto condizia com o espírito de outros programas de intervenção pública, como o Plano Geral para Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco. No entanto, as intervenções posteriores na região tendiam mais à integração da área em uma etapa mais moderna de exploração da terra, através de projetos de irrigação. Como se sabe, esta “modernização” da produtividade seguia no rumo de interesses capitalistas maiores, favorecendo afinal o surgimento do *agrobusiness*, para o qual os aspectos sociais são irrelevantes, e que deixa de fora as populações que historicamente ocupavam a região. Os resultados não foram positivos, como conclui a autora: “Uma

modernização que excluiu a população rural da área, contribuindo para desestruturar cada vez mais suas condições de produção²⁰ (GERMANI, 1993:567).

Na prática, contudo, era grande o distanciamento entre o planejador de hidrelétricas ou de obras a ela relacionadas, e as autoridades locais. Em depoimento, Carlos Dias Ribeiro, Prefeito de Remanso durante o processo de mudança da cidade, nega que tenha tido contato com as equipes técnicas de planejamento, ou recebido informações pormenorizadas sobre a transferência da população e da sede do município. Isto é confirmado pelo depoimento de Roberto Cortizo, arquiteto que participou de uma das equipes que desenvolveu projetos das novas cidades, que afirma sequer ter conhecido algum dos prefeitos das cidades em cujo projeto de nova sede trabalhou. No mesmo sentido, Germani já havia observado a inexorabilidade das ações deste tipo de empresa:

Deve ser lembrado que a decisão de construir é um fato inquestionável. Independente de se a decisão é feita sob um regime militar ou democrático, as pessoas diretamente afetadas pela obra não são consultadas. As autoridades dos municípios que receberão e sofrerão diretamente a obra e seu impacto tampouco são consultadas. Em muitos casos, os governos estaduais também não são convidados a opinar²¹ (GERMANI, 1993:557).

Sabe-se, ademais, que boa parte destas ideias não saía da semântica, vigorosamente limitadas pela realidade diversa e complexa de regiões cuja compreensão não poderia ser tomada de modo superficial, cujos anseios da população não se harmonizava com as propostas do desenvolvimentismo técnico. As populações que receberiam a obra estavam sujeitas a condições historicamente determinadas que extrapolavam as perspectivas da engenharia, a compreensão sociológica da estatal, e, de modo mais destacado, sofreram a subversão do direito civil em benefício do discurso alienígena. Roberto Cortizo faz uma crítica a este tipo de postura:

[...] o nó político é o seguinte: a CHESF se considera uma empresa de produção de energia elétrica, e ela acha, que, com isso, está cumprindo um papel fantástico para o desenvolvimento brasileiro, e

²⁰ “Una modernización que excluyó la población rural del área, contribuyendo a desestructurar todavía más sus condiciones de producción.”

²¹ “Hay que recordar que La decisión de construirla es un dato incuestionable. Independiente de si la decisión es tomada bajo um regimen militar o democrático, las personas directamente afectadas por la obra no son consultadas. Las autoridades de los municipios que recibirán la obra y sufrirán directamente su impacto tampoco son consultados. En muchos casos los gobiernos de los estados tampoco son invitados a opinar.”

que o resto é o resto. Então, o Lago de Sobradinho, isso são dados que eu tenho estimado, mas você pode pegar os jornais da época... o dado que eu tenho é que seriam deslocadas 70 mil pessoas[...] (CORTIZO, 2009)

Porque, de modo mais amplo, as escolhas da empresa não se guiavam unicamente por aspectos técnicos, em relação ao modelo de desenvolvimento para o Nordeste. Embora as equipes sociais estivessem em campo, ouvindo os moradores, indistintamente, e até lutando por eles, prevalecia a imposição de modelos político-econômicos dependentes da industrialização a todo custo, onde se lê a exploração da mão de obra operária, e principalmente, refém das oscilações econômicas dos investimentos externos. Duqué conceitua assim:

A questão não está, portanto, em termos geográficos (os interesses nacionais contra interesses estrangeiros), mas no nível de estratificação social: os interesses do capital (nacional ou estrangeiro associado) contra os do trabalho. O que nos leva a outro aspecto ainda mais importante: o uso do produto energia. Mais importante, pois se a construção de uma grande central em alguns anos, a sua utilização, que compreende um prazo muito mais longo²² (DUQUÉ, 1980:271).

A mídia serviu de instância de defesa e propaganda da CHESF. Oliveira (2001:9) relata como no ano de 1955 travou-se grande debate por meio do Jornal do Comércio, de Recife(PE), que defendia a descapitalização da empresa, que para sua trincheira utilizou o jornal Diário de Pernambuco como tribuna. Ao final, saiu com a vantagem do apoio explícito do Governo Estadual. Também é notória a série de mesas redondas organizadas pelo Jornal A TARDE, de Salvador, entre a CHESF e pesquisadores, avaliando consequências da Barragem de Sobradinho, no início dos anos 1980. Naquele período, Eunápio Peltier de Queiroz participou de uma mesa redonda, organizada pelo jornal A TARDE, onde foi questionado em relação à Barragem de Sobradinho:

A TARDE – Sr. Eunápio Peltier, qual a filosofia que orientou a realização do Projeto de Sobradinho?

EUNÁPIO PELTIER – Antes, gostaria de fazer uma introdução: a CHESF, empresa do setor elétrico, tem como finalidade legal, estatutária, abastecer o Nordeste de energia elétrica e o faz de

²² La question se situe ainsi non plus au plan géographique (intérêts nationaux contre intérêts étrangers) mais au niveau de la stratification sociale: les intérêts du capital (national ou étranger associé) contre ceux du travail. Ce qui nous amène à traiter d'un autre aspect bien plus important encore: l'utilisation de l'énergie produite. Plus important, car si la construction d'une grande centrale porte sur quelques années, son utilisation engage un bien plus long terme.

maneira responsável e eficiente. Jamais alguém deixou de realizar algo no Nordeste por falta de energia da CHESF, apesar do excepcional crescimento da demanda que obriga a duplicação, de 4,5 em 4,5 anos, do seu potencial de geração. Vai além: sem prejuízo dos seus compromissos regionais, se lhe está exigindo levar seus Kw para a região Norte do país, a fim de aliviar o consumo do petróleo em Belém do Pará, da ordem de US\$ 400 mil/dia e já estende seu fornecimento às comunidades da fronteira mineira. (...)

A TARDE – Como o Sr. Vê a afirmação de que a Barragem de Sobradinho é a maior responsável pelas grandes enchentes verificadas no ano passado e neste ano que antes dela só haviam enchentes de 30 em 30 anos ?

EUNÁPIO PELTIER – A CHESF e, particularmente, Sobradinho tornaram-se alvos de uma guerra impatriótica e injusta, como se fossem responsáveis por todos os males que agridem o sofrido Nordeste. Digo impatriótica e injusta, porque não será agredindo, desmoralizando, solapando a credibilidade, insuflando populações contra uma empresa séria e eficiente, principal fator do desenvolvimento regional, que se ajudará a erguer o Nordeste e defendê-lo contra os que proclamam que “investir recursos da nação ao Norte do Paralelo 14 constitui crime de lesa-pátria”. Digo injusta porque os argumentos invocados não são verdadeiros, são fruto de má informação, intencional ou não. Está se gastando boa munição contra o alvo errado (A TARDE, 24/03/1980).

Em meio à fragilidade da argumentação oficial, diante da contradição com a realidade, o próprio jornal, em vários textos, expôs a injustiça da ação pública praticada pela CHESF, concluindo as discussões sobre o tema, no texto editorial de 29 de março de 1980:

Dono do rio, o barranqueiro do São Francisco foi transformado, pois, em mero espectador de um hollywoodiano show de turbinas gerando a energia que gera riquezas para nove estados do Nordeste na área da CHESF. (...)

Que recebeu em troca, o cidadão do São Francisco? Água. Mas, não a água bem comportada das torneiras e dos canos de irrigação do progresso. Recebeu ele, em troca, a incontidência das águas invadindo suas terras, suas casas, destruindo suas lavouras e lhe pondo ao desabrigo com toda a família (A TARDE, 29 de março de 1980, Editorial).

Mesmo com o passar do tempo, as imensas transformações gerais e locais, o aumento da compreensão da extensão do custo dos empreendimentos hidrelétricos, o argumento permanece o mesmo, como demonstra João Paulo de Aguiar, engenheiro chefe da CHESF durante as atividades em Sobradinho, em entrevista recente à equipe da Revista Fulgêncio, cujo trecho se transcreve:

Revista Fulgêncio - Visitamos algumas comunidades ribeirinhas, chegamos na foz do São Francisco, falamos com pescadores e associações locais. De certa maneira, todos eles culpam a construção de barragens e hidrelétricas pelos problemas que eles vêm enfrentando com a diminuição da vazão do rio, problemas com pesca, alagamento de áreas onde populações tiveram que ser reassentadas, entre outras coisas.

João Paulo de Aguiar - Veja o seguinte: vocês conhecem os quatro elementos vitais de Aristóteles, não conhecem? A água, o ar, a terra e o fogo? Eu acho que, nos últimos cem anos, a gente tranqüilamente pode incluir um quinto elemento vital para os humanos, que é a energia elétrica. Quer dizer, os humanos hoje não conseguem viver sem energia elétrica, não é verdade? Então, eu me sinto extremamente gratificado em trabalhar nesse quinto elemento vital para a vida humana, que é a energia elétrica.

Você tem várias maneiras de produzir energia elétrica: você pode produzir energia elétrica queimando lenha, por exemplo quando eu comecei a minha vida profissional, as cidades de Teresina e São Luiz do Parnaíba ainda queimavam madeira na caldeira, produziam vapor, o vapor rodava para a turbina, a turbina rodava o gerador, que produzia energia elétrica. Um troço altamente predatório.

Inicialmente, a Usina de Teresina pegava lenha ali nos arredores. Mas quando eu comecei a trabalhar na Sudene, em 1960, a lenha usada na usina já tinha acabado com a mata a mais de 40 quilômetros de distância e continuava avançando e acabando com tudo, não é? Então, altamente predatório você fazer com lenha. Tem também os combustíveis fósseis, carvão, petróleo, derivados de petróleo; tem o combustível nuclear, que para mim não causa nenhum arrepio, é uma decisão, vamos dizer, política de um país.

Não sei se vocês sabem que a França, hoje, é 80% nuclear e vivem bem. No Brasil, Getúlio tinha começado com a CHESF e isso foi implementado na época do socialismo. O país decidiu, em função da sua riqueza em recursos hidráulicos, usar energia de usinas hidrelétricas, da mesma maneira que a França adotou a opção nuclear.

Cada vez que a gente vai fazer uma barragem e retira a população do local que será inundado, está sendo cometida uma agressão a quem é retirado. Você pega um camarada que morava na beira do rio e você nunca você é o Estado brasileiro - nunca deu habitação, nunca deu saúde, nunca deu financiamento, não deu estrada, não deu nada, aquele homem vivia jogado lá. A primeira vez que o Estado, como instituição, chegou junto dele, representado pela CHESF, ou pelo construtor da barragem, foi para dizer: olha, você tem que sair daqui porque isso aqui vai ficar debaixo d'água. Isso é uma agressão. Mesmo se você desse um apartamento para um cara viver bem, de todo jeito seria uma agressão para ele, à cultura dele: os laços atávicos, a família, o pai dele, o avô dele está enterrado ali, tudo dele está relacionado àquela terra. Então, meu Deus, não adianta, se vocês quiserem fazer uma reportagem ouvindo lamúrias, vocês ouvirão, é só chamar quem foi reassentado.

Para a geração nova, eu tenho certeza que todo mundo que foi reassentado, 95% está vivendo melhor porque a barragem trouxe o progresso, a barragem trouxe melhores condições de vida, não é?

O camarada vivia lá esquecido, não tinha educação, mas o sentimento de que você sofreu uma agressão permanece. Então é isso: você está entendendo o contexto em que essa história se insere? Agora, o interesse individual tem que ser devidamente compensado, mas você não pode deixar que o interesse individual se sobreponha ao interesse de uma coletividade de milhões de pessoas. Então, vocês estão lembrados da frase de Guevara: *hay que endurecer sin perder la ternura jamás?* Você tem que saber que os atingidos pela barragem estão sendo agredidos, sofrendo uma violência ao serem obrigados, contra a vontade, a se retirar dali. Mas a saída deles vai permitir você produzir energia elétrica para milhões de pessoas - no caso do Nordeste, 40 milhões - que, com isso, vão ter energia elétrica para a sua residência, para as ruas, para o lazer etc. (FREITAS e ALMENDARY, 2003:18)

A propósito de todos os aspectos cartesianos colocados pelo discurso oficial, os movimentos sociais possuem uma maneira mais simples e direta de explicar os mecanismos do mercado hidrelétrico:

(...) o discurso que procura justificar a opção principal pelas hidrelétricas tem como base, além da questão dos custos, unicamente o mito da “energia limpa”, numa visão que obscurece completamente seus efeitos perversos. A aparente preocupação ética, no entanto, é desmascarada quando, sob pressão do movimento social, o Setor Elétrico candidamente afirma: “se não construirmos hidrelétricas [...] teremos que fazer usinas nucleares” (CRAB-CUT, 1989:31).

No campo técnico, é da maior relevância distinguir que a formação dos planejadores, os construtores de barragens, define a postura dos mesmos em relação a todos os aspectos da obra, inclusive as questões sócio-culturais. Isaías de Carvalho fez uma interessante observação:

A escolha do local de Remanso contrariava toda a lógica, e a escolha do projeto contrariava toda a lógica, a segunda questão é que a CHESF tem uma história, que é diferente, por exemplo da história do DNOCS e da CODEVASF, uma coisa é você ser barragista, trabalhando com populações, e se fixa no local, e tem um comprometimento com a população, com a questão humana, porque o DNOCS constrói barragens para vilas de irrigantes, então ele fixa a população no local. Ao passo que as barragens das companhias tipo CHESF, essas empresas hidrelétricas, elas agem de forma completamente oposta, ou seja, elas deslocam a população, e não tem nenhum compromisso com população, com a história das pessoas, eles são predatórios. A história, inclusive dos engenheiros barragistas, é que eles não tem pouso, é cada hora num lugar, constrói uma barragem na Bahia, depois vão para Manaus, depois Rio Grande do Sul, eles não tem nenhum comprometimento. (CARVALHO, 2009).

Efetivamente, as ideias e ações da CHESF, durante o processo de implantação de Sobradinho repercutem um contexto maior, que eram as próprias bases sobre as quais foi montada o progresso brasileiro no Século XX, em harmonia com movimentos econômicos internacionais, num pragmatismo objetivo que ignorava as perdas das minorias mais diretamente afetadas, numa postura recorrente que Germani já havia apontado:

No entanto, a política energética adotada no Brasil deve ser entendida no contexto do modelo de desenvolvimento previsto para a sociedade. Como tônica geral para este modelo, também no caso particular da política energética, se observa que o custo de implementação de projetos hidrelétricos é dividido entre toda a sociedade, enquanto os benefícios estão longe de serem distribuídos com equidade²³ (GERMANI,1993:552).

Postos os fatos historicamente notados, e evidenciada uma análise dos discursos em relação à Barragem de Sobradinho e ainda os discursos gerais predominantes na época, transparecem os direcionamentos da CHESF em relação aos reais objetivos dos seus empreendimentos, que era abastecer os grandes clientes com energia elétrica abundante e barata, as prioridades que embasavam as ações, no caso, cumprir o cronograma, reduzir custos, e atingir as metas, e a percepção da empresa em relação às populações atingidas, que está exposta no testemunho dos expropriados e no descuido do planejador em relação à melhoria das condições de vida ou mesmo manutenção dos aspectos qualitativos das antigas localidades.

²³ “Sin embargo, la política energética adoptada en Brasil, debe entenderse en el contexto del modelo de desarrollo proyectado para la sociedad. Como tonica general de este modelo, tambien en el caso particular de la politica energetica, se observa que el coste de la implantación de proyectos de aprovechamiento hidroeléctricos se reparte entre toda la sociedad mientras que los beneficios están lejos de ser distribuidos con equidad.”

CAPÍTULO 5 DIÁRIO ESCATOLÓGICO

5.1 DA NOTÍCIA AO CONVENCIMENTO

Embora nas instâncias superiores do poder desde o governo de Getúlio Vargas, houvessem sido dados passos burocrático-administrativos decisivos para a execução de projetos do tipo, a ideia de construir uma barragem que produzisse tamanho reservatório a ponto de submergir as cidades do Vale era desconhecida da população local, mesmo a classe política ignorava a possibilidade, do modo como foi ignorada na tomada de decisão.

Era completamente ignorado na região, por exemplo a existência do Decreto 21.848, de 1946, que já alocava recursos para a construção da Barragem, em cuja finalidade não contava a geração de energia elétrica, apenas a melhoria da navegabilidade:

Artigo único. Ficam aprovados o projeto e o orçamento na importância de seis milhões e seiscentos mil cruzeiros (Cr\$6.600.000,00), os quais com êste baixam, devidamente rubricados, para a execução de obras de barragem munida de eclusa no Braço do Sobradinho, incluídas no programa de obras para melhoria das condições de navegabilidade do rio São Francisco e da capacidade de carga, descarga e armazenamento nos seus portos, devendo a respectiva despesa correr por conta dos recursos concedidos pelo Decreto-lei nº 6.643, de 29 de junho de 1944 (DECRETO 21.848/1946).

Em 1971, o Ministério das Minas e Energia do Governo Médici decidiu pela execução da Barragem de Sobradinho, e sua localização, no lugar conhecido como "Salto do Sobrado", entre Juazeiro e Casa Nova. Com efeito, o projeto da Barragem de Sobradinho chega aos ouvidos dos remansenses através de notícia em jornal impresso, e posteriormente, veiculada por emissoras de rádio. O próprio Prefeito da cidade, Cândido Coêlho, foi surpreendido pela novidade e suas consequências. Coelho havia assumido seu mandato em 1971, e aos seis meses de administração, recebe indiretamente a informação que dizia respeito ao futuro de toda a comunidade:

[...] a primeira notícia da Barragem foi através de um jornal, da Bahia... até uma, quase que uma brincadeira entre dois deputados... eu recebia o jornal diariamente aqui, aí eu vi, logo depois saiu mais alguma coisa, aí eu ... passei um telegrama ao Ministro da Energia,

que era Dias Leite... perguntando e pedindo orientação... e em seguida eu recebi a resposta, dizendo que eu seria procurado pelo Dr. Eunápio Peltier de Queiroz, que tinha sido nomeado o Superintendente da Barragem... (COELHO, 2009).

Relata ainda o ex-prefeito que dias depois, em viagem a Juazeiro, casualmente, encontrou-se com Eunápio Peltier, e, num almoço informal, recebeu mais informações sobre Sobradinho. Não houve apresentação de detalhes, cronograma ou orientação específica sobre os procedimentos. Em seguida, combinou-se um dia seria anunciado, diretamente à população, o que lhes aconteceria em breve. Convocou-se o povo, e, no cinema da antiga cidade, foi anunciado simultaneamente às autoridades e ao povo que seria construída a Barragem e que a cidade seria inundada. A **Figura 45** registra este momento:



Figura 45: Reunião da CHESF em Remanso. Autoria desconhecida.

A posição que Coêlho e os dois outros prefeitos ocuparam durante a mudança é interessante. Embora fossem lideranças políticas consolidadas no município, tivessem esclarecimento e legitimidade para participar do planejamento, não puderam ter voz ativa nas decisões que foram tomadas. É curioso que as equipes sociais tenham promovido uma aproximação com a população, mas os

representantes do povo não tenham sido ouvidos na qualidade de parte do Estado. O mesmo Estado que estava por trás da obra. Carlos Dias Ribeiro menciona algumas intervenções pontuais de protestos seus contra uma ou outra decisão, ou ainda sugestões, especialmente em relação às construções.

A descrença era um elemento comum naqueles primeiros instantes. Vários aspectos do projeto eram de difícil assimilação: O por quê da construção da barragem; a possibilidade de acumulação de tanta água; a possibilidade de reconstrução da cidade; como indenizar tanta gente? Muitas outras dúvidas se somavam, desconcertando as pessoas em seus modos de vida e iniciando um processo de aturdimento que perduraria até a nova cidade. A indignação e a possibilidade de resistência eram sentimentos opostos, alternando-se entre as pessoas e momentos. A professora Lúcia Libório recorda:

Quando chegou a notícia da barragem, o pessoal não acreditava ... mas depois, com a continuação, com as reuniões aqui, com os chefes da barragem, o Dr. Eunápio Peltier [...] aí todo mundo foi se conscientizando, da realidade, e [...] teve gente até que morreu de sentimento. Mas foi uma coisa que foi [...] no período ditatorial [...] no governo do Geisel, então o povo não tinha [...] mas não foi só por isso [...] eu penso mais é que as pessoas não tinham conhecimento de nada, falou do governo, todo mundo se assombra[...] (GUIMARÃES E TELLES, 2008).

Jovens e velhos confabulavam, buscando na experiência alguma explicação para o que se anunciava para o futuro. Nenhum beradeiro jamais pôde sonhar com uma enchente tamanha, nenhum morador tinha ouvido falar de se mudar uma cidade inteira.... Edson Muniz relembra:

Íamos ficar ali no barranco, na cidade velha, ali na frente da cidade, na calçada do Prisco, e ouvia muita gente dizer: "Mas, onde é que se vai encontrar tanta água pra se cobrir um poste desse, porque naquela época se dizia que a cidade seria inundada em dois anos, então aquelas pessoas mais velhas, que conheciam enchentes, aqui em Remanso, procuravam saber... (AZEVEDO, 1985)

Mas parecia inevitável. Já se havia deflagrado o processo de dissolvimento da cidade, paralisando automaticamente qualquer projeto, obra ou ideia que significasse incremento nas áreas inundáveis, associadas agora ao velho, ao passado, criando-se a expectativa, o interesse e a especulação em torno do novo. É improvável que se encontre maior exemplo de estagnação urbana como

enfrentaram as cidades no período, representando o congelamento de toda aquela sociedade, com sérias consequências econômicas, como assinala Cândido Coelho, em outro depoimento:

[...] aos seis meses de mandato, a notícia chegava por jornal, causando um impacto muito grande, e entre a notícia e o início, a escolha do local, houve uma recessão muito grande, um período particularmente difícil, porque, quem estava construindo uma casa, parou [...] (AZEVEDO, 1985).

Parece que a intuição do beradeiro já previa um desacerto, acostumado ao descaso dos governos, dos mandatários em geral, que somente punham em prática algo que os beneficiasse. Várias pessoas tinham a percepção de que não se poderia desenvolver uma vida nova num lugar ermo sem um custo pessoal elevado, e que como de costume, caberia aos mais pobres a grande parcela do sacrifício. Assim era que Dona Gercina Barbosa vaticinava:

Quando eu ouvi falar da mudança, já me entristeceu, me entristeceu mesmo, sabia que pra mim, não ia me dar bem aqui nesse lugar, como de fato eu não me dei bem de jeito nenhum [...] eu já adoeci só de saber que tinha de fazer a mudança de lá pra cá [...] eu adoeci, porque logo quando nós vimos falar aqui que ia ter esse dilúvio, que o rio ia cobrir lá a cidade, e nós ia vim pra cá pra essa Catinga, eu cansei de dizer: nós vai pra lá, muitos às vezes tão pensando [...] muitos ficaram alegres [...] porque vai ser uma cidade nova [...] eu dizia assim: vocês tão pensando que vão pra lá pra passar bem, eu já tô é pensando que eu vou pra lá é pra passar mal [...] (GUIMARÃES e TELLES, 2008).

Efetivamente, em setembro de 1972, as obras começavam no local da futura barragem. Os estudos técnicos se juntavam agora ao canteiro de obras e o respectivo acampamento, aumentando a atração de pessoas de todas as partes, e movimentando a região. No mês de fevereiro, o Decreto 1.202/1972 cria o **Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE)**, com imensa dotação orçamentária. O *caput* do texto legal apresentava a ideia:

Art. 1º É criado Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE), complementar aos programas em execução, para ocupar os vazios econômicos existentes nessa região e acelerar o seu desenvolvimento econômico e social, integrando-a mais rapidamente ao processo de desenvolvimento nacional.

O dispositivo explicita as grandes linhas de pensamento do governo da época – as grandes obras, a ignorância da estrutura econômica local, o intervencionismo, o rodoviarismo – e expressa com clareza irrefutável as prioridades das iniciativas

públicas na região. A demonstração mais ostensiva disto é a maneira como o orçamento foi distribuído, conforme a **Figura 46**:

Obras estruturantes	Cr\$
a) implantação e pavimentação da rede de rodovias básicas	350.000.000,00
b) serviços de dragagem, balizamento, derrocamento, melhoramentos das condições de navegabilidade e aquisição de equipamentos	20.000.000,00
c) reaparelhamento da frota fluvial	5.000.000,00
d) construção do sistema de estradas vicinais	15.000.000,00
e) apoio aos programas de colonização e reflorestamento	50.000.000,00
f) financiamento de projetos de desenvolvimento agrícola e agroindustrial	200.000.000,00
g) realização de obras de urbanização, infraestrutura social, saneamento e irrigação	100.000.000,00
h) reservatório de Sobradinho:	Cr\$
I - Construção de eclusas na barragem	70.000.000,00
II - Reurbanização ou relocação de cidades e vilas	30.000.000,00

Figura 46: Quadro com discriminação de recursos para a Barragem de Sobradinho e Melhoria Regional. Fonte: Decreto 1.202/1972. Elaboração do autor.

A designação de Eunápio Peltier de Queiroz para a chefia dos trabalhos é um marco importante. Os líderes políticos da época celebraram sua escolha, ao invés de um militar, que no contexto da ditadura poderia, segundo eles, tornar o processo mais complicado.

Naquele ano, Peltier havia escrito uma mensagem de oito páginas ao presidente da ELETROBRÁS, em que demonstra preocupação com os problemas sociais referentes ao projeto e o destino das populações a serem atingidas.

De uma maneira geral, a desocupação de uma área dessas não implica, apenas, nos trabalhos de desapropriação. Em Sobradinho, pela sua extensão, aridez de suas terras, vultuoso contingente humano – pobre e subdesenvolvido – apresenta-se um profundo problema social que está a exigir uma consideração toda especial quanto à assistência que deve ser dada às populações atingidas. Dada sua magnitude, ao nosso ver, transcende dos poderes e atribuições desta Companhia. [...]

Obviamente, é impossível deixarmos de prestar a essas famílias, subitamente despertadas de sua vida pacata e tranquila para a imposição dramática do abandono de tudo o que constitui os meios e as razões de viver, a nossa solidariedade e a assistência eficiente e decisiva do Poder Público, a fim de que possam reconstruir um novo meio de vida. Não fazê-lo, seria permitir sua emigração desordenada e conseqüente marginalização, expondo-os ao tráfico, à mendicância, à delinquência e à prostituição e isso é, evidentemente, inadmissível (BOLETIM CAMINHAR, maio de 1980).

Também neste ano entra em cena a empresa Hidroservice, contratada para realizar levantamento sócio-econômico da área a ser atingida, ao final do qual aponta sugestões em uma política de relocação, partindo de alguns pressupostos como: a maior parte da população rural resiste à ideia da mudança, mas diante da sua inevitabilidade, tinham preferência em permanecer na borda do lago; a população aceitaria melhor a mudança se lhes fossem oferecidas condições semelhantes às anteriores; a transferência era encarada como um processo grupal, em que pesariam as relações de parentesco, vizinhança e compadrio (HIDROSERVICE *apud* SIQUEIRA, 1992:57).

O Decreto 71.005, de agosto de 1972, desapropriava as áreas do entorno da Barragem, viabilizando as obras, ao modo militar de conduzir projetos:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, diversas áreas de terras e respectivas benfeitorias situadas nos municípios de Casa Nova, Juazeiro e Sento Se, no Estado da Bahia, necessárias ao canteiro de obras, acampamento, áreas de empréstimo, porto provisório e ao estudo dos locais às barragens e diques do aproveitamento progressivo de energia hidráulica, denominado Sobradinho, cuja concessão foi outorgada à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, pelo Decreto número 70.138, de 10 de fevereiro de 1972.

Em junho de 1973, as intervenções na paisagem foram intensificadas com o início das obras de construção civil e as primeiras desapropriações e indenizações, tendo como ponto de propagação o sítio da construção da barragem. O mês de setembro do mesmo ano marca o surgimento de novo personagem. Diante do impasse em relação ao destino das populações ribeirinhas rurais, o Instituto Nacional de Colonização Agrária (INCRA), que havia adquirido experiência e notoriedade na implantação de assentamentos na região norte do país, passa a integrar o projeto, analisando as possibilidades de instalação de famílias na borda do reservatório.

Em novembro do mesmo ano, toda a área da barragem e reservatório são postos sob jurisdição do INCRA sob designação de prioritária para fins de reforma agrária. Trata-se do Decreto nº 73.072, que, no seu *caput*, informa:

Art. 1º. Fica declarada prioritária, para fins de Reforma Agrária, a região compreendida pelos Municípios de Juazeiro, Casa Nova, Santo Sé, Remanso, Pilão Arcado, Xique-Xique, Gentio do Ouro e Barra, todos no Estado da Bahia, em seus limites conhecidos por lei estadual própria.

Fica evidenciado que o INCRA está subordinado à ELETROBRÁS, e conseqüentemente, à CHESF. Isto foi decisivo para a tomada de decisões que deveriam ser de caráter técnico, mas terminaram seguindo orientações inesperadas, em relação à alocação de colonos da área. O dispositivo legal previa a “reformulação da estrutura fundiária da região”, em ações múltiplas envolvendo constituição de propriedades familiares, organização de cooperativas, regularização de ocupações e estudos para o desenvolvimento hídrico e agrário. Mas a execução de tamanha revolução em antigas configurações de espaço e poder, se realizada, representaria uma extrapolação dos interesses locais. Criava-se uma separação entre o discurso do Governo Federal e os encaminhamentos das agências locais.

Naquele momento – final de 1973 – em que contrapunham-se as obras, indenizações e boatos com a falta de informação em Remanso, ocorreu mais interessante do confronto entre os moradores e a CHESF. Carlos Dias Ribeiro, Prefeito na época, resgata o episódio:

Eu tomei posse, e na outra semana, fui lá em Dr. Eunápio. Olhe, estamos sabendo que vai ter isso... e quero me inteirar sobre o assunto. E ele me deu assim umas dicas por cima, mas não me deu tudo. E eu fui insistindo, ia lá, ele me dava chá de cadeira, recebia, não recebia, e eu sempre procurando saber... Mas aqui, não se falava em esgoto, não se falava em energia, telefone, só se falava em mudar a cidade. E eu dizia: mas Eunápio a gente tem que pensar... e ele respondia: "Ah, mas você não tem esgoto". Eu dizia: Mas nós estamos sendo desapropriados, botados pra fora, para que o São Francisco gere energia para o país. Nós não pedimos pra sair da lá não, estão nos botando pra fora, então queremos sair pra uma cidade melhor, que tenha água, energia [...]

O que é certo é que eu tomei outra deliberação. Naquele tempo todo mundo tinha medo dos Generais, aqui era Área de Segurança Nacional... mas eu dava meus pulos... estava ligado ao grupo de Antonio Carlos Magalhães, que era Prefeito de Salvador, futuro Governador [...] E conversando com Eunápio, e ele com uma certa restrição, então fui fazer uma visita ao Comandante da 6a. Região, que era o General Fontoura de Moraes, e o General, a par do que estava acontecendo, que estavam acontecendo determinadas coisas aqui que nós não concordávamos, e eu estava lá pra apelar pra ele. E com isso eu queria aproveitar que ele viesse aqui conosco, pra ele ver, saber se a gente tinha ou não razão. Ele disse: "Faz o seguinte, hoje mesmo o senhor vai almoçar comigo, na minha residência, na Graça..." quando eu cheguei lá estava todo o Estado Maior, ele me apresentou a todo mundo, e me pediu pra expor o que estava acontecendo. Eu disse, como a CHESF chegava na minha casa,

pequena, aqui, na rua, indenizava todo o trecho que ela achava conveniente, o nosso pessoal era pobre, ela botava o preço, acertava, e ela passava o trator, e deixava aquela casa no chão, a do lado perdia o valor e a do outro lado também perdia o valor, então estava nessa situação. Tinha muita gente que estava indo embora. Muitos iam embora, outros acabavam o dinheiro aqui, e depois era um problema social, pra gente sustentar esse pessoal. E que nós queríamos... porque Remanso não estava no projeto pra receber a eletrificação, nem esgoto, nem telefone, nada disso. Daí, quando terminou, ele disse: "olha, seu prefeito, eu vou lá, eu lhe telegrafo marcando a data."

Então, mais ou menos com um mês, recebi o telegrama marcando a data. Eu, apesar de novo, tinha uma certa luz, fui até os prefeitos da região, convidando, combinamos, vamos escrever tudo aqui, pra gente não esquecer, redigimos um documento assinado pelos prefeitos das quatro cidades. [...] Mas falei com eles, vocês calem a boa, fiquem quietos.

Faltando 48 horas pra reunião, eu telegrafei pro Eunápio, convidando pra reunião [...] Moço, ele pegou um jipe, de lá pra cá, com tudo, amanheceu o dia aqui, e chegou: "como é que você faz uma coisa dessas?" ... Mas o cargo dele dependia muito dos Generais... Eu disse: não eu só soube agora, e mandei te avisar... Aí eu convidei o Remanso todo, botei aviso, decretei feriado, e chamei todo mundo. Quando o General chegou, tava os quatro prefeitos, grande parte do Remanso tava lá, recebendo ele no aeroporto. E ele nunca tinha sido recebido assim, pelo povo, era ditadura...

Chegou lá a praça tava cheia, na prefeitura fizemos uma saudação pra ele, muitos elogios para as forças armadas, tudo nos conformes, dai ele fez um discurso, dizendo que nunca tinha sido recepcionado daquele jeito, e ele ficou tocado. Então nós fomos para a reunião de serviço. O salão nobre já estava preparado, então estavam os quatro prefeitos, os vereadores do Remanso, Pilão Arcado, Campo Alegre, a sociedade de Remanso, os de fora, eu tinha chamado Dr. Adolfo Viana, e eu então falei, para que estávamos lá, que o General tinha vindo escutar as nossas lamúrias, que estávamos numa mudança difícil, era uma população pobre... e não estávamos entendendo muito o que se dava. E que os prepostos de Dr. Eunápio estão fazendo desta e desta maneira. E fui falando, do esgoto, que não estava no projeto... a energia, o porto, e foi assim, pá, pá pá... Quando eu olhei o Eunápio do meu lado, ele estava amarelo, vermelho, de toda cor...

Agora você veja, a dependência e o medo que tinha esse povo, quando eu terminei de falar, ele [Eunápio] virou e disse: "General, eu preciso responder?" O General disse: "O senhor é obrigado a responder!" Foi assim. Aí ele realmente abriu a guarda: "Não, eu não sabia que era assim, nós vamos rever esse projeto, vamos ver como é que estão sendo essas indenizações, e vamos rever a questão da água, do esgoto, energia, e eu prometo, assim, e assim... porque eu não tinha conhecimento disso..."

Aí, quando terminou, eu chamei o General, pra mostrar a cidade, as casas que tinham derrubado, os entulhos das casas, e as outras. Depois convidei todo mundo pra ir almoçar lá em casa, todas as autoridades, o Estado Maior... Rapaz, o que é certo é que Eunápio

saiu da rodada, entrou na minha cozinha, foi encontrar com a Terezinha [esposa do depoente] e minha mãe, e disse pra mamãe: "D. Arlinda, diga seu filho que eu não quero briga ele não". Ela disse: "Mas meu filho não briga, ele nunca brigou, ele já pediu alguma coisa ao senhor pra ele? O que ele está pedindo é pra cidade, porque ele é o Prefeito, mas não se preocupe que ele não é homem de briga." E Eunápio virou pra Terezinha: "olhe, seu avô foi meu colega de escola". O Avô da Terezinha tinha sido colega dele, engenheiro. O Eunápio já tinha descoberto isso, e disse pra ela: "Olhe eu vou fazer de Remanso... Eu vou fazer pra senhora, a melhor cidade, entre as quatro!" Disse isso. (RIBEIRO, 2010)

O relato evidencia vários aspectos do processo em curso naquele momento. Comprova o descompromisso da CHESF com a população local nas primeiras etapas da mudança, o descaso com a liderança política, que se em algum caso pensou em mediar e oportunizar politicamente a situação, viu-se afinal ignorada pela máquina executora. Percebe-se como era delicada a posição de Eunápio Peltier de Queiroz, que impondo-se na região como centro de decisão, revelou-se atemorizado diante dos militares, efetivamente no comando, e não hesitavam em deixar isso claro. Os próprios militares, por sua vez, sabedores do potencial de contestação da região, vendo naquele encontro a possibilidade de angariar simpatia, posicionaram-se como defensores dos interesses populares.

Em dezembro do mesmo ano, o presidente eleito, General Geisel, visita o canteiro de obras da barragem, e apresenta um discurso de tranquilização, pregando o tratamento humanizado para os atingidos e os benefícios para todos. É naquele momento anunciado também a utilização da barragem para geração de energia elétrica. Até então, o único objetivo exposto era regular a vazão no complexo de barragens.

O ano de 1974 é decisivo para o andamento do projeto. Em janeiro, a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Bahia (ANCARBA) passa a integrar a operação de remoção dos camponeses, com o objetivo de solucionar o impasse entre aqueles que desejavam permanecer na borda do lago e o imperativo governamental de não alocá-los naquelas áreas. Em Casa Nova, é realizada uma experiência no sentido de instalar as famílias na borda. A ideia era viabilizar este realocamento em toda a borda.

Em seguida, o INCRA exclui terminantemente a possibilidade de instalação de colonos na borda do reservatório, como menciona Duqué (1984:34): "Já em

fevereiro de 1974 (após três meses), o INCRA remeteu um relatório segundo o qual não haveria condição nenhuma para um projeto viável de reinstalação de colonos nas imediações do futuro lago”. O argumento expunha que tal opção exigiria o uso de irrigação, o que seria incompatível com os colonos da região, em função do alto custo, da inaptidão dos mesmos para o uso da tecnologia, e da conseqüente baixa produtividade.

A real motivação no entanto, estava na intenção de reservar aquelas áreas de maior potencial para o agronegócio industrial, o que se confirmou quando divulgado o Plano de Ação do Governo para o Vale do São Francisco.

Este reposicionamento causa grande instabilidade nos diálogos, já complicados pela desconfiança, de um lado e do menosprezo, do outro. Enquanto equipes de ação social conseguiam interagir com os moradores, gerando um clima cordial na relação, aqueles técnicos encarregados das negociações acerca de valores de indenização ou local de recolocação não tinham boa aceitação. Os relatos apontam que havia escassez de informações, mesmo entre as equipes de trabalho, que não estavam articuladas e atualizadas em relação à tomada de decisões. O discurso da CHESF insistia em que os impasses se deviam ao atraso da população, que temia o desconhecido, ou ainda, tinha um apego atávico ao seu chão, não obstante a decadência de suas atividades. Siqueira (1992:60) sugere ainda que a CHESF usou o tempo a seu favor no sentido de que, relutando as populações na saída, somente estas seriam prejudicadas, pelo depreciação da indenização, pela possibilidade de perda total de patrimônio por inundação ou ainda pela criação de uma circunstância que permitisse o uso da força para expropriação.

Aquela desestabilização das negociações não ocorreu aleatoriamente, uma vez que aquele ano, também, foi importante pela definição de dois marcos legais que expunham a força potencial do planejador e a irrevogabilidade de seus propósitos. Carlos Dias Ribeiro lembra que nos momentos posteriores, houve informação ampla sobre a mudança:

Eles fizeram um levantamento muito bom, perfeito, porque não se deixou uma pessoa sem ser conversada, se aquela pessoa não foi conversada, o chefe da família, o dono da casa foi conversado, o chefe político foi conversado, a situação política foi conversada, o adversário político também foi conversado, todo mundo tomou conhecimento absoluto de como seria a transposição (GUIMARÃES e TELLES, 2008).

Em janeiro de 1974, o Decreto 73.418 já havia estabelecido a prerrogativa jurídica para a desapropriação das terras da área do reservatório. O texto é simples e indica os fins e os meios de procedimento:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, diversas áreas de terra e respectivas benfeitorias, situadas nos municípios de Juazeiro, Sento Sé, Xique-Xique, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Barra no Estado da Bahia, necessárias ao reservatório de acumulação e construção da Barragem do Sobradinho, no Rio São Francisco, cuja concessão foi outorgada à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco pelo Decreto nº 70.138, de 10 de fevereiro de 1972.

[...]

Art. 3º Fica autorizada a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a promover a desapropriação das referidas áreas de terra e respectivas benfeitorias, na forma da legislação vigente.

§ 1º A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco poderá invocar, em juízo, as medidas necessárias a desapropriação de caráter urgente, utilizando o processo judicial estabelecido no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as modificações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956 (Decreto 73.418/1974).

O Decreto 42/1974, de 15 de maio, "declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 15, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios de Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso, todos do Estado da Bahia e dá outras providências"

No jargão militar, chama-se "tiro de intimidação" o disparo que se efetua com intenção de ameaçar o inimigo e evitar seu avanço. O Governo, por seus braços executores, apresentava as armas jurídicas, que rapidamente se tornariam *manu militari* se necessário fosse. Duqué explicou bem:

[...] o fato da remoção compulsória atingir mais de 60.000 pessoas numa área com tradição de movimentos populares (fossem eles qualificados de banditismo, cangaço ou movimentos messiânicos) certamente concorreu para liberar medidas próprias a evitar qualquer reação de inconformismo (DUQUÉ, 1984:37).

Naquela época, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ainda em fase de consolidação, não eram respeitados como representantes dos anseios populares. Contudo, nem este fato nem os receios da ditadura militar impediram que os STR de Juazeiro, Sento Sé e Casa Nova enviassem ofício à Superintendência da CHESF e à Coordenadoria do INCRA solicitando informações sobre a transferência de populações rurais:

Tendo tido notícias, através da imprensa do plano de transferência da população urbana de Sento Sé, Remanso, Casa Nova e Pilão Arcado, que serão afetadas pela Barragem de Sobradinho, nada mais legítimo que saber se existe um plano para transferência e localização das comunidades rurais que serão atingidas diretamente pelo fechamento da barragem. Caso exista, gostaríamos de conhecê-lo (PEREIRA, 1987:19).

Embora a missiva apresentasse os anseios de um grupo social, e fosse a ação sindical amparada pela legislação da época, o contato não oportunizou a criação de um canal efetivo de diálogo, uma vez que a CHESF limitou-se, em sua resposta, a enaltecer a grandiosidade da obra, a competência dos executores, e anexar o Decreto 73.072/73, que delimitava as áreas prioritárias para reforma agrária e o convênio com o INCRA. Por fim, o texto exprime o papel que estava reservado aos organismos de representação social:

Sem dúvida, entendemos tratar-se de um trabalho de grande envergadura e a adequada solução dos problemas será bastante facilitada na medida em que os responsáveis – CHESF e Governo Federal – possam contar com a efetiva colaboração das entidades representativas nas quais incluímos essa Federação (PEREIRA, 1987:19).

O desenrolar dos eventos confirmaria que, como se suspeitava, não havia intenção da CHESF negociar termos com os caatingueiros, uma vez que representava o poder Federal e tinha capacidade técnica para definir como seria o processo, sem necessidade de consultar os atingidos. Também ficava claro o papel que estava reservado aos STR da região: “colaborar”, que no jargão da época implicava em não criar problemas. Com exceção de um contato com técnicos da CHESF, no Sindicato de Juazeiro, os demais sindicatos nunca foram procurados.

Em março de 1975, foi definido que o destino dos camponeses da região seria o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, em Bom Jesus da Lapa, com previsão de alocação de 4 mil famílias. Em abril, a ANCARBA conclui que apenas 1.426 famílias poderiam ser instaladas na borda do lago, sem irrigação. Sendo o total de 5.837 famílias, impunha-se a opção de mudança para a PEC/Serra do Ramalho. Sigaud (1986:79) aponta como determinante a pressão do Banco Mundial, que havia financiado o PEC, no sentido de que os colonos fossem efetivamente assentados lá. Diante da crescente pressão dos executores, e dado o avançado do cronograma, configura-se o momento mais tenso do processo.

A resistência estava exposta. A operação não foi tão simples como se pensou a princípio. A notícia adiante, de agosto de 1975, dá conta de detalhes.

[...] o homem da caatinga, ao lado de outros estão alimentando resistências contra a mudança de Remanso. Poucos habitantes estão dispostos a trocar suas casas humildes por outras, construídas à semelhança dos conjuntos habitacionais do BNH, como indenização em “Nova Remanso” – uma triste realização urbana perdida no meio do sertão, longe das águas, onde não há espaço [...] Os pequenos terrenos de 12,5 por 25 metros, não chegaram a convencer os futuros moradores, mesmo beneficiados por rede de água, luz elétrica e poço negro, confortos desconhecidos na velha cidade. Não são poucos, portanto, os que preferem lutar contra as determinações da Chesf [...] (Revista VEJA, 13/08/1975, p.24).

O caso do povoado Marcos é interessante. A comunidade recusou as casas oferecidas pela CHESF, preferindo a indenização financeira, para construir como desejassem. Também foi intenso o protesto contra o local sugerido para a locação do povoado. A opção teve desdobramento negativo: boa parte dos habitantes gastou o dinheiro das indenizações com alimentação, aluguel, e ainda foram prejudicados com o afastamento da beira d’água, onde estava sua fonte de sustento.

Na cidade, Carlos Dias Ribeiro se via na inesperada contingência de administrar uma cidade condenada, onde qualquer melhoria seria inútil, e mesmo os habitantes já há três anos não se importavam em consertar nada em suas próprias propriedades. Evidentemente, a arrecadação municipal também não era uma prioridade para a população, naquele momento.

O protesto e a denúncia eram fortemente expostos pela Igreja Católica, sob liderança do novo bispo, D. José Rodrigues, que apresentava, por meio de informativos e programa de rádio, os excessos e injustiças da CHESF contra a população. Os atingidos agora conseguem alguma articulação, e discutir coletivamente a problemática, resistindo em grupo às equipes técnicas. Aos poucos, era fortalecida a convicção em permanecer na região, aumentando o tom de propostas para ameaças.

5.2 MAR DE ÁGUA, ONDAS DE GENTE

Em 1976, inicia-se a operação do PEC/Ramalho, com a alocação das primeiras 30 famílias, em março. É um número insignificante, considerando que ainda naquele ano seria iniciado o represamento parcial do rio, e não havia solução satisfatória tampouco disposição dos camponeses em sair da área. A chamada "solução própria" ainda era a maioria das decisões. Consistia em aceitar uma quantia em dinheiro, para que se tomasse, por conta própria, o rumo que quisesse. Esta opção resultou no encaminhamento de muita gente para as periferias das cidades maiores, ou ainda para outras regiões. Muitos gastaram o dinheiro, que não era quantia significativa, e retornaram à região completamente empobrecidos.

Em dezembro, com o represamento parcial, muitas famílias são forçadas pela água a deixar a área. A pressão sobre os moradores aumentava, como recorda Carmelita Alves:

Eu tinha dez filhos, a minha casa lá era, como eles disseram, feita de lama, era de taipa, mas tinha três quartos, duas salas, e o cômodo da cozinha, dava muito bem pros meus filhos se alojar, dormir, no chão, nas esteiras, como era mesmo, mas tudo bem acomodado, quando foi pra mudar pra aqui, não queriam dar uma casa pra gente, não queriam me dar uma casa de dois quartos, queriam me dar uma casinha de um quarto, como tem muitas por ai... uma família com doze pessoas ... aí eu disse que não assinava... Tinha uma senhora de Margarida, e outra que não lembro o nome, todo dia ia lá em casa ... e elas chegavam lá e me iludia, me iludia, pra eu assinar... elas diziam que minha casa não valia nada, que era de lama, contavam até as telhas da casa... (GUIMARÃES e TELLES, 2008)

O ano de 1977 se inicia com o apressamento da retirada das comunidades, na iminência da chegada das águas. Diante da resistência de mais de 3 mil famílias, e na falta de uma solução, restou um arranjo de última hora. A CHESF passa a improvisar assentamentos no entorno do futuro reservatório. As condições variam de núcleos de povoamento desprovidos de estrutura mínima a lonas postas em árvores. Os expropriados tornam-se também refugiados. A decisão tardia pela construção dos núcleos de povoamento fez com que sua construção coincidisse com a retirada dos camponeses, aumentando a desordem e precariedade do processo. A imprensa registrava com estupefação aquele momento tão extremo da mudança, tornada em fuga:

As populações da sede do município de Casa Nova e dos distritos de Santana do Sobrado, Pau-a-Pique e Bem-Bom estão apavoradas e choram os pertences deixados para trás, para fugirem das águas da Barragem de Sobradinho ... as águas começaram a chegar, provocando revolta e pânico na população, que se utilizando as árvores, principalmente umbuzeiros, e das lonas fornecidas pela própria CHESF, para se abrigarem, uma vez que o valor da indenização recebida não foi suficiente para construir suas novas moradas (ATARDE, 03/02/1977).

Nas sedes dos municípios, a transição criou uma situação *sui generis*, que foi o funcionamento simultâneo das duas cidades – a nova e a velha – enquanto as funções e a população eram gradativamente transferidas. Foi disponibilizado em Remanso uma linha de ônibus coletivo entre ambas, uma vez que era comum que as pessoas residissem numa cidade e trabalhassem na outra.

A qualidade das construções era duramente questionada, e algumas alterações no uso de matéria-prima chegaram a ser efetivadas, mas a precariedade estrutural apresentava-se como uma adversidade duradoura. A memória de Mariza Muniz recria aquele momento:

Não demorou muito, e eu vi o limpo onde seria este novo Remanso. Chegam os primeiros funcionários da CHESF cadastrando cada residência. Começa a distribuição dos lotes, chega os ônibus da Joalina, o povo vai e vem, muitos acidentes até chegaram a vitimar pessoas. Os tratores trabalhavam noite e dia, aterrando lagoas, inclusive ali onde hoje é o Banco do Brasil (MUNIZ, 1999:17)

Durante as escavações para implantação da rede de esgoto, foi amplo o uso de dinamite para explosão de rochas, cujos fragmentos caíam sobre as casas das pessoas. Abundavam cobras e insetos, e o terreno arenoso representava um obstáculo a mais.

O Decreto Municipal nº 10, de 28 de janeiro de 1977, transferia efetivamente a sede do município para a nova cidade. Demosthenes Guanaes registrou em verso a morte da velha Remanso:

A cidade morreu! Foi sepultada...
O Rio também morreu! Água parada
Que se gerou de prantos e de mágoa...
Sobrados, cabanas... o cemitério...
Tudo chorando num adeus funéreo!
Tudo morrendo asfixiado em água!

O Jornal da Bahia, em 18/03/1977 publicava a seguinte informação:

A velha Remanso é apenas um espectro da antiga e bucólica cidadezinha, situada às margens do São Francisco. A inundação pelas águas da Barragem de Sobradinho só ocorrerá em janeiro do próximo ano, mas Remanso já se transformou em cidade-fantasma, porque o contingente mais pobre da população já se transferiu para a nova cidade. A baixa indenização, oferecida pela CHESF, constitui motivo para grandes queixas entre os moradores.

Entre 1976 e 1985, conforme Siqueira (1992:70), a CHESF distribuiu 5.720 lotes agrícolas na borda do lago (34,6%) ou em zonas de sequeiro (65,3%). Eram entregues declarações de posse, precárias, cuja documentação definitiva não foi providenciada como prometido. A mesma situação documental ocorreu nas cidades.

A configuração da estrutura agrária de Remanso, marcada pelas grandes propriedades condominiais, ocasionou em muitos casos o diálogo diretamente entre a CHESF e os fazendeiros, relegando os respectivos agregados à posição de espectadores. Aqueles que possuíam roça a alguma distância da borda, e plantavam complementarmente na vazante também foram ignorados no processo.

A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Juazeiro, no mês de março de 1977, representou um avanço no enfrentamento dos abusos contra as comunidades da região, sistematizando e concentrando ações que antes eram realizadas pela Igreja de modo mais geral. A orientação técnica da CPT possibilitou a impetração de grande número de processos contra a CHESF, e deu visibilidade às denúncias de irregularidades. As atividades regulares nas comunidades propiciava a divulgação de informações e organização de ações de resistência.

Em 1º de setembro de 1977, D. José Rodrigues depõe na CPI da Assembléia Legislativa, sobre Problemas de Terra na Bahia, advertindo:

No Baixo-Médio São Francisco, paira nos ares uma enorme apreensão: Que será da sobrevivência das populações transferidas, tanto na zona urbana como na zona rural ? Pior que a seca dramática do ano passado, poderá ficar a situação das populações em 1978... (BOLETIM CAMINHAR, 1980).

Em 14 de outubro do mesmo ano, realizou-se a transferência do templo católico de Remanso para a nova cidade, com cerimonial marcante para os devotos, que percorreram a distância de sete quilômetros entre a velha e a nova cidade, em procissão, numa espécie de ritual de despedida que tentava encerrar os laços com a antiga Igreja Matriz, e o simbolismo da fé que representou por gerações.

No fim do ano, dada a instabilidade ainda reinante, o governo prorroga os poderes da Área de Segurança Nacional, ao tempo que credencia o INCRA a organizar cooperativas. Era o disposto no Decreto 80.666, de novembro de 1977:

Art. 1º - Fica prorrogado, por 4 (quatro) anos, o prazo de intervenção governamental, fixado no artigo 3º do Decreto nº 73.072, de 1º de novembro de 1973, nas áreas prioritárias, para fins de reforma agrária, de que tratam o citado Decreto nº 73.072, de 1º de novembro de 1973, e o Decreto nº 74.366, de 7 de agosto de 1974.

Art. 2º - Para a reformulação da estrutura fundiária da região, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, além dos trabalhos previstos no artigo 4º do Decreto nº 73.072, de 1º de novembro de 1973, com a redação dada pelo artigo 2º do Decreto nº 74.366, de 7 de agosto de 1974, organizará até 5 (cinco) cooperativas integrais de reforma agrária.

Em 1978, a rápida elevação das águas surpreende aqueles que duvidavam da possibilidade de tamanha enchente. Aqueles que ainda teimaram na resistência, nas bordas mais afastadas do reservatório, tiveram também que sair às pressas, se abrigando de modo precário onde fosse possível.

As imagens no período da submersão da cidade de Remanso, são chocantes, e apontam para a dimensão do apagamento do espaço e da memória. Como se vê nas **Figuras 47 a 50** as construções foram demolidas antes da chegada das águas. Os antigos moradores tentavam aproveitar materiais, como madeiras, tijolos e pedras. O cenário lembra uma imagem de guerra.



Figura 47: Momento da demolição da Prefeitura de Remanso



Figura 48: Rua do centro, semi-destruída.



Figura 49: Centro da cidade, sendo alagado.



Figura 50: Igreja Matriz, sendo alagada. Março de 1978.

Pedro Alves recorda algumas percepções da época:

Foi muito difícil a trajetória, no período da mudança, sem contar que todo mundo ficou meio tonto, né, porque.. você amanhecia o dia, antes da barragem, todo mundo já sabia o que ia fazer... depois da barragem, que veio a inundação, então, a gente ficou um ano mais ou menos, pra receber o lote... pra poder saber onde é que ia ser sua roça, porque todo mundo era agricultor, o pessoal de lá, então foi muito difícil... (GUIMARÃES e TELLES, 2008).

Em janeiro de 1978 a CPT conseguiu realizar uma reunião com representantes da CODEVASF, que vinha atuando na implementação de projetos de irrigação, e ações de fomento ao desenvolvimento, onde foram apresentadas exposições de razões técnicas por parte da Companhia, sobre a metodologia de indenizações, seleção de colonos para projetos e falta de suporte técnico. Feitos os encaminhamentos, verifica-se que na prática, pouco se avançou.

Em abril do mesmo ano, a ELETROBRÁS apresenta, em resposta, o “Programa de Desenvolvimento do Reservatório de Sobradinho (PDRS)”, seguindo o padrão já experimentado nos Projetos de Desenvolvimento Rural Integrados. Este plano propunha o aproveitamento de potencialidades locais, articulação com Sindicatos e Colônias de Pescadores para a capacitação de pequenos produtores e diálogo com as comunidades, num orçamento de 144,5 milhões de cruzeiros.

Em maio de 1978, o reservatório encontrava-se cheio. Atingia-se o objetivo de Sobradinho. O número de famílias, segundo levantamento dos sindicatos, abrangidas em condições desumanas, chega a 798 (DOTTI, *apud* Siqueira, 1992:72). A **Figura 51** mostra uma área de mata sendo inundada:



Figura 51: Inundação. Fonte: CPT/Juazeiro.

O processo de enchimento do reservatório, lento e martirizante, trazia espanto e surpresa a todos. Chegando ao final, o apagamento das lembranças reforçava os sentimentos nostálgicos:

e aí, dentro de um ano, aquilo estava coberto, e não ficou um poste, não se vê nem um rumo... sinceramente, eu preferia minha cidade velha. Era uma cidade mais calma... existia mais amor humano (AZEVEDO, 1985).

A Imprensa e a Igreja conseguem repercutir os dramas que Sobradinho escondia. A opinião pública nacional e internacional pressionam o governo brasileiro.

Em julho, a Diocese de Juazeiro, passa a transferir as informações do PDRS para as comunidades, em linguagem simplificada, apresentando sugestões, criando uma postura crítica em relação às propostas. Uma carta do padre José Potter, de Remanso, aos presidentes da CHESF e da ELETROBRÁS, apresenta um panorama das dificuldades enfrentadas naquele outubro de 1978:

Preocupados com o prolongado sofrimento do povo, já tão castigado pelo sofrimento que a "mudança" acarretou, vimos agora solicitar sua pronta intervenção para que a "ajuda" do Projeto Sobradinho não atrase mais.

A morosidade e a irregularidade do pagamento têm trazido sérias preocupações para este nosso povo.

O Projeto Sobradinho, em linhas gerais, é bom; (incluindo o arame) a execução, porém, deixa muito a desejar em vários pontos:

1 - Para os que optaram pelos Cr\$ 12.000,00 parcelados (incluindo o arame e pregos), a 2a. parcela já devia ter saído há 30 dias atrás, pois o desmatamento e as estacas já estão prontas.

2 - Em quase todos os povoados, as assinaturas, recolhidas pelos representantes, já foram entregues desde a primeira semana de outubro.

3 - A demora do arame e dos pregos pode levar a perda da roça neste ano, o que já seria o 3o. ano sem plantio.

4 - Onde essa gente vai buscar recursos para sobreviver, se vive do que planta e colhe?

5 - A criação morreu quase toda; não tem roça; a pessoa vai cessar em novembro; de que vai viver essa pobre gente ?

6 - As pessoas que hoje moram na nova Remanso, na velha cidade plantavam nas ilhas e lameiros, mas até hoje não receberam nem terra nem ajuda.

7 - Outras pessoas que viviam de roça na velha cidade, na nova cidade receberam terreno, mas não têm recurso para desmatar, cercar e plantar (BOLETIM CAMINHAR,1980).

Em julho de 1979, a Barragem de Sobradinho é formalmente inaugurada.

A partir de então, configuram-se os grandes problemas da vida ribeirinha pós-Sobradinho. É preciso agora aprender a viver e produzir sob novas condições. As ilhas antigas desapareceram e surgiram outras. A navegação teve que ser repensada. A dinâmica das águas foi alterada. A enorme quantidade de material orgânico no reservatório trouxe poluição nos primeiros meses. O vento foi alterado. O regime dos peixes não era o mesmo de antes. A sazonalidade da vazante obedecia agora à vontade dos operadores da barragem.

As terras do entorno do lago tornam-se objeto de inúmeros conflitos, dentro e fora da justiça. Fazendeiros multiplicam seu patrimônio invadindo áreas de vazante ou borda, na expectativa de obter financiamento público para plantio por irrigação. Pequenos colonos disputam a ocupação provisória dos baixios para plantio de vazante na baixa do lago. Há registro de vários incidentes e mortes originados nestas demandas.

Em novembro foi encerrado o PDRS, por esgotamento de recursos, que precipitou a decisão da administração da ELETROBRÁS de devolvê-lo à CHESF.

A CHESF realizou cadastramento de 5.263 famílias rurais da área do lago, com intenção de oferecer suporte técnico para produção e ampliação dos serviços de saneamento básico. Como se sabe, o contingente dos não-atendidos foi enorme, persistindo o *deficit* estrutural ainda por décadas. São numerosas as queixas, como a de um agricultor anônimo, que depôs para Guimarães e Telles:

Queriam tirar a gente do lugar da gente, para outro lugar, só que teve muita gente do lugar que não saiu, eu mesmo fui de uns que não saí, aí o que é verdade é que não saí, e eles fizeram da gente um pau podre de pinhão, um pau que não vale nada, largaram aí em qualquer lugar pro cupim comer... (GUIMARÃES e TELLES, 2008)

Quanto mais se gastava, maior era a evidência de desvalorização da população, porque ficava patente que os aspectos humanos e sociais não eram prioritários na obra.

5.3 O FIM DO MUNDO ESTAVA NO COMEÇO

A nova cidade, inaugurada com grande pompa, era apresentada como símbolo de uma nova era de progresso. A análise dos prefeitos da época é harmônica. Disse Carlos Ribeiro, numa explicação geopolítica e social da mudança:

Nós não representávamos nada no contexto do Estado, porque não tínhamos importância política, nem tínhamos uma produção que chamasse a atenção do governo, então isso foi um fato que plantou em toda a população um espírito de renovação. Houve assim um chamamento para uma coisa moderna, porque nós estávamos parados, desmotivados, uma cidade velha, com uma liderança velha, estava assim todo mundo desesperançado, e com isto, chegou um fôlego novo, uma apresentação nova, então todo mundo se engajou na construção da cidade, (GUIMARÃES e TELLES, 2008).

Para Cândido Coêlho, a mudança foi um livramento das enchentes, e dos problemas estruturais da velha cidade:

Nós estávamos lá, sem muita possibilidade, geograficamente, de crescer, porque havia entre o Remanso e o Capão, uma depressão no meio, e uma banca, que ligava o Remanso ao Capão, e quando o rio enchia muito, separava o Remanso do Capão. Eu mesmo, na minha infância, tive que mudar de casa umas duas vezes, pra ir pra um lugar mais alto...(COELHO, 2009).

No entanto, as condições objetivas de habitação não eram boas. Faltava água, a desordem da instalação da cidade era enorme, e as casas não apresentavam qualidade suficiente para moradia, como registrou Malvezzi (1994:21): “Na verdade, as construções estavam rachadas, buracos ao redor dos alicerces, telhados quebrados e com pouco declive. Padre José ficou famoso entre o povo por derrubar muros de jardim com um único chute”.

As faixas de tipo de moradias – Tipos I, II, III e IV – correspondiam à qualidade da residência anterior, e representavam um importante elemento de diferenciação social, somado às localizações das quadras na cidade nova, que agrupavam as posições sociais e distanciavam os mais pobres para as periferias. As **Figuras 52 a 55** representam diferentes tipos de moradias da nova Remanso:



Figura 52: Rua de Casas “Tipo I”. Fonte:CHESF



Figura 53: Rua de casas “tipo II”. Fonte:CHESF



Figura 54: Rua de casas “tipo III”. Fonte:CHESF



Figura 55: Rua de casas “tipo IV”. Fonte:CHESF

Embora a problemática da instalação nos novos locais afetasse de modo mais concreto e urgente as populações transferidas, há muita referência nos depoimentos à confusão mental que se estabeleceu na maioria das pessoas nos primeiros anos. Não se trata apenas de um sentimento de perda, saudade ou inadaptação às novas condições.

Há fartura de relatos no sentido de que foi notável a desorientação espacial dos relocados, que, tendo vivido por décadas em uma configuração urbana, agora se viam diante de uma cidade com relevo, disposição de vias e das próprias casas, aparelhos urbanos, novos nome de logradouros, escolas, Igreja completamente diferente, e ainda uma readaptação às rotinas de vida. A inadequação espacial era, naquele momento, uma materialização da falta de rumo que as pessoas experimentavam.

A Revista VEJA narrou na época a problemática da desorientação espacial no início da cidade nova, conseqüência da dificuldade de tráfego nas largas vias da nova cidade:

Os incômodos de Remanso, porém, são bem maiores, proporcionais a seu tamanho: de 6.500 habitantes pulou para 18.000. “Ainda estamos digerindo as mudanças”, explica o vigário da cidade, padre José Potter, um americano há 13 anos na região. “Eu sabia o nome de quase todos os habitantes, podia dizer onde morava cada um deles, mas hoje isso não é mais possível.” Impossibilidades de outra ordem perturbam a existência na nova Remanso. Andar com tranqüilidade nas ruas, por exemplo. Só no primeiro ano e meio de

implantação da cidade, houve vinte mortes por acidentes de trânsito, 17 postes de concreto tombaram em batidas de carros. Ainda hoje os remansenses não adquiriram reflexos mínimos para a época do automóvel: não sabem calcular distâncias, atravessam-se bruscamente na frente dos carros com suas bicicletas, parecem tontos diante do tráfego (VEJA, 11/10/1978, p.72).

A nova cidade representava assim, um desafio, de cuja superação dependia a vivência no novo espaço. As novas vias, maiores e ainda assim mais movimentadas, como se vê na **Figura 56**, desafiavam o senso de localização dos moradores:



Figura 56: Avenida Principal da Nova Cidade. Fonte:CHESF

À falta de significado e aparência de aridez se somava uma opção urbanística inusitada, de implantar nos canteiros das ruas uma variedade de cactos, cercados por cercas de arame farpado, como se vê na **Figura 57**, formando uma paisagem ainda mais agressiva:



Figura 57: Praça Central. Fonte:CHESF

Nestas circunstâncias, em que nada foi feito para amenizar os efeitos do deslocamento abrupto, não se poderia esperar uma adaptação exitosa. Deste modo é que são numerosos os relatos que se referem à desarticulação em todos os sentidos. A desorientação era geral e alcançava todas as esferas da vivência. A sensação de abandono e isolamento aumentou na nova cidade, como acentuou Gercina Barbosa:

No dia que eu ouvi dizer assim, é pra mudar daqui de Remanso, aqui pra esta catinga, eu chamei assim, nois mudemo de uma cidade, pra vim pra cidade das aranha, das barata, que aqui é o que tem muito, que lá não tinha...(GUIMARÃES E TELLES, 2008).

A vida assumia novosentido, no novo espaço. Aos poucos, passava-se a cuidar da vida, diante de tantas ameaças de morte, revestindo-se da esperança que é inerente ao caatingueiro, como se verifica em expressões recorrentes na região, entre os expropriados: “falaram pra gente que se a gente não saísse, ia morrer lá...” ou “eles não ia tirar de dentro, não ia mandar trator depois, se não quisesse sair, ia morrer lá debaixo...”.

Em 1980, os beradeiros foram aterrorizados por enchentes maiores que as do ano passado, que causaram enormes prejuízos para todas as atividades da berada d'água. As denúncias da Diocese de Juazeiro, com o apoio dos Sindicatos da região

e a imprensa, levou o problema até a Congresso Nacional, onde foi convocada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que teve como objetivo a análise das enchentes do Rio São Francisco. A **Figura 58** registra a enchente que atingiu a nova cidade, naquele ano:



Figura 58: Inundação na Nova Remanso. 1980. Fonte: Cândido Coêlho

De modo que a nova Remanso é fundada na junção de antigos problemas com novos desafios. As questões espaciais se mostraram determinantes, sintetizando o fim-do-mundo dos ribeirinhos, o novo começo e a esperança, elementos constantes na mentalidade caatingueira, necessários ante o desamparo a que historicamente foram relegados.

6 A CIDADE: MAIS UM REMANSO

A organização e evolução do espaço urbano materializa a síntese das relações de diversos grupos e agentes sociais e os fluxos de poder que percorrem seus meandros. A configuração das cidades, visível em sua forma, disposição, adensamento e mutações atesta o nível de êxito do *modus* capitalista de organização sócio-econômica, considerando que as tendências gerais observadas em várias experiências urbanas conduz à submissão das cidades às dinâmicas de interesses privados e imediatistas, assim como perspectivas geopolíticas de Estado, ou ainda imbricações de ambos. A percepção de que a dimensão espacial é conseqüência de conformações sociais, com uma função discursiva, é sugerida por Milton Santos: “Os modos de produção tornam-se concretos numa base historicamente determinada [...] as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção” (SANTOS, M., 1977:5).

Assim ponderando, a ideia de desenvolvimento das cidades parece associada à capacidade que seus aparatos e equipamentos possuem de satisfazer às demandas de produção e consumo, numa sociedade industrial, índice pelo qual comumente se afere, genericamente, o suposto progresso destas cidades.

Deste modo, o ato de edificar toda uma cidade ao tempo em que se submerge a precedente, não pode ser dissociado de ideias orientadoras, discursos e metáforas, visíveis na nova estrutura, questionáveis, mas inescapáveis.

A velha Remanso era uma pequena vila com 6 mil habitantes, em sua maioria com atividades no campo, mas com antiga tradição pesqueira. Também aparecem nos relatos atividades autônomas, em pequeno número, e um comércio beneficiado pela posição de entreposto das navegações fluviais, quando as estradas eram escassas e os automóveis incapazes de rompê-las.

Com a mudança, uma variedade de trabalhadores chega à região, principalmente motivados pela grande atividade na construção civil, uma boa quantidade de funcionários públicos dos novos órgãos que passam a ter escritórios locais, e ainda uma multidão de pescadores, atraídos pela propaganda da pesca farta e lucrativa no gigantesco lago.

A mistura das coisas do lugar com o estranho que chega abala as estruturas sociais da comunidade, modifica seus conceitos, faz repensar os valores, o conviver, o habitar. As formas da antiga cidade, como se vê na **Figura 59**, talvez não atendam a algumas noções de utilidade, eficiência ou mesmo estéticas ideais, mas seu valor para aqueles que vivenciaram o lugar e o tempo é incalculável.



Figura 59: Rua do Comércio, no centro da velha cidade.
Data imprecisa, autor desconhecido.

Lefebvre (1973:152) aponta para este habitar a partir da visão de Heidegger, que vincula edificar, habitar e pensar. Alude-se então à poesia do habitar, caráter subjetivo que totaliza o homem na relação com sua casa, como também sugere Bachelard, no mesmo texto. Este caráter subjetivo é presente nas narrativas dos habitantes da velha cidade. “Aqui é melhor, mas eu preferia estar lá”, dizem.

Muitos acabaram dando um novo rumo às suas vidas, migrando para outros lugares, vendendo a baixo preço suas posses, ou mesmo decidiram não sair de onde estavam, resistindo às orientações, e alguns que assim optaram chegaram a perder tudo quando o lago chegou à sua cota, em 1979.

A forma como se alterou a relação das pessoas com seu chão, fazendo-as passar pela resignificação de suas vidas com o espaço, nos remete ao uso do conceito de território como condutor de reflexões e, afinal, como verificação da

incidência do discurso sobre *modus vivendi urbano*. A forma como se acentua essa urbanização acaba por inibir o rural na cidade, o que antes era visivelmente interpenetrado. As atividades rurais invadiam os espaços da vila. Animais circulavam pelas ruas, pequenos plantios eram feitos em espaços baldios, a temporalidade e as relações humanas eram idênticas às rurais.

No mesmo sentido, é notória a relação da paisagem com a formação do território, no casamento entre sociedade e a materialidade do *habitat*, dinâmica que se processa no plano histórico, cuja compreensão é essencial ao entendimento de seu funcionamento. Como se pode ver no caso de Remanso, há a resignificação, refuncionalização, reconversão de territórios, e principalmente a reconfiguração de referimentos simbólicos do espaço vivido. A paisagem é a materialização da mudança. A mudança da paisagem é a mudança da mudança.

Chega-se assim ao ponto. A decomposição das estruturas de significação, identidade territorial, tomada nos termos expostos, remete a uma consequência social enorme: o desmantelamento da ordem sócio-cultural, com o estilhaçamento das redes e sua recomposição arbitrária, reterritorialização forçada.

6.1 CIDADE E DISCURSO

O desenvolvimentismo acredita que a obra ou o projeto tem “papel civilizador”, “modernizador”, ao tomar as populações atingidas do nada ou pouco que são suas vidas e resgatá-las para uma vida acreditada como melhor.

Edward Relph (1990) analisa no texto “Planejamento da cidade segregada” a relação entre planejamento urbano e intenções ou ideias sub-reptícias no desenvolvimento das cidades.

Uma prática ali enfocada foi a Escola de planejamento radical desenvolvida no contexto do pós-guerra, quando a Europa estava em escombros, e cessadas as hostilidades, fez-se necessário reconstruir as cidades. O planejamento radical se propôs a ir além, partindo do simbolismo modernista do progresso, pretendiam edificar cidades melhores que as anteriores, num rompimento histórico marcante. Sua intervenção buscava eliminar ao máximo os sinais da antiga cidade, limitações, traçados de vias e tudo o que lhe convinha classificar como obstáculo ao progresso. Neste aspecto, a Guerra passou a ser encarada por este grupo como uma boa

oportunidade para a re-estruturação de antigos problemas urbanos. Relph (1990) também destaca tipos diversos de planejamento, em que se distinguem ideias próprias: planejar nos centros, para a re-estruturação das formas existentes, ou planejar sobre o campo despovoado, o que se relaciona com a aplicação de trabalho técnico de caráter apolítico, não obstante a frequência em que estes empreendimentos são organizados pelos Estados. Na experiência europeia mencionada, o ideal do planejamento estatal estava associado ao ideal de proporcionar a mistura das classes sociais e econômicas, com acesso facilitado aos meios de produção, promovendo igualdade na nova cidade.

A antiga cidade, cujo modelo de crescimento seguiu o padrão comum, partindo de um centro comercial/social/religioso de contorno irregular, onde a elite habitava, para a periferia, não teve tempo de concluir seu movimento de expansão, sofrendo a decomposição do processo, e tendo na nova sede a imposição da nova lógica, agora a cidade-tabuleiro-de-xadrez, onde já não havia vinculação entre lugares, mas um traçado reto que a tudo nivelava, mascarando as segregações de bairros e classes. Os eufemismos e hipérbolos dos discursos se materializavam nas ruas da nova cidade. A cidade do futuro, da funcionalidade, do progresso... de um novo tempo que chegava.

A disciplinação das vias circulatórias, assim como a composição das funções dispondo as coisas nos seus lugares apropriados, descontaminando a cidade de sua desordem anterior, num processo orientado por ideias assépticas, como diz Relph:

Um tipo de mentalidade que vê apenas desordem onde existe uma ordem intrincada e singular: o mesmo tipo de mentalidade que só vê desordem na vida das ruas da cidade e anseia por eliminá-la, uniformizá-la, torná-la suburbana (RELPH, 1990:42).

Neste processo, salta aos olhos o embate entre o rural que antes tinha grande influência na cidade, com suas características bem visíveis: menos adensamento, tempo lento, espaço reduzido (menos opções), organização social do tipo orgânica, que é subitamente alterada para características de urbanidade que passam a predominar: tempo acelerado (o ritmo que se imprimiu às obras ditou novos hábitos locais), relacionamentos a partir de interesse, não de necessidade, e crescente perda de significado do coletivo para o individual, além da evidente re-estruturação espacial.

Outras contraposições são visíveis: a nova cidade é o império do concreto, do asfalto, das estruturas armadas em aço, da enérgica elétrica, a pedra cortada, o pré-moldado. A maneira de construir da velha cidade, barro e cal unindo os tijolos das casa mais abastadas, e sapê (barro com varas, cobertura de palha) nas casas pobres da periferia, dá lugar aos blocos de cimento com três furos, que passam a ser largamente empregados, constituindo uma peculiaridade da nova cidade.

As mudanças e inovações são precedidas pelos discursos dos técnicos da CHESF, que por seu conhecimento e por seu poder delegado, não poderiam ser questionados por caatingueiros ignorantes. O que eles diziam, era tomado por lei.

6.2 A PROPOSTA DA CHESF

O trabalho de Rubens Siqueira (1982) expõe o discurso governamental apresentado aos moradores da cidade e do campo, no qual reluz uma nova cidade e novas terras numa era de desenvolvimento, empregos, modernidade, sem precedentes, marcados pela fartura de peixe, de eletricidade, em casas confortáveis, ruas espaçosas e planas.

No entanto, comparando a proposta com documentos e relatos, fica evidente que a diretriz da CHESF era cumprir seu cronograma, entregar os produtos do contrato, fazendo a “limpeza” com celeridade, tratando o expropriado da forma que fosse mais eficaz para esse fim, da polidez e argumentação à ameaça e coação.

Outrossim, em vários documentos técnicos, escapa a real percepção que o forasteiro tinha do caatingueiro. No discurso oficial, governo e CHESF eram dissociados, de modo que a executora ficava exposta como elemento maligno que chegava para interferir na vida das pessoas, enquanto se permitia ao governo a confortável posição de fugir à responsabilidade pelo passivo social, ambiental, cultural envolvido na obra. O governo central propunha o progresso, mas a CHESF realizava a parte operacional. Esta manobra foi tão exitosa que ainda hoje as pessoas eventualmente maldizem a CHESF pelas mazelas do processo, mas raramente alguém culpa o governo da época, não obstante o contexto autoritário visto na condução das mudanças.

A realocação das cidades surgiu na época como imperativo em face à necessidade de inundação das sedes originais, mas que também se deixa ofuscar por um segundo discurso, o da modernidade ufanista, que ressalta a visão empreendedora e progressista do governo, transformando um cenário de atraso em uma civilização moderna. Jucá já havia notado que

a obra não é 'problema' mas 'benefício' para os que têm a sorte de ser por ela alcançados. É que se depreende de declarações com esta do dr. João Paulo M. Aguiar, chefe do Departamento de Obras de Sobradinho, criando um diálogo fictício com um camponês imaginário:

[...] se você espremer, se você mergulhar com profundidade no que era a vida dele, no que é a vida dele hoje, no que ele recebeu da CHESF, como foi processada a relocação, as alternativas que ele teve, ele provavelmente vai chegar à conclusão: “A CHESF me ofereceu muitas oportunidades, e graças à CHESF, hoje eu estou melhor que estava antes”. É essa situação da CHESF na área” (JUCA, Joselice, *apud* SIQUEIRA, 1992:50).

Mike Davis, em *Cidade de Quartzo* (1993) mostra a construção de Los Angeles a partir da dialética do processo de urbanização e das múltiplas lutas sociais que a moldaram, por vias excludentes e desiguais. Em Remanso o processo é inverso, pois o poder público assume o controle do desenvolvimento a partir de sua própria acepção formal de desenvolvimento, conduzindo os fluxos de capital de modo direcionado e regulado, compartimentando a economia segundo seu próprio planejamento.

É notável, em relação a Remanso, a guinada que foi dada em relação ao Projeto da cidade, direcionando a execução a uma ideia personalista de Eunápio Peltier de Queiroz. A Empresa PROURB havia sido contratada para desenvolver o plano urbanístico das novas sedes municipais, e Roberto Cortizo era um dos arquitetos responsáveis por este trabalho. Cortizo relembra o processo de criação do projeto para a nova Remanso:

[...] eu comecei a desenvolver um projeto muito influenciado pelo urbanismo modernista, moderno, Le Corbusier tava no auge, Brasília tava pipocando na cabeça de nós arquitetos, daí eu comecei a fazer um sonho – um sonho mesmo – que era uma quadra assim (desenhando) [...] assim...

Era uma quadra que tinha mais ou menos esse desenho, isso eram lotes de casas, só que no terceiro ou quarto lote, era vazio, era uma entrada, e esse modelo se repetia por todo o entorno...

[...] isso aqui só uma quadra, qual era a ideia, o passeio era de dez metros de largura, é que eu não me lembro... tem tanto tempo isso

(desenhando)... repare, esses lotes vazios, em torno de 250 metros de largura, então a ideia era que isso aqui fosse um patio interno, todo arborizado, e que a largura dos passeios, fosse dez metros, pra você arborizar com árvores frondosas...

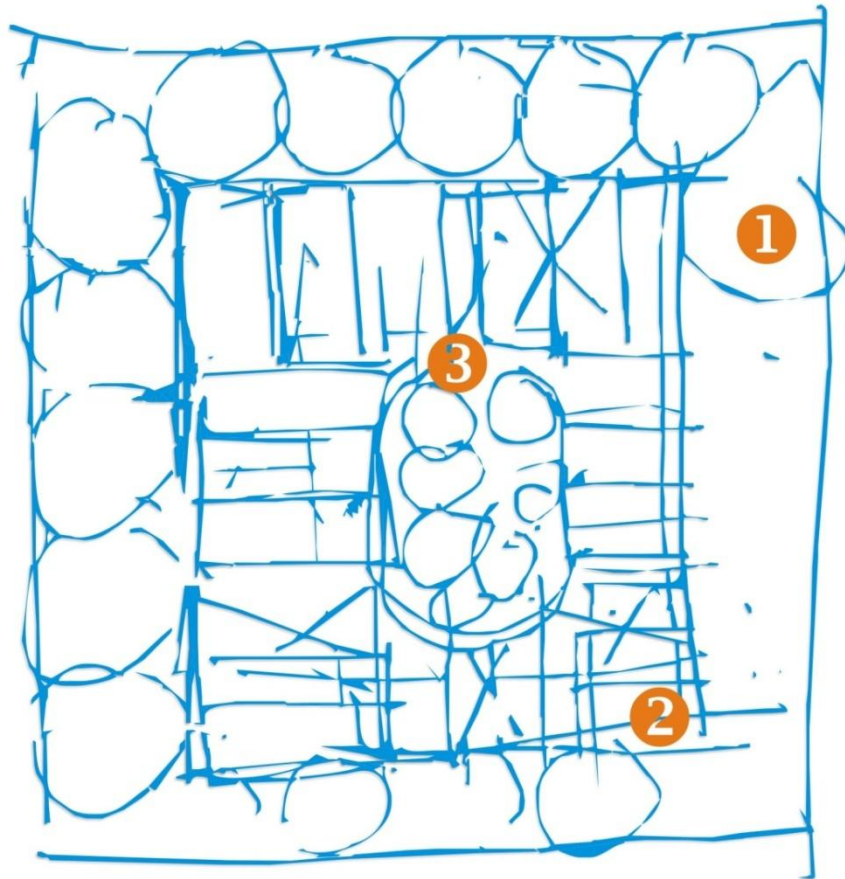
EM: Uma espécie de super-quadra...

RC: Uma superquadra, mas com um micro-clima, como chamamos em arquitetura, esse conjunto de árvores interno e esse pátio interno.

Construir uma cidade com intencionalidade infere em moldar toda a sua área adjacente, proporcionando novas experiências sociais, na medida em que as estruturas produtivas são alteradas, os relacionamentos são reorganizados pela redistribuição espacial, e o próprio meio ambiente sobre intervenção severa, num momento em que não havia a efetiva preocupação em preservar o mesmo.

Roberto Cortizo recria então um esboço do que era a sua concepção para as quadras da nova cidade, numa visão urbanística que, segundo ele, se executada seria uma referência. Ruas largas, redução da temperatura pela produção do micro-clima, utilização de árvores nativas para as praças internas eram algumas das ideias inovadoras nesta ideia de quadra. O croqui de Cortizo é apresentado na **Figura 60**:

CROQUI DO PROJETO INICIAL PARA AS QUADRAS DA NOVA
REMANSO-BA, POR ROBERTO CORTIZO.



1. Uma área em volta da quadra seriam plantadas árvores frondosas da flora local.
2. Os lotes seriam largos, com entradas para o interior;
3. O pátio interno comportaria mais árvores, provocando variação de microclima.
4. O modelo se repetiria por toda a área da cidade;

Digitalização, tratamento e
legendas: Edcarlos Mendes, 2009

Figura 60: Croqui do Projeto inicial das Quadras da Nova Remanso, por Roberto Cortizo.

As inovações projetadas para a nova cidade não se limitavam às quadras. Toda a cidade inicialmente pensada era um projeto arrojado, elaborado a partir de conceitos que respeitavam elementos da velha Remanso, como a integração com o Rio pelo porto, com a rodovia passando por fora da área urbana, e a topografia da área. Cortizo relembra o processo de criação:

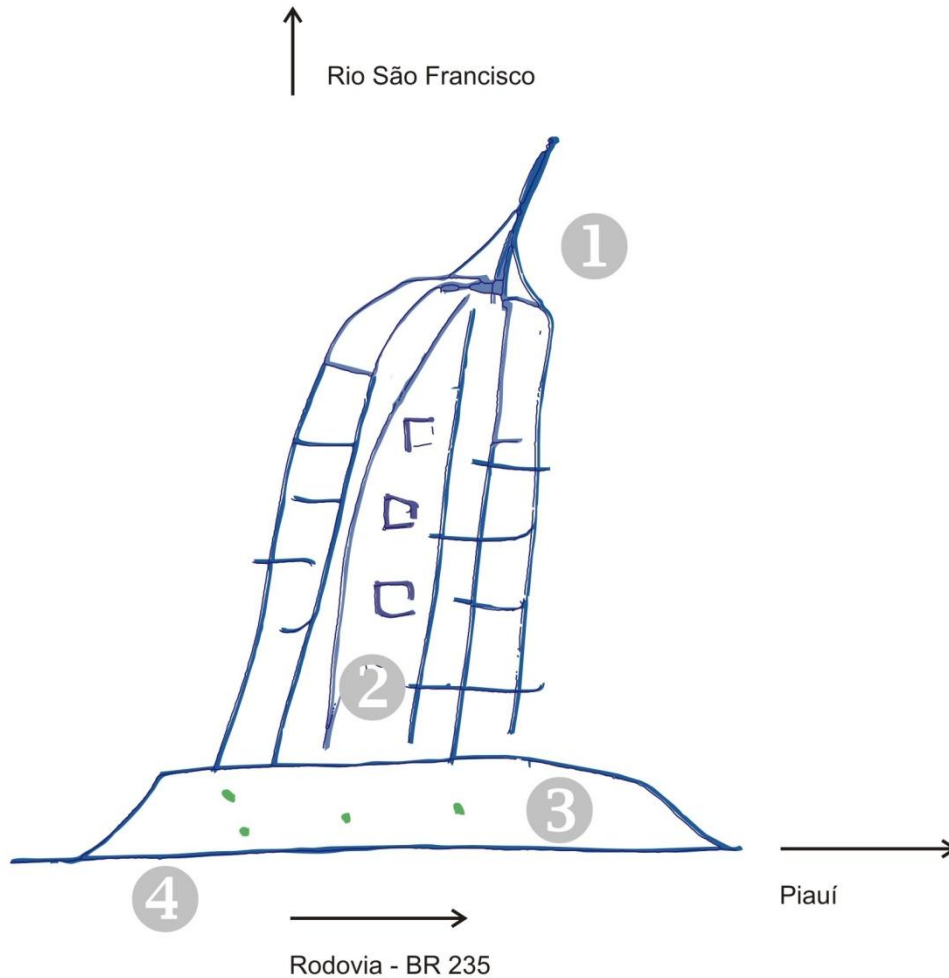
... tudo isso aqui foi uma evolução gradativa, eu não cheguei a esse desenho gratuito, fomos discutindo e eles foram aprovando tudo isso... e o desenho da cidade ficou mais ou menos assim (desenhando), aqui tava a rodovia, aqui tava uma faixa de área verde, separando da cidade, porque aqui [entre a rodovia e a cidade] ficava gasolina, posto, oficina, etc, prostituição... e aí saíam duas ruas, mais ou menos assim, várias quadrinhas desse tipo que afinavam e iam dar no porto, e isso aqui, a área central, várias quadras desse tipo... e essa área central seria a área central da cidade, seria o centro cívico da cidade, teatro, igreja...

Novamente, Cortizo resgata em esboço os principais elementos do traçado da cidade, como idealizado pela equipe, como se vê na **Figura 61**.

Mas a equipe da CHESF não aceitava que um projeto tão arrojado fosse implantado entre caatingueiros “ignorantes”, além do fato de que aquele projeto representaria um gasto maior do que a CHESF pensava fazer na área. A tensão entre as duas equipes – da PROURB e da CHESF – passou a crescer, como relembra Cortizo:

RC: Câmara, Casa de Cultura... isso tudo foi discutido, por mais de seis meses, e quando chegou na época de apresentar isso, já aprovado por Norman e por Geraldo, foi ter uma reunião, e isso, claro, tudo com desenho, em arquitetura, com desenho técnico. Aí nós fomos apresentar isso pra Eunápio Peltier de Queiroz, o que era impatriótico criticar, o Norman, o Geraldo, o Guarany Araripe, que era o dono da empresa, e esse pobre coitado aqui sozinho, e outro cara que eu não me lembro... e aí nós fomos apresentar isso. A primeira coisa que eu apresentei foi a superquadra, e ele escolheu imediatamente, disse que isso aqui ia virar chiqueiro, as pessoas iam criar animais... e eu contra-argumentava, dizendo: olhe, pode virar chiqueiro durante dez anos, mas daqui a quarenta anos? E quando essas pessoas tiverem educação, isso aqui pode vir a ser uma área totalmente arborizada, e arborizada com árvores nativas...

CROQUI DO PROJETO INICIAL PARA A CIDADE DE NOVA REMANSO-BA, POR ROBERTO CORTIZO.



1. Vias principais saíam da área da rodovia e seguiam ao longo da cidade, convergindo para o porto.

2. Uma grande ala central gramada comportaria os prédios públicos, cívicos e a Igreja Católica.

3. Uma área de bosque com árvores nativas entre a rodovia e a cidade amorteceria o barulho e isolaria a cidade das atividades ligadas ao rodoviarismo.

4. A Rodovia passaria por fora da área urbana.

Digitalização, tratamento e legendas: Edcarlos Mendes, 2009

Figura 61: Croqui do Projeto inicial da Nova Remanso, por Roberto Cortizo.

Eunápio Peltier de Queiroz, embora civil em um regime militar, tinha o poder de decisão. Ele não aceitava a proposta da PROURB, pois tinha uma concepção própria e irrevogável das pessoas que habitariam a cidade. Para Eunápio, o atraso do lugar estava relacionado às pessoas, e não havia perspectiva de progresso. Cortizo novamente, rememora:

RC: Eu vou contar depois as mediocridades dos caras... mas aqui, eu dizia: isso aqui vai se transformando, as pessoas de maior cultura, de todos os padrões sociais, e com esse quadrado cercado de árvores de grande porte, e nós vamos ter um micro-clima, e isso é comprovado geograficamente. Uma mulher fez um estudo sobre a região dos jardins, em São Paulo, e regiões que são densamente ocupadas por edifícios, e encontrou uma diferença de até oito graus, no mesmo dia, na mesma hora... aí eles disseram que isso aqui encarecia muito a infra-estrutura, e eu dizia : Mas isso aqui, doutor – só eu discutindo, ninguém mais – isso aqui é um investimento pro resto da vida, então, o preço de terra aqui é zero, custo zero, realmente a infra-estrutura vai ficar mais cara, se eu tenho um terreno de dez metros, pra colocar água e luz vai ficar mais barato, então isso aqui já foi uma coisa. Então quando ele viu o projetão [de toda a cidade] que levava até o porto, ele disse que a cidade não ia ter porto, aí eu disse, porque que não vai ter porto? Ele disse: porque a cidade não vive de porto. A cidade vive...

Tem um estudo encomendado pela CHESF, que mostra estatisticamente, que Remanso é um entreposto comercial, antes de construir a Barragem de Sobradinho...

EM: Sim, e isto está embasado por toda a história, livros e livros...

RC: E tem mais, o porto de Remanso dá a Remanso um papel de ela ser um centro redistribuidor, então, daqui de Remanso sai pra Casa Nova, sai pra São Raimundo Nonato, ela é um centro de redistribuição de mercadorias que vem desde Minas Gerais, nas gaiolas, até chegar ao porto de Remanso, e desse porto, e de caminhão vai pro sul do país, pro Piauí, vai pra uma parte do Maranhão, e o vice-versa, o contrário. Aí ele já começou a ficar puto da vida comigo, ele começou a dizer que não era dessa forma, e que ele queria que a rodovia passasse dentro da cidade, porque ele achava que a rodovia era a vida da cidade... (CORTIZO, 2010)

Do que é exposto, destacam-se dois pontos de vista peculiares de Eunápio. Primeiro, ele rejeitava toda a história e a configuração da velha cidade em relação ao porto, alegando que Remanso não tinha a vocação portuária, e que as atividades realizadas lá desde o início não deveriam ser reproduzidas ou melhoradas na nova cidade. Em segundo lugar, como Eunápio tinha uma história relacionada ao rodoviarismo, era uma ideia fixa que a pista da rodovia passasse no centro da nova cidade, numa espécie de eixo. Mesmo diante de toda a argumentação técnica, não

havia como demove-lo da sua posição. Por fim, expõe Cortizo, a reunião chegou a um ponto crítico:

RC: E ele queria que a rodovia passasse por dentro da cidade, e eu expliquei pra ele: mas doutor Eunápio, ninguém mais no mundo faz uma rodovia passando por dentro da cidade, porque rodovia é um lugar onde você concentra serviços pesados, de oficinas, de serralheria, de posto de gasolina, de borracheiro, de bares, churrascarias, é o tipo de convivência que não é compatível com o resto da vida urbana. Aí ele disse, mas a rodovia é o principal... e tem outra coisa, todo estudioso de transporte sabe, que o cara quando vem dirigindo numa estrada, o padrão de velocidade, não tem outro jeito... então ele passava por aqui... [por fora] e ele só passava na cidade se tivesse algum negócio lá... tinha que fazer esse desvio... todo mundo sabe que o cara que vem na estrada vem num padrão de velocidade, de oitenta a cem, e vem dirigindo com o cuidado que o cara tem ao entrar numa rodovia... quando ele entra na cidade, a reciclagem dele entre ele compreender que está numa área urbana, e compreender que ele não está mais numa via rodoviária, isso tem provocado muitos acidentes, muitos atropelos, muitas mortes. Aí a discussão foi chegando a um nível de impasse que ele [Dr. Eunápio] bateu a mão na mesa assim [bate na mesa]: “Mas eu quero que a rodovia, a estrada passe na cidade.” (CORTIZO, 2010)

Diante desta situação, e no contexto da época, não havia como prosseguir com uma argumentação. A PROURB deixou o projeto da cidade de Remanso a cargo da CHESF e dedicou-se a outras ações na área. Como se sabe, o traçado que prevaleceu para a cidade baseia-se na concepção de Eunápio, barata, simplificada, rodoviarista. Na verdade, sugere Isaías de Carvalho que a mesma bem que pode ser uma simples cópia de uma “asa” de Brasília:

Não havia incapacidade dos técnicos. Alguma coisa aconteceu que emperrou. Que coisa é essa? A decisão pessoal de Eunápio. Agora a pergunta é: porque ele insistia nessa história? Um delírio? Ele acordou de noite e disse: Eu vou fazer uma asa de Brasília... Porque isso aqui é uma asa de Brasília (CARVALHO, 2009).

O traçado da nova cidade, dotada com uma imensa e larga avenida central, uma espécie de eixo, que leva o nome de “Avenida Dr. Eunápio Peltier de Queiroz” é também a avenida comercial, que centraliza a maior parte dos fluxos urbanos, como se vê na **Figura 62**:

MAPA 17 - MOBILIDADE - SISTEMA VIÁRIO (investimentos prioritários)



Figura 62: Mapa Viário de Remanso. Fonte: PDDU de Remanso, 2007.

6.3 A MORFOLOGIA COMO ARGUMENTO

Uma abordagem pertinente para a compreensão da função argumentativa da cidade enquanto forma é a análise da sua morfologia e as possíveis implicações dos planos escolhidos.

Capel (2002) propõe uma abordagem dos planos urbanos visíveis na morfologia da cidade, convidando de maneira irresistível a uma aplicação comparativa com o caso em estudo. Na imensa variedade de paisagens urbanas é possível distinguir elementos formais comuns, que apontam para a evolução histórica de cada cidade, numa conformação peculiar, mas que segue padrões relativamente comuns.

Em cidades convencionais, que tiveram este processo histórico, um simples exercício de observação desnuda as diferenças sociais decalcadas na superfície das aparências, mas tomando-se as edificações erigidas como partes de um projeto sincrônico, esta personalidade física se dilui, na paisagem pasteurizada da cidade-coisa.

De fato, no primeiro momento do contato com a cidade, é improvável não ter a percepção nestes termos, também chamados simulacros, dado não serem objetos únicos, seguirem um padrão e lógica comuns de produção, não obstante se pretender à satisfação dos desejos da sua clientela. A edificação de uma cidade “*ex-nihilo*” subverte a lógica do processo histórico gradual que via de regra configura as cidades, em sua multiplicidade de formas, poderes e trajetórias.

Entrementes, os complexos urbanos – casas, ruas, bairros – não existem isoladamente, mas possuem interconexão em suas origens e evolução, numa dimensão espaço temporal, e ainda uma relação funcional, configurada ao longo do tempo, no diálogo entre as forças e poderes locais e mesmo globais. Como se percebe na **Figura 63**, a Igreja Matriz da velha cidade ocupava uma posição especial em relação à cidade, no seu centro de expansão, e à margem do Rio, agregava um simbolismo e valor estético que a tornavam única e, nestes sentidos, praticamente oposta ao novo templo construído posteriormente.



Figura 63: Igreja Matriz da Velha Remanso

Conforme resgate de relatos de moradores da velha cidade, havia uma enorme integração entre a vida rural e a cidade, com constante troca de produtos, relações, e laços afetivos mais estreitos, de modo que os dois universos dialogavam com mais proximidade. A feira, o comércio, a pesca e demais atividades econômicas funcionavam como elo entre o pequeno produtor rural e o mercado consumidor na cidade, em pequenos volumes, mas em constância sazonal. Este modo de relacionamento coincide com um padrão de influência do mundo rural sobre a formação do espaço urbano, nas formas pré-existentes, vias de circulação, cultura, atividades econômicas, entre outras. A alteração da cidade reconfigurou o espaço urbano para adequar-se a novas lógicas, em que a atividade pesqueira e o cais são distanciados do centro da cidade, a nova rodovia interliga a nova cidade com a cidade maior, inundando o mercado local com produtos industrializados a baixo custo, e o crescimento demográfico rápido estilhou os valores do mundo rural ainda presentes nos moradores da cidade planejada. O diálogo com o campo

se restringe ao necessário, quando o universo urbano moderno é superestimado na correnteza de tantas mudanças simultâneas.

Por trás das modificações nas apropriações e expropriações legais dos espaços, existem alguns registros documentais, que formam um acervo historiograficamente essencial para o resgate da evolução dos lugares na cidade. Os historiadores desvendam as relações implícitas nos fluxos de poder pela leitura deste acervo. Assim, com a criação de uma cidade, todo o conjunto de documentos produzidos ao longo de séculos versando sobre a posse das frações de terra torna-se inutilizada como registro, ao tempo que é tomado um solo bruto a ser parcelado e documentado, de forma homogênea e sincrônica, lançando ao esquecimento toda a jurisprudência anterior. Um outro detalhe, de ordem mais prática, tange à precariedade da documentação oferecida aos transferidos, cuja documentação definitiva somente depois pôde ser pleiteada, e há bom número de informes de dificuldades de ordem burocrática na efetivação da posse legal destes imóveis.

As cidades possuem a característica da dinâmica territorial. Os bairros não são estáticos, mas apresentam reconfigurações ao longo do tempo, com expansões, retrações e estagnações, numa experiência pluritemporal peculiar. A realocização da cidade, e seu conseqüente redimensionamento em plano ortogonal firmemente demarcado limita esta dinâmica. A relação diacrônica entre forma e função mencionada por Capel torna-se aqui ilegível. Durante a construção da nova cidade, discutiu-se – entre os engenheiros, evidentemente – a possibilidade de nomear as quadras e logradouros com um sistema de letras e números. A pressão das famílias mais tradicionais fez com que fossem homenageados seus patriarcas nos nomes das ruas. Assim, são muitas as ruas da cidade com nomes de antigos coronéis. Em relação às quadras, prevaleceu a denominação por números. Mas esta denominação é estática, não argumentável. A quadra 02 não sofre ameaça de um dia tornar-se 03 ou ter sua identidade questionada. São unidades determinadas e deterministas.

Outrossim, a própria designação das quadras já é uma castração da identidade local. Na velha cidade, haviam apenas duas divisões, denominadas “Capão de Cima” (a área central, do comércio e porto), e “Capão de Baixo” (residências). Durante gerações construiu-se um ideário acerca do viver no bairro

“Capão de Cima” ou no “Centro”, ou ainda no “Capão de Baixo”, aos quais a população atribuía distintamente qualidades e defeitos. Apesar de variações regionais, para os moradores do lugar, capão é uma área aberta na caatinga, com vegetação baixa. É um toponímico típico da caatinga, algo que fala às pessoas do lugar, dá-lhes um sentido, ao tempo que territorializa sua experiência enquanto morador da cidade. Quadras são formalmente quadras em qualquer lugar, sem significado e com pouca possibilidade de significação.

Pelo senso comum, considerava-se na velha cidade uma clara distinção entre os moradores do centro – o Remanso – e os moradores dos demais bairros, chamados Capões. O arquiteto Isaías de Carvalho, que trabalhou na equipe de projetos das novas cidades, captou essa configuração:

Porque era Remanso? Porque havia um remanso, e esse remanso produziu o que? Duas cidades [...] por força de um elemento da natureza, que não existe mais... eu posso até lamentar que a cidade tenha desaparecido, mas não posso negar que era dividida. Então, a Remanso Nova teria que respeitar esta realidade (CARVALHO, 2009).

Na edificação da nova cidade, contudo, este fato foi ignorado. O traçado ortogonal em tabuleiro de xadrez – como se vê na **Figura 64** – redispôs os centros, estabelecendo arbitrariamente relações que haviam sido elaboradas ao longo de gerações.



Figura 64: Vista da Nova Remanso, recém construída.
Fonte: Hidroservice (www.hidroservice.com.br)

Na velha cidade, houve um avanço espacial a partir de um pequeno centro comercial próximo à Igreja Católica, praça e mercado, junto ao porto. O porto fluvial era um verdadeiro dínamo das redes da cidade, por onde os produtos entravam e saíam da cidade, que historicamente funcionava como entreposto comercial de grande importância, ligando os Estados do Piauí e Maranhão ao circuito fluvial de comércio do São Francisco. Estas atividades materializavam então a estrutura social vigente. Na nova cidade, na época de cheia, o rio dista 3 km do centro e chega a 8 km durante a baixa do lago, demonstrando como a pesca deixa a centralidade na vida das pessoas e se periferiza com o advento das novidades.

O banho de rio, no cais, era algo cotidiano na velha cidade, mais como prática recreativa do que como higiene, com características bem ligadas ao modo de vida simples de pescadores e camponeses que tem na aguada uma extensão de sua vida privada. A cidade nova encerra esta prática, embora tenha surgido, posteriormente uma praia fluvial bem estruturada, mas que se insere no padrão de praia convencional, associada a outros valores e interesses, e visitada por um outro tipo de público, especialmente as pessoas “de fora” e a chamada “classe média” local.

Acsehrad (2001) também aponta a circulação das classes em movimentos endógenos como elementos da vida urbana. O movimento centro-periferia, o embate residencial-industrial, as valorizações e desvalorizações imobiliárias são aspectos comuns na análise urbana, que aqui neste caso também desaparecem, dando lugar à distribuição racionalista dos espaços, a partir das concepções dos planejadores, que distribuíram as áreas de comércio, residências e indústria a critério próprio.



Figura 65: Vista da nova cidade. Autoria e datas desconhecidas.

A cidade construída possui uma simetria das formas oposta à antiga, como se nota na **Figura 65**. Uma outra diferença é que na cidade nova são dispostas várias áreas de circulação e recreação, grandes praças, avenidas largas e *boulevards*, que materializam uma suposta preocupação dos planejadores com os andantes, apesar do momento urbanístico apresentar maior preocupação em oferecer primazia aos automóveis. É possível que os idealizadores da cidade tenham envidado um esforço para proporcionar aos cidadãos uma experiência agradável na nova cidade, ao tempo em que não se imaginava que os carros abundassem proporcionalmente lá, ideias que de fato foram confirmadas pelo tempo. A **Figura 66** apresenta uma distribuição espacial de Remanso:

MAPA 04 - MACROZONA URBANA (zonas especiais)



Figura 66: Zoneamento Urbano de Remanso. Fonte: PDDU de Remanso, 2007

6.4 NOVAS ÁGUAS, NOVOS REMANSOS

Assumindo a edificação da cidade como discurso, este foi bem sucedido como instrumento de propaganda, pois as ideias implícitas no projeto atraíram milhares de pessoas das mais variadas partes do país, que acorreram para a região, buscando o exercício de várias atividades econômicas, causando uma explosão demográfica impressionante, com as vantagens e desvantagens que isso implica.

Outro aspecto interessante, menos objetivo, é o estado de satisfação que gozam os habitantes da cidade em relação às suas formas e funções. São poucos os que criticam a nova cidade enquanto estrutura, embora muitos manifestem nostalgia em relação a vivências da velha cidade, a maioria admite a melhoria do bem-estar com a Remanso Nova.

Mais que isso, a cidade apresenta uma grande modificação na estrutura em relação ao que foi entregue há 30 anos. A cidade inicialmente construída possuía uma rudeza de traços chocante, com seus cactos e cercas centralizando a paisagem, o tom monocromático das edificações, a monotonia das casas padronizadas, a ausência de árvores e a perplexidade das pessoas.



Figura 67: Centro da Nova Remanso, data imprecisa, autoria desconhecida.

Com o passar dos anos, viu-se um processo que bem se poderia chamar de customização da cidade, como aquele produto industrializado insípido e pasteurizado que passa a ganhar um tempero peculiar. Hoje a cidade tem um pulsar diferente, com as irregularidades físicas que caracterizam geralmente os núcleos urbanos, o colorido, grande quantidade de árvores, uma riqueza arquitetônica que impressiona, reforçando a sensação de modernismo, como visto na **Figura 67**.

A população aumenta exponencialmente, o comércio é rico e diversificado, a pesca resiste como atividade econômica importante, associada ao modo de vida da cidade, que soma ainda uma pequena produção agropecuária e setor de serviços em crescimento.

Novos núcleos surgiram, com a ocupação de espaços além daqueles inicialmente determinados pelos planejadores, que nascem como bairros, na acepção comum de unidade territorial delimitada, personalidades próprias e uma dinâmica consoante com o que ocorre nas cidades via de regra.

O progresso aparece como uma ideia fortemente associada à cidade, que é valorizada pela maioria, em senso comum, enquanto produto de um planejamento ordenado.

CAPITULO 7 PROJETO ESPECIAL DE COLONIZAÇÃO DA SERRA DO RAMALHO, A SOLUÇÃO QUE VIROU PROBLEMA

O processo de reterritorialização atinge, no caso daqueles que foram para as Agrovilas, contornos ainda mais dramáticos. O desligamento da base material da vida é somado à desconstituição das redes de relacionamento e o distanciamento da região natal. O recomeço, em uma área totalmente nova, exigia novos saberes e acabava por incitar o apagamento dos modos tradicionais de vida. E era uma vida muito dura, pelo desafio de iniciar quase do zero. A desarticulação social dos camponeses da região, tomados de assalto pelo aparato estatal, e a incompreensão do que estava acontecendo, favoreceram os excessos, injustiças e enganos que permearam a execução do projeto. Mas a experiência do PEC também representou a mais visível contestação ao deslocamento, e aos modos como foi operado. Teimando em ficar, ou retornando da Agrovila, os caatingueiros encontravam novas formas de dizer não, ainda que tenham pago um preço alto por isso.

As ingerências e falhas neste processo se evidenciaram na dificuldade de desocupação da área a tempo de cumprir o cronograma, já agravada pela resistência dos camponeses em se estabelecer em regiões de caatinga, muito diferentes das áreas ribeirinhas originais.

O Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho surge assim, por imposição do Banco Mundial, como medida de impacto para resolver entraves, adiantar a agenda, acalmar os ânimos, abrandar os já impacientes caatingueiros, que, na iminência da expulsão, não viam destino satisfatório adiante. Assim, a proposta seria mover 4 mil famílias da área para o município de Bom Jesus da Lapa, a 700 km de distância.

A busca pelo entendimento do processo que conduziu milhares de famílias de suas terras e casas, expropriando-os de seus modos de vida, como de suas concepções e anseios, é um mergulho em águas profundas. Isso porque além dos aspectos comuns das percepções coletivas e sociais, a cada narrativa – como também os silêncios – de cada família, cada pessoa, revela uma tragédia própria, uma forma singular de experimentar o sofrimento da perda.

É possível obter uma interessante reflexão do fenômeno Sobradinho como um todo a partir de uma análise das trajetórias de algumas das vidas afetadas pelo

Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, contextualizando os eventos e impressões da época com informações e memórias atuais.

Como já exposto, a sociedade que se estruturou na região, em toda a sua riqueza cultural e diversidade econômica, está profundamente ligada às atividades rurais, em condições de equilíbrio com o meio, e, principalmente, com fartura e variedade de alimentos.

Ely Estrela, contando de forma precisa e encantadora a história do afogamento da região e peregrinação até “as agrovila”, em que o título do trabalho – três felicidades e um desengano – dá conta de algo desconhecido da maioria das pessoas: que havia, na margem do rio, uma rica e variada atividade produtiva, baseada na alternância de cultivo, entre as ilhas, os lameiros, e a caatinga. Eram as três felicidades que caracterizavam o “beradero”, tornando-o próspero, com fartura de alimentos durante todo o ano. (ESTRELA, 2004:49).

Mas a década de 1970 marcaria profundas transformações, com a chegada de novos atores à região, com ideias, técnicas e planos estranhos ao lugar. Para chegar à consecução dos seus objetivos, eles usavam várias modalidades de persuasão. Dona Marina²⁴, que morava numa comunidade beradera, rememora as promessas que as equipes faziam na região:

P: E como é que eles falavam?

R: Que ia ser uma maravilha, e mostravam assim, como se já tivesse tudo plantado [...] mostravam uns slide pra gente, dizendo que a terra era muito boa, produtiva, como se a terra já tivesse toda desmatada [...]

P: Dizendo que lá seria mil maravilha [...]

R: Mil, não, dizendo que lá era duzentas mil maravilha [...]

P: Foram várias famílias de lá da sua região pra Serra do Ramalho ?

R: Sim, meus primo, muita gente.

(BARBOSA, 2009).

Euvaldo Moura²⁵ apresenta mais detalhes:

[...] eles fazia umas reportage, mostrano tudo, o milho, as terras [...] fizeram uma grande vantage, nois ia receber o terreno no ponto de planta, depois de chegar la nunca falaro [...] pra ir pra la era uma moleza, veio o caminhão, levou la [...] dero 500 “reais” por mês, enquanto a pessoa se ajeitava [...]

P: Eles prometeram [...]

R: Não, eles deram mesmo. Eu só comia carne quando ia na Lapa, no fim do mês, com esses 500 “reais” que eles pagava [...]

(MOURA, 2009)

²⁴ Marina Barbosa de Freitas é aposentada e vive na Quadra 17, em Remanso-BA.

²⁵ Seu Euvaldo tem 68 anos, é aposentado e reside na Quadra 14, em Remanso-BA.

Sobrepondo-se às discussões sobre o valor das indenizações – a baixo custo, considerando como devolutas as terras que não estivessem tituladas e indenizando apenas as benfeitorias, para baratear o custo da obra (ANDRADE, 1983:97) – destaca-se o fato de que as pessoas que a receberam, ou que receberam algum tipo de compensação financeira, não deram conta de viver com aquilo, pioraram em muito seu padrão de vida, empobreceram e se desorientaram como grupo social.

Entre as várias empresas públicas e particulares contratadas, que representavam o Governo brasileiro, duas se destacam: A Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), que coordenou as equipes e órgãos, no processo de construção da Barragem de Sobradinho, remoção e reinstalação das populações ribeirinhas, e passou a administrar a geração e distribuição da energia da respectiva hidrelétrica, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), novo ator inserido ao drama, órgão governamental criado para promover a reforma agrária, assumiu o assentamento de parte dos atingidos, notadamente no Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho.

Durante o processo de desocupação da área, as opções oferecidas aos camponeses resumiam-se em: a) mudar-se para o assentamento na Serra do Ramalho, lugar pouco explorado, distante (700 km) e diferente da região original, que mostrou-se um suplício para os que tentaram, de modo que a grande maioria das famílias o rejeitou; b) operação caatingueiro: mudança para a área de Caatinga com ajuda de custo, e c) a chamada solução própria: migração induzida por uma ajuda de custo para onde a família quisesse (PEREIRA, 1987:11).

É importante lembrar que o aparato legal disponível naquele momento não poderia oferecer proteção jurídica ao cidadão em detrimento do interesse do Projeto, aqui posto como interesse nacional, de prioridade absoluta em sua consecução. O engenheiro chefe, Eunápio Peltier de Queiroz, dizia que os ataques à estatal eram impatrióticos, uma vez que Sobradinho era associado ao progresso do Estado brasileiro. Deste modo, o processo de decisão foi vertical e autoritário, e a contraparte – o povo – figura no projeto como empecilho a ser removido, num procedimento que, efetivamente, é citado na documentação oficial como “de limpeza”. Germani captou esta tendência, ressaltando sua limitação:

Mas as empresas não têm planejado a "operação limpeza". Nem a nível do orçamento, nem de tempo, nem de metodologia. A população passa a ser vista como um problema para as empresas e para o estabelecimento de prazos a serem cumpridos. Portanto, o

resultado é uma ação extremamente violenta e traumática, onde a população é deixada à própria sorte (GERMANI, 1993:559).²⁶

A liberdade de escolha é relativa. Das três opções, nenhuma causaria satisfação efetiva. “Porque eles num ajeitava todo mundo por aqui mesmo?” questiona Izaltino. A história de Izaltino José dos Santos²⁷ é das mais tristes. Nascido em 1944, nas proximidades da Ilha da Favela, próximo a Remanso, cresceu entre a pesca e o plantio nas duas “chacra” da família, de onde tiravam uma variedade de produtos, e até conseguiam beneficiar a cana-de-açúcar para produção de rapadura, que era vendida em Remanso, permitindo uma vida confortável. A família pagava uma pequena taxa de uso da terra, anual, ao município. Quando a notícia da mudança chegou pelo rádio, o pai de Izaltino estranhou: “... eles pode fazer a barrage, mas a água vem de onde?” ou ainda “onde já se viu, mudar uma cidade velha pra uma nova?”

Não tardou e as transformações começaram a se manifestar na região, e, tempos depois, um cunhado de Izaltino o convence a ir com ele “pra Lapa”. Uma vez decidido, a mudança para “as agrovila” foi muito fácil. “...olhe, era uma maravilha...era de um jeito que se a pessoa quisesse levar assim... ó, um prato desse e não coubesse mais no caminhão, eles alugava outro pra levar...”

Mas ao chegar no Projeto, as coisas se mostraram bem mais difíceis. A água salgada era intragável. “... se a gente botasse uma lata de água pra descansar, no outro dia tava assim, um palmo de sal...”. Segundo ele, muitos morreram de dores de barriga e outros males, com certeza por causa da água. Dos doze filhos que levou, Izaltino viu seis morrerem na Agrovila, e quase perdeu a esposa por duas vezes. Ele mesmo, numa picada de cascavel, perdeu todos os dentes.

O trabalho não avançava. “Num ano, chovia demais e apodrecia a mandioca, no outro, chovia menos, mas a lagarta acabava com tudo. Nunca vi um lugar pra dar tanto inseto”. Além destes, ainda haviam papagaios, roedores e veados que atormentavam a lavoura. Não resistindo às adversidades, ele finalmente decide retornar pra sua terra, “antes de perder tudo, ou a vida”. Para isso, vendeu uma propriedade que, segundo ele valeria 10 mil, por apenas 2 mil, chegando em

²⁶ “Pero las empresas no tienen planificada la “operación limpieza” . Ni a nivel Del presupuesto, ni Del tiempo, ni de la metodología. La población pasa a ser vista como um problema para las empresas y para El cumplimiento de los cronogramas establecidos. Por lo tanto, El resultado pasa a ser una acción em extremo violenta y traumática, donde la población ES echada a su suerte.”

²⁷ Izaltino José dos Santos tem 65 anos, é aposentado e vive na Quadra 20, em Remanso-BA.

Remanso praticamente sem recursos, passando a viver da pescaria, até aposentar, anos depois.

A verdade é que havia interesses maiores pelas faixas mais férteis da região, que foram negadas ao removidos. Embora fossem apontadas várias faixas de terras nas proximidades dos rios Jacaré e Vermelho, e o Decreto Presidencial de 73.072, de 01/11/1973 determinasse a prioridade desta área para reforma agrária, apenas três meses depois o INCRA emite relatório vetando a reinstalação de colonos na borda do Lago, e após isto, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) também o faz por sucessivas vezes. Os planejadores apostavam assim na incapacidade ou imerecimento dos *beraderos* para trabalharem aquelas terras nobres, preferindo reservá-las para os projetos de irrigação de empresas que começavam a chegar na região (DUQUÉ, 1984:34). Esta atitude demonstra a disposição das instituições em relação aos interesses privados, contrariando a vontade dos expropriados, secundarizados no processo, também destacada por Germani:

O fato de que a população expropriada não se reassentou na área de boa fertilidade e adequada para irrigação, significa não somente a exclusão de uma forma de restituição à população pelo que haviam perdido, mas também a discriminação para com os expropriados, percebidos e tratados como cidadãos segunda classe (GERMANI, 1993:573).²⁸

Antonia Nunes Café²⁹ explica, arrependida, os detalhes de sua ida para o Projeto:

P – E por que a senhora escolheu ir pra Bom Jesus da Lapa?
R – É porque lá em Bom Jesus da Lapa, ele enganou, ele iludiu o pessoal, ele enganou o pessoal. Fomos justamente, lá é muito bom, as terras pra trabalhar. Mas é que se chover bastante; se não chover também a planta morre tudo. E aí ele iludiu o povo, que lá era muito bom e que quando a gente chegasse tinha seis meses de salário pra gente receber enquanto a pessoa plantava, chegasse a colher alguma coisa, né? E aí com isso o pessoal trazia umas amostras das espigas de milho, era deste tamanho, de melancia, de feijão, tudo aquelas coisas bem grande. O pessoal, com aquilo, disse: "Ôxe, vamos trabalhar. Esse que é o lugar da gente trabalhar".

²⁸ “El hecho de que la población expropiada no se reasentara en el área existente de buena fertilidad e indicada para el riego, significa no solamente la exclusión de una forma de restituir a la población lo que le habían sacado sino también revela la discriminación del Estado a los expropiados, percibidos y tratados como ciudadanos de segunda categoria.”

²⁹ Dona Antônia tem 70 anos, é aposentada e mora no povoado Bem Bom, na borda do Lago a 30 km de Remanso-BA.

7.1 “NÃO VAMOS”

Como já foi apontado por Duque (1980), Germani (2003) e Siqueira (1992), a resistência varia bastante, em forma e intensidade, mas é sempre presente, quando se impele comunidades inteiras a deixar seus *locus*, materializando aqui este resistir na desobediência, um enorme avanço social, como resume Ely Estrela (2004:100): “inconformismo e resistência são faces da mesma moeda, entrecruzam-se revelando estratégias de sobrevivências, em condições adversas”. Naquele caso, as estratégias de persistência criadas eram, principalmente, maneiras de manter os modos de vida herdados.

Numa clara demonstração de resistência ao Projeto, um crescente número de camponeses começa a se posicionar com firmeza pela opção de permanecer.

Neste reconhecimento de ser coletivo os camponeses em Sobradinho puderam opor uma resistência efetiva ao processo de expropriação em curso, dando-lhe uma resposta política materializada na permanência na borda do Lago. (PEREIRA, 1987:68).

O Jornal da Bahia de 17/03/1977 conta a história de João José de Souza, morador do povoado de Areia Branca, no município de Casa Nova, que vivia repetindo que “morria”, mas não se mudava pra outro lugar. Percebendo que não podia resistir à mudança, às vésperas do enchimento do reservatório, em janeiro de 1977, num ato de desespero, João suicidou-se, tomando veneno, deixando quatro filhos, e a mulher, que expressou na reportagem todo o ódio por Sobradinho. Na mesma reportagem, narra-se a também o caso de outro lavrador que enlouqueceu diante da perspectiva de ser obrigado a sair de suas terras.

A trajetória de “seu” Joãozinho³⁰ e Palmira coincidem com a história de milhares de famílias de agricultores da região que foram dispersos por Sobradinho. Tanto os irmãos de João como os de Dona Palmira foram para “as agrovila”, onde sofreram bastante, não se adaptaram, e de lá rumaram para outras partes. O irmão de João, após se envolver em uma briga na região de origem, e na iminência de uma vingança, precisava fugir para bem longe, no que “a Lapa” se mostrou uma boa opção. Hoje mora em Brasília.

P: E vocês, não quiseram ir lá nas "agrovila" não ?

³⁰ “Seu” João Moura da Silva, 65 anos, e Dona Palmira Virgínia da Silva são aposentados, e moram na Quadra 11, em Remanso-BA.

Palmira: Deus o livre, meu filho, de um lugar daquele...

João: Eu fui lá, duas veiz, tinha meu irmão, fui visitá ele...já tinha uns dois ano...Lá era "arranchado", tinha tudo, ele comprava gado...

Palmira: Eu andei lá quando meu irmão teve doente, e num me deixou saudade...pra ir lá outra veiz...

O poder foi demonstrado pelo portentoso aparelho logístico posto em campo através da executora, que oferecia aos caatingueiros um monólogo em que restava ao interlocutor a escolha de aceitar seus termos de imediato, ou aceitar posteriormente, com maior prejuízo. Eram dizeres comuns, reportados por D. José Rodrigues: "ou aceita essa indenização ou perde tudo debaixo d'água" e também "Se vocês não saírem, virá o exército"; ou ainda "virão os tratores da CHESF" (SIQUEIRA, 1992:17).

Em agosto de 1975, a CHESF organizou em Remanso uma reunião que foi descrita pelos participantes como "tensa", visto o adiantado do cronograma, e os impasses ainda restantes. A intenção era alocar no Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho quatro das doze mil famílias atingidas pelo futuro lago de Sobradinho. Os deslocados reagiam, recusando as ofertas do INCRA para aqueles que o aceitassem, foram oferecidas vantagens: uma propriedade de 20 hectares, com casas construídas, ajuda na roçagem da mata, sementes selecionadas e apoio técnico, crédito rural, energia elétrica, e instalações sanitárias. Menciona-se como promessa especialmente atraente a oferta de irrigação para todos os lotes, a fim de viabilizar o plantio durante todo o ano.

Outra argumentação usada pelas equipes executivas era a decadência econômica da região, que segundo eles aumentaria com o tempo, trazendo grande empobrecimento para a população, contraposto às potencialidades da região "da Lapa", onde a terra é boa, haverá oportunidades, e o Bom Jesus abençoará.

Para dar suporte à apresentação da proposta, as equipes utilizavam recursos modernos: projeção de slides, aparelhos de som, fotografias e filmagens. Também ofereciam passagens de ida e volta para quem quisesse conhecer a região do PEC/Serra do Ramalho antes de tomar a decisão.

Os moradores relutavam. Não conheciam a região oferecida, e a certa altura do processo, já não confiavam nos interlocutores. A mentalidade do caatingueiro, habituada ao ceticismo em relação a ações públicas e mudanças, optava pela descrença, afinal, como diz Carlos de Souza: "... quando eu era menino e ficava brincando nas margens do rio, os barqueiros diziam que a única coisa boa na Lapa era o Bom Jesus" (VEJA, 1975, p. 25).

A resposta, dada pelo engenheiro Paulo Maranhão Aguiar, representa bem a percepção do planejador: “para eles, a terra não é o São Francisco, não é a Bahia nem seu município, mas um raio de existência que nunca ultrapassa os 50 quilômetros” (VEJA, 1975, p. 25). Embora muitos boatos percorressem a região, cada qual com sentido próprio, a incredulidade os recebia, sedimentada na certeza de que se quase nada mudava em toda a vida, não seria agora que tudo seria transformado de uma hora pra outra.

Mais uma vez a memória de Marina revela aspectos da época:

P: Como foi isso?

R: Eu tinha meu lote, minha "tarefa" como a gente falava. Eles faziam uma proposta, a gente num aceitava, eles sumiam.. nunca mais apareceram... A gente botou na justiça, tá até hoje na justiça ...

P: Mas muita gente não foi, como a senhora...

R: É que foi assim, também... muita gente teve condições, teve cabeça, quando eles falaram tudo isso, foram lá olhar, e quando chegou lá num tinha nada que eles falaram, como não tem até hoje, agora em agosto eu tive lá, depois de trinta e três anos, na agrovila... é aquela poeira horrorosa, falta de água... é uma "fartura", farta água, farta tudo.

Da forma como a situação foi imposta, não haveria como tomar uma decisão vantajosa. Ficar e manter o modo de vida não era uma opção. A falta de informação contribuía para o impasse. O tempo, na iminência da enchente, depreciava as propriedades. Não havia a quem recorrer. A maior prova da desvantagem dos atingidos é a existência – passados quase 40 anos – de processos judiciais em andamento. É muito tempo para qualquer sofrimento.

7.2 LÁ: O CATIVEIRO

As Agrovilas, nomeadas numericamente, num total de 16, distavam 6 km entre si, de modo que os assentados percorriam a distância máxima de 3 km entre a casa e a roça. A Agrovila central possuía uma escola secundária, um posto de saúde e uma loja que fornecia os produtos essenciais. A **Figura 68** mostra um pouco das condições em que as pessoas eram obrigadas a viver, nas Agrovilas. A precariedade e o descaso com as famílias era patente, e a preocupação em oferecer uma estrutura mínima, não era visível.



Figura 68: Aspecto da vida nas Agrovilas. Fonte: Edite Diniz.

Cada família dispunha de um lote de terra de 20 hectares, vendido em parcelas para os colonos, com carência de quatro anos. A casa era gratuita. Cada família poderia criar seu gado, sem limite de quantidade. “A terra era boa... as casa era tudo boa, de barão... mas era tudo cercado” explica Dona Palmira, enfatizando o contraste com a escassez de cercas em sua região, na mesma época.

Eduardo Lopes³¹ também se incomodou com a grande quantidade de cercas, pois em sua antiga moradia, as terras tinham “extremas” naturais, não havia necessidade de separações físicas, permitindo a circulação de modo mais livre. Euvaldo também relata o contraste com a prática secular da pecuária na região: “chegou lá o gado é tudo trancado, você quase num tem direito”.

Vários motivos aparecem como motivadores para que as pessoas aceitassem a proposta do Projeto na Serra do Ramalho, entre desejo de conhecer algo novo, desventuras familiares, fugas, e aquilo que deve ter sido mais freqüente:

[...] os beraderos, temendo ficar sem lote na borda do lago, agarraram o Projeto Serra do Ramalho como única alternativa de sobrevivência. Em que medida a apreciação favorável do projeto

³¹ Eduardo Lopes de Almeida, 73 anos, é aposentado e reside na Quadra 14, em Remanso-BA.

pelas “comissões de visitação” não resultou da consciência de que, quanto menos pessoas ficassem na borda do lago, mais terras sobriam para elas? Essa também pode ser uma outra razão para explicar o silêncio da maioria das elites políticas locais em relação à partida de sua clientela para área distante do futuro lago. (ESTRELA, 2004:122)

Entre os entrevistados, prevalece na decisão de ir o efeito da propaganda dos planejadores, como Euvaldo confirma:

P: Por que foi que o senhor teve interesse de ir pra Lapa?

R: Por causa da vantagem que eles dava... a gente via sair na reportagem, uns plantio muito bonito, as casas tudo bonita... tinha um tio lá, morano lá...esse tio me iludiu muito também: venha pra cá...

Ao chegar ao Projeto, o lugar descrito como paraíso estava mais para um purgatório, tamanhas as adversidades, diferenças da terra natal, e trabalhos a serem feitos. O primeiro problema, urgente e incontornável, foi a péssima qualidade da água, de poços. Euvaldo relembra:

P: A água lá, como era ?

R: A água era salobra, meu filho quase morre, foi isso que fez eu vim mais ligeiro, foi isso, a gente trouxe filho que quando chegou aí no porto, no vapor, tava quase morrendo já...

P: Eles tinham prometido irrigação...

R: Ia ter irrigação, mas eu num cheguei a ver não...

Antônia Nunes traz uma lembrança semelhante:

P- E a senhora sabia que era longe do rio?
R - Lá? Ele dizia as metragens, os quilômetros pra o rio, era longe, era longe. Mas só que tinha poço artesiano, tinha muita água, rios também, tinha água era muita mesmo. Mas só que a água não prestava, a água era ruim, a água era salgada. A água, você lavava um pano, ela cortava o sabão. Você lavava aquele pano com a água, cortava o sabão, não dava espuma pra você lavar o pano. Agora água tinha bastante, tinha não sei quantas lavanderias de água pro povo. Só que a água não prestava. Você botava a água numa vasilha de barro, quando era no outro dia, tinha, assim, um dedo de sal. Aquele negócio branco, assim, no vaso, tinha um dedo, assim, de sal na água quando ela assentava.

Valendo-se da intermediação que a Diocese de Juazeiro fazia entre as instituições executoras e a população, um grupo de moradores das Agrovilas

organiza um “abaixo-assinado” e uma comunicação a ser encaminhada diretamente ao General Ernesto Geisel, Presidente da República, em 04 de janeiro de 1978.

Diante da grande quantidade de chuvas daquele ano, grande parte das plantações perdeu-se por inundação, principalmente a mandioca que apodreceu, ao que os “Prefeitinhos³²” não demonstraram nenhuma atitude de interesse ou preocupação. Do mesmo modo os funcionários do INCRA responsáveis pela aposentadoria dos colonos idosos, recebiam os documentos há mais de um ano sem nenhum retorno. De igual maneira, a missiva reclama o envio de várias comunicações a órgãos responsáveis, acompanhados de “abaixo-assinados”, sem que houvesse qualquer resposta.

O texto segue com mais uma denúncia grave: a ausência de equipamentos para beneficiamento de milho e mandioca – as prometidas oficinas ou casas-de-farinha – contrasta com a exploração imposta pelas cooperativas, comprando produto muito abaixo do preço e vendendo, por exemplo, um saco de milho por CR\$ 450,00 quando o preço de mercado seria em torno de CR\$ 100,00. Isto justificava o apelido que as Cooperativas ganharam: “explorativas”.

Também fora prometida assistência médica, mas o relato do documento dá conta de que havia apenas um carro, uma vez por semana, para levar os enfermos até Bom Jesus da Lapa, restando o problema dos casos de urgência em outros dias, para os quais não se conseguia transporte. Sobrava para o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

E sempre, dia por dia é chegando gente doente de todas as Agrovilas, pedindo a mim para levá-los ao Hospital, aonde possa ser atendido pelos médicos, e quando é atendido, recebe uma receita para comprar o remédio, e eles correm ao Sindicato, pedindo remédio.

(Carta do STR de Bom Jesus da Lapa, Caminhando Juntos, janeiro de 1980)

A constante referência às promessas não-cumpridas emerge novamente:

Antes de nos mudarmos para estas Agrovilas, diziam-nos que cada colono teria direito a iluminação elétrica em suas residências, o que não vem acontecendo, e, se algum colono tenta obtê-la, terá de fazer a instalação às suas próprias custas. Senhor Presidente, não sabemos se V. Exa. está inteirado do que vem acontecendo nestas Agrovilas, mas a verdade é que há muita gente aqui passando fome,

³² Cada Agrovila tinha um administrador, preposto do INCRA, chamado pelos demais de “Prefeitinho”.

enquanto outros colonos estão indo embora, em consequência da condição de vida precária que a tanto os obriga. As queixas dos colonos jamais são recebidas com a necessária atenção pelos seus superiores administrativos ou às vezes são impedidos de fazê-lo para que não surjam comentários.

(Carta do STR de Bom Jesus da Lapa, Caminhando Juntos, janeiro de 1980)

Após relatar as dificuldades, a correspondência pede ao Presidente da República o envio de um representante para ouvi-los e verificar *in loco* a gravidade da situação, apresentando, ao final, vários elogios ao General, e manifestando confiança no mesmo. Este episódio aponta para o desespero dos assentados “nas agrovila”, sua tentativa de articulação através dos sindicatos, a ineficácia da ação dos mesmos na resolução das questões mais graves, e ainda a esperança de socorro por parte da Presidência da República, que aparentemente consegue se desvincular dos órgãos executores do Projeto na percepção dos atingidos.



A **Figura 69** mostra um barracão padrão usado nas Agrovilas. Neles se amontoavam apetrechos e produtos para a lavoura, e as pessoas com seus bens. A insalubridade das instalações e a falta de estrutura aumentavam a percepção de abandono. Um termo recorrente entre as narrativas da época e as memórias resgatadas atualmente é a ideia de cativo. Duque (1980, p.322) descreve a perplexidade com que os técnicos encaravam as referências ao PEC com este termo, acompanhado de expressões de desprezo. O sentido é o mesmo. A população sabia que a ordem espacial, política, cultural imposta na Serra do Ramalho lhes tomaria o modo de vida. Ainda hoje, diante do questionamento se tinham morado nas “agrovila”, é recorrente a resposta: “Graças a Deus, não!”.

Figura 69: Barracão na Agrovila.
Fonte: Edite Diniz

Antônio Pereira de Macedo era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa no ano de 1980, quando externou em carta a angústia que vinha sofrendo no exercício da liderança dos assentados, cujos problemas aumentavam em quantidade e gravidade a cada dia. A missiva, datada de 1 de janeiro de 1980, foi encaminhada à CONTAG, em Brasília-DF, que por sua vez encaminhou o documento ao Presidente do INCRA. O texto dá conta de problemas generalizados, e expõe o fundamento da ideia de cativoiro tão mencionado nos depoimentos:

SOBRE A SITUAÇÃO DAS AGROVILAS DA LAPA – Venho através desta levar ao conhecimento desta CONTAG a triste calamidade em que se acha os colonos das Agrovilas da Serra do Ramalho, com relação à Agrovila 6, de onde recebi lamentável queixa de falta de água, assistência médica, remédio, transporte e alimento, que não estão recebendo fornecimento por parte do Projeto, não temos cooperativa, e sim explorativa, que compra nosso produto pelo preço baixo e vende e não se vê retorno, arrastando os pobres pais de família lá de Mato Grosso e outras paragens com palavras meigas de bondade, iludindo os pobres trabalhadores, dizendo que só com um ano estão todos ricos e que não se lembrariam de Mato Grosso, e chegando dentro de 4 paredes e viram as costas sem a menor atenção (BOLETIM CAMINHAR JUNTOS, maio de 1980).

Euvaldo já tinha resumido a história com uma alegoria bem conhecida do caatingueiro : “Aquilo lá foi um laço que botaram pra gente”. À semelhança de uma presa que inocentemente busca a isca e se vê enroscado em uma armadilha, os caatingueiros foram levados às “agrovila” na eterna busca por melhoria de vida, deparando-se com a arapuca da falta de estrutura e liberdade.

Eduardo Lopes também mencionou o laço. Ele chegou a possuir roças e dois “lameiros” na beira do rio, além de plantar nas ilhas, que chegavam a produzir três safras por mês. Também criou gado, com currais de até 70 cabeças. Na ida para a Agrovila, foi roubado, perdendo 10 cabeças de gado, canoa e muitos suprimentos e ferramentas que levava. Embora tenha produzido bastante na Serra do Ramalho, não havia melhoria de vida, e após alguns anos, começa o empobrecimento, que somado às doenças, o fizeram pensar em voltar. Foi então que sofreu um golpe ao vender um carregamento de madeira, cujos “compradores” simplesmente fugiram, deixando-o com um prejuízo de 60 mil, o que quase o levou a perder o juízo, e determinou a volta para Remanso.

Embora nenhum registro ou entrevista negue a qualidade da terra para fins de plantio, ou das habitações, as adversidades aparecem como muito maiores, em que

numa avaliação simples a intenção de sair prepondera, havendo a menção freqüente de muitos que não saíram por não terem condições.

7.3 VOLTAS

Em meio às comemorações do dia do trabalhador do ano de 1980, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região do Médio São Francisco, divulgaram um documento apontando problemas decorrentes da construção da Barragem de Sobradinho, dentre os quais, emerge a questão pungente do êxodo que se verificava do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho.

BARRA DA CRUZ³³ – São mais de 70 famílias que estão voltando das Agrovilas de Bom Jesus da Lapa, para onde foram encaminhadas pela CHESF e que estão passando grandes necessidades. Se a solução não foi solução e a prova é que estão voltando, quais os direitos que tem ao sair? Outras famílias virão e a quem cabe a responsabilidade de tal sofrimento e miséria? A quem cabe a solução, uma vez que eles estão sem condições de refazer a vida? (Boletim Caminhar Juntos, maio de 1980).

Esta situação, cujo registro aponta somente este momento e localidade, dá conta de algo pontual, mas que se pode presumir maior freqüência e intensidade, algo sério e relevante em qualquer instância administrativa, mas ignorado pelos poderes públicos, relegando esta massa de peregrinos a ocupar espaços periféricos nas cidades das regiões, se submeter à exploração de mão-de-obra no campo, e nisso entendido o rebaixamento na condição de cidadãos e seres humanos. Dona Antonia Nunes Café morava no antigo povoado de Barra da Cruz. Ela também sofreu no Projeto em Serra do Ramalho, e voltou:

P – Dona Antônia, deixa eu perguntar uma coisa, se o lote era bom, se a casa era boa, por que vocês quiseram voltar? O que aconteceu pra vocês quererem voltar?
R – Voltar pra aqui? É porque eu adoeci, num sabe? Eu adoeci e muita gente dizia que era o clima do lugar, era modo da água. A água era salobra. Você botava num pote de barro, a gente comprava as vasilhas de barro pra botar pra filtrar, “ôxe”, quando era no outro dia amanhecia com dois dedos daquele sal banco. E a gente bebia aquela água, num sabe? E aquilo assentava toda no pulmão, no intestino da pessoa. E as pessoas não agüentavam, adoeciam mesmo. E eu adoeci e aí eu digo: "Não, aí eu vou me embora, não

³³ Barra da Cruz é um povoado situado no município de Casa Nova, apesar de mais próximo de Remanso. O povoamento anterior foi inundado pela barragem, e ignorado pela CHESF, mas os habitantes retornaram por conta própria e o reconstruíram. A esse respeito, ver Estrela, 2004.

vou ficar aqui". Aí a gente veio embora. É mesmo de saudade, mulher! A gente tinha saudade demais das terras da gente, dos conterrâneos da gente, da terra da gente e eu deixei meu pai e minha mãe.

P – Dona Antônia, como foi quando eles tiraram vocês de lá? Como foi pra chegar aqui, emprestaram transporte? Como foi?

R – Foi. Quando nós fomos, todo mundo, que ele levou todo mundo, foi todo mundo de vapor. Uns ia de ônibus mas a maioria ia de vapor porque levava as mudanças. Como nós fomos, fomos e levamos as mudanças toda. Aí foi em vapor que a maioria ia de carro. Só o pessoal em ônibus. Aí quando a gente veio embora, já eles não deram mais. A gente já veio por conta própria. A gente pagou as passagens da gente pra poder vir embora. E as coisas que a gente recebeu lá, casa nossa, os lotes grandes, ninguém conseguiu vender, ficou tudo lá. Ficou tudo lá. A gente pagou, vendeu um gadinho que a gente tinha ainda, né, aí a gente pagou as passagens e viemos embora. Quando chegamos aqui, era multidão, um bocado de nós. Aí o que fizemos? Todos em barraquinha de lona. Uns fazia de barro e outros só mesmo a coberturinha de lona. Isso aqui era uma mata, mata bruta.

Há relatos de que quase sempre os parentes precisavam ajudar no retorno dos assentados nas Agrovilas, e também de que o então Prefeito de Remanso mandava uma barca constantemente a Bom Jesus da Lapa, buscar remansenses e suas mudanças. Consta que muitos chegavam doentes e fracos, além de atordoados pela experiência no Projeto. Euvaldo se emociona ao lembrar:

Deram terra, um mundo de chão...ai eu fui querer vender pra ir embora, ele disse: não, ai num tem nada seu não, aí é do INCRA, pode ir embora, se voce tiver condições de ir, pode ir... aí eu telefonei pra meu pai em São Paulo, ele mandou dinheiro e eu saí.

A terra num era pra vender, eu pedi a eles pra me dar pelo menos o direito de "desfazer" pelo menos a planta pra eu trazer meus filho... mandioca, milho, algodão... num tirei nada... ficou tudinho pra eles lá...e assim, foram muitos, num foi só eu não...ninguém teve direito de nada do que fez lá nesse ano.

O destino, que já tinha golpeado aquelas famílias com a expulsão, agora reservaria um êxodo singular, numa libertação para outros cativados. Estes "fugitivos" passaram então a ocupar os espaços possíveis, em subempregos, à margem do Lago, das cidades, do progresso.

7.4 PRÓLOGO: EMPOBRECIMENTO E TRISTE LEMBRANÇA

A riqueza produzida por Sobradinho não ficou na região, assim como o trabalho dispensado no PEC não resultou melhoria para os que lá estiveram, e, pior, é claro o empobrecimento e menosprezo do poder público, visto nas condições materiais de vida e na melancolia dos “ex-beradeiros”:

A situação é tão evidente que uma avaliação sócio-econômica da realocação da população, encomendada pela própria CHESF, concluiu que a população realocada – tanto no Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho como no lago – não foi beneficiada pela melhoria nas suas condições de vida. Constata a criação e agravamento de desníveis econômicos entre a população afetada pela construção da barragem. Estas diferenças se acentuaram pelas distintas condições do solo, de acesso à água, pelo tamanho do lote, e a infra-estrutura de apoio. Estes elementos tendem a se traduzir em maiores vantagens comparativas para poucos, enquanto a maior parte dos produtores sofrem dificuldades (GERMANI, 1993:572).

Em contraste aos nove mil empregos gerados durante a construção da barragem (especializados, vindos "de fora") refere-se a perda de 15 mil empregos locais nas atividades tradicionais, como apontou Duque (1980:280). Além disso, a distribuição de recursos não representou melhoria com o passar do tempo:

Não obstante ter sido a ocupação estabelecida em parcelas individuais iguais para cada família – o que deveria corresponder a uma distribuição equitativa e a uma classificação do Índice de Gini de “nula a fraca” - o que se observa é que com dez anos de emancipação já aponta para uma perspectiva de concentração (PROJETO GeografAR, 2006:20).

Neste sentido, a contribuição de Vainer e Araújo (1992) permitem seguir o raciocínio, ao afirmar que os projetos de instalação de hidrelétricas, seja de grandes ou pequenos empreendimentos, enquanto as políticas governamentais estiverem destinadas à infra-estrutura do capital industrial e do capital financeiro, dentro do modo de produção capitalista, as regiões e localidades participarão apenas como receptoras do empreendimento e das políticas já elaboradas e aprovadas, para o “bem da nação”. O paradoxo que emerge das barragens é que a “recepção” do projeto se aplica somente às perdas impostas aos atingidos, enquanto os ganhos são escamoteados e acessíveis a poucos. Deste modo é que, por exemplo, a maioria das comunidades da borda do Lago de Sobradinho somente teve acesso à energia elétrica três décadas após a mudança, por ocasião do Programa Federal de

Eletrificação Rural “Luz Para Todos”, e o acesso à água tratada ainda é um luxo para poucos. Pensando no efeito do PEC/Ramalho em sua vida, Antonia quer distância:

P– A senhora já pensou em ir na agrovila que a senhora deixou?
Já passou por lá de novo?
R – Não, nunca, nunca mais. E nem tenho intenção de voltar mais lá. Só se fosse uma coisa que dissesse assim: você tem o direito de vender a sua casa, você tem o direito de vender o seu lote. Aí eu ia lá. Porque o nosso lote era bom, nossa roça lá era boa, era grande, bem cercada. A minha casa que eu ganhei lá do projeto, eu fiz serviço, cresci mais, eu fiz serviço. Aí se dissesse assim: você tem o direito de vender. Aí eu ia lá. Mas só pra ir lá, não. Nem eu e nem meus filhos que vieram.

É interessante notar como é comum ao Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho, entre os que foram, os que não foram, e mesmo os que estão lá, por expressões e atitudes, destacadas pelas próprias trajetórias de vida, que, apresentam um padrão de empobrecimento e entristecimento a partir das mudanças operada nos anos 1970. Eivaldo resume:

P: Então não foi uma experiencia boa não...

R: Foi nada, foi muito ruim, deixei de ganhar muito material aqui, pra fazer casa, e nunca pude ter uma, só fui fazer essa aqui agora, tem poucos tempos... aqui todo mundo ficou com casa boa, com fazenda, terreno que eles dava aqui, bom, aqui todo mundo ficou bem... os que moravam aqui, os que num tinha nada, hoje tão tudo rico, esses meus primo, ai nas catinga, são tudo criador de gado, tem criação muita porque num saíram de lá, só fizeram mudar do lugar que tavam pra outro, mais no centro da catinga...

Eu cai naquele laço mesmo... meu tio, foi o primeiro a ajudar... pode vir, pode vir, telefonava de lá: pode vir, que aqui que é terra do home trabalhar...

P: E ele, como é que está hoje ?

R: Morreu lá sem ter nada, criava umas coisas, mas eu nem sei o resultado... Ali foi um laço que eles laçaram meio mundo de gente, mas no final, num ficou foi ninguém la, os velho morria logo lá, e os novo foram embora.

Os fatos corroboram as memórias, resgatadas nos depoimentos e documentos. Cada narrativa traz suas tragédias: Antônia, Marina, João e Palmira, como tantos outros, perderam suas comunidades e distanciaram-se das famílias. Eivaldo e Eduardo perderam bens, terras e gado. Izaltino perdeu seis filhos. Todos perderam tempo e esforço de suas vidas. Resta a fé. Como tem sido há gerações.

CAPITULO 8 PERDAS E DESENGANOS: UM OLHAR MÚLTIPLO

8.1 DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS: UMA APROXIMAÇÃO

Os deslocamentos populacionais involuntários, comuns em todo o mundo como parte de projetos desenvolvimentistas, apesar da recorrência dos interesses capitalistas que os orientam, possuem peculiaridades e enorme variação em todos os sentidos, mesmo em condições sócio-políticas e momentos históricos semelhantes.

Para além destas constatações, nota-se que são fenômenos por demais amplos, multifacetados e complexos para única abordagem. Distinguir desdobramentos em relação a todo um universo de transformações concretas e imateriais representa uma dificuldade metodológica, já registrada em vários estudos. Projetos de Barragens geraram numerosos impactos, tanto na região onde estão localizados como em nível inter-regional, nacional e ainda global. Isto inclui impactos socioeconômicos, na saúde, institucionais, ambientais, ecológicos e culturais. A Comissão Mundial de Barragens e numerosos outros estudos discutiram a importância e dificuldades de avaliar o número destes impactos. Um dos temas levantados por estes estudos é a necessidade de estender considerações a benefícios indiretos e custos dos projetos de barragens. De acordo com o relatório final do WCD,

uma simples contabilidade dos benefícios diretos das barragens – a provisão de água para irrigação, eletricidade, suprimento de água para cidades e indústrias, e controle de enchentes – muitas vezes falham em apreender o conjunto de benefícios sociais vinculados ao projeto. Também falta um levantamento de benefícios indiretos e econômicos (multiplicadores) (WCD, 2000:129).³⁴

Não obstante a dimensão do desafio, empreende-se aqui uma síntese de vários aspectos que podem compor uma análise ampla das conseqüências dos deslocamentos populacionais decorrentes da criação do reservatório de Sobradinho.

³⁴ “a simple accounting for the direct benefits provided by large dams - the provision of irrigation water, electricity, municipal and industrial water supply, and flood control - often fails to capture the full set of social benefits associated with these services. It also misses a set of ancillary benefits and indirect economic (or multiplier) benefits of dam projects”.

Problematizando, inicialmente, a função precípua da Barragem de Sobradinho, percebe-se que sua discussão é um tema frequentemente evitado nas instâncias públicas. Construída sob justificativa de regular a vazão do Rio, a obra foi redirecionada para a geração de energia elétrica, que tornou-se a tônica do projeto, e ponto fundamental da propaganda, associada ao progresso nacional. Apresentadas de forma complementar, dão impressão de organização e planejamento, ocultando o aspecto político desta guinada, e a complexidade que é coordenar as duas funções, pois como expôs Cairncross, esta gestão envolve aspectos decisórios que, por afetar a vida de dezenas de milhares de pessoas, deveriam ser melhor colocados:

Existe uma contradição entre as características desejáveis numa regra operativa para a regularização de vazões e para a produção de energia. Para uma central hidroelétrica é preferível manter a barragem cheia o tempo inteiro, enquanto o amortecimento de cheias e o armazenamento para alturas de seca exigem variações do nível da água na barragem. A escolha de uma regra operativa representa um compromisso entre estas exigências contraditórias. Geralmente implica uma decisão essencialmente política e econômica sobre o peso relativo a atribuir a cada objetivo mas é possível em muitos casos alcançar um compromisso sem grande sacrifício de qualquer dos dois (CAIRNCROSS, 1984:3).

Como a história regional evidencia, o direcionamento das decisões privilegiava os projetos à jusante da barragem, cabendo aos moradores da área do reservatório a condição secundária em relação aos investimentos.

Por outro lado, as regularidades das grandes obras permitem uma interpretação com o estabelecimento de outras balizas para a análise. O trabalho de Thayer Scudder (2005), “Um estudo comparativo de 50 casos de reassentamento induzido por barragens³⁵” apresenta uma interessante tabulação de 50 casos de construção de barragens em vários pontos do mundo, sintetizando aspectos de suas consequências. Mesmo considerando que o estudo não contempla a Barragem de Sobradinho, é possível interagir com o mesmo, numa breve análise comparativa do contexto geral, e acrescentar os dados disponíveis do recorte local.

A primeira constatação geral da pesquisa de Scudder diz respeito à localização dos projetos e conseqüentemente, ao perfil mais comum de população atingida:

³⁵ Título original: “A Comparative Survey of Dam-induced Resettlement in 50 Cases with the Statistical Assistance of John Gay”

Embora cidades possam ser envolvidas em cada uma das regiões geográficas [...] a maioria dos reassentados eram camponeses pobres. Em 31 dos 45 casos (69%) onde havia algum dado disponível, os níveis educacionais pareciam mais baixos do que em outras áreas rurais do mesmo país, enquanto os padrões de vida pareciam ser mais baixos em 24 casos (53%). Ligados à economia nacional de modo tênue no momento do deslocamento, as atividades econômicas primárias ou secundárias da maioria em 39 casos (78%) envolviam produção agrícola para consumo doméstico e mercados externos, ou produção agrícola combinada com trabalho migratório assalariado (SCUDDER, 2005:50)³⁶.

Analisando o perfil da população atingida pela Barragem de Sobradinho, em relação à distribuição populacional da região do Baixo-Médio sanfranciscano, o levantamento dos Censos Demográficos de 1970 e 1980 revelam a desproporção entre a população rural e urbana nos quatro municípios mais atingidos, com o se nota na **Tabela 5**:

Tabela 5: Distribuição da população na área do reservatório de Sobradinho, pelos recenseamentos gerais de 1970 e 1980 (em milhares de habitantes).

	1970			1980		
	População Urbana	População Rural	Total	População Urbana	População Rural	Total
Pilão Arcado	2,5	22,3	24,8	3,9	24,3	28,2
Remanso	7	16,6	23,6	13,5	16,2	29,7
Sento Sé	6	16,4	22,4	8,8	23,5	32,3
Casa Nova	5,4	31,6	37	11,2	28,5	39,7
Totais	20,9	86,9	107,8	37,4	92,5	129,9

Fonte: SIGAUD, 1986, p.50. Adaptação do autor

Se considerarmos que a imensa maioria da população atingida residia no campo, com seu modo de vida considerado “atrasado”, especialmente do ponto de vista do *outsider*, e com um sistema de valores e conhecimentos também vistos como inferiores, enquadrámos o caso de Sobradinho entre a maioria da estatística. Também é notório e convenientemente apontado pela CHESF que a produtividade de subsistência dos camponeses da região era precária em termos quantitativos e qualitativos. A tese da decadência das atividades produtivas locais, assim como da

³⁶ Though towns may be involved in each of the various geographical regions [...] the large majority of resettlers were poor rural farmers. In 31 (69 percent) of 45 cases where at least some data were available, educational levels appeared to be lower than in other rural areas of the same country, while living standards appeared to be lower in 24 (53 percent). Only weakly linked to the national economy at the time of resettlement, the primary or secondary economic activities of the majority in 39 cases (78 percent) involved agricultural production for both home consumption and external markets or agricultural production combined with migratory wage labor.

inviabilidade comercial e agrícola da micro-região, e o fim da navegação são parte do conjunto discursivo em favor da mudança. As evidências, entretanto, apontam para uma grande variedade de produtos, sem ênfase na produção para comercialização, condizente com a desarticulação em relação a quaisquer mercados que a absorvesse. O isolamento regional não é uma ideia, é um dado geográfico, econômico e social, visível ainda atualmente, que apenas substancia o desligamento em relação aos circuitos estaduais e nacionais.

A localização da população atingida é, no caso de Sobradinho, um fator determinante, considerando os apriorismos associados ao estereótipo do beradeiro – ignorante, limitado, politicamente dominado, economicamente isolado, socioculturalmente atrasado – presente nas ideias e ações dos planejadores. O discurso e o tratamento que foi dado posteriormente às populações confirma esta visão.

A regressão no número da população rural em Remanso, em apenas uma década, contrastada com a duplicação da população urbana, atesta o enorme ingresso de pessoas das mais variadas regiões, que vieram para a nova cidade, e acabaram se estabelecendo, somadas ao êxodo rural, como elementos constituintes da demografia local, naquele momento de reconfiguração. Na época da edificação da nova cidade, criava-se um enorme canteiro de obras que atraía operários de todas as partes, e, em muitos casos, findos os contratos de obras públicas, era tão grande a demanda em construções particulares, que estes trabalhadores acabavam ficando. Também correu por todo o país a notícia da fartura da pesca, no início do reservatório, motivo pelo qual acorreram ao entorno de Sobradinho pescadores às centenas. Por fim, um contingente de funcionários públicos de vários órgãos que se instalavam em Remanso acabaram se estabelecendo.

As movimentações populacionais ocasionaram interpretações diversas, como a que se registra em uma pesquisa da SEI:

Torna-se interessante notar a diferença de critérios utilizados para a transferência das pessoas que habitavam as zonas urbana e rural. A reconstrução dos núcleos urbanos com a manutenção da configuração espacial original, preservando-se as relações de vizinhança, dotando-os de serviços básicos, infra-estrutura, equipamentos sociais e comércio, fez com que os habitantes da área urbana mantivessem sua estrutura espacial e econômica pouco alterada. O contrário ocorreu com os moradores da área rural, basicamente constituída por pequenos produtores, expropriados de seus meios de vida e produção. (SEI, 2000:24)

É certo que houve um desmantelamento do modo de vida rural e cerceamento no acesso aos recursos naturais, mas não se pode dizer, como afirma a SEI, que entre as populações urbanas houve manutenção das configurações espaciais. Pelo contrário, o que se nota é uma queixa freqüente em relação ao apagamento das redes de vizinhança, pela alteração das estruturas anteriores, o que foi inclusive meio de produzir nichos de moradores, a partir de suas características sociais. Uma verdadeira experiência de modelamento urbano.

Tomando como referência os parâmetros da Comissão Internacional de Grandes Barragens (*International Commission of Large Dams – ICOLD*), Scudder constata que a melhoria do padrão de vida ocorreu em apenas 7% dos casos analisados. Em 82% dos casos, as condições objetivas de vida pioraram, notadamente pela alteração das formas produtivas, ou pelo cerceamento no acesso aos recursos naturais ou tecnológicos, criando uma instabilidade para o futuro:

Problemas futuros relacionados com indisponibilidade de terras agriculturáveis, reassentamento em áreas menos férteis, maior dependência de políticas governamentais ou – como no caso de reassentamento com projeto de irrigação cujo sistema de distribuição de água ou drenagem não são confiáveis – agências externas [...]. Tornando a situação mais complexa, havia o fato de que o processo de relocação só foi concluído pela maioria em 41% dos casos analisados (SCUDDER, 2005:9).³⁷

Sobradinho – evidenciam os dados – se inclui na estatística predominante. Para averiguá-la, há várias opções. Desde os números da economia, até a percepção dos moradores, constata-se que, evidentemente, houveram melhoras em alguns aspectos dos modos de vida, mas isto ao custo de um excepcional esforço de superação da situação inicial pós-mudança, nos anos 1980.

Naquele período, quando todas as atividades passaram por etapas de reconfiguração, não raro com momentos caóticos, e desaparecimento de vários meios de vida, que subverteram as estruturas socioeconômicas das comunidades locais, que, abandonados pelos expropriantes e pelo poder público, adaptaram-se e sobreviveram, com um lapso de atraso de, talvez, uma geração.

³⁷ “Problems for the future related to inadequate availability of arable land, resettlement on less fertile soils, and/or greater dependence on government policies or - as in the case of resettlement within an irrigation project with unreliable water delivery or drainage – on external agencies, than had previously been the case. Making the situation even more complex was the fact that a majority of the resettlers had completed the resettlement process in only 18 (41 percent) of the 44 cases analysed.”

8.1.1 Esquematisando respostas

Traçando uma abordagem esquemática dos projetos de deslocamento compulsório relacionados a barragens, Michael Cernea (1999) detecta a tendência geral ao empobrecimento associado a tais empreendimentos, e aponta oito critérios de verificação deste tipo específico de empobrecimento: a) falta de acesso à terra; b) desemprego; c) falta de acesso a moradia; d) marginalização; e) insegurança alimentar; f) aumento da morbidade e mortalidade; g) perda de acesso à propriedade coletiva; e h) desarticulação social. É possível notar, no plano do caso Sobradinho, e de modo específico em Remanso, uma relação com estas ideias, reagrupando-as para melhor compreensão.

a) Falta de acesso à terra e g) perda de acesso à propriedade coletiva : Os planejadores, embasados pela legislação, não reconheciam o modo de exploração empregado secularmente na vazante do rio, como também não reconheceram o modo de apropriação da terra praticado previamente. As disposições legais em torno da Linha Média de Enchentes Ordinárias (LMEO) não passavam de uma abstração. O conceito de terra pública – “da Marinha”, como se diz na região – resulta na prática, numa extensão de terra de ninguém, ou, mais precisamente, daqueles que conseguirem ocupar e manter. A borda do lago tornou-se local de instabilidade, devido às constantes disputas por áreas de plantio.

A metodologia de avaliação das propriedades a partir das benfeitorias, ignorando a ocupação da terra, depreciou o valor das indenizações, que mostraram-se insuficientes para a compra de novos lotes. Não foi considerado a dificuldade em se encontrar documentação de registro de propriedade na região, não obstante a posse regular. A existência de áreas de fundo de pasto ou exploração coletiva não foi registrada, também por ser legalmente invisível. A propriedade da terra deixou de ser praticada em função do seu uso, e tornou-se reserva de capital, certamente limitada às famílias de maior poder financeiro.

b) desemprego: O desemprego foi notado em 80% dos casos estudados por Scudder, embora o argumento da criação de oportunidades seja recorrente nos projetos de larga escala. Não se registra de modo mais amplo alguma preocupação com a geração de trabalho específica para as populações deslocadas. As ocupações que surgem são predominantemente temporárias, e disputadas com a mão de obra especializada que ocorre de outras regiões. A Revista do Banco Mundial chegou à

conclusão de que “apesar dos dados serem fracos, os projetos parecem muitas vezes mal sucedidos em reestabelecer os deslocados em um padrão de vida melhor ou igual, e um desempenho insatisfatório ainda persiste em larga escala” (SCUDDER, 2005:30). Em Remanso, chegaram muitos trabalhadores de todas as partes, que ocuparam os postos de trabalho mais especializados, restando à população local os chamados subempregos, como empregada doméstica, servente de pedreiro, carregador, açougueiro, pequeno comerciante...

Estas primeiras atividades pós-mudança, entre outras semelhantes, caracterizam a grande maioria da primeira geração de remansenses na nova cidade. Somente com o passar do tempo outros setores ganharam incremento: servidores públicos estaduais e municipais, inicialmente contratados por indicação política, autônomos especializados, artífices, pequenas fábricas e ainda o comércio.

c) moradias: É o menos problemático dos índices de empobrecimento nos casos estudados. A oferta de casas é quantitativamente suficiente, no primeiro momento, o que não quer dizer que represente solução para o deslocamento, tampouco melhoria no habitar. Diante dos inúmeros e contundentes protestos de organizações sociais da época, principalmente da Igreja Católica, cujos padres chegavam a derrubar muros das casas construídas pela CHESF com apenas um empurrão ou chute, alguns aspectos estruturais das casas foram melhorados. Algumas destas casas mantêm ainda hoje sua estrutura original, demonstrando boa resistência, de modo que este é o tema em que se verifica menor incidência de reclamações entre os relocados. A opção de receber a indenização em dinheiro possibilitou que muitos escolhessem o estilo da própria residência. Em alguns casos, a indenização em espécie incluía o lote, outros recebiam o equivalente ao lote também em dinheiro. A intenção anunciada da CHESF era oferecer condições de moradia melhores que as anteriores, mas observa-se que em muitos casos o que houve foi a reprodução da pobreza, como no caso exposto nas **Figuras 68 e 51** (Rua de Casas Tipo I, Página 188).

Por pior que fossem as condições de moradia na velha cidade, quanto terá custado uma residência construída neste padrão, e em que medida isso compensa a retirada das pessoas do seu espaço para condições tão adversas ?



Figura 70: Interior de uma residência oferecida pela CHESF, na nova cidade.

d) marginalização: A desarticulação dos modos de vida anteriores, somada à falta de opções produtivas na nova moradia, principalmente a falta de acesso a emprego ou terra indiretamente provocou, no primeiro momento, vários tipos de marginalização. A insegurança em relação ao futuro e redução das perspectivas, agravada pela instabilidade econômica e fragilidade do sistema legal abriam a possibilidade de transgressão, por sobrevivência ou por oportunismo. A condição de marginalizado em relação aos benefícios e ao propagandeado progresso sugeria a marginalização em relação às leis. Segregação, tensões e conflitos são uma sequência comum, cuja ocorrência no entorno de grandes obras é frequente e geralmente ignorada, como acontece no Vale do São Francisco.

f) morbidade e mortalidade: Embora haja carência de dados, os relatos apresentam, de modo geral, a informação de que no novo *locus* houve um aumento significativo de óbitos, associados a várias modificações decorrentes da mudança. A construção da cidade em meio a uma área de Caatinga obrigava os moradores a conviver com grande quantidade de animais, principalmente cobras, que atordoadas, transitavam pelas ruas da cidade. Também menciona-se com frequência a abundância de insetos, alguns venenosos, além de ratos, que perturbavam o cotidiano no início da cidade.

Há ainda os casos de enfermidades, trazidas pelos milhares de trabalhadores que migraram para a região, inclusive as doenças sexualmente transmissíveis, favorecidas pelo enorme aumento da prostituição. Além destas, doenças respiratórias, viroses e verminoses passam a fazer parte da realidade local com mais intensidade. Por fim, embora de difícil verificação e mensuração, há várias referências a casos de depressão e transtornos mentais decorrentes da mudança. A ausência de profissionais e programas de saúde voltados para as doenças potencialmente relacionadas à mudança obscurece uma compreensão mais acurada, mas todo este quadro contribui para a ideia de que houve uma grande onda de malefícios patológicos nos primeiros anos da readaptação.

h) Desarticulação: A desarticulação social surge das diversas perdas, devido especialmente à inaptidão ou desinteresse das autoridades do projeto em relocar as pessoas em comunidades e unidades sociais de sua escolha. Num contexto em que as aproximações eram baseadas em laços de sanguinidade, compadrio e vizinhança, tendo como agregadores os acontecimentos coletivos, especialmente os religiosos, a decomposição dos arranjos espaciais das famílias resulta no apagamento destas relações. Não havendo organizações sociais efetivas fora desta esfera, observa-se o desmantelamento das redes de relacionamento, das ideias comuns e da organização em função de interesses coletivos. É possível contribuir com a reflexão, delineando outros aspectos do processo:

8.2 QUESTÕES LEGAIS

Juridicamente, embora o cenário político autoritário da construção de Sobradinho, e o propalado interesse nacional não possibilitassem uma discussão legal honesta, nota-se que alguns instrumentos da lei permanecem, mesmo que sob outras apresentações, e ainda hoje, repetem-se eventos como aqueles dos anos 1970. Mesmo a moderna Constituição Federal, abre espaço para a figura da desapropriação, onde se encontra também a expropriação. Embora se refira pouco a estas prerrogativas, no seu art. 5º, XXIV, está disposto que "a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição". O art. 22, II, prevê que é competência privativa da União legislar sobre desapropriação.

Expropriar vem do latim *ex proprietatem*, "fora da propriedade", e significa "retirar alguém de sua propriedade", como postula André Albuquerque (2009). Deste modo, a expropriação caracteriza-se como um gênero de intervenção estatal na propriedade que culmina por retirar do proprietário a coisa. Semelhantemente, Cavalcanti Filho (2009) esclarece a natureza destas figuras jurídicas:

Entendemos que *expropriação* é o gênero do qual *desapropriação* é a espécie. Realmente, a doutrina classifica as intervenções do Estado na propriedade (limitações administrativas em sentido amplo) em restritivas ou parciais (não retiram a propriedade, apenas limitam o uso, como as servidões e o tombamento) e ablativas ou totais (retiram a propriedade). A expropriação é a intervenção ablativa ou total, que retira a propriedade, atingindo o caráter perpétuo, e que abrange duas espécies: a desapropriação e o confisco.

De igual forma, desapropriação e confisco guardam uma diferença entre si: a desapropriação é *sempre indenizada*, ao passo que o confisco, por natureza, não traz o direito a indenização. Isso porque, enquanto a desapropriação se baseia em necessidade pública, utilidade pública ou interesse social (art. 5º, XXIV, da CF), o confisco integra a categoria de sanção por um ato ilícito (art. 5º, XLVI, b).

Postos estes marcos, destaca-se a fragilidade da fundamentação jurídica do planejador ao executar suas ações, pela distância entre o legal e o justo. Ou ainda, de modo mais abrangente, o despreparo da legislação – até hoje – em lidar com as delicadas questões do deslocamento compulsório de populações, na ausência de regulamentação específica. Primeiro, porque a ideia de necessidade ou utilidade pública é por demais fluída, variável em razão das posturas governamentais e dos momentos históricos. Ao longo do tempo, as estratégias de estado – cujo termo em si é discutível – representa mais o interesse de um grupo que ocupa os espaços de mando, e geralmente se orienta por setores ligados à economia em maior escala. No caso de Sobradinho, é evidente a prioridade de ofertar energia para os centros industriais em expansão, e posteriormente favorecer oligarquias do agronegócio regional. Então, falar em interesse nacional, contrapondo estas forças a beradeiros pobres do mais interior dos espaços nacionais, é uma desproporção, denunciada por Manuel Correia de Andrade:

A intervenção do Estado se fez assim em função dos interesses dos grupos econômicos poderosos que se beneficiavam da abundância de energia nas cidades, que forneciam materiais para a construção das barragens e que depois realizaram empreendimentos agroindustriais ou agrícolas, em larga escala, nas áreas que seriam beneficiadas pela irrigação (ANDRADE, 1984:46).

A discussão em torno das indenizações da CHESF – quando pagas – e sua metodologia duram até os dias atuais, quando incontáveis ações judiciais tentam reparar as perdas materiais da época da construção da Barragem. Advogados de pequenos agricultores da região que acionaram a justiça contra a CHESF dão conta, com desânimo, da colossal batalha judicial, em vários casos com processos beirando os 40 anos, contra um departamento jurídico bem aparelhado e contando a seu favor a displicência oportuna do sistema judiciário. Na década de 1980, a construção de outra barragem, a de Itaipú, deflagrou um movimento de resistência que, como registra Guiomar Germani, contribuiu para a elaboração de um dispositivo legal de ordem compensatória:

A grande repercussão da resistência à construção de Itaipu e as decorrentes perdas de terras férteis e produtivas dos municípios atingidos deram fundamentos à instituição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) – prevista no parágrafo 1º do Art. 20 da Constituição Federal –, através da qual as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia, por geração hidrelétrica, pagam um percentual pela utilização de recursos hídricos aos Municípios, Estados e a União, sob a gerência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Esta compensação ou “royalties” tem garantido aos municípios lindeiros ingressos significativos mas mesmo assim estima-se que não cobrem as perdas que tiveram com a redução da área agriculturável (GERMANI, 2003:10).

Como é notório, estas compensações, que são repassadas diretamente para o poder executivo, sem controle de aplicação, são empregadas de modo indiscriminado pelas administrações locais, e é impossível verificar se seu uso efetivamente resulta em algum tipo de melhoria para a população que paga valores de mercado pelo uso da água e da energia elétrica e ignora o retorno destes recursos por parte dos poderes públicos. Por outro lado, mesmo supondo que as compensações promovam algum tipo de melhoria de vida, eles seriam apenas um aspecto da compensação pela relocação, o que é pouco diante de toda a perda. A mudança não foi pensada para oferecer avanço sócio-econômico, mas a compensação oferecida foi planejada para silenciar os anseios, num jogo que as populações locais desconheciam.

A impressão que sobressai das questões jurídicas é de que o Estado brasileiro, acima dos diversos governos, posta a prioridade de suprir a demanda do capital industrial, e posteriormente, do agro-hidronegócio, utilizou-se da legislação existente, reconhecidamente limitada em relação aos aspectos sociais, e impediu e restringiu o reconhecimento destes direitos, enquanto possível, e até os dias atuais,

postergando a possibilidade de diálogo equilibrado entre atingidos e planejadores de grandes obras. Cria-se, na prática, uma distinção, entre interesses capitalistas estratégicos e prioritários, postos acima de quaisquer outra demanda, e os direitos populares, subalternos e dispensáveis, na consecução dos objetivos maiores.

8.3 ASPECTOS AMBIENTAIS

Algumas modificações no ecossistema local provocaram grandes transtornos às populações da região, imediatamente após o surgimento do lago artificial. Inicialmente, a falta de limpeza da área do reservatório fez com que a vegetação, uma vez submersa, apodrecesse, gerando uma enorme biomassa que afetou principalmente a pesca, mas também a própria qualidade da água.

Diante da carência de estudos empíricos e dados que atestem a degradação ambiental decorrente da construção da Barragem, parte-se do senso comum e da observação, colhidos na intuição daqueles que lidam diretamente com a natureza: pescadores e catingueiros. A fantástica transformação de um rio estreito num reservatório de grandes proporções alterou o regime das águas, que antes eram areadas e rápidas, agora lentas ou estanques, com maior decantação; novas configurações de calha, nova composição, tudo isso diretamente ligado à vida dos peixes, suas rotinas e mesmo as relações entre espécies ou proliferação de novas espécies, observando-se ainda em anos mais recentes a implantação de peixes oriundos de outras regiões, como Tilápia, Tucunaré, Tambaqui, que impõem novas dinâmicas entre espécies e novas demandas na atividade pesqueira.

O relato de um então contratado da CHESF, que trabalhou nas operações de patrulha e resgate durante o enchimento do reservatório, em 1978, dá conta de grande quantidade de animais, os mais diversos, que acuados pela água, instintivamente penduravam-se nas árvores por longa temporada, ilhados à espreita de uma embarcação, tronco, ou algo que fosse a fim se salvar-se. Durante os primeiros meses da cheia do Lago, era bastante perigoso para um barco aproximar-se das árvores semi-submersas, dada a grande quantidade de cobras, gatos do mato, raposas, e mesmo onças em desespero nos galhos. Supõe-se assim que houve grande quantidade de mortes por afogamento³⁸.

³⁸ Sr. José Ventura, 47 anos, funcionário público, residente na Quadra 02, Remanso-BA.

Em março de 1980, foi publicada, no Boletim Caminhar Juntos, da Diocese de Juazeiro, uma nota da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil, denunciando a calamidade ecológica percebida na região, principalmente em relação ao Rio São Francisco:

Os problemas que hoje ocorrem na região tem suas causas ligadas, por um lado, ao desmatamento, principalmente nas nascentes e margens dos rios da bacia hidrográfica do São Francisco, o que determinou a erosão dos solos com o conseqüente assoreamento dos rios, ou seja, a diminuição da profundidade de seu leito pelo acúmulo de areia e a diminuição da vazão para 17% da original.

As enchentes destruíram grandes áreas agriculturáveis, principalmente das ilhas fluviais, de grande fertilidade.

O processo tende a agravar-se com a devastação das últimas matas da área através da ocupação rápida da região com tecnologia intensiva de capital.

A tudo isso junta-se outro fato inquietante, ainda não explicado, que é o de extensas áreas agriculturáveis e cidades permanecerem inundadas após haver cessado as chuvas.

Os aspectos naturais da problemática, como se sabe, não são irreversíveis mas podem ser administrados. Não houve preocupação com a recuperação da calha e margens do rio, assim como o controle da exploração marginal. Verifica-se também que o problema histórico das enchentes – cuja solução era um dos argumentos pela construção da Barragem de Sobradinho – não foi solucionado, causando grandes prejuízos até mesmo em anos mais recentes.

8.4 ATIVIDADE PRODUTIVA: AGRICULTURA

Fazendo uma análise da economia da região, no período anterior à construção da Barragem de Sobradinho, Sandroni destaca as atividades comuns praticadas pelo campesinato – agricultura e pesca – em caráter de subsistência, cujo pequeno e irregular excedente era vendido ou trocado por itens não produzidos localmente. O plantio em vazante era prática corriqueira, e o criame de pequeno porte era acessível aos mais pobres:

No entanto, com a construção da hidrelétrica de Sobradinho e o enchimento do respectivo reservatório, esse processo foi bruscamente interrompido, atingindo profundamente e

desorganizando as bases produtivas. [...] o empobrecimento foi geral [...](SANDRONI,1980:35).

Em maio de 1980, o Boletim Caminhar Juntos, da Diocese de Juazeiro, publicou um documento assinado conjuntamente pelos sindicatos de trabalhadores rurais das cidades atingidas aponta as dificuldades e clama por soluções. Na carta, encaminhada à CHESF e ao governo estadual, listam-se as promessas não cumpridas:

a) cheques e indenizações não pagas, ou mal pagas, sob falsas medições.

b) Foram construídas algumas casas na zona rural e algumas vilas. As casas não receberam acabamento (reboco), provocando grande transtorno com a proliferação de insetos, principalmente barbeiro, e as doenças decorrentes disso;

c) Falta de água tratada nas vilas.

d) Compensação pelas lavouras perdidas, prometida àqueles que abandonaram o campo, deixando sua atividade, e vieram para a cidade sem nenhuma qualificação ou meio de sobreviver.

e) Casas de farinha, prometidas aos que permaneceram na zona rural, mas não entregues, deixando os colonos sem condições de beneficiar a mandioca, obrigados a pagar aluguel em casas de farinha de terceiros.

f) Má distribuição dos lotes rurais, sem acompanhamento posterior, favorecendo à grilagem.

g) Precariedade das estradas;

h) Falta de prédios públicos: escolas, igrejas, hospitais, falta de cemitérios, entre outros.

Como se sabe, algumas poucas reivindicações foram atendidas, mas a grande maioria dos problemas jamais foi contemplada pela executora, ficando as comunidades à sorte, esquecidos e empobrecidos, em nome do progresso.

8.4.1 Alterações na estrutura fundiária

As transformações ocorridas nas modalidades de ocupação da terra, nas diferentes configurações de distribuição das propriedades registradas, assim como as atividades praticadas nas propriedades representam uma evolução histórica a ser interpretada para a compreensão da realidade. Ao longo da maior parte da história local, predominou a organização do trabalho baseada no largo uso de mão-de-obra local, em poucas e tradicionais culturas, com pouco uso de tecnologias e baixa produtividade. Como se nota na **Figura 71**, no caso das fazendas, havia sempre um número considerável de trabalhadores à disposição, e sua mão-de-obra múltipla e dedicada tornava possível aquele tipo de arranjo.



Figura 71: Casa de Alcides Modesto, com trabalhadores na frente. Data e autoria desconhecidas. Fonte: Família Modesto.

A evolução da estrutura da terra em Remanso – como se vê na **Tabela 6** – aponta para uma grande fragmentação da propriedade rural, consolidada no aumento significativo do número de propriedades de tamanho entre 2 e 5 hectares, entre 1940 e 1996 e a redução no número de propriedades maiores que 1.000 hectares, ao longo do período.

TABELA 6: Evolução da Estrutura Agrária do Município de Remanso

	1940		1950		1960		1970		1975		1980		1985		1996	
Grupo de Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Mais de 0 a menos de 1	15	13	5	0	488	347	1273	719	939	595	291	211	251	181	62	47,13
De 1 a menos de 2	62	95	2	2	336	504	575	827	742	1103	491	735	549	842	481	627,7
De 2 a menos de 5	177	588	51	181	399	1303	449	1376	913	2888	796	2594	941	3174	1452	4374
De 5 a menos de 10	169	1189	124	918	482	3546	143	1011	446	3204	693	4967	983	6829	804	5255
De 10 a menos de 20	153	2117	247	3541	389	5494	221	3361	341	5177	438	6765	516	7153	512	6351
De 20 a menos de 50	90	2654	145	4316	511	15837	303	9765	332	10267	240	7368	372	12731	450	12884
De 50 a menos de 100	35	2360	22	1498	292	20894	123	8960	82	5885	126	9376	176	10868	221	13374
De 100 a menos de 200	5	735	14	1961	116	16191	79	11594	44	6142	127	17397	80	10898	107	13124
De 200 a menos de 500			23	7301	68	20184	69	21124	29	8863	46	14754	53	16152	46	12739
De 500 a menos de 1000			15	11655	16	10098	20	14975	25	17089	27	16003	17	10476	15	8553
De 1.000 a menos de 2.500			16	23812	8	11582	11	15769	7	9688	10	12439	8	10854	4	5448
De 2.500 a menos de 5.000			9	28525	5	11505	10	29789	9	24682	9	25467	10	29167	6	16606
De 5.000 a menos de 10.000			3	19057	5	31252	8	53293	1	6000	1	6749	4	23000	0	0
De 10.000 a menos de 100.000					4	59403	3	49262	2	30671					0	0
De 100.000 a mais															0	0

FONTE: Projeto GeografAR/UFBA, baseado nos dados do IBGE. Elaboração do autor.

OBSERVAÇÕES: Estabelecimentos contados em unidades. Área medida em hectares.

A evolução histórica demonstra o aumento da acessibilidade à terra, a partir da primeira pesquisa realizada, em 1920, como se nota na **Figura 72**, uma grande quantidade de estabelecimentos com tamanho de até 100 hectares. É muito interessante perceber que a região não é marcada pela existência de propriedades gigantescas em tamanho, mas ainda assim importantes, a partir da sua localização e da conseqüente produtividade, ou valorizada pelo senso comum pelo simples fato de pertencer a algum eminente chefe político.

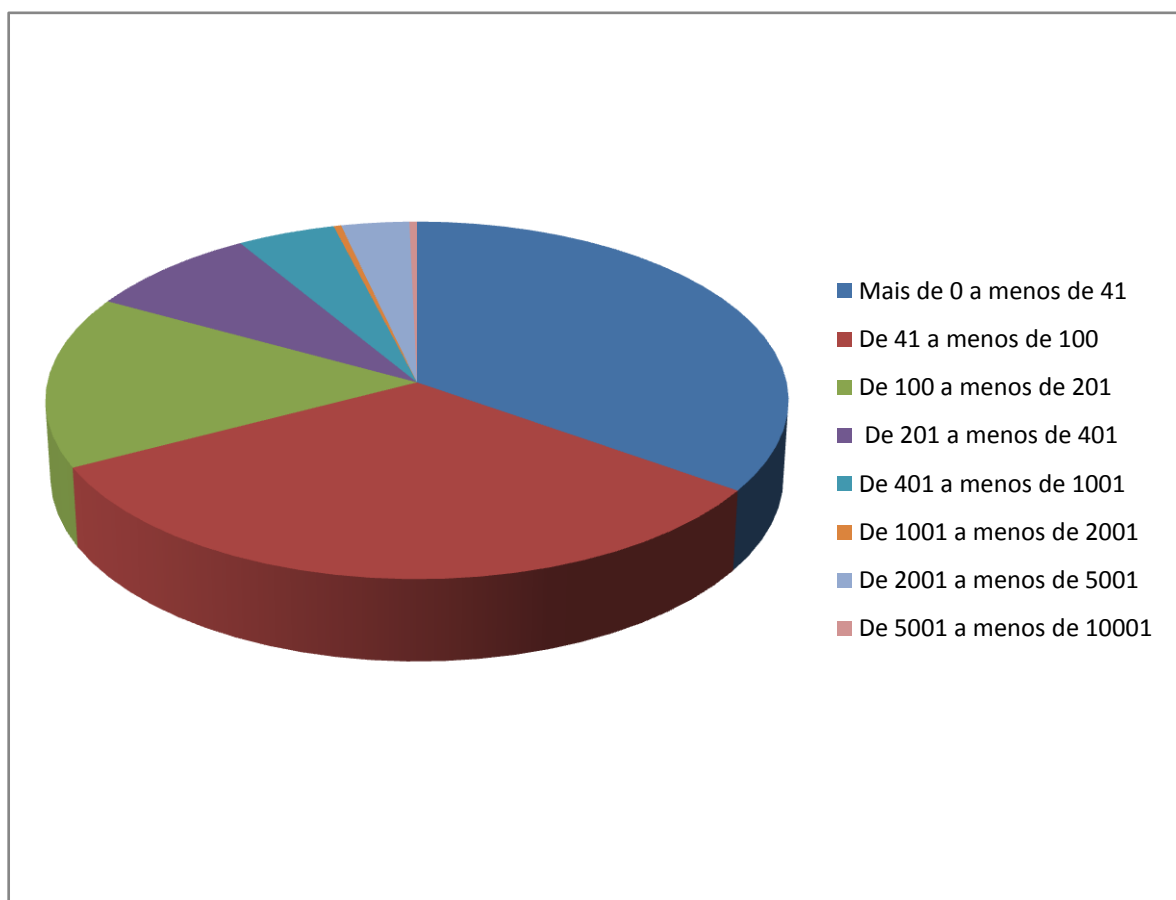


Figura 72: Gráfico dos Estabelecimentos Rurais, em Porcentagem, do Município de Remanso, no Censo Agropecuário de 1920. Fonte: Projeto GeografAR, 2010. Elaboração do autor.

Antes da construção do reservatório de Sobradinho, em 1975, a distribuição das terras foi caracterizada como se representa na **Figura 73**. Considerando que algumas faixas de tamanho foram introduzidas, foi possível captar com maior precisão a variação entre as menores propriedades, e assim verifica-se a sua multiplicação. Registrou-se a existência de apenas 3 propriedades com tamanho acima de 5 mil hectares.

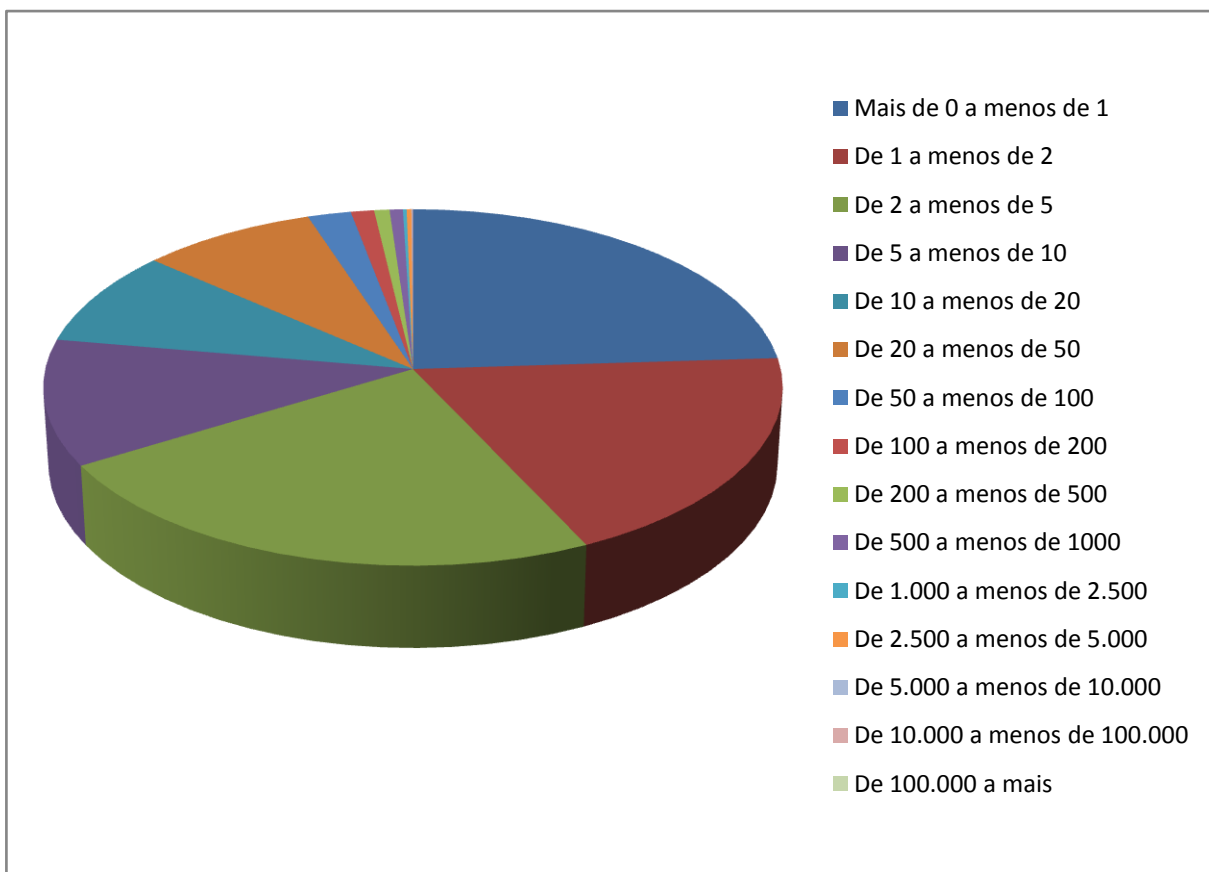


Figura 73: Gráfico dos Estabelecimentos Rurais, em Porcentagem, do Município de Remanso, no Censo Agropecuário de 1975. Fonte: Projeto GeografAR, 2010. Elaboração do autor.

Entre 1975 e 1980, a pesquisa aponta para a transformação ocorrida com a submersão de parte do território de Remanso. Na **Figura 74**, que sintetiza o Censo Agropecuário de 1980, verifica-se que a principal mudança ocorre com as pequenas propriedades. Em 1975, contavam-se 939 estabelecimentos com menos de 1 hectare, e em 1980, haviam apenas 291. É possível associar esta redução com o desaparecimento de pequenos estabelecimentos localizados à beira do rio, notoriamente menores e, indenizados ou não, não ocasionaram surgimento de nova propriedade. Nota-se um aumento significativo na quantidade de estabelecimentos com tamanho entre 5 e 10 hectares. Entre as propriedades maiores, registra-se o desaparecimento de dois estabelecimentos maiores que 10 mil hectares, talvez inundados ou utilizados para realocamento de camponeses transferidos. O número total de estabelecimentos caiu de 3.912 unidades em 1975 para 3.295 em 1980, ou seja, 617 propriedades rurais deixaram de existir no período da construção da Barragem de Sobradinho.

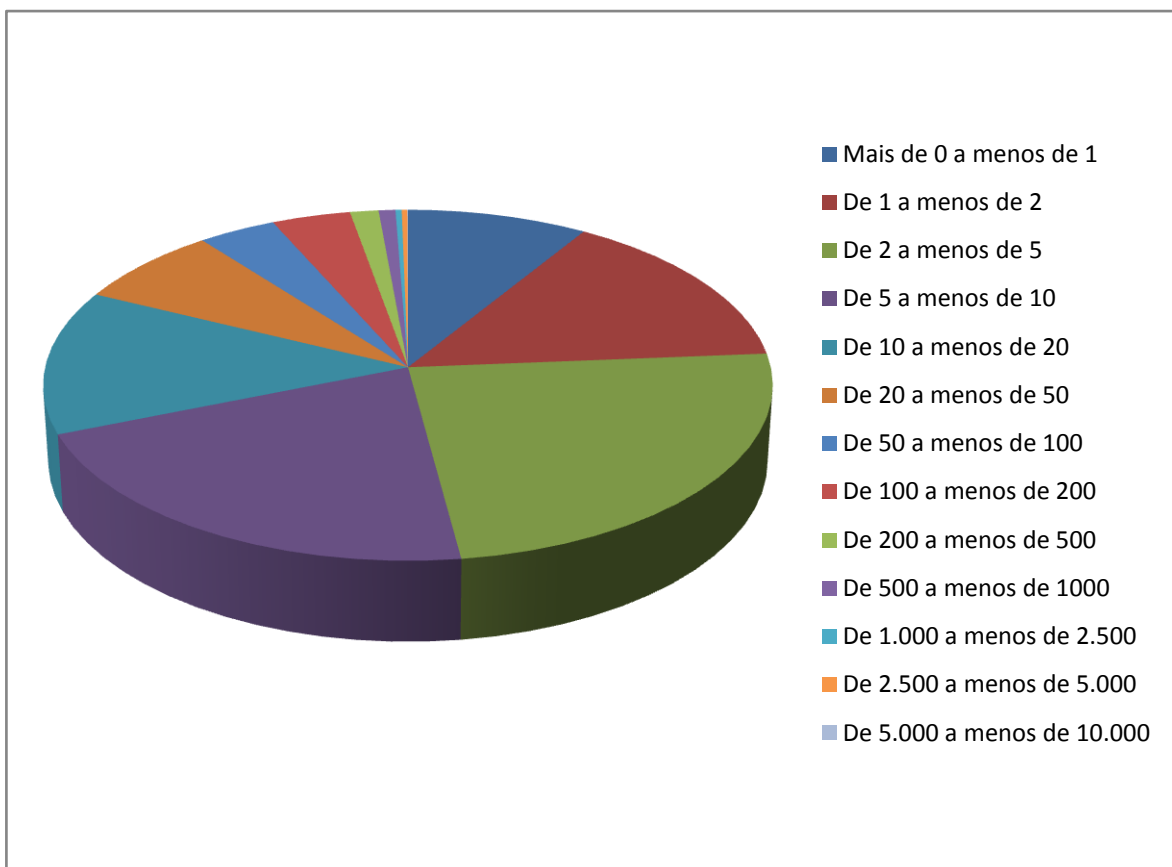


Figura 74: Gráfico dos Estabelecimentos Rurais, em Porcentagem, do Município de Remanso, no Censo Agropecuário de 1980. Fonte: Projeto GeografAR, 2010. Elaboração do autor.

Em um levantamento mais recente, de 2006, representado na **Figura 75**, observa-se uma significativa diminuição dos estabelecimentos menores que 2 hectares, contando apenas 7% do total, em várias faixas de tamanho. Há uma aparente estabilização entre as propriedades médias, entre 5 e 100 hectares, que agora ocupam juntas 62% das propriedades do município. É possível que as mudanças na economia tenham possibilitado, depois de gerações, o acesso dos mais pobres à propriedade rural, ou ainda a regularização documental de antigas posses.

Sabe-se também do crescente desinteresse de muitos grupos sociais pelas atividades do campo, fazendo com que as famílias mudassem para a cidade, passando a desenvolver outras atividades. Também é constantemente referida na região a desvalorização das propriedades rurais, que possibilitou muitas aquisições por parte de produtores mais pobres.

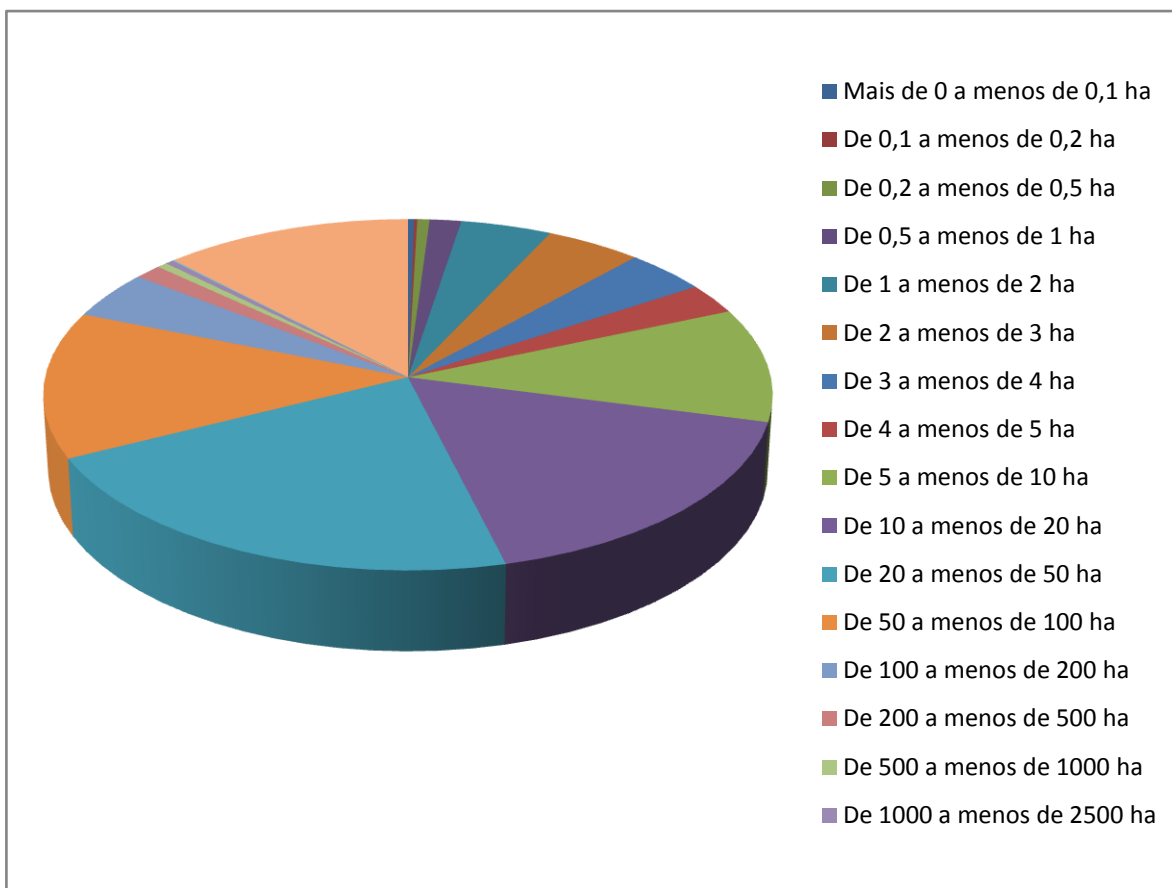


Figura 75: Gráfico dos Estabelecimentos Rurais, em Porcentagem, do Município de Remanso, no Censo Agropecuário de 2006. Fonte: Projeto GeografAR, 2010. Elaboração do autor.

Além das transformações quantitativas, o aspecto qualitativo da produção agrícola na região jamais seria o mesmo. As formas de relação com a terra e a água foram profundamente modificadas, fazendo desaparecer modos produtivos antigos, que se apropriavam das especificidades geográficas, como o plantio de arroz, realizado ao longo do curso do rio, tornado impraticável desde a época da criação do reservatório e posteriormente esquecido, como registrou Andrade:

Essas lagoas de arroz do baixo São Francisco eram as depressões marginais ao grande rio, separadas do seu leito pelo dique marginal e inundadas por ocasião das cheias, sendo as águas, após as enchentes, devolvidas ao leito do rio lenta e gradativamente, à proporção que baixava o seu nível; aí, nessas depressões se fazia a cultura do arroz. Com o represamento e a regularização do regime do rio, desapareceram as enchentes e conseqüentemente o papel desenvolvido pelas “lagoas”. Hoje essas áreas necessitam ser irrigadas para serem cultivadas. (ANDRADE, 1984, p. 54)

O Censo Agropecuário de 2006 não registra nenhuma produção de arroz no município de Remanso, assim como as culturas típicas da pequena produção da

vazante, são insignificantes em relação proporcional à importância que tinham na economia local anterior. A produção de mamona, que foi fonte de renda importante naquele momento, ocupando um terço da área agrícola nos anos 1970, atualmente está reduzida a apenas 6%, provavelmente influenciada por fatores externos de demanda de mercado. Por outro lado, como se vê na **Tabela 7**, as culturas características de zonas de Caatinga – feijão e milho – dobraram em relação à produtividade anterior.

Tabela 7 - Alterações na produtividade

	1971		2008	
	Produção Máxima (em toneladas)	Área Cultivada no município	Produção Máxima (em toneladas)	Área Cultivada no município
Mamona	448 t	31%	75 t	6%
Feijão	172 t	23,1%	4554 t	50%
Milho	136 t	19,4%	880 t	47%

Fonte: Censos Agropecuários: 1980 (IBGE,1984) e 2006 (www.ibge.gov.br). Organização do autor.

Os dados representam o deslocamento da agricultura ligada ao rio para aquelas que dependem das chuvas sazonais, e o grande aumento quantitativo da produção, provavelmente associado ao aumento do número de estabelecimentos e da ocupação do solo.

Nas áreas de sequeiro, predominam os minifúndios e estabelecimentos com vastas áreas de terra, destacando-se os municípios de Pilão Arcado, com 4.286 estabelecimentos com menos de 10 ha., Casa Nova com 2.406, Campo Alegre de Lourdes com 1.671 e Juazeiro com 1.485 estabelecimentos ocupando entre 10 e 100ha.

8.4.2 Irrigação

De uma forma bastante peculiar, o discurso oficial teve êxito, ao longo de algum tempo, em associar as ações governamentais de estímulo econômico no pólo agrícola de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) – que se iniciaram nos anos 1960 – ao processo de transformações que atingiram os quatro municípios da borda do reservatório, como se ambos os processos fossem parte de uma iniciativa para o desenvolvimento do Vale do São Francisco – o termo que é mais usado – quando se

verifica com tranqüilidade que o progresso, de Sobradinho ou da agricultura irrigada, são claramente delimitados. Mais que isso, estando a maior parte dos projetos de irrigação localizados à jusante da barragem, que tem o controle da vazão, a água do reservatório é minimamente utilizada para este fim, como foi prometido nos anos 1970. A exceção são algumas áreas específicas dos municípios de Casa Nova e Sento Sé, que podem ser consideradas áreas de transição, observando-se contudo que a maior parte destes municípios apresenta carência de água.

É certo, entretanto que a ampliação da agricultura irrigada na região ocorreu em ritmo muito acelerado, e de modo duradouro e irreversível. Como demonstram Lima e Miranda (2001:615) desde os anos 1970 “O Vale do São Francisco experimentou um crescimento de sua área irrigada na ordem de 286%, o que compreende 8.620 hectares/ano. No período de 80-90 o crescimento da área irrigada do Vale, atingiu 61%.” É um avanço considerável, principalmente no contexto nordestino. É uma transformação grandiosa, em todos os aspectos, que embora receba eventualmente o epíteto de “milagre” apresenta na sua origem razões claras e concretas, que revelam uma intencionalidade na ação pública:

A ação estatal de promoção deste espaço econômico modernizado no semi-árido nordestino comportou iniciativas as mais diversas, localizadas principalmente no pólo Petrolina/Juazeiro. Entre estas, podem-se citar:

- a) a implantação da macro infra-estrutura de irrigação;
- b) a promoção de pesquisas agronômicas direcionadas para culturas irrigadas, via EMBRAPA;
- c) a promoção de assistência técnica, através da EMATER;
- d) a transformação radical da infra-estrutura urbana, que se fez sentir em todos os setores: meios de comunicação, transportes, eletrificação (inclusive rural), estrutura de comercialização e creditícia, instalações de Distritos Industriais bem estruturados, etc;
- e) estímulos aos investimentos de pessoas físicas e jurídicas para projetos de irrigação e industrialização, através de recursos subsidiados geridos pela SUDENE;
- f) montagem de uma estrutura creditícia apropriada para financiar a expansão da agricultura irrigada, e seus requerimentos de investimento e custeio agrícola, fundamentalmente através do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, operando linhas de crédito subsidiadas, diretamente relacionadas aos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional;

g) construção da Barragem de Sobradinho, que permitiu regularizar a vazão do rio São Francisco;

h) instalação de escolas técnicas e de ensino superior, como a Escola de Agronomia de Juazeiro e a Escola de Administração de Petrolina, no sentido de possibilitar uma maior especialização da mão-de-obra regional; entre outras.

i) articulação do setor privado através da dinamização de cadeias de produção e comercialização.

Os aspectos mais visíveis desta transformação sobre a produção e o processo produtivo se evidenciam na introdução de culturas não tradicionais, de alto valor comercial e que exigem a incorporação de modernas técnicas de cultivo e irrigação, sendo destinadas inclusive à exportação e/ou processamento industrial (LIMA, J. P., e MIRANDA, 2001: 613).

Pode-se agrupar estes tipos de ações em a) aporte financeiro e crédito; b) ações estruturantes; e c) implementação técnico-científica. Simplificando assim o raciocínio, evidencia-se a peculiaridade desta política, em relação ao Estado da Bahia, e mesmo em relação ao Brasil. Porque não houve injeção de crédito em programas de incentivo à produtividade entre os municípios atingidos por Sobradinho. Porque a estrutura oferecida a estes municípios não atendia sequer à demanda inicial da época da mudança, e por fim, porque não há registro de intervenção para o fomento de pesquisa, conhecimento técnico ou mesmo melhoria na formação escolar dos municípios de Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado, além do que foi feito em geral.

Na verdade, dos nove itens apresentados como elementos do desenvolvimento do bipolo Juazeiro-Petrolina, nenhum se aplica aos municípios da borda do reservatório, uma vez que até a regularização do fluxo do rio é, acima da barragem, um complicador, não um auxílio. A **Figura 76** mostra a grande oscilação do nível do lago, que, para produzir um efeito estabilizador aos produtores “rio abaixo”, transforma as atividades na borda do reservatório uma verdadeira loteria, dada a imprevisibilidade do nível da água.

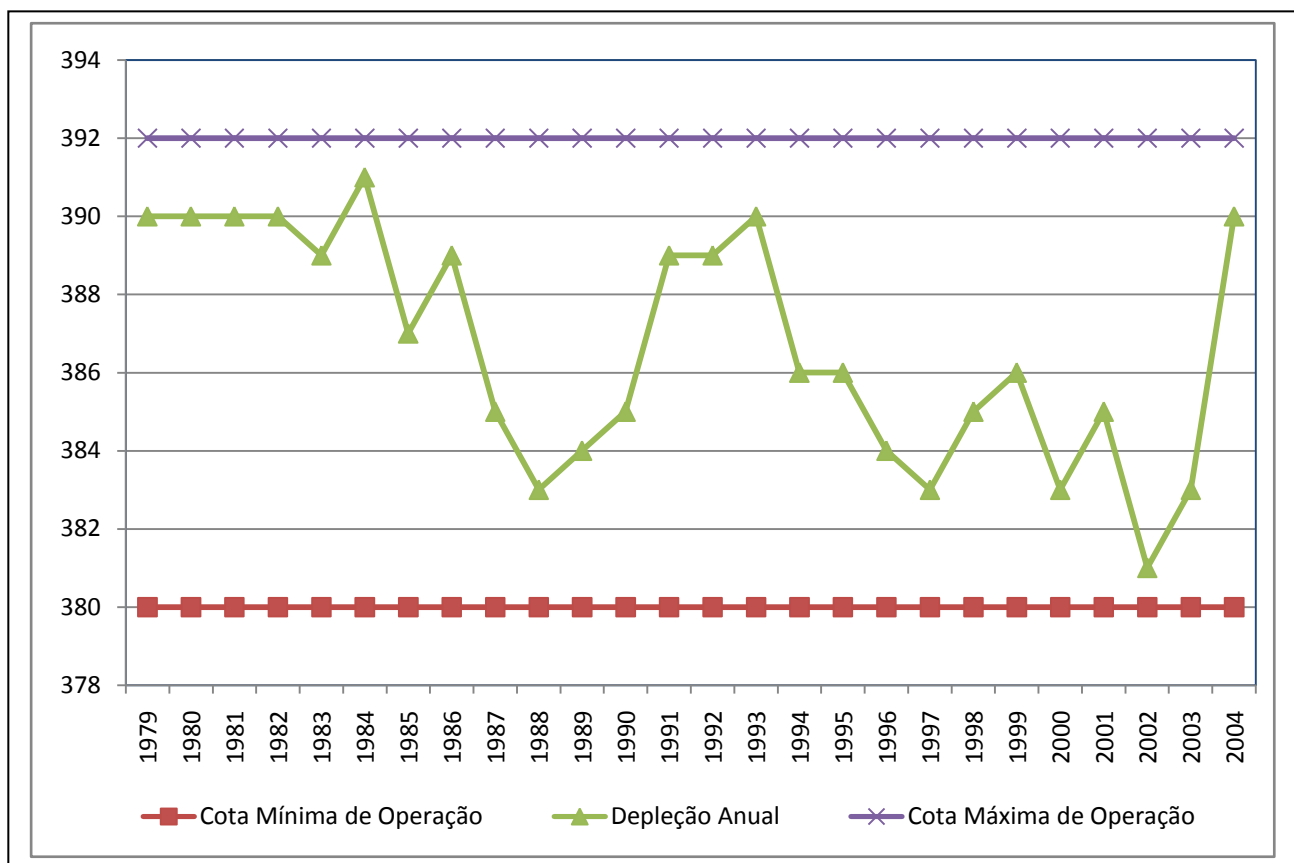


Figura 76: Gráfico de Deplecionamento do Reservatório de Sobradinho. Fonte: ABREU, 1990, p.50. Adaptação do autor.

Se as opções político-administrativas estão na origem dos problemas, não é possível encontrá-las na resolução de questões como esta. Os problemas decorrentes da insegurança da borda do reservatório têm sido sistematicamente ignorados, ou escamoteados em ações inócuas, como menciona Lúcia Abreu:

O perfil desta população, no que se refere às suas atividades produtivas e nível socioeconômico, a tornam bastante vulnerável às grandes variações do nível d'água do lago, o que afeta diretamente a sua qualidade de vida. O Governo do Estado da Bahia tentou reorganizar as atividades econômicas e sociais da população da borda do lago, através de programas de valorização da pequena produção (pesca e agricultura). Mas, ao lado das dificuldades de ordem econômica, o desenvolvimento da região tem ainda que suplantar as dificuldades provocadas pelos grandes deplecionamentos do lago (ABREU, 2004:50).

Interferência política, escassez de investimentos, despreparo técnico, desarticulação e mesmo a corrupção podem ser associadas a várias das chamadas políticas de desenvolvimento econômico. Contrapostos aos argumentos da inviabilidade técnica ou do despreparo das populações locais, descobre-se o

desinteresse ou má vontade que orientaram este tipo de ação nos municípios não predestinados ao desenvolvimento.

Porque enquanto isso, em Juazeiro, o progresso se fez perceber de modo mais notável após a onda de investimentos que sucedeu a Sobradinho. Como relata a SEI “Se nos anos 70 essa região era a 23ª em relação ao PIB real do estado, 23 anos depois ocupava a 9ª colocação. Alguns autores [...] atribuem esse crescimento “espetacular” ao desenvolvimento de atividades produtivas oriundas da irrigação.” (SEI, 1999:31). A criação de uma zona privilegiada de produção voltada mercadologicamente para áreas extrarregionais, e internacionais, consolida posturas administrativas que, voltadas para os centros maiores, ignoram o que está “para trás”. Os modelos são externos, o capital é externo, o futuro é o externo. Fatores regionais não têm, por si sós, o poder de regular o crescimento econômico local. Juazeiro e Petrolina estabelecem-se como pontos de convergência migratória, em razão da oferta de mão-de-obra, bem acima da possibilidade de renda nas áreas de sequeiro, reserva de força de trabalho para o centros capitalistas:

A manutenção de baixos níveis salariais ocorre por conta de existir um contingente de trabalhadores disponíveis, nas áreas da caatinga — local onde seus ganhos se situam abaixo da faixa de subsistência —, dispostos a se transferirem, para onde possam se empregar e receber o salário mínimo. A grande oferta de mão-de-obra deprime os salários gerais (SEI, 2000:33).

A criação de empregos, decorrente da ampliação dos perímetros irrigados, é um fato inegável, inclusive pelo poder de atração de imigrantes que Juazeiro – maior beneficiário dessa atividade no Baixo Médio – exerce sobre outros municípios da região e de fora dela. No entanto, os ganhos promovidos pelo enriquecimento regional não se disseminam para todos os cidadãos. Efetivamente, o enriquecimento não se espraia pela região, concentra-se em locais bem específicos – aqueles onde é possível a prática da irrigação – bem como nas mãos dos que têm acesso à atividade.

8.5 ATIVIDADE PRODUTIVA: PESCA

Menciona-se, a exemplo de Sigaud (1983:6), o incremento na atividade pesqueira, como "resultado positivo" da criação do reservatório, cuja quantidade de peixes de maior valor aumentou nos primeiros anos do enchimento do reservatório. Esse potencial produtivo, no entanto, não se mostrou sustentável ao longo do tempo, uma vez que, difundida a notícia da fartura, vieram pescadores de todas as

partes do país, gerando um movimento econômico tão excepcional quanto devastador para a quantidade de pescado existente no lago, em especial para as espécies nativas, que em poucos anos entraram em processo de extinção.

Na transição de uma atividade produtiva artesanal e incipiente para uma empreitada comercial moderna, mecanizada, empresarial, em larga escala e voltada para mercados externos, os pescadores tradicionais ficaram à margem, pela falta de capital para exercer o antigo ofício num meio completamente alterado. Os novos regimes de água e vento, como as alterações nas profundidades, e no próprio perfil do pescado, exigiram novos saberes e instrumentos. Roberto Malvezzi denunciou:

Quando a barragem foi fechada, aconteceu o “milagre dos peixes”. O lago chegou a produzir 40.000 toneladas/ano. O milagre atraiu milhares de pescadores de todo o Nordeste, além da população relocada pela barragem, que insistiu em permanecer na borda do lago. A pesca foi farta, indiscriminada e predatória. O governo estadual investiu na infra-estrutura de comercialização (terminais pesqueiros, barcos de coleta) mas não montou uma disciplina eficiente que normalizasse a pesca. Em poucos anos, a produção caiu drasticamente, devido também ao esvaziamento do lago em função da seca (MALVEZZI, 1995:77).

No pior momento, em 1987, foram contabilizadas apenas 3.000 toneladas de pescado. Já no ano seguinte, o ritmo das águas é retomado, e, com um maior controle por parte do IBAMA, somado à ação do Conselho Pastoral dos Pescadores, e a articulação das Colônias de Pescadores, a produtividade é aumentada, atingindo-se 7.000 toneladas.

Os novos problemas contudo, se faziam notar com intensidade. A falta de preparo e apetrechos adequados às novas águas atingem principalmente aos mais pobres. Tais consequências já foram apontadas por vários estudos, inclusive do setor público:

Também aqueles que viviam da pesca se defrontaram com dificuldades advindas das novas condições: desaparecimento das espécies conhecidas de peixes e inadequação de seus equipamentos e técnicas para a prática da atividade em lago. A pesca num lago com tamanha profundidade, impõe técnicas e equipamentos que eram desconhecidos e economicamente inacessíveis à maioria dos antigos pescadores. Dessa forma, em que pese o cuidado em povoar, ou repovoar, o lago com espécies resistentes a esse tipo de ambiente e que isso tenha conseguido aumentar a piscosidade em comparação com o ambiente fluvial anterior, os pescadores se viram, na prática, impedidos de continuar em sua atividade tradicional. Ainda, devido ao extraordinário aumento da distância entre as margens [...] também a navegação tradicional perdeu espaço (SEI, 2000:25).

Efetivamente, o pequeno pescador se tornou refém do “atravessador”, o negociante que compra o peixe para revenda em outras localidades, num esquema comercial elaborado, que exige razoável investimento, sendo portanto acessível somente para poucos, os mesmos que amealham a maior parte do lucro. Entre estes, há ainda os donos de embarcações, que possuem todo o equipamento de pesca, e absorvem dos pescadores apenas a mão-de-obra, reduzindo seu valor, tornando-os uma categoria hoje bastante empobrecida, situação agravada pela atual escassez de pescado.

8.6 DESENVOLVIMENTO REGIONAL? NÃO PARA TODOS.

A desigualdade das mudanças resultantes de Sobradinho são tão amplas que se mostram multiescalares. A urbanização, que excede a simples construção de uma cidade, não foi notada de modo equilibrado em todos os municípios. Pelos dados da Contagem da População de 1996, além de Juazeiro com grau de urbanização de 77,36%, apenas dois outros municípios ultrapassaram a marca de 50% de urbanização: Remanso (56,78%) e Sobradinho (93,57%), a cidade criada na imediação da barragem (SEI, 2000, p.16). A significativa variação destas taxas pode ser explicada. Sobradinho recebeu grande quantidade de recursos e atenção pública, por ser uma cidade criada a partir dos antigos acampamentos da CHESF, que tornaram-se vilas, até serem urbanizados. Os indicadores de Sobradinho se diferenciam bastante das demais cidades da região, apresentando via de regra, melhores condições. Remanso recebeu a nova sede construída, e nos primeiros anos recebeu grande quantidade de migrantes, mas ficou esquecida do poder público, e conseqüentemente, de investimentos privados, que, direcionados para Juazeiro e Petrolina, explicam seu grande avanço.

Na dimensão temporal, como se vê na **Tabela 8**, notam-se os enormes saltos demográficos que a área eleita para convergência do desenvolvimento apresenta, em números de habitantes:

Tabela 8: Evolução da População residente, por situação de domicílio, nos municípios nos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), nos períodos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Municípios	1970	1980	1991	2000	2007
Juazeiro	61.648	118.175	128.767	174.567	230.538
Petrolina	61.252	104.297	175.406	218.538	268.339

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991 e 2000 e Contagem de 2007.

Embora não seja algo explícito, as diferentes formas de concentração de recursos e o discurso em favor do *agrobusiness* em Juazeiro, apontam para uma opção nítida de concentrar o desenvolvimento regional naquele centro, relegando as demais cidades, inclusive aquelas que foram prejudicadas por Sobradinho, a um plano secundário. A estratégia foi exitosa, pois como se vê:

Já para 1991-96, o que se verificou foi uma taxa de crescimento médio anual indicativa de saldo migratório positivo (2,55% ao ano), em decorrência de sua nova dinâmica socioeconômica firmada na produção de frutos para exportação, a partir de modelo que atrai pessoas e capitais. Porém, isso não se traduziu em um crescimento econômico e social generalizado para todos os municípios. Ao contrário, resultou de uma forte concentração em Juazeiro, município onde essa modernização do setor agrícola aconteceu com maior ênfase. Desse modo, mantém-se a proeminência histórica de Juazeiro na região (SEI, 2000:41).

A construção de Sobradinho foi uma valiosa oportunidade para o redesenho dos circuitos comerciais, econômicos e sociais. A submersão de territórios possibilitou a inserção de novos referenciais em várias áreas: transportes, economia, produção, entre outros, que seguiram um curso aparentemente orientado. Uma visão comparativa do crescimento estabelece a certeza da desigualdade regional.

O crescimento experimentado pelas cidades da região é visível na **Tabela 9**, no período das grandes transformações, mas percebe-se que enquanto há um grande aumento da população urbana, a população rural, em Remanso e Casa Nova atinge índices negativos, apontado para um grande êxodo rural.

Tabela 9 - Taxas geométricas de crescimento no Nordeste, Bahia e municípios da área de sobradinho (1970/1980). Taxas em porcentagem, ao ano.

	Urbana	Rural	Total
Nordeste	4,1	0,5	2,2
Bahia	4,4	1,0	2,5
Pilão Arcado	4,5	0,9	1,3
Remanso	6,8	-0,3	2,3
Sento Sé	3,9	3,7	3,7
Casa Nova	7,5	-1,0	0,7
Área de Sobradinho	6,0	0,6	1,9

Fonte: Sigaud (1983:8). Elaboração do autor.

Os dados mostram que foi grande a atração das pessoas das áreas do entorno das novas sedes, fazendo suas populações aumentarem mais que as

médias de maior escala. O esvaziamento do campo com seus modos produtivos, contribuiu para a formação de latifúndios, e trouxe, em medio prazo, o crescimento desordenado das novas cidades. Esta mudança das bases econômicas é a origem de boa parte dos males:

Analisando-se as alterações decorrentes do estabelecimento da barragem de Sobradinho, o que se observa é a ocorrência de profundas mudanças nos modos de vida e de produção dos indivíduos, geradas por uma fenomenal intervenção do Estado. Em conseqüência, a economia passou a se desenvolver em novas bases, nas quais a agricultura perdeu suas características tradicionais, sendo substituída por crescente mecanização das áreas irrigadas, trazendo aumento de produtividade e de riqueza para a região, embora de forma altamente concentrada. Entretanto, a rapidez com que essas mudanças ocorreram, bem como suas conseqüências, impossibilitaram que os moradores dessas áreas pudessem aproveitar, de forma mais direta, dos efeitos benéficos da implantação das avançadas tecnologias (SEI, 2000:30).

Thayer Scudder (*apud* SIGAUD, 1986:9) destaca entre a problemática do deslocamento populacional a tensão que é criada entre os atingidos potenciais, desde o anúncio da obra, no estresse que atinge a todos os aspectos da vida humana, crescente até o momento da mudança, seu clímax mas não seu final, vez que ainda resta a estabilização, concretizada apenas quando os atingidos recuperam a autossuficiência econômica e evidenciem adaptação ao meio ambiente, pela consolidação de suas rotinas sociais. O período de transição é caracterizado ainda pela atitude mais aberta da população, que aos poucos começa a se arriscar de modo autônomo em novas atividades. A intervenção com incremento tecnológico e informacional é decisiva neste momento para propiciar uma experiência de superação do antigo modo de vida, compreensão do processo transicional e *upgrade* para a realidade futura com as novas oportunidades e potenciais a serem explorados. Como se sabe, não ocorreu esta intervenção positiva entre a população atingida pelo reservatório, embora de modo quase irônico, a época tenha registrado grandes intervenções públicas na região, estas se localizaram nas cidades de Juazeiro(BA) e Petrolina(PE), que efetivamente desfrutaram a mudança e o bom momento econômico. A última etapa do processo de transição é quando se incorpora em nível local o controle do desenvolvimento local, quando os novos assentamentos deixam de ser enclaves para se incorporarem como parte integral da região onde se localizam.

Como acrescentou Sigaud (1983, p.10) a velocidade e a compulsoriedade da mudança são elementos negativos para a readaptação, que inclusive atrofiaram a capacidade de criação de estratégias adaptativas. Faltou enfim, uma ação que

contemplasse na dimensão concreta, a reorganização das estruturas produtivas, com a superação das limitações anteriores, e o aparelhamento para uma nova modalidade econômica. Na dimensão temporal, se for considerado o período de aproximadamente uma década para a execução das várias etapas de Sobradinho, a parcela de tempo investido diretamente na atenção às populações é mínima, assim como o tempo para a reorganização espacial e mental de cada indivíduo.

Manuel Correia de Andrade (1982, p.47) também aponta que a modalidade de relação entre o latifundiário agropecuarista e os pequenos agricultores era de complementaridade, numa organização de equilíbrio que vinha dos tempos da ocupação da região. Havia troca de favores, principalmente de pequenos trabalhos, por parte do mais pobre, que complementava sua renda, em atividades ligadas principalmente ao plantio ou pecuária. Na mudança, o planejador não levou em conta a capacidade daquelas populações promoverem condições necessárias para a subsistência. Os solos de má qualidade e áreas de Caatinga com escassez de água representavam o que restaria para os deslocados, para os quais não compensava prover sistema de distribuição de água e melhorias agrícolas.

Estas constatações objetivas, postas ao rigor tecnicista do contexto, resultavam em duas premissas irrevogáveis em todo o programa:

- 1) A impossibilidade de utilização da agricultura irrigada, face aos custos de investimento, considerados elevados pelo INCRA e CHESF; e 2) Não consideração, nos planos de reassentamento, da ocupação para uso agrícola das terras que ficariam periodicamente expostas em função da acentuada depleção a que estariam sujeitas as águas do reservatório. (SIGAUD, 1983:13)

Com efeito, no ano de 1980, registrava-se no município de Remanso o percentual de apenas 0,7% dos estabelecimentos agrícolas como utilizadores de sistemas de irrigação para plantio. No município de Pilão Arcado, a taxa cai para 0,2%. A constatação é simples. O acesso às técnicas de potencialização agrícola diminuem proporcionalmente ao distanciamento do polo Juazeiro-Petrolina. O cenário hoje não mudou muito. A concentração da área irrigada não contempla o entorno do reservatório, mas o polo comercial e industrial. Nas cidades mais afastadas, como Remanso e Pilão Arcado, a produtividade rural é baixa, com raro acesso ao crédito e políticas de incremento agrícola.

A energia elétrica, de grande peso na argumentação pela construção da Barragem, pelo progresso que traria a todos, revela-se afinal um recurso com acesso restrito de modo claramente vinculado à espacialidade da região, como se

observa na **Tabela 10**, onde a quantidade de estabelecimentos dotados de energia decresce à medida em que se afasta do pólo.

Tabela 10 – Estabelecimentos Rurais com energia Elétrica em 2006

Município	Número	Distância do Polo Regional (Km)
Juazeiro	571	0
Casa Nova	217	70
Sento Sé	45	200
Remanso	91	210
Pilão Arcado	75	320

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2006). Organização do autor.

Uma das maiores contradições de Sobradinho é justamente a restrição ao acesso, por parte de pequenos produtores, às tecnologias de uso da água na lavoura, concentradas também na imediação do pólo agrícola, mais até do que em volta da água do reservatório, como se nota na **Tabela 11**:

Tabela 11 – Estabelecimentos Rurais com uso de irrigação

Município	Informantes	Área (ha)	Área Irrigada (ha)	%	Distância do pólo (Km)
Juazeiro	4.140	184.398	29.464	15,98	0
Casa Nova	5.484	122.000	3.270	2,68	70
Sento Sé	3.528	149.317	3.312	2,22	200
Remanso	4.075	99.383	319	0,32	210
Pilão Arcado	5.561	90.246	4	0,00	320

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2006). Organização do autor.

Os dados apresentam duas realidades duras, constatáveis desde a época da criação da barragem, e agravadas ao curso do tempo. A primeira, a espacialização das intervenções em favor do desenvolvimento local concreto e duradouro, pode ser atribuída ao menosprezo pelas populações da borda do lago, marginalizadas em relação aos circuitos políticos e econômicos desde cedo, forças estas que acabaram determinando os fluxos de investimento. A segunda, a verificação de que as áreas totais enormes, e as maiores porções territoriais inundadas de Remanso e Pilão Arcado não foram levadas em conta no projeto de desenvolvimento, ou seja, o potencial produtivo não era um critério inclusivo na distribuição de recursos.

Porque a CHESF, evasivamente, recusou-se em assumir responsabilidades que não estivessem diretamente ligadas à sua atividade, de geração de energia elétrica. Eximiam-se assim os planejadores, por diferentes modos, do passivo que resultaria a partir do desmantelamento das estruturas sócio produtivas.

Entremeando todo o discurso, o mesmo expediente, de usar padrões técnicos ou jurídicos que não explicavam aquela conjuntura, para avaliá-la. A compreensão daquelas formas peculiares de organização da vida regional não foi, em momento algum, uma preocupação, dada a prioridade de desocupar a área cumprindo o cronograma.

Sigaud (1983) elenca algumas questões da maior seriedade que não foram contempladas pelo planejamento da CHESF: os sucessivos governos e a CHESF, não reconhecendo o modo de produção característico da borda do rio, e posteriormente, do lago – utilização da área da vazante para plantio – estrategicamente se omitiram em relação àquela atividade, evitando sua ordenação, e contribuindo para a instabilidade agrícola local. Nas épocas de baixa do nível do reservatório, as águas recuam, em Remanso, mais de 6 km, formando uma enorme planície agriculturável, disputada por plantadores, especialmente de feijão, durante períodos de até 6 meses. A falta de informação e padronização na operação do reservatório faz com que as cheias sejam rápidas e inadvertidas, provocando grandes perdas para os pequenos produtores da vazante. Evidentemente a CHESF não assume compromisso algum este grupo, como se as faixas de terra expostas nas margens (350 km de extensão, cada, por até 8 km de largura) não existissem, ao tempo em que dedica-se gigantescos recursos no perímetro da agricultura irrigada, à jusante do barramento.

O apoio à adaptação dos pequenos produtores a uma nova realidade econômica e social. É notório que o esforço para adaptação das populações em suas novas moradias, e a criação de estratégias de sobrevivência excede o preparo sociocultural que os atingidos possuíam. A transformação de modos de vida ancestral, somada à nova condição física encontrada, foi um desafio extraordinário, levado a termo de variadas formas, em tempos diferentes por cada indivíduo, e mesmo inconcluso por outros, mas de modo geral, sem suporte dos planejadores que provocaram a mudança. O discurso oficial, assim como as posturas de alguns técnicos e estudiosos, atribui a resistência e a dificuldade na adaptação a saudosismo, nostalgia, ou ainda, “limitação cultural” que impediria o beradeiro de adaptar-se de modo mais tranquilo. Não se comenta que mesmo aqueles que desejaram a mudança, ou aqueles que tiveram algum tipo de melhoria física, relatam dificuldades adaptativas. Muitos códigos de relacionamento e formas de subsistência que eram consolidados na região há gerações, e que, em circunstâncias normais, se alterados, levariam outra geração, foram subvertidos de modo exageradamente rápido e compulsório pela profunda transformação do meio.

A introdução do capital na área do reservatório, com a desvalorização da mão-de-obra e do produto local, além da transformação dos modos de ocupação da terra, são importantes fatores de transformação, que do modo como se processaram, somaram prejuízo para os expropriados da região.

A avaliação positiva que geralmente se faz da Barragem de Sobradinho como fator de desenvolvimento regional está intrinsecamente ligada aos aspectos estruturantes que ela representa, como lembra Sigaud:

A construção de Sobradinho trouxe consigo uma infraestrutura moderna, ainda que mal distribuída, capaz de dar suporte à implantação de empreendimentos capitalistas na área do reservatório. Estradas, energia elétrica, equipamentos urbanos, instituições de crédito estão hoje disponíveis naquela área (1983:55).

Contudo, a geração de energia, potencial produtivo, crédito, circulação de capital e todo o incremento que se possa mencionar, são ostensivamente direcionados, espacialmente selecionados, e com beneficiários evidentes. A regra do jogo excluiu assim, *a priori*, aqueles que mais seriam prejudicados diretamente. Por vários motivos, o pequeno agricultor não poderia acessar linhas de crédito, se beneficiar da estrutura viária e comercial, ou mesmo possuir energia elétrica e água, senão por sua coleta direta na borda do reservatório, para os que lá residiam.

Chega a ser acintosa a menção da agricultura irrigada, por exemplo, associada a soluções progressistas ou melhoria para as populações da maior parte dos quatro municípios que tiveram área submersa. Agronegócio, Agroindústria, Agroexportação, Turismo, Vinícolas, e demais avanços hoje tão alardeados se limitam ao polo Juazeiro-Petrolina.

Ainda hoje, registram-se entre organizações sociais, como cooperativas, sindicatos e colônias de pescadores, grande dificuldade de organização, para adequação aos moldes produtivos empresariais, e inserção nos circuitos comerciais. Com dificuldade, passadas quase quatro décadas, algumas organizações conseguem, aos poucos acessar recursos e instrumentação técnica para incremento produtivo.

Os deslocados demonstraram excepcional capacidade de sobrevivência, administrando um prejuízo imediato, de animais, plantações, e modos de produção, lidando com uma situação completamente nova e para o qual não havia preparo anterior, souberam criar uma grande variedade de ocupações, passando de pequenos lavradores a pedreiros, pequenos comerciantes, ajudantes de caminhão, motoristas... num contexto de supressão das atividades tradicionais, grande inflação,

provocada pela injeção dos recursos indenizatórios, e a chegada de um enorme contingente de trabalhadores de outras regiões. Boa parte das ocupações eram temporárias, sub-remuneradas e ligadas ao momento econômico, mas a população soube transitar desta instabilidade inicial para novos modos de vida.

CAPITULO 9 VISÕES DAS ÁGUAS

É notório que o Rio São Francisco sempre teve uma enorme variação hidrológica sazonal, o que era apontado pelos planejadores como um problema a ser solucionado com a construção de barragens, formando um complexo de regulação de vazão. Também é conhecido o fato de que formou-se ao longo do Vale um solo favorável à agricultura, pela deposição de material orgânico restante das cheias, o que foi posto como perda necessária, mas recompensada pela fartura de água e energia para as atividades do campo.

Construída a barragem e formado o reservatório, a alteração física do rio trouxe mudanças imediatas para seu entorno, contrárias à propaganda anterior. As terras de aluvião foram perdidas, não sendo comparáveis qualitativamente com as novas terras da borda do reservatório, e, dadas as complicações operacionais, utilizáveis por número inferior de agricultores.

Em lugar da prática ancestral de plantio de vazante não foi oferecida alternativa viável. Embora a região seja conhecida como “terra da irrigação”, observa-se que estas atividades, viabilizadas por incentivos públicos, se concentram em parte dos municípios de Casa Nova, Sobradinho, Juazeiro e Petrolina, sendo sim, estas duas últimas, um polo da atividade. As cidades de Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado ficaram relegadas à sorte em relação às atividades produtivas rurais durante a maior parte do tempo, sendo esporádicos e pontuais os programas de incentivo por parte dos poderes públicos, incapazes ainda de propiciar uma melhoria consistente da qualidade de vida.

A água do rio exercia uma relação muito íntima com a cidade, um componente mais ligado à cultura, captada por muito tempo, até pouco antes da chegada dos “modernos”, diretamente do rio, consumida *in natura*, embora evidentemente sua posse e uso possuíssem também significação de *status* naquela comunidade.

O banho de rio sempre foi prática banal, sendo o rio um lugar de convivência, em que a distinção social não se fazia ouvir enquanto elemento segregador. O rio era um elemento de interação social, mas à medida que as ideias mudam, a privacidade torna-se valorizada, o banheiro torna-se algo comum, ao ponto de que, na nova cidade já não se percebe a mesma ligação dos moradores com o rio, até em consequência do distanciamento físico. Enquanto na velha cidade, o cais marginava a cidade, na nova Remanso, varia entre dois e oito quilômetros.

Contiguamente, o porto era o ponto pulsante da velha Remanso, a receber as embarcações “de fora” com as novidades da civilização: mercadorias de todos os gêneros, e de onde partiam também os produtos locais para beneficiamento e consumo em outras regiões. O porto, além de elemento agregador, era o único contato da cidade com o exterior, pois a rodovia ligando Remanso a Juazeiro só foi construída poucos anos antes da mudança, no movimento de modernização da região.

É usual ainda hoje o transporte de água por carros-pipa para abastecimento das comunidades rurais, mesmo aquelas que estão localizadas a poucos quilômetros da borda do lago, para os quais a água de Sobradinho não é acessível. Estas ações paleativas são insuficientes, e embora de caráter emergencial, são incorporadas à rotina da região. Geralmente são orientadas pelo Exército, mas não é raro que hajam denúncias de irregularidades.

Outra questão de grande relevância é que a baixa do lago isola partes da represa, formando lagoas, de onde às vezes é captada a água para abastecimento das cidades, ou inevitavelmente para consumo direto na zona rural. Evidentemente, mesmo com tratamento adequado, este tipo de água não parece apropriada, e de fato, na cidade a mesma é eventualmente fornecida com estranha turbidez e “com gosto”, como dizem os consumidores.

9.1 O OLHAR DE QUEM FEZ

O discurso oficial, na época da construção de Sobradinho, já conhecido, remete a ideias mais gerais, ao nacional, ao desenvolvimento, ao futuro. A avaliação *a posteriori* que a empresa faz da obra e seus impactos segue na mesma linha de raciocínio. No discurso de alguns técnicos da CHESF, era preciso aceitar o sacrifício em benefício do progresso. Para o engenheiro Norman Barbosa Costa, chefe do departamento de implantação de reservatórios da CHESF

O sacrifício imposto à população dificilmente seria recompensado. Ao lado do apego justificado à terra e ao rio, se impunha uma longa preparação visando à adaptação ao novo habitat. Isto envolveria a reestruturação da atividade econômica predominante e, ao mesmo tempo, a mudança de hábitos e costumes. Seria a passagem de uma agricultura de subsistência para uma atividade agrícola racionalizada pela ligação que, por suas peculiaridades, estaria voltada para o mercado. Seria o desenvolvimento da pesca em escala comercial, exigindo a preparação da mão-de-obra. Seria a capacitação das

administrações municipais para operação e manutenção dos equipamentos sociais implantados (CHESF, 1982).

Esta compreensão de Norman Barbosa, assim como algumas falas de Eunápio Peltier, denotam alguma sensibilidade ao perceber a dimensão da perda que seria inflingida àquelas populações, mas contradizem as práticas de outros setores da empresa, e mesmo de Peltier em outros momentos do projeto, que impuseram sua vontade sem respeito aos atingidos. Note-se, também por conta do contexto histórico, na ausência de uma imprensa atuante na região ou organismos sociais, a distância entre os discursos que eram publicados e o que acontecia nas reuniões técnicas ou no trato direto com o povo do lugar.

Estas abstrações não eram alcançadas pelas pessoas envolvidas na prática do projeto, tanto como planejador direto, como executor, planejador ou administrador da área em transição. Para quem tinha sua lide diretamente na localidade, por um lado ou por outro, haviam questões bem mais tangíveis, que mesmo no turbilhão de acontecimentos e informações do momento, urgiam posicionamentos e atitudes.

Sobressaindo-se a isso, entretanto, Isaías de Carvalho registra aspectos importantes sobre a composição da equipe, que tiveram peso determinante sobre os rumos do projeto:

Eu não vou entrar no mérito da formação técnica, mas acho que a equipe da CHESF que acompanhou o projeto era extremamente imatura, eram dois jovens recém-formados... que ficaram com responsabilidades de um projeto de porte, que era relocar uma cidade, e relocar uma cidade não é construir uma cidade nova ... e com a presença do Eunápio, que era terrorismo, permanentemente... (CARVALHO, 2009)

A visão crítica em relação ao projeto surgia e crescia também no centro de decisões. As equipes técnicas começavam a questionar os princípios, metodologias, e consequências das ações. Roberto Cortizo, arquiteto que participou de uma das equipes de planejamento das cidades, revela os bastidores do trabalho na época, em entrevista concedida ao autor:

RC: [...] e pegava Sento Sé, Pau-a-Pique, Bem-Bom, Remanso, Casa Nova... e a população dispersa... a política da CHESF foi o seguinte: inicialmente a política da CHESF era avaliar o imóvel do cara, desapropriava, dava o valor pro cara, o cara recebeu, vamos dizer assim, pelo barraco dele, “dez mil reais”, ao preço de hoje, “quinze mil reais”, “vinte mil reais”, resultado, esse cara ia morar em Petrolina, ou em Juazeiro, não conseguiu trabalho, gastava, comia

esse dinheiro, e voltava pra invadir a casa... porque a CHESF, a primeira coisa que fazia quando desapropriava o cara, despejava e demolia a casa...

EM: Pra inviabilizar uma reocupação...

RC: É, mas os caras voltavam, e invadiam... mas acontece que tinha uma liderança muito forte em Remanso, ligada à família Luiz Viana, que era o cara que era ligado à residência do DERBA, não tinha uma residência do DERBA...

EM: Em Casa Nova... em Remanso não temos estes Viana não...

RC: De Casa Nova, pois é. Tinha esse cara, que era Viana, e ele começou a fazer pressão em Luiz Viana, que era Governador do Estado, pra que a CHESF adotasse uma política diferenciada, porque ela tava mexendo com 70 mil pessoas, então ela não podia simplesmente indenizar essas 70 mil pessoas porque existem coisas – e tinha muitos estudos que foram feitos pela própria CHESF ... que foi insensibilidade de Dr. Eunápio mesmo, o autoritarismo de Eunápio... que numa cidade, além do custo do imóvel, tem um custo que você não consegue avaliar, quer dizer, não avalia financeiramente, que é o custo das relações de vizinhança, eu moro aqui, meu cunhado mora na outra, é um lugar que tem uma cultura, e que todas estas coisas iam ser completamente destruídas, e que eles, na visão deles, que eram engenheiros produtores de energia, eles estavam dando um grande salto de desenvolvimento, estavam garantindo o desenvolvimento do Estado da Bahia, do Estado de Pernambuco, com a geração que esses dois estados iriam precisar para a industrialização, então o resto era secundário.

Então, essa coisa não saía claramente no jornal, mas saía. Se você for, tiver condições de pesquisar n'A TARDE, no comecinho da década de 70, houve uma pressão muito grande, e como esse Viana, era parente do Luiz Viana, que era chefe do Gabinete Civil de Castelo Branco, que era o ditador de plantão na época, aí se gerou uma pressão muito grande e a CHESF começou a mudar sua política, e resolveu construir novas cidades, para substituir as antigas cidades, foi nessa época então que eles fizeram as licitações..

EM: Então, deixa eu entender, o senhor está dizendo que não fazia parte da visão inicial, de construir novas cidades, isso não estava no projeto?

RC: Não. Eu te dou isso por escrito. Não fazia parte. O projeto deles era indenizar, pessoa a pessoa, família a família, e que nego se virasse, porque na visão deles, a cidade, tudo aquilo ia ser inundado. Eles eram engenheiros eletricitas, e o mais importante pra eles é que aquilo ia gerar não sei quantos *megawatts*, que iam industrializar a Bahia, então, com essa missão maior, redentora, justificava qualquer tipo de ... Agora veja você, o centro de cultura, o cinema, tinha duzentos lugares, eles só queriam fazer um cinema pra duzentos lugares... olhe, quem você quiser chamar, eu digo isso na tampa do cara... qualquer um deles da CHESF... Outra coisa é o seguinte: a cidade só tinha 70% de água, eles só queriam botar na nova Remanso 70% de água, a cidade velha de Remanso só tinha

fossa, e eles não queriam fazer rede de esgoto, então tudo isso. O que é que eu fazia, eu dizia: eu agora não posso mais comprar uma briga direta com esse cara, então eu passava para as pessoas com quem eu tinha relações políticas, olhe tá acontecendo esses absurdos, a igreja, cabia 150 pessoas, eles queriam fazer uma igreja pra 150 pessoas, a Prefeitura tinha 150 metros quadrados e eles queriam fazer uma prefeitura de 150 metros quadrados... (CORTIZO, 2009)

O depoimento de Cortizo contradiz pontualmente várias ideias que foram propostas na época e repetidas ao longo do tempo, e esclarece aspectos novos do processo de mudança: a interferência política, o menosprezo pelo patrimônio e pelos aspectos sociais, e, de modo ostensivo, ignorando a possibilidade de utilizar a transformação para incrementar as condições de vida, da mesma forma que ignorou a possibilidade de diálogo com os atingidos.

Fator comum entre as opiniões, é que a avaliação das consequências das mudanças variam de acordo com a posição da pessoa no processo, da mesma forma que o posicionamento em relação aos meios produtivos determina as posturas dos indivíduos de modo geral. Os prefeitos da época, que puderam oportunizar politicamente a construção das novas cidades, para aumentar sua liderança entre a população, e abrir canais inéditos de diálogo com instâncias mais altas do poder, são unânimes em avaliar positivamente a obra e suas consequências. É o caso de Cândido Albuquerque, Prefeito de Remanso quando chegou a notícia da construção do reservatório e mudança da sede da cidade.

Não houve assim uma pressão... no sentido de que.. ah, é o governo, tá com força, vamos fazer... felizmente não houve... a coisa foi feita de uma forma pacífica. Mas a cidade nova, eu sou um entusiasta dela, acho que as vantagens que nós tivemos, compensa a saudade, que a gente tem do Remanso velho. (GUIMARÃES e TELLES, 2008).

O prefeito seguinte, Carlos Dias Ribeiro, que governou a cidade durante a mudança, e coordenou a transição, também aprova os procedimentos e os resultados:

Não, não houve relutância não, os mais velhos não gostaram da mudança [...] tinham seu vizinho, seu bairro, onde moravam, conheciam todo mundo, era assim uma pequena comunidade onde todo mundo se conhece [...] então esse pessoal mais velho não queria que acontecesse [...] Mas uma vez que aconteceu, eles tiveram que aceitar, não houve revolta, nada disso, de forma nenhuma, "eu queria ficar aqui, mas vou sair, estou saindo contrariado, mas vou sair..."

A Igreja, eles trouxeram um projeto semelhante ao da Prefeitura, mas os padres foram contra, não queriam igual, eles falaram o jeito

que queriam, desenharam [...] e construiu do jeito. Se ele não é bonita, é feia, a culpa não é da CHESF não, foi a diocese.

Não teve pessoa nenhuma que fizesse uma casa pior do que tinha lá, todos nós fizemos casas melhores aqui. Todos aqueles que tinham uma casa de taipa, uma casa de palha, receberam uma casa popular, com água, com luz, com esgoto, tudo ligado [...] a casinha pronta. (AZEVEDO, 1985)

O terceiro prefeito de Remanso durante o processo, Renato Afonso Ribeiro Rosal, que recebeu e administrou a nova cidade nos primeiros momentos, avalia também de modo positivo a mudança, em entrevista no início dos anos 1980:

P: O senhor prefere chamar essa cidade de "Remanso" ou "Nova Remanso" ?

R: Nossa cidade continua com o mesmo nome, é Remanso, não houve nenhuma mudança com relação ao nome da cidade, mesmo sendo uma transferência enorme, da sede municipal, em decorrência da construção da barragem de Sobradinho, o nome continua Remanso.

P: O senhor, que foi o primeiro Prefeito da nova cidade de Remanso, acha que aqui, as condições de administrar a cidade são melhores que na velha Remanso, e porque?

R: Acredito que, em se tratando de município pobre, a velha Remanso oferecia uma condição melhor para o administrador, em decorrência do seu tamanho...

P: Nós estamos ouvindo por aí que Remanso foi edificada, parte dela, em cima de uma lagoa, isso não traz problemas para a prefeitura?

R: Não, não, ela foi, evidentemente construída em cima de uma lagoa, mas essa lagoa... veio aqui técnicos, especialistas, fizeram levantamento, e fizeram o aterramento desta lagoa, que inclusive, é onde está um dos maiores prédios da cidade, e não há problema nenhum, de água... eu apenas condeno a implantação da nova Remanso aqui, não em decorrência dessa lagoa, porque é uma área baixa, quando aqui há a 500 metros tem uma área alta, ampla, mas o meu antecessor, segundo informações, conversou com a CHESF, em relação à locação da nova sede, mas o pessoal da CHESF tinha vários argumentos, e eram técnicos especializados, saberiam conduzir a coisa, e acharam que o lugar ideal para a construção seria este, onde estamos, e que na verdade não o é, e que inclusive nos traz alguns problemas, inclusive de escoamento de águas pluviais.

P: O senhor, como cidadão de Remanso, sonha com Remanso "novo" ou com Remanso "velho" ?

R: Olhe, honestamente, eu não sonho com nenhum dos dois, viu... (AZEVEDO, 1985)

O processo de relocação, notadamente as compensações financeiras, é tão contraditório, que atingiu de forma injusta tanto pobres da periferia quanto famílias tradicionais. Dercílio Castelo Branco descendia da antiga família que chegou em Remanso ainda no início da ocupação branca. Foi Prefeito, Deputado Estadual e considerado um dos homens mais cultos da região. É um caso diferenciado de expropriação. Sua família era proprietária de largas extensões de terra, em regime condominial, que foram desapropriadas pela CHESF, inclusive a área onde foi construída a nova cidade. Não recebeu compensação pelas terras tomadas. Ainda nos anos 1970 iniciou uma batalha judicial em busca de compensação pelas perdas. Falecido já há algum tempo, seus herdeiros aguardam a decisão da justiça. O registro da análise que Dercílio Castelo fez, de toda a situação, é objetivo, inteligente e contundente.

Remanso Velho, a gente olha com saudade, essa saudade que as coisas românticas,[...] velhas inspiram, então o Remanso velho era poesia, era saudade, agora, como cidade, a cidade que vale mesmo, para nós todos, é o Remanso Novo, então o Remanso melhorou muito [...] e mais teria melhorado se a CHESF tivesse procedido com mais juízo [...] porque o que ela fez foi isso, tomou conta de todas as terras que não eram dela, botou os donos das terras quase sempre pra fora, e as outras terras, dividiu em lotes que deu a quem quis sem dar satisfação a ninguém, muitas vezes até desapossando o próprio dono da terra, foi um imenso erro a se refletir no mundo moderno, na economia do Remanso. Havia gente que tinha fazenda e hoje não pode ter fazenda. E outros que não tinha fazenda, nem roça, nem coisa nenhuma, e hoje adquiriram tudo. Então nessa distribuição não houve nenhuma justiça. A face negativa da cidade nova foi essa, a começar pela sede da cidade nova, foi edificada em terra alheia, e que o Estado depois, através de uma falsidade, trambique, transformou em terra própria (AZEVEDO, 1985).

Esta estranha segmentação de ricos em pobres, agregados eventualmente na condição de espoliados, já foi detectada em Itaipú, por Guiomar Germani: “Cria-se uma situação onde pessoas pertencentes a diferentes condições quanto à ocupação da terra, se vêem envolvidas num mesmo conflito, e se unem para enfrentar o inimigo comum” (GERMANI, 2003:176). É a nivelação da injustiça.

9.2 NOS OLHOS DE UM DESTERRADO

Uma parte considerável dos remansenses que nasceram e cresceram na velha cidade e antigas localidades rurais, e vivenciaram o processo de mudança, ainda estão vivos, residindo no município. Este grupo, que assistiu o apagamento da

antiga Remanso e alagamento das roças e fazendas anteriores e o nascimento dos atuais lugares, se divide em relação à percepção de melhoria de vida. Se observa, de modo geral, que a população urbana é mais entusiasta da mudança. Há uma parcela significativa de pessoas que associam a nova cidade ao progresso, e exaltam os aspectos positivos da urbe planejada e plana, dotada de inovações e ampliações de áreas e serviços, mas é também muito freqüente a ocorrência de críticas à mudança, e ao modo como ela foi empreendida.

O documentário “Dos que sobraram das águas” de Guimarães e Telles, capta uma tecitura de depoimentos que compõem a visão dos desterrados, aqueles que sofreram de modo mais direto, irreparável, contundente, a mudança.

Lucia Libório Castelo Branco, professora aposentada, conta sua impressão do que foi aquele momento para os moradores da velha cidade, apresentando o sofrimento como consequência da desterritorialização:

Todo mundo sofreu muito, ver se transformar tudo em água, Ave Maria, parece que naquela época a gente ficou todo mundo doido, ninguém sabia... foi uma coisa tão complicada, tão difícil, que hoje eu penso como foi que se passou tudo... mas a CHESF era o poder, era quem tava com o poder na mão... (GUIMARÃES e TELLES, 2008)

Hilda dos Santos registra o sofrimento a partir da perda do espaço de vivência e de produção, com desdobramentos em toda a qualidade de vida por muito tempo:

A gente sofreu muito, nessa mudança, porque quando a gente tá no seu lugar e muda pra outro canto, a gente sofre, né. No lugar da gente a gente já sabe do que tá vivendo, o que passa, nois trabalhava muito em roça, meu marido era trabalhador de roça, eu também trabalhava de roça, pra criar os filho, era batata, era feijão, era mandioca, era tudo, e tinha mamona, pra bater, pra arrumar o de comer pros filhos ... (GUIMARÃES e TELLES, 2008)

No mesmo, sentido, Maninho Ferreira expressa aquela angústia já referida, dolorosa, que tirou os rumos e perspectivas das vítimas:

Quando eu mudei através da água, eu me senti mal, eu pensei que eu ia morrer de fome, eu e muitos, assim ... porque nós perdemos nosso lugar, lá. Nós pensamos, agora nós tamo lascado... mudar pra outro setor... sem ter os meio de viver... eu só pensava isso (GUIMARÃES e TELLES, 2008).

Os aspectos mais práticos da mudança de casa, que não foram contemplados pelos construtores, resultaram em muito transtorno, como relembra Gercina Barbosa:

Até que a casa que me deram, era um cesto, quando caía água em cima, caía embaixo, os meninos que ficavam dentro de casa, se era

de tá deitado, os que tinha cama ainda ia indo, mas os que deitava no chão, era a noite toda puxando água, jogando pra fora, que as telhas não prestavam, não sustentava as águas, quebrava tudo (GUIMARÃES e TELLES, 2008).

O vigário da cidade nos primeiros anos, Pe. José Potter, registrou seu espanto com as condições de moradia das famílias, mostra do descaso para com as pessoas, tornadas refugiadas, desterradas em um lugar estranho e desamparadas:

Então eu fui lá, na quadra 01 tinha doze famílias, já morando lá, todos idosos, e eu visitei, eu disse: Meu Deus, vocês estão aqui... não tinha muros nas casas... não tinha árvores, nem mercado, não tinha comida lá... eu disse, mas porque vocês estão aqui ? - Ah, mas a CHESF nos colocou aqui, padre, nós não quisemos ir... (GUIMARÃES e TELLES, 2008)

Alguns relatos de agricultores anônimos, desvelam a penúria da mudança forçada, e os sentimentos de impotência diante da força do processo:

Queriam tirar a gente do lugar da gente, para outro lugar, só que teve muita gente do lugar que não saiu, eu mesmo fui de uns que não saí, aí o que é verdade é que não saí, e eles fizeram da gente um pau podre de pinhão, um pau que não vale nada, largaram aí em qualquer lugar pro cupim comer... (GUIMARÃES e TELLES, 2008)

Fiz minha casa aqui, terminei de criar meus filho aqui, fiquei por aqui mesmo, mas não gostei de mudar, do meu lugar, lá, pra aqui, de jeito nenhum, pra mim foi a maior malvadeza. Hoje quando eu me lembro, por exemplo, de manhã, quando eu vejo os pássaros passarem, dessa lagoa pro rio, eu fico com saudade, porque aquela hora, era a hora que a gente levantava pra ir pro rio, mas hoje não tem mais isso... acabou. (GUIMARÃES e TELLES, 2008)

É emblemática das dores da mudança, a do templo Católico, como já exposto, uma referência central na vida da cidade anterior, uma rica peça arquitetônica, com detalhamento artístico e grandes espaços, voltada para o rio, para um prédio mais retilíneo, funcional, e, claro, sem significado e vida nos primeiros tempos. A comunidade e a Diocese recusaram o primeiro projeto apresentado pela CHESF, mas aceitaram a segunda proposta, como lembra, avaliando, o Pe. Potter:

A primeira planta, que eles trouxeram, nós não aceitamos, porque era pré-fabricado, então eu pedi que voltassem, para fazer outra planta, e pedimos uma igreja mais larga do que comprida, para que todos ficassem mais perto do altar.

Eu acho que a igreja agora, é mais bonita, mas é simplesmente minha opinião... é mais prática. (GUIMARÃES e TELLES, 2008)

A opinião de muitos católicos, entretanto, é de que houve uma enorme perda com a mudança de templo, como desabafa Lúcia Castelo:

A igreja de hoje, não representa nada, é uma espécie de um barracão, não tem estilo, não tem nada, jogaram fora todo o patrimônio, e ficou até... uma igreja desta, que eu acho horrível... eu acho que isso não é igreja, isso é um barracão. (GUIMARÃES e TELLES, 2008)

O novo templo, efetivamente possui aspecto muito diferente do antigo, como se vê na **Figura 77**, está distante do Rio, com os fundos voltados para lá, e a frente para a cidade.



Figura 77: Igreja Matriz da Nova cidade. Foto de Cristovam Regis. 2008.

O concreto é que, mais do que um deslocamento físico, a mudança de lugar e estrutura urbana impinge a transformação de uma sociedade simplória em uma cidade bem integrada às características modernas de sociedade urbana, com o delineamento de suas diferenciações espaciais, o que materializa as diferenças econômicas, chaga maior da urbanidade contemporânea.

Com a introdução de novas técnicas de produção, implantadas na agricultura, na pesca, na pecuária e na pequena produção semi-industrial, há uma inserção da força de trabalho no contexto geral, com a adoção de normas, horários, uso da legislação trabalhista... que dão ao proletariado um aspecto semelhante ao de

grandes cidades, no processo de homogeneização que é comum no sistema capitalista.

Os falares mudam, se adequam aos novos moradores que chegam, e com eles toda uma cultura, que não é local, nem de lugar algum, mas um hibridismo que passará a moldar a mentalidade local, nos moldes do contemporâneo, esmaecendo a peculiaridade da cultura tradicional.

Os resultados deste encontro são efetivamente profundos e irreversíveis, anunciados previamente como “tudo em nome do progresso”, o lema que a CHESF difundia entre os atingidos, que assistiram ...

Enxerga-se a transformação da vida, a reconstrução das experiências, o lidar com o apagamento da memória, os sentimentos, mas não se pode perder de vista que o fenômeno em questão é mais profundo, a transformação da base física sobre a qual ocorrem as relações sociais, o diálogo constante que produz a mudança, o rearranjo dos meios produtivos... mas sobretudo, um movimento radical como este implica em conflitos, mais ou menos evidentes, que pelo seu poder transformador – mais que a modernidade - não se deve deixar submergir, especialmente enquanto não se consegue esquecer.

CAPITULO 10 PONDERAÇÕES FINAIS

O percurso deste trabalho é um exercício de descoberta em várias escalas. Descobre-se aqui o pertencimento do ser humano ao seu chão, pelo qual é transformado ao tempo em que recebe o trabalho, a ação do grupo social. Descobre-se, pela narrativa, que não é uma concatenação de eventos ao longo do tempo, a fantástica metamorfose de um território que em dado momento prescinde sua própria base material, mas subsiste enquanto memória que dá sentido a uma comunidade. Descobre-se a própria identidade de um lugar, na riqueza cultural e na diversidade produtiva de gerações de caatingueiros, beradeiros, tropeiros, remeiros, lameiros... cujo legado é quase totalmente ignorado pelos descendentes.

Estranhamente, revelar este tipo de pertencimento com o chão evidencia um despertencimento histórico, um alheamento em relação a outros territórios, que sempre foi um trunfo para todos os tipos de exploradores. A desarticulação social era originada, entre outras coisas, no desconhecimento dos mecanismos legais e sociais que compunham a cidadania, e que deveria emanar de uma elaboração externa chamada Brasil ou Bahia.

Então, para que se descubra esse ser humano singular pela relação com o meio, toma-se por premissa aquilo que parece mais consolidado sobre o território. O que se sabe sobre território? É um espaço, diferenciado dos demais pela relação daqueles que o ocupam. Não há territórios iguais, e um território não é igual a si mesmo em dois pontos do tempo.

E o percurso temporal define o território. Os recursos definem o território. As pessoas definem territórios que as transformam. A mudança – física ou imaterial – é a essência da sua existência. Mas não pode haver território sem pessoas, sem tempo, sem dialética.

De modo que a descoberta surge, necessariamente, de um diálogo, mesmo que introspectivo. Este trabalho é também um longo e profundo diálogo. Começou com a consciência do autor, seguiu pela consciência coletiva, e avançou para outros olhares. Todo diálogo possui, certamente, muitas direções, desdobramentos e sentidos. Este trabalho externa um grande número de reflexões que confluíram e continuarão agregando, sem que ninguém saiba onde vai parar. Muitas ideias brilhantes o precederam, muitas análises competentes, muitas abordagens inovadoras. Não é possível suplantá-las, assim como não é possível dar conta da complexidade do assunto. Assume-se o risco de repetir,

discutir, discordar, errar. Mas não se pode arcar com a consequência do silêncio, da omissão propositada. É notório que poder-se-ia tomar vários outros rumos, escolher abordagens diferentes, contemplar o objeto por outros ângulos, outras metodologias, mas nas circunstâncias do percurso do trabalho, e representando um recorte com tão raras vozes, oferecer uma explicação *insider* representa para o autor um grande êxito.

Entremeado pela diversidade de olhares sobre o território, deve estar claro que a dimensão geográfica sempre falou mais alto, não por obrigação acadêmica, mas por indissociabilidade da problemática posta. Articular dimensões culturais, simbólicas, e aspectos imateriais são demandas do trabalho, mas são acessórias. Conceito geográfico ainda controverso, o território aqui apresentado respeita a complexidade e o desconhecido que ainda cerca o tema. Mas também não há constrangimento em distinguir e abordar outros desdobramentos territoriais que se descolam da base física. Preocupa-se aqui com a vida das pessoas que fora construída em seu modo peculiar e desfeitas a propósito de interesses externos, tudo a propósito do espaço, mas com graves repercussões imateriais.

E partiu-se efetivamente do pressuposto de que as relações sociais ocorrem no espaço, mas também a partir do espaço produzido, para chegar à necessidade de entendimento dessa espacialidade vivida, como também das estruturas que são socialmente criadas. Assim, busca-se tanto uma compreensão ampla dos elementos – concretos ou abstratos – como suas interpenetrações. Esta complexidade revela espaços socialmente configurados, cujas práticas estão vinculadas à sua forma de uso. A redefinição das formas espaciais seguem fluxos paralelos aos processos sociais, numa transformação bem mais ampla da realidade.

Marques, ao analisar a questão, propõe uma visão multidimensional dos problemas. A compreensão da amplitude das transformações, cujo ser humano centraliza, é necessária, como afirma o autor:

Os impactos humanos desses processos são incalculáveis. A ideia de desenvolvimento socioambiental sustentável nestes espaços é altamente questionável. A violência das “perdas” dos espaços identitários das populações afetadas com o processo de barramento na região do São Francisco coloca em xeque os discursos em torno do desenvolvimento científico, social e tecnológico do Semi-Árido nordestino (MARQUES, 2006:22).

Diante de um processo tão violento, integra-se aqui também um esforço na academia, pela denúncia aos excessos e arbitrariedades do processo de deslocamento compulsório, que são mencionados desde a época, e começaram a

tomar maiores proporções, partindo das bases populares para organizações civis não oficiais, e por fim atingindo repercussão nacional e internacional. Como destacou Germani (1993:552) “[...] a ação de parte da sociedade que normalmente está fora dos planos quando se distribuem os benefícios, passa, através de uma ação mais organizada, a pressionar e exigir que o Estado assuma uma posição diferente com relação ao destino das populações afetadas[...]”. Algumas vitórias foram registradas ao longo dos anos, mas nada que represente uma compensação significativa, ou interesse por um desenvolvimento regional mais duradouro, e principalmente igualitário. E o desenvolvimento regional não era um tema pensado a princípio, mas que despontou como uma das mais impressionantes arbitrariedades do processo. O modo como se elegeu a área de desenvolvimento da região em Petrolina(PE) e Juazeiro (BA) em detrimento dos demais municípios, em especial aqueles que sofreram perdas com a construção de Sobradinho demonstra a visão de Estado e Governo que, segregando irmãos, exibem o que chamam de oásis e escondem o que pensam ser deserto.

Porque o pólo irrigado é um mundo à parte, em relação ao ser entorno, semelhante ao que representava a bera-do-rio antes do barramento. Mas a Caatinga existe, sobrevive, onde milhares de almas vivem sedentas de água e justiça. Mas a construção de Sobradinho destruiu o diálogo que existia entre Caatinga e berada, nos municípios da borda, e impôs uma nova lógica de relacionamento entre áreas. Aquele Vale do São Francisco verde, produtivo, molhado, homogêneo, que simboliza o êxito de um modelo – capitalista -- é uma peça publicitária, e apenas isto. São vários os “vales”, com problemas diferenciados, onde a Caatinga predomina, mas não é símbolo de morte para o caatingueiro. Tornou-se, por outro lado, símbolo de temor, a presença de *outsiders*, em aventuras privadas ou públicas, que insistem em trazer mudanças prontas, discutidas em outras esferas por uma política cega à realidade local.

No seu percurso histórico, Remanso não estabeleceu uma representação política que fosse capaz de erguer um protesto, uma resistência nas esferas institucionais. No jogo dos grupos políticos da época, Casa Nova, através da família Vianna, a grande força política no Estado, dispunha de interlocutores nas instâncias federais do poder. Deste modo, em Casa Nova houveram mais interações da comunidade com as equipes de planejadores, e inclusive, algumas modificações nos projetos, que já eram qualitativamente melhores. As forças políticas de Remanso, por outro lado, estavam posicionadas ao lado do grupo político de Antônio Carlos Magalhães, que ainda não tinha proeminência política suficiente para realizar intervenções a favor da cidade. Ou quando o pôde, não quis. Deste modo, não

houve diálogo efetivo dos planejadores de Sobradinho com a comunidade local em Remanso, sequer com os chefes políticos. Não se pode confundir “dialogar” com “informar”, o que de fato aconteceu, e precariamente. Roberto Cortizo relembra: “eu nunca vi o Prefeito de Remanso. Não sei como ele era”. Isaías de Carvalho também aponta o problema:

A impressão que eu tinha, é que as duas cidades tinham posições políticas distintas. Casa Nova sempre foi o núcleo da família Vianna, e o Luiz Vianna tinha sido Governador, e Senador, e o filho dele tinha sido vice do ACM no primeiro mandato, e ele era uma força política extraordinária, e o Antônio Carlos tinha sido Deputado Federal... então a escolha dos locais são completamente diferentes, Casa Nova e Remanso. Remanso não tinha força política nenhuma, não tinha ninguém que pudesse ficar por trás, que pudesse colaborar. Se você pegar os dois projetos, são completamente diferentes, porque no projeto de Casa Nova nós tivemos liberdade de discussão, de compreender completamente... e em Remanso não tivemos essa liberdade (CARVALHO, 2009).

A concepção de segregação social alcança aqui nova dimensão. Os expropriados são diferenciados negativamente tanto durante o planejamento das operações, como por ocasião do deslocamento, e ainda são relegados ao esquecimento em relação à distribuição dos dividendos da empreitada. Sequer os produtos da obra – água e energia – são distribuídos equitativamente na região da sua construção.

Retomando a análise generalizada, podemos reconsiderar a proposta de Thayer Scudder, para verificar que a atuação da CHESF e dos governos provocou resultados muito distantes daquilo que pode ser considerado um processo de relocação digno:

Os quatro estágios do processo de Relocação bem sucedido

Estágio 1: Processo de Planejamento para reassentamento priorizando remoção física.

Estágio 2: Lidar com a queda no padrão de vida que geralmente sucede a remoção.

Estágio 3: Iniciação do desenvolvimento econômico e atividades comunitárias que são necessárias para melhorar os modos de vida da primeira geração de deslocados.

Estágio 4: Entregar um projeto de assentamento sustentável para a segunda geração de reassentados e instituições não associadas aos planejadores.³⁹

³⁹ “The Four Stage Process for Achieving Successful Resettlement : **Stage 1:** Planning For Resettlement Prior To Physical Removal; **Stage 2:** Coping With The Initial Drop In Living Standards

As políticas de deslocamento populacional foram divididas por Scudder em três categorias: a) nenhuma política; b) somente compensação em dinheiro; e c) restauração com desenvolvimento. Uma comparação das políticas aplicadas ao longo do tempo mostrou que a grande maioria dos casos em que há restauração e desenvolvimento ocorreu após os anos 1980. Sobradinho é pioneira na desigualdade, mostram os dados, mas a história brasileira recente revela que pouco foi feito para minorar tais prejuízos, em iniciativas posteriores.

A desigualdade – o maior dos males – materializa-se na falta de acesso à terra e à água. Como apontado, é uma mazela histórica, mas ao invés da oportunização da mudança para superação, preservou-se aquele *status quo*, pela desigualdade no tratamento, ou por tentar perpetuar a invisibilidade dos grupos caatingueiros. A quem sempre foi negada a água e a terra negou-se, durante a mudança, a identidade e a oportunidade, relegando àqueles que realmente perderam, o desengano do esquecimento.

Por isso faz muito sentido contrastar os eventos da região com o que se pensa hoje, por exemplo, na compreensão de Cernea (1999:213): “O assentamento de pessoas deslocadas [...] novamente em terras cultiváveis ou no incremento de geração de emprego ou trabalho autônomo, é o coração do assunto de reconstrução de meios de subsistência”⁴⁰.

Santos e Silveira (2001:185) ao demonstrarem o avanço do meio técnico-científico-informacional, definem como os espaços nacionais são remodelados e reconstruídos, utilizando-se da ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento. Como em outros lugares, no pólo do Vale do São Francisco se equipou o território, com recursos modernos, promovendo uma transição da agricultura artesanal para o moderno agronegócio. No discurso oficial dos planejadores, apresentado pela executora, era preciso aceitar o sacrifício em benefício do progresso. Muitas peças publicitárias foram pagas nos meios de comunicação para “esclarecer” sobretudo as pessoas de outras regiões (centros de decisões) acerca dessa ideologia. E esta imagem, vendida como homogênea, está

That Tends To Follow Removal; **Stage 3:**Initiation Of Economic Development And Community Formation Activities That Are Necessary To Restore Or Improve Living Standards of First Generation Resettlers; **Stage 4:** Handing Over A Sustainable Resettlement Process To The Second Generation Of Resettlers And To Non-Project Authority Institutions ”

⁴⁰ “...placing displaced people... back on cultivable land or in oncome-generating employment/self-employment activities is the heart of the matter in reconstructing livelihoods.”

longe de corresponder à realidade de todos os municípios atingidos, especialmente Remanso e Pilão Arcado.

Um dos pressupostos desta lógica era a ideia de que o país precisava crescer economicamente, aumentando sua produtividade, com o incremento de indústrias de base e o conseqüente fornecimento de energia para sua manutenção. A urgência deste propósito ditava o tom das ações e sua incontestabilidade. A CHESF acreditava, como concorda Isaías de Carvalho, que a construção das novas cidades deveria, como em Brasília, ocasionar uma transformação da sociedade. Na prática entretanto, tanto em um caso como no outro, os interesses maiores se sobrepujam ao anunciado propósito de mudança social. A grande mudança está relacionada com a entrada do jogo capitalista na região. É como escreveram Santos e Silveira:

O Estado é, portanto, compelido a adotar uma política de grande potência, favorecendo as maiores empresas, sem consideração pelas massas cada vez mais empobrecidas. Nesse período ocorre uma grande ruptura, importantes capitais fixos são adicionados ao território, em dissociação com o meio ambiente e com a produção (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Deste modo, mesmo uma região geograficamente mais isolada é forçada a integrar-se nos circuitos mais amplos, perdendo sua autonomia, deixando de ser regida pelas próprias demandas, mas seguindo ao sabor do capital. A construção das Usinas Hidrelétricas não é, portanto, um projeto isolado, mas segue no sentido de linhas geopolíticas bem definidas naquele período. Não se trata apenas de apropriação de recursos naturais, mas a implantação de um “estágio mais avançado de civilização”. Um epicentro da resistência, D. José Rodrigues, na época bispo de Juazeiro, desabafou:

É o progresso do sistema capitalista, provocando grandes ajuntamentos, 20.000, 30.000 pessoas. Terminada a obra, os técnicos partem para outra e o povo fica na miséria e na fome, porque não houve planejamento para sua absorção ou destinação (LOBO, 1984:81).

As avaliações, como ditas, são variadas, mas o poder de síntese do caatingueiro é valioso em relação à sua própria vivência: “[...] moramos no beijo do lago e não conhecemos o desenvolvimento falado pela CHESF [...] usamos candinheiro pra alumiar e nos falta quase de tudo” resumiu o beradeiro Joaquim, da Serra do Ramalho, atingido por Sobradinho.⁴¹

Aos flagelos históricos desta região, entretanto, se agregam novas angústias, menos relacionadas a Sobradinho, mas igualmente concorrentes para o sofrimento

⁴¹ Depoimento apresentado no Encontro de Ciências Sociais e Barragens, Salvador-BA, 2007.

das comunidades ribeirinhas. Recentemente vem sendo notada grande quantidade de animais – peixes e aves – mortos em circunstâncias misteriosas, cujos indícios apontam como causa algum envenenamento, e o senso comum induz a pensar nas grandes quantidades de agrotóxicos aplicadas no feijão plantado na vazante. A água do Lago sofre mudanças morfológicas gradativamente maiores, perceptíveis pelos sentidos. Sabor e coloração se alteram de um dia para o outro, notável facilmente pelo consumidor que paga por água tratada e presumivelmente pura.

Outra questão de grande relevância é que quando há a baixa do lago isolam-se partes da represa, formando lagoas, de onde às vezes é captada a água para abastecimento das cidades, ou inevitavelmente para consumo direto na zona rural. Evidentemente, mesmo com tratamento adequado, este tipo de água não é apropriada, e de fato, na cidade a mesma tem sido fornecida semi turva e “com gosto”, como dizem os consumidores.

A chegada de diversos tipos de empresas mineradoras à região, atraídas pela descoberta recente de vários tipos de minério, tem provocado muitas mudanças na cidade. O aumento do custo de vida é frequentemente referido pelos moradores, promovido principalmente pela subida multiplicação na demanda por imóveis, para compra ou aluguel. Os valores da construção civil e prestação de serviços aumentam em conseqüência. A situação chega a um ponto culminante em setembro de 2010, com uma onda de ocupações nas imediações da cidade e nas áreas de terras da união, entre o rio e o limite urbano. Há uma grande tensão proveniente da segunda geração de remansenses na nova cidade, que passado o boom imobiliário, não conseguem moradia. Logo na mudança da cidade, o *déficit* habitacional era zero, pois haviam imóveis em abundância. É anedótico que o Banco do Brasil, naquela época, não encontrou imóveis para alugar e acomodar seus funcionários, mas dada a fartura de terrenos, facilmente obteve 12 lotes e construiu residências funcionais. Passados trinta anos, há uma quantidade imensa de imóveis para alugar e vender, mas a preços que facilmente superam os praticados na capital, excluindo portanto da maior parte da população o seu acesso. Não há financiamento habitacional eficiente nem mesmo na recém inaugurada agência da Caixa Econômica Federal. Programas federais de habitação ainda são promessa. Esta situação, sem solução aparente, aponta para um cenário crítico de crescimento desordenado e falta de estrutura urbana, resultados de uma transformação excessivamente rápida e profunda, injusta e irreversível.

As atividades variadas, a história rica e o papel no cenário regional tornavam Remanso uma cidade relevante do ponto de vista econômico, que não foi

considerada por ocasião da relocação, e que não foi reconstituído, verificando-se, ao contrário, a inversão de alguns papéis que a cidade desempenhava anteriormente.

O pior dos problemas, no entanto, causa estranheza, inusitado que é. A construção da Barragem de Sobradinho teve baixo impacto sobre o problema secular da seca, pois a poucos quilômetros do Lago, os catingueiros sofrem a falta d'água como em qualquer outro local do semi-árido. Uma parte significativa das cisternas construídas por ONGs e poder público, em diferentes ações, minoram o problema, mas ainda não o resolvem, e os reservatórios naturais – barragens, barreiros, cacimbas – durante a seca expõem seu leito estorricado, ocupado por lama. O abastecimento é feito então pelos famigerados carros-pipa, panacéia antiga, moeda política, recurso precário, mas afinal, a parca água que efetivamente tem chegado aos recônditos do agreste. Nos períodos de seca, pode-se ver a cada manhã no serviço de Abastecimento de Água de Remanso (SAAE) uma fila de pipas que abastecem o interior do município, e também as cidades próximas, numa disputa que não raro resulta em algum veículo que não consegue ser abastecido. E isso a custo elevado, com eficácia mínima, e sem ações públicas efetivas para a melhoria na convivência com a seca. Novamente, Marques:

Interessante em todo esse processo é que parte significativa da população ribeirinha percebe os barramentos como algo do passado, sem efeitos no presente. Outro número significativo acredita que os novos espaços (novas cidades) são mais agradáveis, têm uma melhor infra-estrutura urbana e de serviços. Entretanto, não existe nenhum cálculo capaz de dimensionar e pagar a violência cometida contra o Rio e as Pessoas que nele vivem há séculos. As propostas de construção de novas barragens na Bacia do São Francisco, repetem as vergonhosas memórias de expulsão das populações ribeirinhas de seus lugares, a agressão ao “cansado Chico”, e toda uma infinidade de impactos socioambientais. Toda a essência do Rio São Francisco sucumbiu a uma equivocada e absurda noção de progresso (MARQUES, 2006:11).

A construção da barragem, a expropriação, os excessos, o empobrecimento, a angústia do beradeiro, a problemática do Lago de Sobradinho, são aspectos de um problema único, a forma como o Estado brasileiro, antes e acima de seus governos, trata o cidadão e a resolução de seus problemas, que neste caso são em boa parte consequências de ações governamentais desordenadas, de cuja responsabilidade todos os poderes se pretendem eximir, mas que ao final levam o pobre caatingueiro hoje à mesma condição de seus ancestrais: instabilidade de suas posses (tanto materiais como imateriais), aguardar os favores dos homens (ou morrer lutando), ou ainda, o mais comum, clamar pela misericórdia divina, sintetizada na chuva, como há centenas de anos.

Pode parecer paradoxal, mas todas as reflexões, toda a memória resgatada, como as descobertas, possuem um desejo contido, um intento maior. É que, honrado o passado, explicados os processos, posto um limite ao que se pode conhecer, seja possível desejar que todas as vidas que de diferentes modos alegóricos ou não morreram e morrem em consequência de Sobradinho, após toda a luta que for possível, possam alcançar algum tipo de descanso. Àqueles, diz a fé corrente, *requiem*:

Réquiem ætérnam dona eis, Dómine,
Et lux perpétua lúceat eis
Riquiésant in pace.
Amen⁴².

⁴² Dai-lhes, Senhor, o descanso eterno / **E a luz perpétua os ilumine** / Descansem em paz./ **Amém.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. MINISTÉRIO DA CULTURA - Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.doselectaction=&co_obra=2074>. Acesso em 15/01/2010.

ABREU, Teresa Lucia Muricy de. **O Sistema Sobradinho no contexto da transposição do Rio São Francisco**. fotocopiado. Revista Baiana de Tecnologia, v. 19, n.1. Camaçari(BA): TECBAHIA, 2004.

ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades, sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 1a. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. vol. 1.

ALBUQUERQUE, André. **Due Process Of Law: Influências Anglo-saxônicas no Ordenamento Jurídico Brasileiro**: Análise histórica do devido processo legal e exemplificação da presença deste princípio utilizando-se do artigo 243 da Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2656/Due-Process-Of-Law-Influencias-Anglo-saxonicas-no-Ordenamento-Juridico-Brasileiro>>. 2006. Acesso em: 02 jan. 2009.

ALMEIDA, Eduardo Lopes de: Depoimento. Entrevistador: Edcarlos Mendes. Remanso-BA. (28/09/2009). Arquivo de áudio digital. 45 minutos.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e Mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Produção de Energia e modernização do Vale do São Francisco**. Revista de Economia Política. Vol. 4, n.1, São Paulo, Editora 34, janeiro-março de 1984. p. 43-55.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 3 ed. (Revista e Atualizada) São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, Manuel. Correia de. **Análise do Semi-árido Nordestino e a visão da seca**. In: BACELAR, T; DUARTE, Renato; GUIMARÃES, L e GOMES, E. (Org.) GTDN da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional. Recife: Universitária, 1994.

ARAÚJO, Tania Bacela de; ET. AL. (Orgs.). **O GTSN – da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional**. Recife: UFPE, 1994. pp. 114-124.

AZEVEDO, Agnaldo Siri. **Não houve tempo sequer para lágrimas**. Filme. Produção de Chico Drummond. Direção de Agnaldo Siri Azevedo. Salvador. Promatú. 1985. 15 min. color. son.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Aspectos demográficos regionais: VII região de planejamento**. Sobradinho, 1982.

BARBOSA, Ruy. **O Art. 6º da Constituição e a Intervenção de 1920 na Bahia**. Obras Completas de Rui Barbosa (Vol. XLVII, Tomo III). Salvador: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 1975.

BOLETIM CAMINHAR JUNTOS. [Publicação bimestral da Diocese de Juazeiro, Bahia – 1975-1983]. Números 22-32. Juazeiro-BA. 1980.

Benjamim, José Botelho. **Breve notícia sobre o Estado da Bahia**; sua geografia physica, política, riquezas naturaes, leis principais, esboço histórico etc. Bahia, Typ. e encadernação do Diário da Bahia, 1894.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAIRNCROSS, Sandy. **Aspectos Ambientais e de saúde pública na Barragem de Sobradinho**. 1984. Salvador:CAR (mimeo.)

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CAPEL, Horácio. **La morfologia de las ciudades**. Barcelona. Ed. del Serbal, 2002.

CARONE. Edgard. Coronelismo: Definição Histórica e Bibliográfica. **Revista de Administração de Empresas**. Número 11julho/setembro de 1971. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas. pp. 85-92.

CARVALHO, Isaías de: Depoimento. Entrevistador: Edcarlos Mendes. Salvador-BA. (10/12/2009). Arquivo de áudio digital. 57 minutos.

CATULLO, María Rosa. **Ciudades relocalizadas: una mirada desde la antropologia social**. Buenos Aires: Biblos, 2006.

CAVALCANTE FILHO, João Trindade. **Desapropriação sem indenização? Uma análise constitucional dos conceitos de desapropriação, expropriação e**

confisco. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 2297, 15 out. 2009. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=13680>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

CERNEA, Michael. *The economics of involuntary resettlement: questions and challenges*. World Bank, Washington (EUA), 1999

CHESF. **Informativo publicado na revista Veja**, 19 de novembro de 1980, São Paulo: Abril, 19 de novembro de 1980.

CHESF. **Sobradinho: novos horizontes para o sertanejo**. VEJA. São Paulo, nº 637, 30/06/1982. pp. 112-113.

CHESF. **Plano Diretor Urbano da Nova Sede Municipal de Remanso**. Salvador, fotocopiado. 1974.

CHESF. **Remanso**. Álbum de fotografias. Biblioteca da CAR. Sem data.

COELHO, Cândido Albuquerque. Depoimento. Entrevistador: Edcarlos Mendes. Remanso-BA. (21/10/2009). Arquivo de audio digital. 72 minutos.

CHESF. Recife, 2010. Disponível em: <www.chesf.gov.br> Acesso em: 25/06/2010.

CORTIZO, Roberto: Depoimento. Entrevistador: Edcarlos Mendes. Salvador-BA. (25/11/2009). Arquivo de video digital. 45 minutos.

COSTA, Aurelino Fábio C. **O Arsenal dos Coronéis. Vitrine da Armaria**. São Paulo, 1/02/2010. Disponível em: <<http://vitrinedaarmaria.blogspot.com/>>. Acesso em: 25 fev. 2010, 10:28 h.

CRAB-CUT. I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. **Terras Sim, Barragens, não**. Goiânia, 1989.

DAVIS, Mike. **Cidade de Quartzos**: Escavando o futuro de Los Angeles. São Paulo. Scritta, 1993.

DEMATTEIS, Giuseppe. Lo spazio geografico: una metafora necessaria. In: PIGNINI, P. (Org.). **Geografia per il principe – teorie e mistura dello spazio geografico**. Milano: Unicopli, 1985.

DOURADO, Walter. **Pequena História da Navegação no Rio São Francisco**. Juazeiro, 1973.

DUQUÉ, Ghislaine. **Casa Nova: interventions du pouvoir et strategies paysannes; un municipe du sertao bahiano, a l'heure de la modernisation.** Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Paris, 1980.

DUQUÉ, Ghislaine. A experiência de Sobradinho: Problemas fundiários e colocados pelas grandes barragens. **Cadernos do CEAS**, nº 91. Salvador: maio/junho de 1984. pp. 30 a 38.

ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano: A experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA.** Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fevereiro de 2004

ESTRELA, Raimundo. **O Pau-de-colher, um pequeno Canudos. Conotações políticas e ideológicas.** Salvador: ALBA, 1997.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro.** São Paulo: Globo, 2001.

CAMELO FILHO, José Vieira. A Dinâmica política, econômica e social do Rio São Francisco e do seu vale. **Revista do Departamento de Geografia da UNICAMP.** Numero 17. 2005. pp. 83-93.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder,** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1978.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** São Paulo: Forense Universitária, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal.* Rio de Janeiro: Record, 1998.

FREITAS, F. S.; ALMENDARY, L.C. **Engenheiro da CHESF fala sobre o impacto socioambiental da construção de barragens.** Revista Fulgêncio. São Paulo: PUC, Vol. 1. Número 1, 2003.

FREITAS, Marina Barbosa de. Depoimento. Entrevistador: Edcarlos Mendes. Remanso-BA. (17/08/2009). Arquivo de áudio digital. 37 minutos.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife: SUDENE, 1967.

GERMANI, Guiomar I. **Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro . **GeoTextos**, vol. 2, n. 2. Salvador: EDUFBA, 2006, pp. 115-145.

GERMANI, Guiomar I. **Cuestión Agraria y Assentamiento de Población ent el Área Rural: La nueva cara de la lucha por la tierra. Bahia, Brasil (1964-1990)**. Tese de Doutorado em Geografia. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.

GOUVEA, Carlos. **Biografia de Camargo Freire**. Campos do Jordão Cultura. Campos do Jordão, 2008. Disponível em <<http://www.camposdojordaocultura.com.br/camargofreire/historia.asp>>. Acesso em 13/01/2010.

GUIMARÃES, I.; TELLES, Patrícia. **Dos que sobraram das águas**. Filme. Produção e Direção de Inês Guimarães e Patrícia Telles. Juazeiro. 2008. 29 min. color. son.

IBGE. **Censo Agropecuário 1980 – Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização, do fim dos “territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: Contexto, 2002.

HALFELD, Guilherme F. **Relatório Concernente à exploração do rio São Francisco, desde a Cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico durante os anos de 1852, 1853 e 1854**. Rio de Janeiro, Typografia de Georges Bertrand, 1860.

HALL, Stuart. “Cultural Identity and Diaspora”. In: RUTHERFORD, Jonathan. **Identity. Community. Culture**. Londres : Lawrence & Wishart, 1990.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

INTERNATIONAL FINANCIAL COPORATION. **Resettlement Handbook**, 2001.

- LACERDA, Carlos. **O Rio São Francisco: Desafio e Promessa**. Rio de Janeiro: Record, 1964.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of the space**. Oxford: Blackwell, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 2ª. Edição. Barcelona: Península, 1973.
- LIMA, J. P., e MIRANDA, E. A., Fruticultura Irrigada no Vale do São Francisco: Incorporação Tecnológica, Competitividade e Sustentabilidade. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. Especial p. 611-632, novembro 2001.
- LINS, Wilson. **O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros**. Salvador: Oxumaré, 1952.
- LINS, Wilson. **Remanso da Valentia**. São Paulo: Martins, 1967.
- LINS RIBEIRO, Gustavo. **Proyectos de gran escala: hacia um marco conceptual para el análisis de una forma de producción temporária**. Tese de Mestrado em Antropologia. Universidade de Brasília. 1985.
- LOBO, Luiz. **Nordestinos**. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984.
- MALVEZZI, Roberto. **Cem anos da Paróquia de Remanso**. Remanso. mimeo. 1994.
- MALVEZZI, Roberto. Projeto da Linha: A experiência dos pescadores do lago de Sobradinho. **Cadernos do CEAS**. Nº 158. 1995.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996.
- MARQUES, Juracy. **Ecologia de Homens e Mulheres do Semi-árido**. Paulo Afonso: Fonte Viva, 2005.
- MARQUES, Juracy. **Ecologias do São Francisco**. Paulo Afonso, UNEB, 2006.
- MARQUES, Juracy. **Cultura material e etnicidade dos povos indígenas do são francisco afetados por barragens: Um Estudo de Caso dos Tuxá de Rodelas, Bahia, Brasil**. 2008. 368f. Tese de Doutorado (Doutorado em Cultura e Sociedade) Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, área de estudos em Cultura e Identidade, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MELLO, Maria Alba Guedes Machado de. **História Política do Baixo-Médio São Francisco**: Um estudo de caso de coronelismo. 1999. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

MOURA, Euvaldo: Depoimento. Entrevistador: Edcarlos Mendes. Remanso-BA. (22/08/2009). Arquivo de vídeo digital. 45 minutos.

MUNIZ, Mariza. **Remanso, Pedaco de um chão**. Juazeiro: Gutemberg, 2000.

NAVES, Jaqueline. **LUZ E “PROGRESSO”**: o antagonismo da disputa por territórios entre o campesinato e o hidronegócio. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária || V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. 2009, Niterói-RJ. IV SINGA - Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009. v. único. p. 1-14.

NETO, C.R.; FREITAS, J. CHESF vê “guerra injusta” e bispo quer uma CPI. **JORNAL A TARDE**, Salvador, 24 mar. 1980. Caderno 2, pág. 1.

OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues de. **A saga dos pioneiros da CHESF**. Organizações e Sociedade. 8 (20): 139-152. Recife, Jan/abril de 2001.

PEREIRA, Demosthenes Guanaes. **Cascudos e Borboletas**. São Paulo: Safady. 1976.

PEREIRA, Demosthenes Guanaes. **Carnaubal: nos barrancos do Rio São Francisco**. Birigüi: 1949.

PEREIRA, Rosa Maria Viana. **O papel da igreja na resistencia camponesa de Sobradinho**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Salvador: Universidade Federal da Bahia- UFBA, 1987.

PIERSON, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. Tomos I e II. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972.

PROJETO GeografAR. **Acesso à terra e Desenvolvimento Territorial no Médio São Francisco**. Projeto Geografar/Universidade Federal da Bahia e University of Greenwich. Salvador, 2006.

PROST, Catherine. **L'Armée Brésilienne: Organisation et rôle géopolitique de 1500 à nos jours**. Paris: L'Hamarttan, 2003.

PROURB. **Município de Remanso: Plano Diretor da Nova Sede**. Salvador: Prourb, 1974.

RAFFESTIN, Claude. Potere e territorialità. In: RAFFESTIN, C (Org.). **Geografia politica: teorie per un progetto sociale**. Milano: Inicopli, 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. **Geografia do homem (Antropogeografia)**. In: MORAES, A. C. (org.) São Paulo: Ática, 1990.

RELPH, Edward. **Paisagem Urbana Moderna**. Lisboa: Edições 70, 1990.

REPRESAS Y DESAROLLO : UN NUEVO MARCO PARA LA TOMA DE DECISIONES. In: **World Comission of Dams**. Capetown, Africa do Sul, 2000. Disponível em: <www.wcd.org>. Acesso em 20/05/2010.

REVISTA VEJA . **SOB AS ÁGUAS**. São Paulo, 13 de Agosto de 1975, p. 25.

REVISTA VEJA . **O CICLO DAS ÁGUAS**. São Paulo, 11 de Outubro de 1978, p. 70.

REVISTA VEJA . **ENCHENTE INEVITÁVEL?**. São Paulo, 04 de abril de 1979, p. 50.

REVISTA VEJA . **ÁGUA A RODO**. São Paulo, 19 de novembro de 1980, p. 134.

RIBEIRO, Manoel Bomfim. **Nefirmo, uma vida: O homem no seu tempo**. Remanso: 1996.

RIBEIRO, Manoel Bomfim. **A potencialidade do semi-árido brasileiro**. Brasília: Qualidade, 2007.

RIBEIRO, Carlos Dias. Depoimento. Entrevistador: Edcarlos Mendes. Remanso-BA. (23/02/2010). Arquivo de áudio digital. 51 minutos.

ROCHA,GERALDO. **O Rio São Francisco: fator precipuo da existencia do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica**. Vol.1. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

ROTHAMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG: ED. UFV, 2008.

SA & GUARABIRA. Sobradinho. Intérpretes: Sá & Guarabira. in: **Maxximum**. Disco Compacto. São Paulo, Sony/BMG, 2005. Faixa 1.

SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil**. Salvador, 1624. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.doselect_action=&coobra=2148, acesso em 12/01/2010.

SAMPAIO, Teodoro. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANDRONI, Paulo. **Questão Agrária e campesinato: a funcionalidade da Pequena produção mercantil**. São Paulo: Editora Polis, 1980.

SANTOS, Izaltino José dos: Depoimento. Entrevistador: Edcarlos Mendes. Remanso-BA. (19/08/2009). Arquivo de áudio digital. 27 minutos.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton (et alli). **O Papel Ativo da Geografia. Um Manifesto**. Barcelona, jan. 2001. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-270.htm>>, acesso em 17 de abril de 2009, 21 horas.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São. Paulo, Editora Record, 2001.

SANTOS, M. Território e Dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. **Território, Territórios**. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Severino F. **Remanso, Passado e Presente**. Salvador: Secult, 2005.

Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). **Atlas do Estado da Bahia: Divisão Territorial e Administrativa - Situação em 1827**. Salvador.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo. Expressão Popular, 2007.

SCUDDER, Thayer. **The Future of Large Dams: Dealing with social, environmental, institutional and political costs**. London: Earthscan. (2005)

SEI. **Mudanças sociodemográficas recentes: Região Baixo Médio São Francisco**. Salvador: SEI, 2000.

SEPLANTEC – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (Salvador, BA). **Atlas do Estado da Bahia**: Divisão Territorial e Administrativa. Salvador, 1978. Escala 1:2.500.000

SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. Rio de Janeiro: Museu Nacional UFRJ, 1986.

SIGAUD, Lygia. Projeto Sobradinho: **Avaliação Sócio-Econômica da Relocalização Populacional**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1983.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Os sindicatos dos trabalhadores rurais face as intervenções do estado na área de Sobradinho 1971/1987: o caso de Remanso e Pilão Arcado**. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural. Campina Grande: UFPB, 1988.

SILVA, João Moura da: Depoimento. Entrevistador: Edcarlos Mendes. Remanso-BA. (25/09/2009). Arquivo de áudio digital. 27 minutos.

SILVA, Vicente de Paulo da. **Efeitos Sócioespaciais de grandes projetos em Nova Ponte-MG**: Inserção Regional e Reconstrução da vida cotidiana. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRJ, 2004.

SILVA, Domingos Nascimento e MENDES, Luiz Gonzaga. **Variação da estrutura fundiária do Estado da Bahia**. Revista Bahia Agrícola V.2, n.3. Salvador, SEAGRI, 1998.

SIQUEIRA, Ruben. **Do que as águas não cobriram – um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho**. João Pessoa, UFPB / Mestrado de Ciências Sociais, 1992, p. 50, (mimeo).

SIQUEIRA, Ruben. **De Sobradinho à transposição: para onde corre o São Francisco ?** Texto apresentado na Mesa Redonda, com esse mesmo título, no I Encontro Ciências Sociais e Represas e II Encontro Ciências Sociais e Barragens, em Salvador – Bahia, Brasil, no dia 22 de novembro de 2007.

THOMPSON, E. Palmer. **Formação da classe inglesa**. Vol 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. Palmer. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Luigi Antonio, SILVA, Sergio (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.

VAINER, Carlos B. & ARAUJO, Frederico G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAINSENER, Semira Adler. **Chesf (Companhia Hidroelétrica do São Francisco)**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em 12/04/2010.

VENTURA, José: Depoimento. Entrevistador: Edcarlos Mendes. Remanso-BA. (25/10/2008). Arquivo de vídeo digital. 52 minutos.

VIDAL, Francisco Carlos Barqueiro. **A problemática do semi-árido nordestino à luz de Celso Furtado: permanência da pobreza estrutural**. Biblioteca do Centro de Estudos Celso Furtado. Disponível em <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/>>, acesso em 21/03/2010.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

WCD - World Commission on Dams. **Dams and development: A new Framework for decision-making**. WCD Report, London, UK, EarthScan, 2000.

ANEXOS

1. Decretos relacionados à construção de Sobradinho



Senado Federal Subsecretaria de Informações

DECRETO-LEI Nº 1.207, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1972

Cria Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º É criado Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE), complementar aos programas em execução, para ocupar os vazios econômicos existentes nessa região e acelerar o seu desenvolvimento econômico e social, integrando-a mais rapidamente ao processo de desenvolvimento nacional.

Art. 2º Consideram-se prioritários na primeira fase de execução do PROVALE:

- a) os serviços de dragagem, balizamento, derrocamento, proteção de margens e demais obras de melhoramento das condições de navegabilidade do rio São Francisco, entre as cidades de Pirapora e Petrolina-Juazeiro;
- b) o reaparelhamento da frota da Companhia de Navegação do São Francisco;
- c) a realização de obras de urbanização, infra-estrutura social, saneamento e irrigação;
- d) o apoio aos programas de colonização, irrigação e desenvolvimento agrícola das regiões de Rio Corrente, Rio Grande, Irecê, Jaíba, Paracatu, João Pinheiro, Montes Claros, Petrolina-Juazeiro-Penedo e Propriá;
- e) a proteção das nascentes do rio São Francisco e de áreas de sua bacia hidrográfica, mediante a implantação de projetos de reflorestamento e criação de parques nacionais;
- f) a construção de eclusas para navegação na barragem de Sobradinho e reurbanização ou relocação das cidades e vilas inundadas pelo reservatório;

g) as seguintes ligações rodoviárias:

BR-316 - trecho Teresina-Picos-Salgueiro;

BR-407 - trecho Picos-Petrolina;

BR-020-242 - trecho Brasília-Posse-Barreiras-Ibotirama;

BR-242 - ponte sobre o rio São Francisco;

BR-030 - trecho Brasília-Carinhanha - BR-116-BR-101-Campinho;

BR-365 - trecho Montes Claros - Pirapora - Patos - Patrocínio - Uberlândia;

BR-135 - trecho Januária - Montalvânia - Correntina;

BR-349 - trecho Correntina - Santa Maria - Bom Jesus da Lapa;

BR-251 - trecho Brasília - Unai - Montes Claros - Salinas - BR-116;

BR - 496 - trecho Corinto - Pirapora.

§ 1º A execução dos serviços e obras de que trata este artigo caberá:

I - Ao Ministério dos Transportes, quanto às alíneas *a*, *b* e *g*, por intermédio do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN), Superintendência Nacional de Marinha Mercante (SUNAMAM) e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), respectivamente;

II - Ao Ministério do Interior, quanto à alínea *c*;

III - Ao Ministério da Agricultura, quanto às alíneas *d* e *e*, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF);

IV - Ao Ministério das Minas e Energia e ao Ministério dos Transportes, quanto à alínea *f*, por intermédio da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN).

§ 2º As ligações rodoviárias básicas ficarão a cargo do Ministério dos Transportes - DNER, sob cuja orientação será construído, pelos Estados respectivos, o sistema de estradas vicinais.

Art. 3º Os trechos Corinto-Pirapora, Capim Grosso-Juazeiro e Petrolina-Cabrobó são incluídos no Plano Nacional de Viação, sob as referências BR-496, BR-425 e BR-497, respectivamente.

Art. 4º Os recursos do PROVALE provirão:

a) de dotações orçamentárias previstas nos orçamentos anuais e plurianuais de investimentos;

b) de transferências do Programa de Integração Nacional (PIN), de que trata o Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970;

c) de transferências do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agro-Indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), de que trata o Decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971;

d) de outras fontes, internas e externas, inclusive dotações especificamente alocadas no Orçamento Monetário, aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único. Os recursos provenientes do PIN e do PROTERRA só serão aplicados nas áreas abrangidas por esses programas.

Art. 5º Sem prejuízo das verbas orçamentárias devidamente autorizadas, o PROVALE contará com dotação de recursos no valor de Cr\$840.000.000,00 (oitocentos e quarenta milhões de cruzeiros) distribuídos pelos exercícios de 1972 a 1974, como segue:

- Cr\$260.000.000,00 em 1972;

- Cr\$280.000.000,00 em 1973,

- Cr\$300.000.000,00 em 1974.

§ 1º As transferências de recursos do Programa de Integração Nacional e do PROTERRA, em cada um dos exercícios mencionados neste artigo, serão aprovados pelo Presidente da República, mediante proposta dos Ministros da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral e do Interior, e não excederão o limite de Cr\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de cruzeiros) para o PROTERRA e Cr\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros) para o PIN.

§ 2º Os recursos orçamentários provenientes do Fundo Especial e de outras dotações, sem aumento de despesa, correspondem a Cr\$80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros).

Art. 6º Os recursos previstos no artigo anterior terão as seguintes aplicações:

	Cr\$
a) implantação e pavimentação da rede de rodovias básicas	350.000.000,00
b) serviços de dragagem, balizamento, derrocamento, melhoramentos das condições de navegabilidade e aquisição de equipamentos	20.000.000,00
c) reaparelhamento da frota fluvial	5.000.000,00
d) construção do sistema de estradas vicinais	15.000.000,00
e) apoio aos programas de colonização e reflorestamento	50.000.000,00
f) financiamento de projetos de desenvolvimento agrícola e agro-industrial	200.000.000,00
g) realização de obras de urbanização, infraestrutura social, saneamento e irrigação	100.000.000,00
h) reservatório de Sobradinho:	

	Cr\$
I - Construção de eclusas na barragem	70.000.000,00
II - Reurbanização ou relocação de cidades e vilas	30.000.000,00

§ 1º As importâncias destinadas a órgãos públicos, liberadas mediante utilização de fundos provenientes de transferências do PIN e do PROTERRA, não terão caráter reembolsável.

§ 2º A importância mencionada na alínea d deste artigo destinar-se-á a financiamentos aos órgãos rodoviários estaduais, por conta do Tesouro Nacional e por intermédio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, com recursos destacados pelo Banco Central do Brasil, observadas as seguintes condições:

Prazo de resgate: doze anos, com três de carência;

Juros: 10% (dez por cento) ao ano;

Garantia: Obrigações do Tesouro do Estado ou outras a critério do Conselho Monetário Nacional.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de fevereiro de 1972; 151º da Independência e 84º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid
 Adalberto de Barros Nunes
 Orlando Geisel
 Mário Gibson Barboza
 Antônio Delfim Netto
 Mário David Andreazza
 L. F. Cirne Lima
 Jarbas G. Passarinho
 Júlio Barata
 J. Araripe Macêdo
 F. Rocha Lagôa
 Marcus Vinicius Pratini de Moraes
 Antônio Dias Leite Júnior
 João Paulo dos Reis Velloso
 José Costa Cavalcanti
 Hygino C. Corsetti



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO-LEI Nº 1.316, DE 12 DE MARÇO DE 1974

Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 15, § 1º, alínea “b”, da Constituição, os Municípios de Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso, todos do Estado da Bahia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º São declarados de interesse da Segurança Nacional, para os efeitos do artigo 15, § 1º, alínea *b*, da Constituição, os Municípios de Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso, todos do Estado da Bahia.

Art. 2º Aos Municípios referidos no artigo anterior, aplica-se o disposto nos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e seus parágrafos, da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 560, de 29 de abril de 1969.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid



**Senado Federal
Subsecretaria de Informações**

DECRETO-LEI Nº 2.183, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1984

Descaracteriza como de interesse da Segurança Nacional os municípios que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º - Deixam de ser declarados de interesse da Segurança Nacional, assim caracterizados pela Lei e Decretos-leis abaixo indicados, os seguintes municípios:

I - Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968:

- CRUZEIRO DO SUL, FEIJÓ, SENA MADUREIRA e XAPURI, no Estado do Acre;
- BARCELOS, IPIXUNA, JAPURÁ, SANTA ISABEL DO RIO NEGRO (antigo ILHA GRANDE), SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ, SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (antigo UAUPÉS) e SÃO PAULO DE OLIVENÇA, no Estado do Amazonas;
- PAULO AFONSO e SÃO FRANCISCO DO CONDE no Estado da Bahia;
- CÁRCERES e VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE (antigo MATO GROSSO), no Estado de Mato Grosso;
- AMAMBAI, ANTÔNIO JOÃO, CARACOL e IGUATEMI, no Estado de Mato Grosso do Sul;
- ALMEIRIM, ÓBIDOS e ORIXIMINÁ, no Estado do Pará;
- CAPANEMA, MARECHAL CÂNDIDO RONDON, MEDIANEIRA, PÉROLA DO OESTE, PLANALTO, SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE e SÃO MIGUEL DO IGUACU, no Estado do PARANÁ;
- ALECRIM, BAGÉ, CRISSIUMAL, DOM PEDRITO, HERVAL, HORIZONTINA,

RIO GRANDE, SANTA VITÓRIA DO PALMAR, SÃO NICOLAU, TENENTE PORTELA, TRÊS PASSOS, TUCUNDUVA e TUPARENDI, no Estado do Rio Grande do Sul;

- DESCANSO, ITAPIRANGA, SÃO JOSÉ DO CEDRO e SÃO MIGUEL DO OESTE, no Estado de Santa Catarina; e

- SÃO SEBASTIÃO, no Estado de São Paulo.

II - Decreto-lei nº 435, de 24 de janeiro de 1969:

- TRAMANDAÍ e OSÓRIO, no Estado do Rio Grande do Sul;

III - Decreto-lei nº 1.105, de 20 de maio de 1970:

- TRÊS LAGOAS, no Estado de Mato Grosso do Sul e CASTILHO, no Estado de São Paulo;

IV - Decreto-lei nº 1.225, de 22 de junho de 1972:

- LAURO DE FREITAS e SIMÕES FILHO, no Estado da Bahia;

V - Decreto-lei nº 1.481, de 09 de setembro de 1976:

- MÂNCIO LIMA, MANOEL URBANO e SENADOR GUIOMARD, no Estado do Acre;

VI - Decreto-lei nº 866, de 12 de setembro de 1969:

- SANTARÉM, no Estado do Pará;

VII - Decreto-lei nº 1.131, de 30 de outubro de 1970:

- ALTAMIRA, ITAITUBA e MARABÁ, no Estado do Pará;

VIII - Decreto-lei nº 170, de 02 de junho de 1971:

- SANTA HELENA, no Estado do Paraná;

IX - Decreto-lei nº 1.183, de 22 de julho de 1971:

- ROQUE GONZALES, no Estado do Rio Grande do Sul;

X - Decreto-lei nº 1.229, de 05 de julho de 1972:

- GUARACIABA, no Estado de Santa Catarina;

XI - Decreto-lei nº 1.230, de 05 de julho de 1972:

- TARAUACÁ, no Estado do Acre;

XII - Decreto-lei nº 1.272, de 29 de maio de 1973:

- SÃO JOÃO DOS PATOS, no Estado do Maranhão e GUADALUPE, no Estado do Piauí;

XIII - Decreto-lei nº 1.316, de 12 de março de 1974:

- CASA NOVA, PILÃO ARCADO, REMANSO e SENTO SÊ, no Estado da Bahia; e

XIV - Decreto-lei nº 1.480, de 09 de setembro de 1976, retificado pelo Decreto-lei nº 1.495, de 09 de dezembro de 1976:

- MIRASSOL DO OESTE, no Estado de Mato Grosso e ARAL MOREIRA (antigo FRONTEIRA RICA), ELDORADO e MUNDO NOVO, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º - O disposto no artigo anterior terá eficácia a partir da posse dos Prefeitos e Vice-Prefeitos eleitos.

Parágrafo único - Até a posse dos eleitos permanecerá o regime de Prefeito nomeado, na forma da legislação que disciplina a matéria.

Art. 3º - As eleições para Prefeitos e Vice-Prefeitos dos municípios descaracterizados como de interesse da Segurança Nacional por este Decreto-lei obedecerão ao que dispõe a Lei nº 7.136, de 27 de outubro de 1983.

Art. 4º - Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, de de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Danilo Venturini



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO Nº 70.138, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1972.

Outorga à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um trecho do rio São Francisco.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e nos termos dos artigos 140, 150 e 164 letra *b*, do Código de Águas,

DECRETA:

Art. 1º É outorgada à companhia Hidro Elétrica do São Francisco, - concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um trecho do rio São Francisco, compreendido entre a ponte que interliga as cidades de Juazeiro e Petrolina, nos Estados da Bahia e de Pernambuco, respectivamente, e a confluência do rio Grande do rio São Francisco, situada no Estado da Bahia.

Parágrafo único. A energia produzida se destina ao serviço público de energia elétrica, para suprimento a outros concessionários, localizados em sua zona de influência.

Art. 2º A concessionária fica obrigada a cumprir o disposto no Código de Águas, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º A concessionária fica obrigada a prestar o projeto definitivo do aproveitamento requerido no prazo fixado no despacho de aprovação do estudo de viabilidade do empreendimento, sob pena de não o fazendo, incorrer, nas penalidades prevista na legislação de energia elétrica em vigor e seu regulamentos.

Parágrafo único. O prazo referido neste artigo poderá ser prorrogado por ato do diretor Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Art. 4º A presente concessão vigorará pelo prazo de 50 (cinquenta) anos.

Art. 5º Findo o prazo da concessão, os bens e instalações que, no momento, existirem em função dos serviços concedidos, reverterão à União.

Art. 6º A concessionária poderá requerer que seja renovada a concessão, mediante as

condições que vierem a ser estipuladas.

Parágrafo único. A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere este artigo até 6 (seis) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, sob pena do seu silêncio ser interpretado como desistência da renovação

Art. 7º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de Fevereiro de 1972; 151º da Independência e 84º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Dias Leite Júnior



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO Nº 73.072, DE 1º DE NOVEMBRO DE 1973

Dispõe sobre a criação de zona prioritária, para fins de Reforma Agrária, no Estado da Bahia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 43, § 2º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964,

DECRETA:

ART. 1º. Fica declarada prioritária, para fins de Reforma Agrária, a região compreendida pelos Municípios de Juazeiro, Casa Nova, Santo Sé, Remanso, Pilão Arcado, Xique-Xique, Gentio do Ouro e Barra, todos no Estado da Bahia, em seus limites conhecidos por lei estadual própria.

ART. 2º. A área prioritária, declarada no artigo anterior, ficará sob a jurisdição da Coordenadoria Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no Leste-Setentrional - Cr-05 - com sede em Salvador, Estado da Bahia.

ART. 3º. A intervenção governamental, de que trata este Decreto, far-se-á por 4 (quatro) anos, podendo ser prorrogada.

ART. 4º. Os trabalhos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, na área prioritária, objetivarão a reformulação da estrutura fundiária da região, envolvendo:

- a) constituição de 10.000 (dez mil) propriedades familiares;
- b) a organização de até 20 (vinte) cooperativas integrais de Reforma Agrária;
- c) o estudo das condições Sócio-econômicas da região, para elaboração de programas de promoção agrária, conservação e valorização de recursos hídricos;
- d) a regularização das ocupações existentes na área e titulação dominial dos respectivos posseiros.

ART. 5º. A programação estabelecida no artigo anterior abrangerá o assentamento e assistência técnica às famílias de agricultores deslocados pela inundação da barragem da Hidro-Elétrica de Sobradinho, objeto do Convênio celebrado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco CHESF e Centrais Elétricas do Brasil S.A. - ELETROBRÁS.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da programação, referida neste artigo, correrão à conta dos recursos que forem transferidos ao INCRA pela CHESF e ELETROBRÁS através de Convênio ou captados de outras fontes autorizadas em lei, bem como de recursos orçamentários já programados.

ART. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1 de novembro de 1973; 152º da Independência e 85º da República.

EMÍLIO
Moura
Antônio Dias Leite Júnior

G.

MÉDICI
Cavalcanti

PUBLICAÇÃO:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 05/11/1973 , Página 11221 (Publicação)
- Coleção de Leis do Brasil - 1973 , Página 184 Vol. 8 (Publicação)



**Senado Federal
Subsecretaria de Informações**

DECRETO Nº 73.418, DE 4 DE JANEIRO DE 1974.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra destinadas ao reservatório de acumulação do aproveitamento progressivo de energia hidráulica denominado Sobradinho, no Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 151, letra *b*, do Código de Águas, e no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do processo MME nº 708.035-71,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, diversas áreas de terra e respectivas benfeitorias, situadas nos municípios de Juazeiro, Sento Sé, Xique-Xique, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Barra no Estado da Bahia, necessárias ao reservatório de acumulação e construção da Barragem do Sobradinho, no Rio São Francisco, cuja concessão foi outorgada à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco pelo Decreto nº 70.138, de 10 de fevereiro de 1972.

Art. 2º As diversas áreas de terra e respectivas benfeitorias referidas ao artigo anterior, são aquelas delimitadas pela curva de nível na cota de 400 (quatrocentos) metros, a partir da ombreira da barragem e diques auxiliares, até cortar o Rio São Francisco, pela margem esquerda, em terras do município de Barra, Estado da Bahia; pela margem direita, a curva de nível em referência inicia na ombreira oposta de barragem, segue até cortar o rio Verde, no município de Sento Sé, no Estado da Bahia; daí por diante a delimitação passa a ser feita pela curva de nível de cota 396 (trezentos e noventa e seis) metros, até encontrar o rio São Francisco, no município de Xique-Xique, no Estado da Bahia, conforme plantas constantes do projeto aprovado pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Parágrafo único. Nas áreas de terra figuradas nas plantas constantes no projeto aprovado, estão incluídas as áreas correspondentes aos terrenos reservados, ilhas e ilhotas que na forma dos artigos 11, 14 e 23 do Código de Águas, pertencem ao domínio público, bem como as áreas de terra e respectivas benfeitorias cuja desapropriação foi objeto do Decreto nº 71.005, de 22 de agosto de 1972.

Art. 3º Fica autorizada a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a promover a desapropriação das referidas áreas de terra e respectivas benfeitorias, na forma da

legislação vigente.

§ 1º A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco poderá invocar, em juízo, as medidas necessárias a desapropriação de caráter urgente, utilizando o processo judicial estabelecido no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as modificações introduzidas pela da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

§ 2º A indenização dos bens desapropriados nos termos do presente Decreto, compreendo as despesas diretas e indiretas, correrá à conta dos recursos previstos no parágrafo 4º do artigo 4º, da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de janeiro de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

ANTÔNIO DIAS LEITE JÚNIOR



**Senado Federal
Subsecretaria de Informações**

DECRETO Nº 80.666, DE 03 DE NOVEMBRO DE 1977.

Prorroga o prazo de intervenção governamental nas áreas prioritárias, para fins de reforma agrária, de que tratam, os Decretos nºs 73.072, de 1º/11/73, e 74.366, de 7/8/74, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 43, § 2º, alínea b, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado, por 4 (quatro) anos, o prazo de intervenção governamental, fixado no artigo 3º do Decreto nº 73.072, de 1º de novembro de 1973, nas áreas prioritárias, para fins de reforma agrária, de que tratam o citado Decreto nº 73.072, de 1º de novembro de 1973, e o Decreto nº 74.366, de 7 de agosto de 1974.

Art. 2º - Para a reformulação da estrutura fundiária da região, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, além dos trabalhos previstos no artigo 4º do Decreto nº 73.072, de 1º de novembro de 1973, com a redação dada pelo artigo 2º do Decreto nº 74.366, de 7 de agosto de 1974, organizará até 5 (cinco) cooperativas integrais de reforma agrária.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 03 de novembro de 1977; 156º da Independência e 89º da República.

ERNESTO GEISEL

Alysson Paulinelli



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO Nº 71.005, De 22 DE AGOSTO DE 1972.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas iniciais ou aproveitamentos progressivo da energia hidráulicas, denominado Sobradinho, no rio São Francisco, no Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 151, letra *b*, do Código de Águas, regulamentado pelo Decreto nº 3.351, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, diversas áreas de terras e respectivas benfeitorias situadas nos municípios de Casa Nova, Juazeiro e Sento Se, no Estado da Bahia, necessárias ao canteiro de obras, acampamento, áreas de empréstimo, porto provisório e ao estudo dos locais às barragens e diques do aproveitamento progressivo de energia hidráulica, denominado Sobradinho, cuja concessão foi outorgada à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, pelo Decreto número 70.138, de 10 de fevereiro de 1972.

Art. 2º As diversas áreas de terra e respectivas benfeitorias referidas no artigo anterior, estão incluídas nas plantas relativas ao projeto de viabilidade técnico-econômico financeira aprovado pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no processo MME 708.035-71.

Art. 3º Nas áreas de terra figuradas nas plantas referidas no artigo anterior, estão incluídas as áreas correspondentes aos terrenos reservados, ilhas e ilhotas que, na forma dos artigos 11 nº 2, 14 e 23 do Código de Águas, pertencem ao domínio público.

Art. 4º Fica autorizada a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a promover a desapropriação das referidas áreas de terra e respectivas benfeitorias, na forma da legislação vigente.

§ 1º A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco poderá invocar, em Juízo, as medidas necessárias à desapropriação de caráter urgente, utilizando o processo judicial estabelecido no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as modificações introduzidas através da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

§ 2º A indenização dos bens desapropriados nos termos do presente Decreto, compreendendo as despesas diretas e indiretas, correrá à conta dos recursos previstos no parágrafo 4º do artigo 4º, da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, devendo os mesmos

bens ser contabilizados pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, em conta de auxílio para construção, não remunerável pela tarifa do serviço.

Art. 5º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de agosto de 1972; 151º da Independência e 84º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Dias Leite Júnior



**Senado Federal
Subsecretaria de Informações**

DECRETO Nº 21.848, DE 13 DE SETEMBRO DE 1946.

Aprova projeto e orçamento para obras de barragem munida de eclusa no Braço do Sobradinho, no rio São Francisco.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição,

DECRETA:

Artigo único. Ficam aprovados o projeto e o orçamento na importância de seis milhões e seiscentos mil cruzeiros (Cr\$6.600.000,00), os quais com êste baixam, devidamente rubricados, para a execução de obras de barragem munida de eclusa no Braço do Sobradinho, incluídas no programa de obras para melhoria das condições de navegabilidade do rio São Francisco e da capacidade de carga, descarga e armazenamento nos seus portos, devendo a respectiva despesa correr por conta dos recursos concedidos pelo Decreto-lei nº 6.643, de 29 de junho de 1944.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1946, 125,º da Independência e 58,º da República.

EURICO G. DUTRA

Edmundo de Macedo Soares